Ordem do Dia

Elaborada no dia 19 de dezembro de 2023, para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro

-------**Pedro Daniel Machado Gomes**, Presidente da Câmara Municipal de Lousada, em cumprimento do disposto na al. o) do nº. 1 do artº 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12/09, procede à distribuição da **ordem do dia da reunião ordinária do Órgão Executivo a realizar no dia 22 de dezembro de 2023, pelas 15:00 horas**, com o seguinte teor:

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

1.1. Resumo diário de tesouraria

1.2. Informação nº. 23711/23 de 11/12/2023 - Plano Anual das Feiras para o ano de 2024

1.3. Informação nº. 23729/23 de 11/2/2023 - Renovação do fundo de maneio para apoio ao funcionamento da CPCJ

1.4. Informação nº. 23972/23, de 13/12/2023 - Renovação do fundo de maneio do serviço de atendimento e acompanhamento social

1.5. Informação nº. 23966/23 de 13/12/2023 – Renovação do fundo de maneio do serviço Flor de Lis

2. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANISTICA

2.1. Processo nº. 181/22 – Pedido de reconhecimento do interesse público municipal da atividade – armazém e/ou indústria tipo 3, no âmbito da aplicação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 83.º do PDML.

2.2. Processo nº. 987/22 – Pedido de reconhecimento do interesse público municipal da atividade – Oficina de manutenção e reparação automóvel, no âmbito da aplicação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 83.º do PDML.

2.3. Proposta para 3ª Suspensão Parcial do PDM de Lousada e respetivas Medidas Preventivas

3. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

3.1. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 21147 - Consumidor n.º 29 - Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica

3.2. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 21164 - Consumidor n.º 100889 – Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21).

3.3. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23118 - Consumidor n.º 14749 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do

Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.4. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22795 - Consumidor n.º 2699 - Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.5. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22853 - Consumidor n.º 10782 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) - Indeferimento do pedido da isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.6. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23385 - Consumidor n.º 22454 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.7. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22945 - Consumidor n.º 20081 - Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.8. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22671 - Consumidor n.º 19909 - Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.9. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22776 - Consumidor n.º 13497 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.10. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 22790 - Consumidor n.º 12001 - Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.11. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23427 - Consumidor n.º 25 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.12. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23910 - Consumidor n.º 20771 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido redução de 50% das tarifas de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica

3.13. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23890 - Consumidor n.º 9885 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.14. Registo nº. 2023, DASJT, I.G. 23975 - Consumidor n.º 16293 - Tarifário Social – Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 19633/21) "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Proposta

para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica.

3.15. Registo nº. 2023, DOMA, I.G. 23750 - Abastecimento de Água e Águas Residuais – Proposta para alteração de estrutura tarifária para o Ano 2024

3.16. Registo nº. 2023, DOMA, I.G. 23751 – Resíduos – Proposta de aprovação de estrutura tarifária para o Ano 2024

3.17. Registo nº. 2023, DOMA, I.G. 24196 – Beneficio Social – Utilizadores Não-Domésticos

3.18. Registo nº. 2023, DOMA, I.G. 24194 – Beneficio Social – Proposta Bombeiros Voluntários

3.19. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 23746 – "Requalificação de parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras" – Proposta de aprovação do projeto de execução, da abertura do procedimento por concurso público com o preço base de 635.868,00 € + IVA; do júri do procedimento e gestor do contrato; e do programa de procedimento e caderno de encargos.

3.20. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24179 – "Regulamento Municipal de remoção e depósito de veículos automóveis" – Proposta de aprovação do regulamento e submissão a deliberação da Assembleia Municipal.

3.21. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24351 – "Alargamento da Rua da Igreja, Nevogilde" – Minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebra entre o Município de Lousada e o Sr. José Lencastre da Silva, na qualidade de procurador de Luís Álvaro Lencastre da Silva, Ana Maria Lencastre da Silva, Maria José Lencastre da Silva e marido e Alfredo José Moreira dos Santos; e na qualidade de gestor de negócios de Pedro Manuel Lencastre e Silva e Ana Cristina Afonso Pires dos Santos.

3.22. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24354 – "Arraial da Sra. da Ajuda, Nevogilde" – Proposta de aquisição de terreno com a área de 4064,00m^2, pelo valor de 174.301,70 €, sendo o pagamento efetuado em espécie.

3.23. Registo n.º 2023, DOMA, I, G, 24362 – "Ampliação do cemitério e requalificação da envolvente em Meinedo" – Requerer ao membro do Governo a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência da parcela de terreno;
- Que se solicite ao membro do Governo a autorização imediata para a posse administrativa;
- A aprovação do valor de 86.940,00 €, montante a suportar com a expropriação;
- Notificação aos interessados.

4. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

4.1. Registo nº. 2023,DASJT,I,G,11678 – Proposta de submissão do Projeto de Regulamento "*Lousada Coworking*" à aprovação da Assembleia Municipal, no uso das competências previstas nas alíneas m) do n.º 2 do artigo 23º e k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para os efeitos previstos no disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do referido diploma;

4.2. Registo nº. 2023,DASJT,I,G,24272 – TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa - 2023.

5. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

5.1. Registo n.º 2023,DCPCE,I,G,24367 – Atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lousada no valor de 25.271,58€, para que esta possa conceder a cada bombeiro do quadro ativo um seguro de saúde.

O Presidente da Câmara Municipal,



Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.

município de lousada

SECÇÃO DE TAXAS E PATRIMÓNIO Inf. **23711/23** **2023/12/11**

DE

Maria Joao Silva Alves Barros

ASSUNTO|SUBJECT

Plano Anual de Feiras para o Ano 2024

De acordo com o Decreto-Lei n.º 42/2008 de 10 de março, e em consonância com o artigo 9.º do Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Lousada, deverá a Câmara Municipal de Lousada no início de cada ano civil aprovar e publicar o plano anual de feiras e os locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos.

A feira realiza-se no Largo da Feira, na freguesia de Silvares, todos os dias 9 e 25 de cada mês e nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do referido Regulamento "quando o dia da feira coincidir com um domingo ou feriado nacional, a feira será realizada no dia útil anterior, salvo despacho do Presidente da Câmara Municipal, em contrário".

Quando a feira do dia 9 coincide com o domingo ou feriado, esta realiza-se no dia 8 e a feira do dia 25 quando coincide com domingo ou feriado realiza-se no dia 26.

Mais informo, que a feira do dia 25 de abril realiza-se nesse dia (deliberação de 5 de março de 2013), a feira do dia 9 de dezembro passou a ser realizada no dia 8 (deliberação de 4 de julho de 2022) e a de 9 de agosto é realizada no dia 8 uma vez que é tradição a realização da feira de Sto. Ovídio na freguesia de Aveleda.

Face ao exposto, remeto à consideração superior a aprovação do mapa anual das feiras, anexo à presente informação.

11-12-2023

(55) Maria João Barros

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

À consideração superior
11-12-2023

(395) Cristina Oliveira

Concordo.
À Reunião de Câmara.
11-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

Calendário das Feiras Ano 2024

Janeiro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Fevereiro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29			

Março

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	P

Abril

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Maio

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

Junho

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	8	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

Julho

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Agosto

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Setembro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Outubro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Novembro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Dezembro

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **23729/23** | **2023/12/11**

DE

Lara Raquel Seixas Torres Da Costa

ASSUNTO|SUBJECT

Pedido de renovação do Fundo de Maneio para apoio ao funcionamento da CPCJ

Na qualidade de Represente do Município na CPCJ de Lousada, solicito a renovação da verba adstrita ao **fundo de maneio** para apoio do funcionamento desta CPCJ de Lousada para o ano de 2024. Este pedido surge em conformidade com o estipulado pela revisão da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que entrou em vigor com a Lei 142/2015 de 8 de setembro, daí resultando a transferência da responsabilidade da atribuição da verba supra para os Municípios, compromisso logo assumido pela Câmara Municipal de Lousada em 2016.

À semelhança dos anos anteriores, o fundo de maneio das CPCJ's:

1. Destina-se a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante, resultantes da ação das Comissões de Proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, em conformidade coo a alínea a) do nº 3 do artigo 14º da LPCJP, quando não existe resposta imediata por parte das entidades e serviços perante solicitações urgentes (por exemplo, despesas de transporte, medicação urgente, ou outros bens de primeira necessidade para os menores);
2. A definição do valor decorre de critérios estipulados pela Comissão Nacional, cruzando o número de habitantes com o volume processual das CPCJ's;
3. As despesas comparticipadas não podem ultrapassar o montante atribuído, devendo ser justificadas com comprovativo de pagamento;
4. O fundo de maneio é reposto mensalmente pelo município.

Face ao exposto, solicitamos pois a renovação do fundo de maneio da CPCJ de Lousada no valor **de 153.15€ mensais.**

A TÉCNICA SUPERIOR,
11-12-2023

(1347) Lara Costa

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

12-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo.
Ao Sr. Presidente.
13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

À Reunião.

O Presidente da Câmara,

15-12-2023

Pedro Machado

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO Inf. **23972/23** **2023/12/13**

DE

Carla Filomena Da Rocha Dias

ASSUNTO|SUBJECT

Renovação do Fundo de Maneio do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Com o início de um novo ano renovo o pedido de Fundo de Maneio para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Com a transferência de competências para as autarquias locais no domínio da ação social cabe aos órgãos municipais assegurar este serviço que deverá contribuir para uma proteção especial aos grupos mais vulneráveis, bem como de emergência social, através da disponibilização de recursos adequados a cada situação, tendo em vista a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar dos Munícipes.

Assim, solicito a disponibilização de uma verba mensal no valor de 1000€ a atribuir ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

À consideração superior,

A CHEFE DE DIVISÃO,
13-12-2023
(981) Carla Dias

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À DGF para os devidos efeitos.
13-12-2023
(9) M. Céu Rocha

À consideração superior
13-12-2023
(395) Cristina Oliveira

À Reunião.
O Presidente da Câmara,
15-12-2023
Pedro Machado

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **23966/23** | **2023/12/13**

DE

Carla Filomena Da Rocha Dias

ASSUNTO|SUBJECT

Renovação do Fundo de Maneio - Serviço Flor de Lis

Com o início de um novo ano é necessário renovar o pedido de Fundo de Maneio para o Serviço Flor de Lis.

Esta estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica integrada na Rede Nacional de Apoio à Vitima de Violência Domestica e na Rede Intermunicipal de Apoio à Vitima do Douro, Tâmega e Sousa atende vítimas que não têm processo instruído no âmbito de ação social e podem nem residir no concelho de Lousada mas que, por questões de segurança e, mesmo, proteção da sua privacidade, recorrem ao este serviço.

Face à urgência das situações é necessário recorrer a apoios económicos pontuais no sentido de garantir necessidades básicas como por exemplo a alimentação.

Assim, solicito a disponibilização de uma verba mensal de 200€ a atribuir ao Serviço Flor de Lis durante o ano de 2024

À consideração superior.

A CHEFE DE DIVISÃO,

13-12-2023

(981) Carla Dias

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À DGF para os devidos efeitos.
13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

À consideração superior
13-12-2023

(395) Cristina Oliveira

À Reunião.

O Presidente da Câmara,

15-12-2023

Pedro Machado

município de lousada

Divisão de planeamento e gestão urbanística

Requerimento n.º: 5352/23
Data de abertura: 2022/03/02 **Data de entrada:** 2023/12/07
Requerente: MARIA MANUEL CAMPOS DA ROCHA
Localização da obra: BOUÇA COVA - LUSTOSA

Data da informação: 2023/12/12
Nome do Técnico: Álvaro Luís Loureiro Alves Ribeiro

CHEFE DE DIVISÃO

Concordo.

13-12-2023

DESPACHO

À Reunião de Câmara.
De acordo com o exposto pela requerente, atualmente encontra-se a laborar no local uma empresa do setor têxtil com 23 funcionários.

O Vereador do Urbanismo, em 14-12-2023,
(com competência delegada por despacho de 03-11-2021)

Nelson Oliveira

INFORMAÇÃO:

1.Caracterização da obra			
1.1 Obras de construção **Legalização**	☒	1.6 Construção de estrutura	☐
1.2 Obras de ampliação	☐	1.7 Construção de obras inacabadas	☐
1.3 Obras de reconstrução	☐	1.8 Conclusão de obras inacabadas	☐
1.4 Obras de alteração	☐	1.9 Utilização de edifícios: Uso atual	
1.5 Obras de demolição	☐	Uso proposto	ARMAZEM E INDUSTRIA TIPO III
2. Dados do projeto:			
2.1Área total do terreno objeto de operação urbanística m².	2056.0	2.6 Área de implantação total (m²);	307.90
2.2 Área do prédio constante na certidão da conservatória de registo predial;	2000.0	2.7 Área de impermeabilização (m²);	393.20
2.3 Área total de construção total (m²);	654.30	2.8 Índice de construção total (m²);	0.33
2.4 Área bruta de construção total (m²);		2.9 Índice de impermeabilização;	0.20
2.5 Volume de construção total (m³);	2760.8	2.10 Número de pisos abaixo/acima da cota soleira;	0+2
3. Enquadramento da proposta no Plano Diretor Municipal			
3.1 Reserva Agrícola Nacional (RAN);	☐	Áreas de proteção e enquadramento ao património arqueológico;	☐
3.2 Reserva Ecológica Nacional (REN);	☐		
3.3 Áreas com risco de incêndio (DL 124/2006 de 28 de junho);	☐	Áreas de proteção e enquadramento ao património arquitetónico;	☐
3.4 Património classificado ou em vias de classificação;	☐		
4. Recursos hídricos			
4.1 – Leitos e margens de cursos de água	☐	4.2 Zonas ameaçadas pelas cheias	☐

5 Infra Estruturas			
5.1 Linhas de alta tensão	☐	5.3 Rede ferroviária	☐
5.2 Rede Rodoviária	☒	5.4 Marcos geodésicos	☐
6. Zonamento acústico			
6.1 Zonas sensíveis	☐	6.2 Zonas mistas	☒
7. Outros			
7.1 Edifícios escolares	☐	7.3 Áreas de proteção a depósitos ou fábricas de produtos explosivos	☐
7.2 Cemitérios	☐		
8. Solo urbano			
8.1 Espaços urbanos consolidados;			
8.1.1 Espaços centrais	☐	8.1.2 Espaços residenciais tipo I	☐
8.2 Espaços urbanos a consolidar;			
8.2.1 Espaços residenciais tipo II	☐	8.2.3 Espaços de uso especial	☐
8.2.2 Espaços residenciais tipo III	☒	8.2.4 Espaço de atividades económicas	☐
8.3 Espaços de expansão:			
8.3.1 Espaços residenciais tipo I	☐	8.3.4 Espaço de uso especial	☐
8.3.2 Espaços residenciais tipo II	☐		
8.3.3 Espaços residenciais tipo III	☐	8.3.5 Espaços de atividades económicas	☐
8.4 Espaços verdes			
8.4.1 Espaços de proteção e enquadramento	☐	8.4.2 Espaços mistos (produção, recreio e lazer)	☐
8.4.2 Parque verde urbano	☐		
9 Solo Rural			
9.1 Espaços Agrícola de produção	☐	9.4 Espaço de uso Múltiplo Agrícola e Florestal	☐
9.2 Espaço Florestal de produção	☐	9.5 Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas	☐
9.3 Estrutura ecológica	☐		

10. Condicionamentos estéticos ambientais e paisagísticos:

11. Anexos: Não previsto

12. Alinhamento das edificações: Sem inconveniente.

13. Rede viária: Rede viária municipal

14. Perfis tipo do arruamento: Sem inconveniente.

15. Estacionamento:

Para a presente operação urbanística e, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 66 do PDML, o dimensionamento para lugares de estacionamento no interior da parcela e público é o seguinte:

Indústria/Armazém Área Construção 654.30m2	Interior da parcela	Público
Veículos ligeiros de passageiros previstos em PDM	**7 – lug.** (140.00m2)	**2 – lug.** (80.00m2)
Em projeto	**7 – lug.** (140.00m2)	**0 – lug.**
Veículos pesados previstos em PDM	**1 – lug.** (75.00m2)	**0 – lug.**
Em projeto	**0 – lug.**	**0 – lug.**
Em projeto Estacionamento não previsto	**1 – lug.** (75.00m2)	**2 – lug.** (40.00m2)

Como se verifica o projeto NÃO apresenta a totalidade dos lugares de estacionamento previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 66 do PDML

16. Cedências: O requerente propõe área de cedência de 187.00m2 para domínio público.

17. Compensações: A proposta fica sujeita ao pagamento de uma compensação ao município pela área correspondente a 3 lugares de_estacionamento não cedido e previsto, aplicando-se a fórmula constante em

regulamento municipal - 2 veículos ligeiros mais 1 veículo pesado – 115.00m2.			
17.1 Impacte relevante	☐	17.2 Impacte semelhante a loteamento	☐
18. Conformidade com o RGEU: O termo de responsabilidade do técnico autor do projeto de arquitetura constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentos aplicáveis ao interior das edificações (artigo 8º conjugado com o artigo 20º do n.º 1 do RJUE). **Da edificação em conjunto:**			
18.1 Iluminação e arejamento (art.º 58)	☒	18.4 Janelas dos compartimentos habitáveis;	☒
18.2 Altura da edificação (art.º 59)	☒	18. 5 Afastamentos de edifícios habitacionais (art.º 60);	☒
18.3 Interior das edificações	☒		
19. Conformidade com o DL 163/2006 de 8 de Agosto: Solicita isenção. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 DL n.º 163/2006 de 8/8, considera-se sem inconveniente o pedido de isenção.		19.1 Apresenta plano de acessibilidades com termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado.	☐
20. Conclusão:			

O requerente solicita o licenciamento da seguinte operação urbanística:

Construção de edifício destinado a Armazém e Industria Tipo 3 a constituir em regime de propriedade horizontal – 2 frações, como tal identificado nas peças desenhadas e elaborado conforme termos do disposto no n.º 6 do anexo II da portaria n.º 136/2015 de 22/04.

Propõe, ainda, a demolição de um outro edifício industrial e edifícios anexos existentes.

Mais requer a anulação do pedido de destaque de parcela, solicitando a anulação da certidão de destaque já emitida.

Por ser uma obra já executada, segue o procedimento previsto no art.º 102º-A do RJUE - legalização.

Face ao PDML a referida operação urbanística, enquadra-se em solo urbano qualificado como urbanizado a consolidar e caracterizado como espaços residenciais do tipo III.

Solicita o requerente o enquadramento do pedido no âmbito da atual redação do art.º 83º do PDML, pelo que foi consultado o ortofotomapa de 2008 em arquivo no município tendo-se constatado a preexistência do volume a legalizar.

Ao abrigo da atual redação do art.º 83º do PDML, em relação ao projeto de arquitetura, informa-se o seguinte:

1- Prescrições do PDML aplicáveis à pretensão e não observadas pela operação urbanística a legalizar:

   - A pretensão não cumpre o afastamento mínimo de 5.00mts às estremas laterais da parcela, conforme previsto no art.º 22º;

- A pretensão não cumpre adotação de lugares de estacionamento público e privado, conforme previsto no art.º 66º;

- Por remissão do art.º 17º, a pretensão não cumpre as regras urbanísticas adotadas para o concelho de Lousada, designadamente, o disposto no regulamento sobre perfis tipo de arruamentos;

2- Os pressupostos estabelecidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 83º do PDML mostram-se cumpridos desde que, no cumprimento do disposto nos artigos 14º e 20º do PDML, seja observado o teor dos seguintes pontos;

- O ruído resultante da laboração não causar incómodos a terceiros, garantindo-se o cabal cumprimento do disposto no artigo 13.º do Regulamento Geral do Ruído;

- A instalação deverá garantir as condições de segurança contra incêndios em edifícios, nos termos do disposto no Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;

- Não origine a produção de fumos, cheiros ou resíduos que afetem as condições de salubridade do edificado ou dificultem a sua melhoria;

- Não perturbe as condições de trânsito e de estacionamento, nomeadamente com operações de cargas e descarga que prejudiquem gravemente as condições de utilização da via pública;

Conforme disposto na alínea c) do n.º1 do Artigo 83º do PDML, após o requerente responder ao supra solicitado, **propõe-se submeter a atividade em causa – armazém e/ou indústria tipo III – a deliberação da Exma. Câmara Municipal de Lousada**, com base no teor do pedido de declaração de interesse público municipal junto ao processo através do rqt.º n.º 5352/23.

Nota: conforme requerido, dever-se-á dar ser efeito o requerimento n.º 4815/23.

O técnico superior

12-12-2023

(1235) Álvaro Ribeiro

Pedido de declaração de interesse público Municipal.
Cumprimento da alinea c) do n.º1 do Artigo 83º - Fundamentação *para a declaração de interesse público Municipal:*

Maria Manuel Campos da Rocha, com o NIF. 218075014, residente na Rua de Vilar, n.º15, freguesia de Lodares, concelho de Lousada, distrito do Porto, vem nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 83º do PDM *solicitar a V.Ex.ª o reconhecimento de interesse* Municipal na legalização das alterações introduzidas no edifício destinado a armazém / indústria, localizado no lugar de Bouça Cova, freguesia de Lustosa, concelho de Lousada, para juntar ao procedimento de licenciamento que o requerente formalizou no âmbito do referido diploma, *na medida em que a sua localização se apresenta em* inconformidade com os intrumentos de gestão territorial:
Plano Diretor Municipal de Lousada, nomeadamente no que se refere aos afastamentos mínimos aos limites do prédio.
Este espaço é utilizado como armazém pela firma Luis Filipe da Silva Neto – CONFEÇÕES, UNIPESSOAL LDA *que conta já com* 23 funcionarios.
Este espaço é vital para o funcionamento da empresa.
Por outro lado a legalização proposta prevê o alargamento da via pública, o que vem melhorar a circulação de pessoas e veículos.
Conforme referido,Trata-se de uma infraestrutura existente com potencial para o desenvolvimento da região.
Face ao exposto, solicita a requerente, a emissão da declaração de interesse público Municipal.

Pede deferimento

Lousada 16 de outubro de 2023

Maria Manuel Campos da Rocha

município de lousada

Divisão de planeamento e gestão urbanística

Requerimento n.º: 4933/23
Data de abertura: 2022/11/04 **Data de entrada:** 2023/11/14
Requerente: Abílio João Moura, Unipessoal, Lda.
Localização da obra: LUGAR DE SOBREIRA - Caíde de Rei

Data da informação: 2023/12/15
Nome do Técnico: Álvaro Luís Loureiro Alves Ribeiro

CHEFE DE DIVISÃO

Concordo.

15-12-2023

DESPACHO

À Reunião de Câmara.
Mais se informa que a empresa em causa está no ramo do setor automóvel há cerca de 8 anos e tem dois trabalhadores a cargo.

O Vereador do Urbanismo, em 15-12-2023,
(com competência delegada por despacho de 03-11-2021)

Nelson Oliveira

INFORMAÇÃO:

O requerente solicita, com a devida fundamentação, que a atividade seja objeto de deliberação por parte da Câmara Municipal para efeitos de declaração de interesse público municipal.

Por conseguinte, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 da atual redação do art.º 83º do PDML, propõe-se submeter a atividade em causa – **Oficina de manutenção e reparação automóvel**, a deliberação da Exma. Câmara Municipal, com base na fundamentação constante dos elementos apresentados no requerimento n.º 4933/23, nomeadamente, o pedido de declaração de interesse público municipal.

Ao abrigo da atual redação do art.º 83º do PDML, em relação ao projeto de arquitetura, informa-se o seguinte:

1- Prescrições do PDML aplicáveis à pretensão e não observadas pela operação urbanística a legalizar:

- O índice de impermeabilização do projeto excede o permitido na alínea d) do n.º 2 do art.º 21;

- Por remissão do art.º 17º, o edifício não cumpre o disposto no regulamento sobre perfis tipo de arruamentos;

- A pretensão não observa a dotação de estacionamento público e privado, conforme previsto no art.º 66º;

- A pretensão não respeita o afastamento lateral de 3.00mts conforme regras urbanísticas adotadas para o concelho de Lousada, por remissão do n.º 1 do art.º 14º.

O técnico superior

15-12-2023

(1235) Álvaro Ribeiro

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Lousada

ABÍLIO JOÃO MOURA, UNIPESSOAL LDA, com o número de identificação fiscal n.º **513 440 410**, com sede na **Avenida da Sobreira, nº 624, freguesia de Caíde de Rei, concelho de Lousada,** vem junto de V.ª Ex.ª para fins de procedimento de regularização previsto no Decreto Lei nº 165/2014 de 5 de Novembro, requerer que seja apresentada pela Câmara Municipal, representada na pessoa V.ª Ex.ª, proposta à Assembleia Municipal com vista a deliberação fundamentada de **reconhecimento de interesse público municipal** da regularização de estabelecimento (legalização de edifício destinado a oficina de manutenção e reparação de veículos automóveis e muros de vedação ao abrigo do **Artigo 83º do PDM de Lousada aprovado por aviso nº17827/2020, publicado em Diário da República nº214 de 3 de novembro de 2020 em vigor,** com o processo camarário nº 987/22) da requerente, cuja a necessidade resulta do preceituado na alínea a) do número 4 do artigo 5º do citado decreto-lei.

Justifica-se o pedido de deliberação de reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento da requerente nos seguintes factos:

- O edifício que constituiu a unidade manutenção e reparação de veículos automóveis da requerente, tem cerca de 18 anos;
- A requerente é uma empresa que iniciou atividade em fevereiro de 2015.
- Tem ao seu serviço 2 trabalhadores (um deles é o sócio-gerente) e um volume de negócios do ano de 2022 de 161.880,54€.
- A requerente é uma empresa na área de manutenção e reparação de veículos automóveis, com especial foco na parte elétrica dos veículos, com estabilidade a nível nacional e internacional;
- A requerente tem estabilidade a nível nacional e internacional, visto que é responsável pela manutenção e reparação de veículos de clientes privados e de empresas sediadas em Lousada e restantes concelhos do distrito de Porto, assim como em concelhos do

distrito de Braga e Bragança, assim como de algumas empresas e clientes privados fora de Portugal;

- Goza de estabilidade produtiva, assim como de estabilidade financeira.
- A requerente paga mensalmente de salários a quantia de 1.600,00€.
- Mais se informa que a requerente procede à realização de manutenção e reparação de veículos pertencentes a organizações públicas e de proteção de pessoas e bens, nomeadamente, aos Bombeiros Voluntários de Vila Meã, Associação dos Voluntários de Caíde de Rei, Município de Lousada, Freguesia de Aveleda e Freguesia de Caíde de Rei.
- A requerente enquanto empresa e o seu estabelecimento são nesse sentido uma âncora para fixação de pessoas e desenvolvimento local.

Pelo que se impõe que seja deliberado o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento industrial do requerente.

Assim considerando que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar o reconhecimento de interesse público municipal da regularização do estabelecimento da requerente, nos termos da alínea r) do numero 1 do artigo 25º do decreto-lei nº 75/2003 de 12 de setembro e alínea a) do numero 4 artigo 5º do decreto-lei nº 165/2014, vem requerer que a Câmara Municipal delibere remeter à Assembleia Municipal a proposta no sentido de declarar o reconhecimento do interesse público municipal da regularização do estabelecimento da requerente, para instrução do procedimento de regularização previsto no artigo 5º do citado decreto lei.

Instruiu o presente pedido com:

- CC do representante legal da empresa e Certidão Comercial da empresa;
- Declaração de início de atividade;
- Balancete ano 2022;
- Folha de remunerações dos funcionários;

Lousada, 13 de novembro de 2023

O requerente

ABÍLIO JOÃO MOURA
UNIPESSOAL, LDA
NIF: 513 440 410
Av. da Sobreira, n.º 624 - 4620-074 Caíde de Rei - Lousada

município de lousada

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA Inf. **24343/23** **2023/12/18**

DE

LILIANA PATRICIA SOARES DE SOUSA

ASSUNTO|SUBJECT

Proposta para 3ª Suspensão Parcial e respetivas de Medidas Preventivas do PDM de Lousada

Em anexo à presente informação é apresentada a proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada, bem como o estabelecimento de medidas preventivas, no seguimento da suspensão ainda em vigor publicada pelo Aviso n.º 1322/2021 de 20 de janeiro de 2021 e respetiva prorrogação publicada pelo Aviso n.º 1501/2023 de 20 janeiro de 2023, uma vez que para além dos pressupostos que levaram a esta suspensão se mantém todos atuais e válidos, acrescendo ainda que se encontra a decorrer o procedimento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada, fruto da morosidade inerente ao próprio procedimento e de todos os constrangimentos processuais decorridos neste espaço temporal, que levaram aos consecutivos adiamentos. O presente procedimento tem enquadramento legislativo no preceituado artigo 126.º e seguintes, com enfoque na **exceção plasmada no n.º 5 do artigo 141.º** do Decreto – Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT), dado o seu caracter excecional.

Sugere-se que a presente proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e o respetivos estabelecimento de medidas preventivas seja remetida à Câmara Municipal para aprovação da mesma e seja deliberado o envio da mesma à Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) para emissão do parecer nos termos do n.º 3 do artigo 126.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Face ao exposto propomos, que a Câmara Municipal de Lousada delibere:

- Aprovar a proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e o estabelecimento das medidas preventivas mencionadas na referida proposta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º e do n.º 2 do artigo 134.º do RJIGT;

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo. Deverá ser remetido à reunião da Exma. Camara.

18-12-2023

(161) Joaquim Canudas

Concordo. À Reunião de Câmara

18-12-2023 | (27) Nélson Oliveira

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

- Solicitar a presente proposta a parecer da CCDR-N, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 126.º e do n.º 1 do artigo 138.º do RJIGT; Em anexo à presente informação segue a mencionada proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e estabelecimento das medidas preventivas.

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOUSADA

LEGENDA

LIMITE DO PLANO / CONCELHO - CAOP 2009 = 9 608,00 ha

UNIDADES OPERATIVAS DE GESTÃO E PLANEAMENTO

SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO

ESPAÇOS CENTRAIS

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO I — ESPAÇOS URBANOS CONSOLIDADOS

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II — ESPAÇOS URBANOS A CONSOLIDAR

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III — ESPAÇOS URBANOS A CONSOLIDAR

ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *

ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

SOLO URBANIZÁVEL

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II — ESPAÇOS DE EXPANSÃO

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III — ESPAÇOS DE EXPANSÃO

ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III — ESPAÇOS DE EXPANSÃO

ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *

ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

ESPAÇOS VERDES

ESPAÇOS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO

ESPAÇOS MISTOS(PRODUÇÃO, RECREIO E LAZER)

PV — PARQUE VERDE URBANO

SOLO RURAL

ESPAÇO AGRÍCOLA

ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO

ESPAÇO FLORESTAL

ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTO E OUTRAS ESTRUTURAS

EXISTENTES

PROPOSTAS

ESPAÇOS COMUNS

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

ESTRUTURA ECOLÓGICA EM SOLO URBANO E SOLO RURAL

ESPAÇO CULTURAL

ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

ESPAÇOS CANAIS

REDE FERROVIÁRIA

Existente	Previsto/Proposto	
		LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO

REDE RODOVIÁRIA

Existente	Previsto/Proposto	
		ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
		ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
		ESTRADAS REGIONAIS
		ESTRADAS NACIONAIS
		ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS
		REDE MUNICIPAL PRINCIPAL
		VIA PEDONAL E CICLOVIA
		NÓS

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

UOPG 1 - LUSTOSA
UOPG 2 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LUSTOSA
UOPG 3 - EXPANSÃO NORDESTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 4 - ÁREA CENTRAL DA VILA DE LOUSADA
UOPG 5 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DO MEZIO
UOPG 6 - NEVOGILDE
UOPG 7 - TORNO E VILAR
UOPG 8 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CAIDE DE REI
UOPG 9 - CAIDE DE REI
UOPG 10 - MEINEDO
UOPG 11 - EXPANSÃO DE CASAIS
UOPG 12 - SANTA MARGARIDA
UOPG 13 - QUINTA DOS INGLESES
UOPG 14 - EXPANSÃO NORDESTE DA VILA DELOUSADA
UOPG 15 - PARQUE VERDE NASCENTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 16 - PARQUE VERDE NORTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 17 - VALE DO RIBEIRO DE PONTARRINHAS
UOPG 18 - SOUSELA
UOPG 19 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE TORNO
UOPG 20 - COSTELHA
UOPG 21 - ÁREA DE EXPANSÃO DE LODARES

*USO ESPECIAL E INFRA-ESTRUTURAS

A	- Administrativo	Et	-Etar
Ab	- Abastecimento	IM	- Interface Multimodal de Transportes
As	- Assistência Social	Ps	- Parque de Sucatas
Ass	- Associativo	R	- Religioso
Az	- Aterro Sanitário	S	- Saúde
C	- Cemitério	T	- Transportes
D	- Desporto ou Lazer	Tu	- Turismo
E	- Ensino		
Ec	- Ecocentro		

1ª e 3ª SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM

2ª SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOUSADA
Suspensão Parcial do PDM

PLANTA DE ORDENAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

ESCALA: 1:25 000

dezembro 2023

98 99 111 112

Sistema de Projecção Cartográfica de GAUSS
Elipsóide Internacional (Hayford) - Datum 73
Marégrafo de Cascais
Coordenadas Rectangulares, origem ponto central
Fonte: Instituto Geográfico do Exército
Levantamento Aerofotogrático: Cartas 98 e 99: 2007 - Cartas 111 e 112: 2009

"Transformação para o sistema de georreferência PT-TM06/ETRS89, de acordo com o artigo 3.º-A e 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2014, de 19 de setembro."

0 5 10 20 30 40 m

PLANTA Nº 1

Suspensão Parcial do PDML

Estabelecimento de medidas preventivas

Dezembro de 2023

MUNICÍPIO DE LOUSADA

ENQUADRAMENTO

O presente documento tem como intuito apresentar a fundamentação para a necessidade de manter suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada (PDML) bem como a proposta de adoção das respetivas medidas preventivas, ainda em vigor para o local.

A suspensão proposta tem o seu enquadramento legislativo no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, ou seja, no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), concretamente no procedimento de dinâmica previsto no artigo 126.º ("Suspensão dos planos intermunicipais e municipais"), a par do estabelecimento de medidas cautelares, no caso medidas preventivas de acordo com o disposto no artigo 134.º ("Medidas preventivas").

A área a suspender encontra-se localizada a Norte do concelho de Lousada, com um total de 403 500,00 m^2, correspondendo à área de acolhimento dos aterros de resíduos, tendo a mesma já sido suspensa e submetida a medidas preventivas publicadas através do Aviso n.º 1322/2021 de 20 janeiro de 2021 e prorrogadas pelo Aviso n.º 1501/2023 de 20 de janeiro de 2023, consideramos assim, que tem o seu enquadramento legislativo nos casos excecionais previstos no número 5 do artigo 141.º do RJIGT, como veremos no presente documento.

A presente suspensão e a adoção de medidas preventivas visam continuar a salvaguardar os valores ambientais do concelho de Lousada, prosseguindo assim a adoção duma política restritiva no que diz respeito a uma possível ampliação das mencionadas Operações de Gestão de Resíduos.

1. Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada;

Nos dias de hoje as constantes mudanças sociais, económicas e ambientais levam a que realidade sobre a qual foram pensados, ponderados e aprovados os instrumentos de gestão territorial, no caso em concreto os de cariz municipal, esteja por vezes um pouco desajustada da realidade atual e por consequência os interesses públicos subjacentes. Neste sentido e no caminho contínuo de busca pela integração e ajustamento para responder de forma viável e adequada às exigências em matéria de ordenamento do território, é imperioso que os mecanismos de dinâmica dos instrumentos de gestão territorial previstos nos Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) sejam capazes de servir este propósito e assim evitar a aplicabilidade de instrumentos de gestão territorial, no caso em concreto municipal desatualizado, no que diz respeito às matérias essenciais enunciadas.

O RJIGT, elenca na Secção V (Dinâmica) os procedimentos que podem ser desencadeados para adaptação dos Planos à realidade existente e/ou adequação aos interesses públicos.

De acordo com o n.º 4 do artigo 115.º do RJIGT "A suspensão dos programas e dos planos territoriais pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutam no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes."

Tendo em consideração o consignado no mesmo diploma, a suspensão dos planos municipais (seja ela total ou parcial) é determinada pela assembleia municipal (órgão a que compete a sua aprovação), sob proposta da câmara municipal quando se verifiquem circunstancias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano (cf. alínea b, do n.º1 do artigo 126.º).

A suspensão do plano municipal de ordenamento do território é sempre acompanhada de medidas cautelares: medidas preventivas ou normas provisórias consoante o caso. Como referido no enquadramento a área que se pretende suspender corresponde literalmente à área da 1ª suspensão parcial do PDM de Lousada publicada pelo Aviso n.º 1322/2021 de 20 de janeiro de 2021, uma vez que se mantêm atuais, válidos e adequados todos os pressupostos e preocupações que levaram a esta suspensão, pelo que importa continuar a salvaguardar os interesses públicos ambientais do concelho de Lousada, que para além do enunciado, pesa ainda o surgimento de todos os contratempos inerentes ao procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada ainda em curso, o que não permitiu a sua conclusão antes do término da 1ª Suspensão Parcial. Para além da natural morosidade do procedimento não podemos esquecer que o mesmo atravessou o

período de excecional provocado pela infeção epidemiológica que atravessou o mundo SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, levando para além de todas as implicações a nível social e económico a suspensão de prazos e adaptações ao período pandémico que atravessávamos à data.

A urgência da continuidade desta suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada prende-se com a manutenção de todos os pressupostos ambientais que foram invocados em termos de política ambiental municipal se têm reforçado e mantido, sendo inclusivamente vertidos para o procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada iniciado através do Aviso n.º 4022/2020 de 6 de março de 2020 e prorrogado pela Aviso n.º 2515/2022 de 7 de fevereiro de2022.

O presente procedimento de revisão do PDM de Lousada que ainda se encontra a decorrer prevê para na sua proposta de ordenamento para a área suspensa e que se pretende que assim continue (suspensa), ao abrigo do n.º 5 do artigo 141.º do RJIGT, a classificação de Espaços Florestais / Área de Reconversão Ambiental, indo assim de encontro aos desígnios e iniciativas implementadas em termos de matéria ambiental por todo o concelho de Lousada, prevendo dotar esta área de capacidade de fruição ambiental.

Tal como havia sido já referido na fundamentação da 1ª Suspensão Parcial do PDM de Lousada, têm vindo a ser desenvolvidas várias ações de sensibilização e responsabilização ambiental, sendo reconhecido nacional e internacionalmente, pelo desenvolvimento de uma inovadora e mobilizadora estratégia ambiental e pela implementação de modelos sustentáveis de desenvolvimento do território, alinhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Estando por isso muito sensível o Município de Lousada nestas temáticas ambientais e na aplicabilidade de boas práticas no âmbito desta matéria. A par de todas estas preocupações em matéria ambiental, temos o procedimento de Revisão de PDM de Lousada, instrumento primordial em matéria de ordenamento do território a nível municipal, no qual todas estas preocupações se encontram vertidas e cuja a sua conclusão não é possível antes do término do prazo da presente suspensão aplicada a este território, fruto do processo naturalmente moroso duma revisão abalado ainda pelas inúmeras condicionantes decorridas neste período que contou com uma pandemia sentida a nível Mundial com todos os seus constrangimentos, aliado ainda ao conjunto de contratempos processuais inerentes ao próprio procedimento como é o caso a título de exemplo a transposição da Reserva Ecológica Nacional para o concelho de Lousada, entre outros. É intenção do Município de Lousada continuar a defender e proteger os valores ambientais que já vêm sido ser defendidos no PDM atualmente em vigor e que se pretendem manter na revisão agora em curso.

Dado o exposto e atendendo às situações excecionais mencionadas, entendemos que a presente suspensão se encontra enquadrada no n.º 5 do artigo 141.º do RJIGT "Uma área só pode ser

abrangida por medidas preventivas ou normas provisórias depois de decorridos quatro anos após a caducidade das anteriores, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados."

Aproveitamos para relembrar que no ano de 2020 foi declarado como o ano Municipal da Ação Climática, reiterando mais uma vez, o Município de Lousada o seu profundo comprometimento com a ação ambiental e a sustentabilidade do território.

A continuidade da suspensão parcial do PDML nesta área visa continuar a salvaguardar os interesses ambientais, adotando assim uma política restritiva no que diz respeito a uma possível ampliação das mencionadas Operações de Gestão de Resíduos, indo de encontro aos desígnios veiculados pelo novo Pacto Ecológico Europeu e pelo Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica.

Face a estas situações de carater excecional que visam garantir o cumprimento do interesse publico em salvaguardar as questões de índole ambiental, permitindo a que seja possível a concretização da proposta de ordenamento para o local em reconverter esta área em termos ambientais.

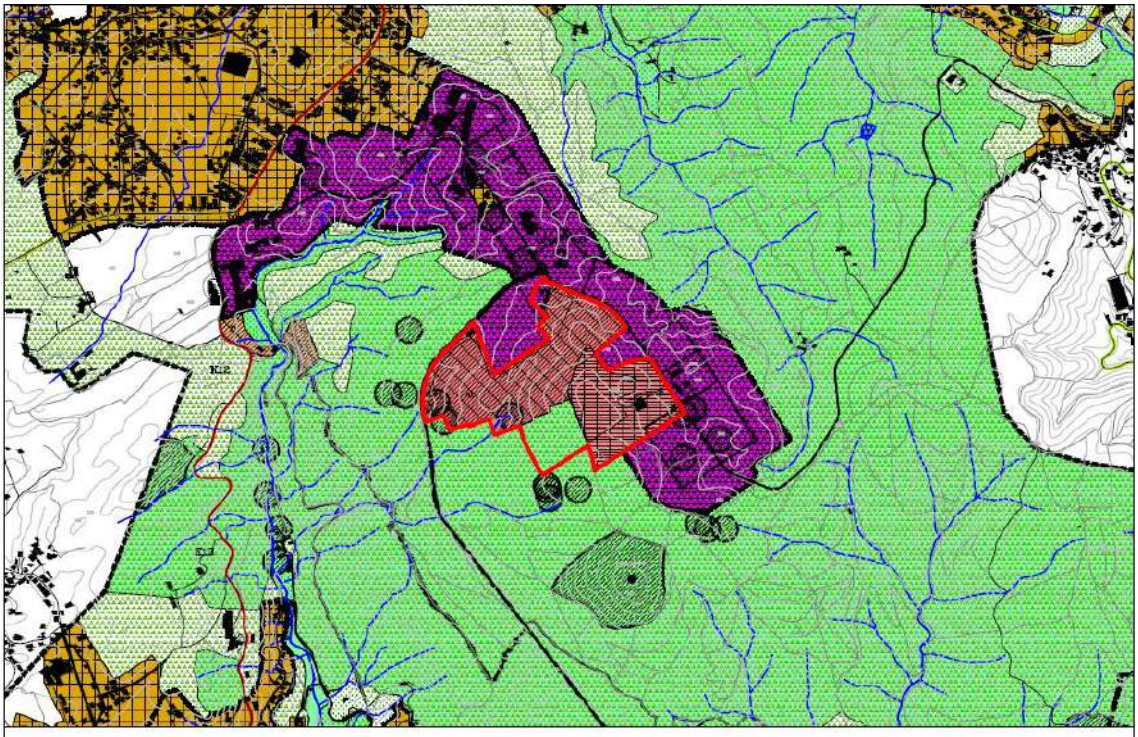
2. PRAZO DA SUSPENSÃO

O prazo de vigência das medidas preventivas será de dois anos podendo ser prorrogado por mais um ano, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT.

Incidência territorial da suspensão

A área de incidência da suspensão do Plano Diretor Municipal de Lousada é de 403 500,00 m^2, ficando localizada no Norte do Concelho de Lousada, na freguesia de Lustosa, atualmente União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Sto. Estêvão). Trata-se duma área classificada no PDML como:

- Solo urbano - espaço de atividades económicas e espaços de uso especial – aterro sanitário;
- Solo urbanizável – Espaços de uso especial – aterro sanitário;
- Solo Rural – Espaço Florestal de Produção;
- Espaços Comuns – Estrutura Ecológica Municipal;
- Recursos Hídricos – leitos e margens dos cursos de água;



PLANTA DE ORDENAMENTO EM VIGOR COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA A SUSPENDER
Escala: 1/25000

3. Medidas preventivas

Artigo 1.º

Objetivos

As presentes medidas preventivas destinam-se a salvaguardar os fatores ambientais, através de uma política restritiva que permita evitar a ampliação ou novas Operações de Gestão de Resíduos.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

A área sujeita às medidas preventivas ocupa cerca de 403 500,00 m^2 da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Sto. Estêvão), delimitada na planta anexa.

Artigo 3.º

Âmbito material

Para a área definida no artigo anterior ficam proibidas, sem prejuízo de quaisquer outros condicionalismos legalmente exigidos todas as operações urbanísticas que se traduzam na prática das seguintes ações ou atividades:

a) Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que sejam isentas de controlo administrativo prévio;

b) Trabalhos de remodelação de terrenos.

Artigo 4.º

Disposições suspensas do regulamento do PDM de Lousada

Com a suspensão do PDM de Lousada fica suspensa a aplicação das seguintes disposições do regulamento do PDM:

a) Artigo 24.º - Regime de edificabilidade (espaços de uso especial em solo urbanizado);
b) Artigo 27.º - Regime de edificabilidade (espaços de atividades económicas em solo urbanizado);
c) Número 3 do artigo 31.º - caracterização e usos dominantes e artigo 32.º - regime de edificabilidade (espaços de uso especial em solo urbanizável);
d) Artigo 42.º - Regime de edificabilidade (espaço florestal de produção);
e) Artigo 47.º - Regime (estrutura ecológica municipal);O prazo da vigência da suspensão e das medidas preventivas é de dois anos, a contar da data da sua publicação em Diário da República, caducando com a entrada em vigor da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada.

Artigo 5.º

Âmbito temporal

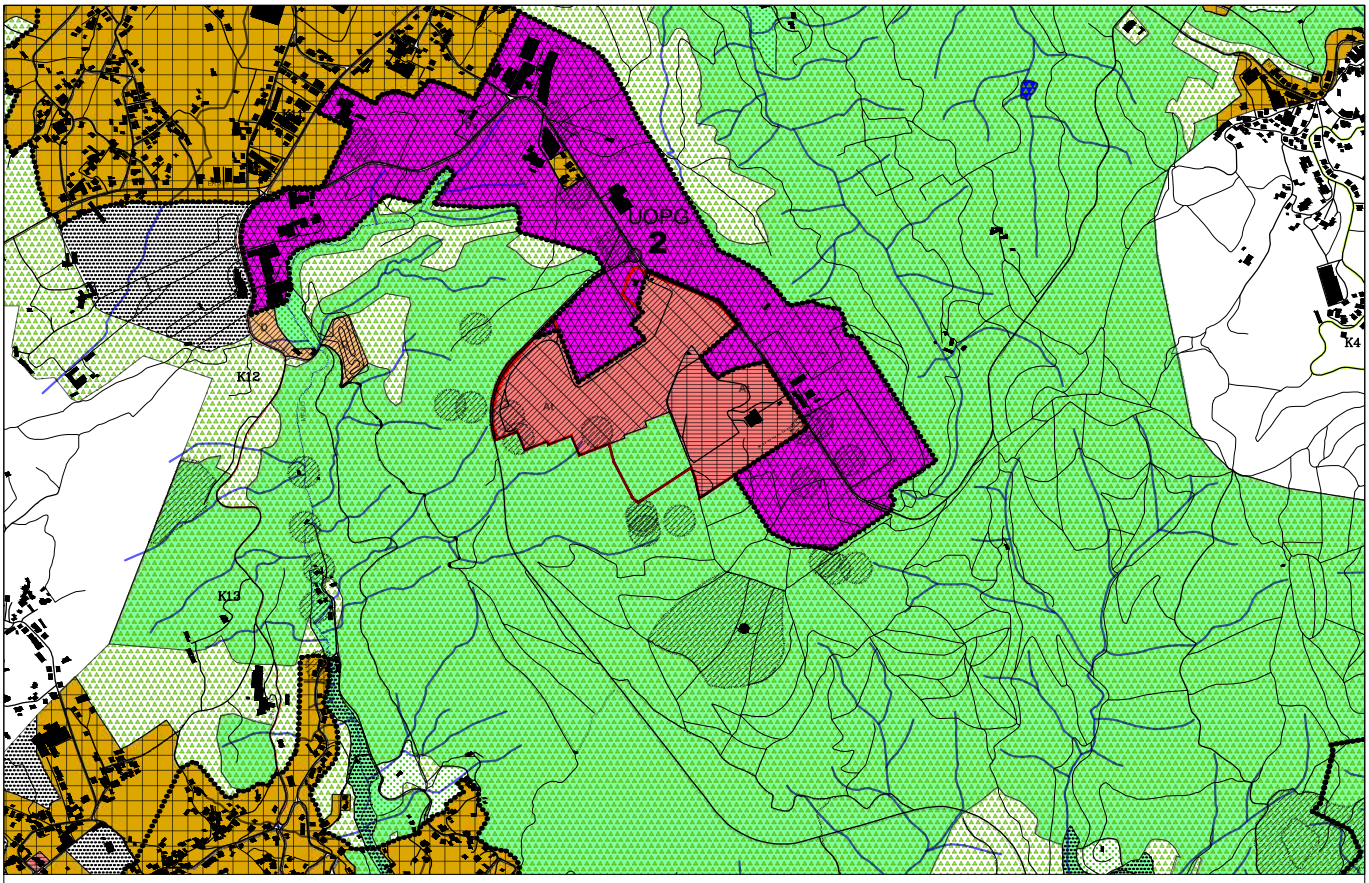
O prazo da vigência da suspensão e das medidas preventivas é de dois anos a contar da data da sua publicação em Diário da República, podendo ser prorrogado por uma única vez e por um período suplementar de 12 meses, sempre que tal seja evidenciado como necessário, caducando com a entrada em vigor da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada, ou com o término do prazo máximo de vigência das Medidas Preventivas.

Artigo 6.º

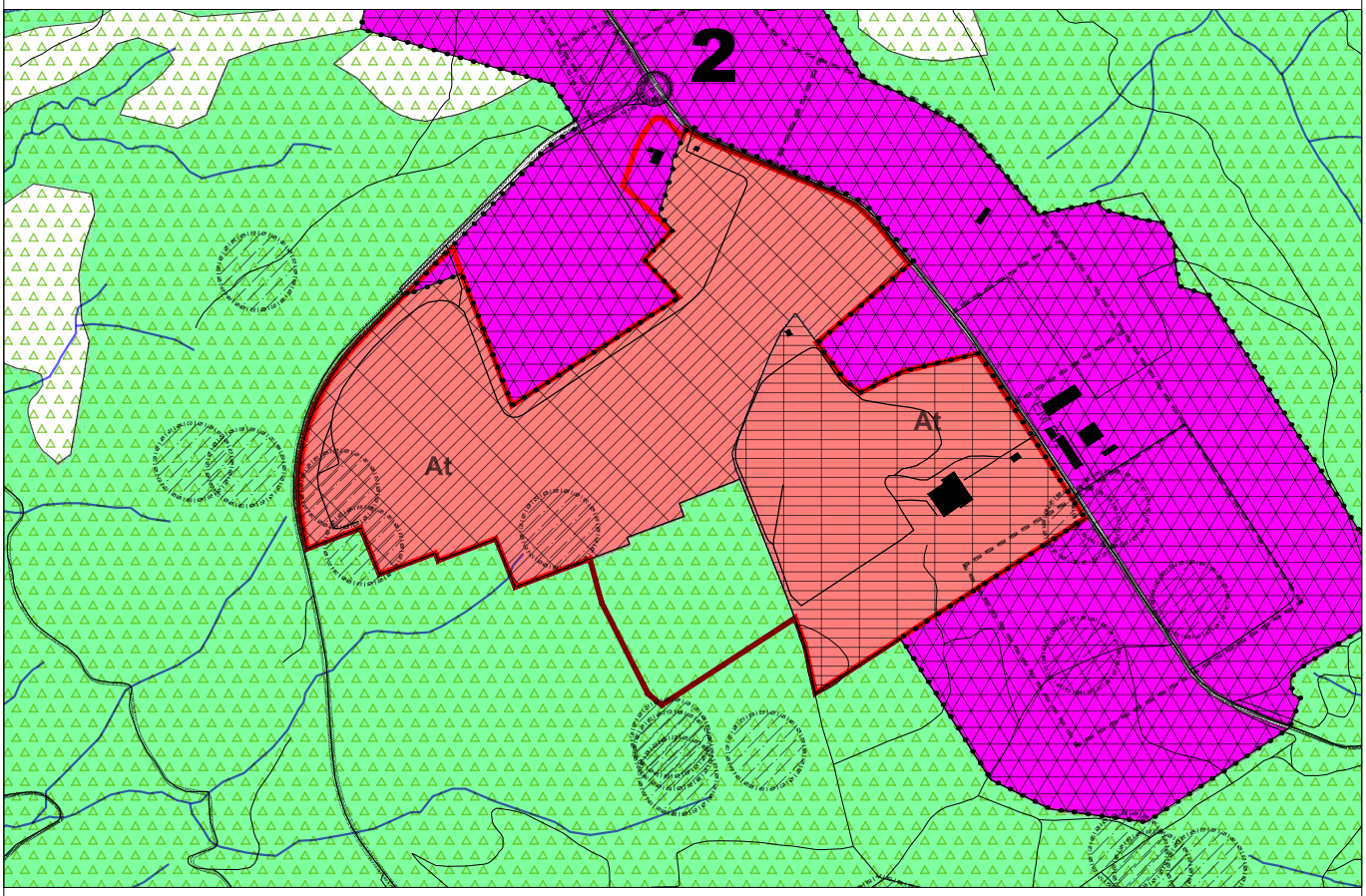
Entrada em vigor

As presentes normas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

ANEXOS



PLANTA DE ORDENAMENTO EM VIGOR COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA A SUSPENDER
Escala: 1/25000



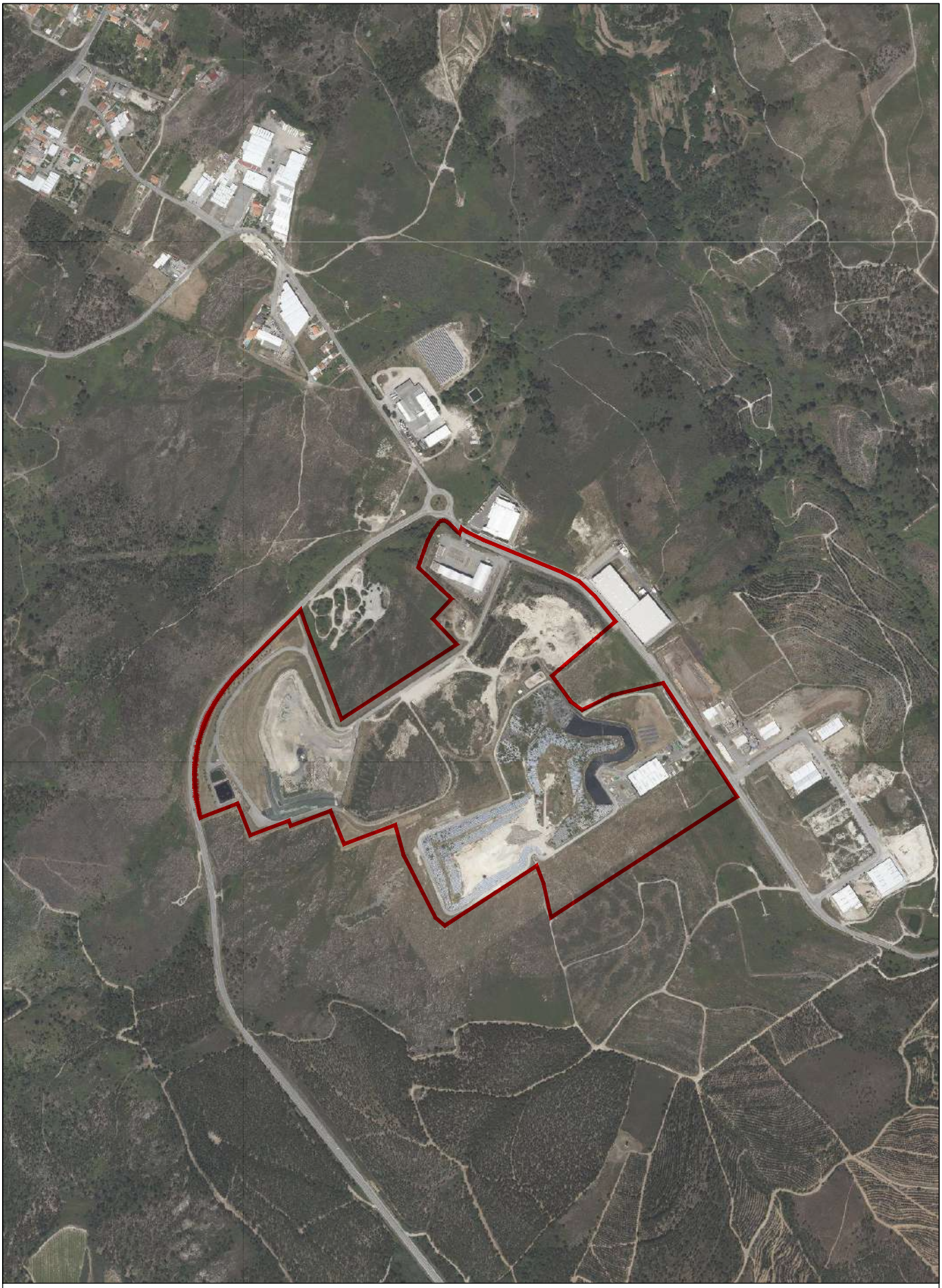
PLANTA DE ORDENAMENTO EM VIGOR COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA A SUSPENDER
Escala: 1/10000

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOUSADA
3ª SUSPENSÃO PARCIAL

dezembro 2023

PLANTA Nº 1



ORTOFOTOMAPA DE 2021 COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA A SUSPENDER
Escala: 1/10000

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LOUSADA
3ª SUSPENSÃO PARCIAL

dezembro 2023

PLANTA Nº 2

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 21147/23** | **2023/11/06**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA36935 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Maria Luisa Meireles de Sousa
Consumidor N.º 29

Na sua atual redação e para efeitos do disposto n.º1 e n.º2, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/21 de 18 Outubro), no respeitante à **comprovada situação de carência económica** dos utilizadores domésticos, informa-se que a condição referida não se aplica, à presente data, no agregado do requerente visado, em virtude de **não se enquadrar em qualquer das disposições aludidas na alínea a), do n.º1 do artigo referido, nem cumprir com o previsto no n.º2 do mesmo, nos termos a que se refere o Artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada**, sendo o rendimento per capita mensal aduzido pelo agregado, superior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€).

Deste modo, este utilizador doméstico é **inelegível para beneficiar da aplicação do Tarifário Social.**

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
06-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

07-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

07-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Tendo em conta o parecer emitido, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara.

07-11-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo

08-11-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º 29, Maria Luísa Meireles de Sousa** e observados os meios de prova apresentados pela própria, confirmo tratar-se de um agregado do tipo **unifamiliar feminino** constituído, unicamente, pela requerente.

Atendendo ao facto de estar-se perante um agregado familiar, **cujo Rendimento Bruto Total Anual não é superior ao valor anual da retribuição mínima mensal garantida (RMMG/2023 - <ou= 10.640,00€) e no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** atenta-se que este agregado deva ser alvo de apoio ao nível do seu pedido, pelo que propõe-se ser-lhe reconhecido o direito à **isenção total da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos finais.**

Mais se informa que **a Informação Social / Avaliação Socioeconómica** de suporte à elaboração deste Parecer, concernente à situação do agregado visado, **encontra-se disponível na Divisão de Ação Social, no Processo N.º 4504/17** – TARIFAS SOCIAIS: Tarifa de Disponibilidade de Água e Águas Residuais.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
06-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

07-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

07-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 21164/23** | **2023/11/06**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA36904 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Heitor Lobão Teixeira

Consumidor N.º100889

Trata-se de um agregado de tipologia alargada composto por dois adultos.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste agregado, informa-se que o requerente beneficia da Prestação Social do **Complemento Solidário para Idosos** (CSI), pelo que, na sua atual redação, cumpre com o disposto da **alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** ficando este utilizador doméstico elegível para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
06-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

07-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

07-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Tendo em conta o parecer emitido, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara.
07-11-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo

08-11-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 23118/23** | **2023/11/30**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA38989 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Joaquina Rosa Ribeiro Teixeira

Consumidor N.º 14749

Trata-se de um agregado de tipologia nuclear sem filhos a cargo composto por dois elementos adultos.

Relativamente à situação socioeconómica atual, de referir que o cônjuge da requerente é **beneficiário da PSI – Prestação Social para a Inclusão,** pelo que tratando-se de um agregado **enquadrável no preceituado da alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, na sua atual redação (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** fica elegível este utilizador doméstico para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;

- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;

- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
30-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

04-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

04-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

05-12-2023

(65) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado ao **requerente/Consumidor N.º 14749, Joaquina Rosa Ribeiro Teixeira** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear sem filhos a cargo, constituído por dois adultos.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social,** em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer,** encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 60/11** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
30-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

04-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

04-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 22795/23** | **2023/11/24**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA35281 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: José Paulo Gomes Magalhães

Consumidor N.º 2699

Na sua atual redação e para efeitos do disposto n.º1 e n.º2, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/21 de 18 Outubro), no respeitante à **comprovada situação de carência económica** dos utilizadores domésticos, informa-se que a condição referida não se aplica, à presente data, no agregado do requerente visado, em virtude de **não se enquadrar em qualquer das disposições aludidas na alínea a), do n.º1 do artigo referido, nem cumprir com o previsto no n.º2 do mesmo, nos termos a que se refere o Artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada**, sendo o rendimento per capita mensal aduzido pelo agregado, superior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€).

Deste modo, este utilizador doméstico é **inelegível para beneficiar da aplicação do Tarifário Social.**

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado ao **requerente/Consumidor N.º2699, José Paulo Gomes Magalhães** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear, constituído por quatro adultos.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social,** em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer**, encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 1713/12** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 22853/23** | **2023/11/27**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA38967 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Armando José Guimarães de Oliveira

Consumidor N.º 10782

Trata-se de um agregado de tipologia nuclear sem filhos a cargo composto por dois elementos adultos.

Relativamente à situação socioeconómica atual, de referir que o requerente é **beneficiário da PSI – Prestação Social para a Inclusão,** pelo que tratando-se de um agregado **enquadrável no preceituado da alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, na sua atual redação (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** fica elegível este utilizador doméstico para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;

- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;

- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
27-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado, em sede da Divisão de Ação Social da CML, assim como observados os meios de prova apresentados pelo próprio, em relação ao **requerente/Consumidor N.º 10782, Armando José Guimarães de Oliveira,** confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear, sem filhos a cargo, composto pelo casal.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita,* **ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, em vigor à data do pedido (448,48€),** e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** a situação visada, **não reúne critérios para apoio** ao nível do seu pedido, **quer seja no direito à isenção total**, **como na redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que a **Informação Social / Avaliação Socioeconómica** de suporte à elaboração deste Parecer e no concernente à situação do agregado visado **encontra-se disponível na Divisão de Ação Social, no Processo N.º5754/22** – TARIFAS SOCIAIS: Tarifa de Disponibilidade de Água e Águas Residuais.

À Consideração Superior

A TÉCNICA SUPERIOR,
27-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 23385/23** | **2023/12/05**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA39009 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Maria da Glória Dias Martins

Consumidor N.º 22454

Trata-se de um agregado de tipologia alargada composto por quatro elementos: 3 adultos e uma criança.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste elemento, informa-se que a irmã da requerente é **beneficiária da PSI – Prestação Social para a Inclusão,** pelo que tratando-se de um agregado **enquadrável no preceituado da alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, na sua atual redação (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** fica elegível este utilizador doméstico para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
05-12-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

05-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

05-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

05-12-2023

(55) Rui Rocha

À reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º22454, Maria da Glória Dias Martins** e observados os meios de prova apresentados pela própria, confirmo tratar-se de um agregado de tipologia alargada composto por 3 adultos e uma criança.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social,** em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer,** encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 5644/22** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
05-12-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

05-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

05-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 480
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **22945/23** | **2023/11/28**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA39071 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Maria Fernanda Soares Borges Moura
Consumidor N.º 20081

Na sua atual redação e para efeitos do disposto n.º1 e n.º2, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/21 de 18 Outubro), no respeitante à **comprovada situação de carência económica** dos utilizadores domésticos, informa-se que a condição referida não se aplica, à presente data, no agregado do requerente visado, em virtude de **não se enquadrar em qualquer das disposições aludidas na alínea a), do n.º1 do artigo referido, nem cumprir com o previsto no n.º2 do mesmo, nos termos a que se refere o Artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada,** sendo o rendimento per capita mensal aduzido pelo agregado, superior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€).

Deste modo, este utilizador doméstico é **inelegível para beneficiar da aplicação do Tarifário Social.**

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
28-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

29-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

04-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(65) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência da articulação efetuada com a Técnica Gestora de Processo Familiar, Dra. Teresa Oliveira, no âmbito do SAAS do Município de Lousada, confirma-se que o agregado do **requerente/Consumidor N.º 20081, Maria Fernanda Soares Borges Moura**, é de tipologia unifamiliar feminino composto, unicamente, pela própria.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social**, em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer**, encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 5760/22** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
28-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

29-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

04-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 256 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 22671/23** | **2023/11/23**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA38715 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Maria José Martins Pereira
Consumidor N.º 19909

Na sua atual redação e para efeitos do disposto n.º1 e n.º2, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/21 de 18 Outubro), no respeitante à **comprovada situação de carência económica** dos utilizadores domésticos, informa-se que a condição referida não se aplica, à presente data, no agregado do requerente visado, em virtude de **não se enquadrar em qualquer das disposições aludidas na alínea a), do n.º1 do artigo referido, nem cumprir com o previsto no n.º2 do mesmo, nos termos a que se refere o Artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada**, sendo o rendimento per capita mensal aduzido pelo agregado, superior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€).

Deste modo, este utilizador doméstico é **inelegível para beneficiar da aplicação do Tarifário Social.**

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
23-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º 19909, Maria José Martins Pereira** e observados os meios de prova apresentados pela própria, confirmo tratar-se de um agregado do tipo **unifamiliar feminino** constituído, apenas, pela requerente.

Atendendo ao facto de estar-se perante um agregado familiar, **cujo Rendimento Bruto Total Anual não é superior ao valor anual da retribuição mínima mensal garantida (RMMG/2023 - <ou= 10.640,00€) e no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** atenta-se que este agregado deva ser alvo de apoio ao nível do seu pedido, pelo que propõe-se ser-lhe reconhecido o direito à **isenção total da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos finais.**

Mais se informa que **a Informação Social / Avaliação Socioeconómica** de suporte à elaboração deste Parecer, concernente à situação do agregado visado, **encontra-se disponível na Divisão de Ação Social, no Processo N.º 103/11** – TARIFAS SOCIAIS: Tarifa de Disponibilidade de Água e Águas Residuais.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
23-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 22776/23** | **2023/11/24**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA36901 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Joaquim Manuel Carvalho Moreira

Consumidor N.º 23497

Trata-se de um agregado de tipologia nuclear com filhos a cargo composto por quatro elementos: o casal e dois filhos menores.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste elemento, informa-se que o requerente é **beneficiário da PSI – Prestação Social para a Inclusão,** pelo que tratando-se de um agregado **enquadrável no preceituado da alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, na sua atual redação (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** fica elegível este utilizador doméstico para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º23497, Joaquim Manuel Carvalho Moreira** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear com filhos a cargo, constituído por dois adultos e duas crianças.

Aferido o total de rendimentos disponíveis no agregado e as despesas fixas que o mesmo sustenta, de salientar que o rendimento *per capita* aduzido por este elemento, **não ultrapassa o valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, em vigência à data do pedido (224,24€)**, conforme previsto no Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada.

Pelo exposto, atendendo à condição de insuficiência económica em presença, assim como, **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser **alvo de apoio** ao nível do seu pedido, pelo que propõe-se à consideração superior seja-lhe reconhecido o **direito à isenção total da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos finais.**

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer,** encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 6077/23** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **22790/23** | **2023/11/24**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA37424 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: José Joaquim Castro dos Santos
Consumidor N.º 12001

Na sua atual redação e para efeitos do disposto n.º1 e n.º2, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/21 de 18 Outubro), no respeitante à **comprovada situação de carência económica** dos utilizadores domésticos, informa-se que a condição referida não se aplica, à presente data, no agregado do requerente visado, em virtude de **não se enquadrar em qualquer das disposições aludidas na alínea a), do n.º1 do artigo referido, nem cumprir com o previsto no n.º2 do mesmo, nos termos a que se refere o Artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada**, sendo o rendimento per capita mensal aduzido pelo agregado, superior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€).

Deste modo, este utilizador doméstico é **inelegível para beneficiar da aplicação do Tarifário Social.**

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, deverá o presente assunto ser submetido a reunião de Câmara.

04-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado ao **requerente/Consumidor N.º12001, José Joaquim Castro dos Santos** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear sem filhos a cargo, constituído por dois adultos.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social,** em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer**, encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 6074/23** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
24-11-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

27-11-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

27-11-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **23427/23** | **2023/12/05**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA35823 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Paula Maria Pereira

Consumidor N.º 20771

Trata-se de um agregado de tipologia nuclear composto por três elementos: 2 adultos e uma criança.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste agregado, informa-se que o companheiro da requerente é **beneficiário da PSI – Prestação Social para a Inclusão,** pelo que tratando-se de um agregado **enquadrável no preceituado da alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, na sua atual redação (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** fica elegível este utilizador doméstico para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
05-12-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

05-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

05-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Em seguimento do parecer emitido, será de enviar o presente assunto a reunião de Câmara.

06-12-2023

(55) Rui Rocha

À Reunião

13-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 256 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de
lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência da articulação efetuada com a Técnica Gestora de Processo Familiar, Dra. Sónia Ferreira, no âmbito do SAAS do Município de Lousada, confirma-se que o agregado do **requerente/Consumidor N.º 20771, Paula Maria Pereira**, é de tipologia nuclear com filhos a cargo composto por dois adultos e uma criança.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita*, **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social**, em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais**, considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido**, pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer**, encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 5770/22** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
05-12-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

05-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

05-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 23910/23** | **2023/12/12**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA38737 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: Maria Joaquina da Silva Vieira Martins da Conceição

Consumidor N.º 25

Trata-se de um agregado de tipologia unifamiliar feminino composto, unicamente, pela própria.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste elemento, informa-se que a requerente beneficia da Prestação Social do **Complemento Solidário para Idosos** (CSI), pelo que, na sua atual redação, cumpre com o disposto da **alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** ficando este utilizador doméstico elegível para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
12-12-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

12-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Tendo em conta o parecer emitido, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara.

15-12-2023

(52) Ana Maria Matos

À Reunião

15-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 480
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º25, Maria Joaquina da Silva Vieira Martins da Conceição** e observados os meios de prova apresentados pela própria, confirmo tratar-se de um agregado de tipologia unifamiliar feminino composto, unicamente, pela requerente.

Aferido o total de receitas disponíveis e de despesas fixas suportadas por este elemento, cujo montante aduzido de *rendimento per capita,* **não ultrapassa o dobro do valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social,** em vigência à data do pedido (448,48€), e **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser alvo de **apoio ao nível do seu pedido,** pelo que **propõe-se à consideração superior**, que lhe seja reconhecido o **direito à redução de 50% das tarifas de disponibilidade** dos utilizadores domésticos finais.

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer**, encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social**, no **Processo N.º 6084/23** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
12-12-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

12-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | Inf. **23890/23** | **2023/12/12**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA38781 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

PARECER TECNICO

Requerente: Manuel Fernando Ferreira Ribeiro

Consumidor N.º 9885

O agregado do requerente, constituído pelo casal, configura uma tipologia de agregado nuclear sem filhos a cargo, composto por dois elementos.

No que respeita à situação socioeconómica dos utilizadores domésticos, nomeadamente, à condição económica em presença no agregado familiar da requerente, informa-se que **subsiste carência económica comprovada, nos termos a que se refere o artigo 10.º do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada**, cujo montante de **rendimento *per capita* mensal apurado, é inferior ao valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, à data em vigor (224,24€)**, pelo que a situação do requerente visado **enquadra-se, na sua atual redação, no disposto n.º2 do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro).**

Neste sentido, **fica este utilizador doméstico elegível para beneficiar do Tarifário Social**.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;

- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;

- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no RTSGRU.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
12-12-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

12-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Tendo em conta o parecer emitido, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara

15-12-2023

(52) Ana Maria Matos

À Reunião

15-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado ao **requerente/Consumidor N.º9885, Manuel Fernando Ferreira Ribeiro** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear sem filhos a cargo, constituído por dois adultos.

Aferido o total de rendimentos disponíveis no agregado e as despesas fixas que o mesmo sustenta, de salientar que o rendimento *per capita* aduzido por este elemento, **não ultrapassa o valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, em vigência à data do pedido (224,24€)**, conforme previsto no Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada.

Pelo exposto, atendendo à condição de insuficiência económica em presença, assim como, **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser **alvo de apoio** ao nível do seu pedido, pelo que propõe-se à consideração superior seja-lhe reconhecido o **direito à isenção total da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos finais.**

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer,** encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social,** no **Processo N.º 5836/22** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
12-12-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

12-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO | **Inf. 23975/23** | **2023/12/13**

DE

Maria Manuela Campelo De Sousa Amaral

ASSUNTO|SUBJECT

Formulário nº WSA39044 - Aplicação do Tarifário Social de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e gestão de RU

INFORMAÇÃO

Requerente: António Joaquim Magalhães Moreira

Consumidor N.º16293

Trata-se de um agregado de tipologia nuclear sem filhos a cargo composto por dois adultos.

Relativamente à situação socioeconómica atual deste agregado, informa-se que o cônjuge do requerente beneficia da Prestação Social do **Complemento Solidário para Idosos** (CSI), pelo que, na sua atual redação, cumpre com o disposto da **alínea a), do nº1, do artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Aviso 19633/2021 de 18 Outubro),** ficando este utilizador doméstico elegível para beneficiar do Tarifário Social.

Face ao exposto:
- O processo deve ser remetido para o DMOA, para ser submetido à aprovação da Exma. Câmara;
- O pedido agora apreciado, tem validade de um ano, a contar da data de decisão, ou menos, se entretanto se alterarem os rendimentos do agregado familiar, devendo neste caso ser comunicado pelo utente ao Serviço;
- O pedido de renovação deve ser submetido à apreciação dos serviços, desde que o solicite com a antecedência de 90 dias em relação ao termo do prazo, devendo para o efeito apresentar os documentos previstos no referido Regulamento.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR
13-12-2023

(359) Manuela Amaral

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.

À Srª. Vereadora.

13-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Tendo em conta o parecer emitido, deverá o assunto ser submetido a reunião de Câmara.

15-12-2023

(52) Ana Maria Matos

À Reunião

15-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

PARECER TÉCNICO

Na sequência do atendimento realizado à **requerente/Consumidor N.º16293, António Joaquim Magalhães Moreira** e observados os meios de prova apresentados pelo próprio, confirmo tratar-se de um agregado do tipo nuclear sem filhos a cargo, constituído pelo casal.

Aferido o total de rendimentos disponíveis no agregado e as despesas fixas que o mesmo sustenta, de salientar que o rendimento *per capita* aduzido por este elemento, **não ultrapassa o valor da Pensão Social do Regime não Contributivo da Segurança Social, em vigência à data do pedido (224,24€)**, conforme previsto no Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Lousada.

Pelo exposto, atendendo à condição de insuficiência económica em presença, assim como, **no cumprimento do disposto na Deliberação *da reunião do Órgão* Executivo, realizada à data de 19 de Novembro de 2012, na qual mereceu aprovação o Regime Único para Tarifas Sociais de Abastecimento de Água e de Águas Residuais,** considero que este agregado deva ser **alvo de apoio** ao nível do seu pedido, pelo que propõe-se à consideração superior seja-lhe reconhecido o **direito à isenção total da tarifa de disponibilidade dos utilizadores domésticos finais.**

Mais se informa que, **o conteúdo inerente à Informação Social / Avaliação Socioeconómica de suporte à elaboração deste Parecer,** encontra-se **disponível na Divisão de Ação Social,** no **Processo N.º 6087/23** - TARIFAS SOCIAIS - Tarifas de disponibilidade de água e saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos.

À Consideração Superior,

A TÉCNICA SUPERIOR,
13-12-2023

(359) Manuela Amaral

Concordo.

À Srª. Vereadora.

13-12-2023

(981) Carla Dias

Concordo,

Ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes.

13-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

município de lousada

SECÇÃO DE COBRANÇAS E GESTÃO DE CLIENTES | **Inf. 23750/23** | **2023/12/11**

DE

Rui Filipe Pinto Rocha

ASSUNTO|SUBJECT

Abastecimento de água e águas residuais - proposta para alteração de estrutura tarifária para o ano 2024

Para o ano de 2024 é necessário submeter a aprovação da Exma. Câmara o novo tarifário de abastecimento de água e águas residuais.

A proposta obedece aos critérios de cálculo para a formação de tarifários definidos pela entidade reguladora (ERSAR), bem como a determinação imposta por aquela entidade no sentido de se proceder à harmonização dos tarifários.

Teve-se ainda em consideração:

- A imposição da ERSAR (entidade reguladora) em relação à obrigatoriedade de garantir a sustentabilidade dos tarifários, tendo como objetivo assegurar a prestação dos serviços públicos essenciais;
- A necessidade de garantir a sustentabilidade e autofinanciamento do sistema e das operações associadas, com a aplicação da inflação ao tarifário de água e tarifário de águas residuais em 1.8%.

Em função do exposto, propõe-se a aprovação do tarifário de abastecimento de água e águas residuais para 2024, conforme proposta em anexo.

Anexo: estrutura do tarifário proposto para 2024.

À consideração superior.

11-12-2023

(65) Rui Rocha

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

A proposta de aprovação de estrutura tarifário para o ano 2024 (AA e AR), deverá ser submetido a reunião de Câmara.

11-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo,

11-12-2023 | (180) José Carlos Nogueira

Concordo,

13-12-2023 | Manuel Nunes

a scgc
agendar para reunião de Câmara

14-12-2023

(180) José Carlos Nogueira

À Paula

14-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água - 2024

1. Tarifário geral	DN (mm)	Tarifa de disponibilidade (diária por utilizador)		Tarifa variável (por m³ de água consumida)		Requisitos / Enquadramento Artigos 44.º e seguintes do Regulamento dos Sistemas Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais
1.1. Utilizador doméstico	15 20 25	Q3 ou Qn ≤ 4m3 / h	0,1225 €	1.º escalão até 5 m3 (até 5,000 litros)/30 dias	0,7508 €	Utilizadores domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água.
				2.º escalão - 5 a 15 m3 (de 5,000 litros a 15,000 litros)/30 dias	1,0135 €	
	>25	6,3 m3 /h ≤ ou Qn ≤ 16 m3 /h	0,3532 €	3.º escalão - 15 a 25 m3 (de 15,000 litros a 25,000 litros)/30 dias	1,6215 €	
				4.º escalão - > 25 m3 (superior a 25,000 litros)/30 dias	2,4480 €	
1.2. Utilizador não-doméstico	15 20 25	Q3 ou Qn ≤ 4m3 / h	0,1763	Escalão único	1,6215 €	Utilizadores não-domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água.
	30 40 50	6,3 m3 /h ≤ ou Qn ≤ 16 m3 /h	0,3532 €			
	65 80 100	25 m3 /h ≤ ou Qn ≤ 63 m3 /h	0,5263 €			
	125 ≤160	100 m3 /h ≤ ou Qn ≤ 160 m3 /h	0,7631 €			
1.3 Fornecimento avulso ou ligações provisórias	15 20 25	Q3 ou Qn ≤ 4m3 / h	0,1763 €	Escalão único	2,5174 €	
1.4 Excesso de água gasto em fugas não reincidentes		Tarifa de disponibilidade da instalação onde ocorreu a fuga		Escalão único	1,0135 €	Presume-se ter existido fuga quando o consumo de um ou dois meses seguidos seja superior a 10 vezes a média dos últimos 12 meses anteriores à ocorrência. No primeiro ano do contrato, presume-se ter existido fuga quando o consumo de um ou dois meses seguidos seja superior a 10 vezes a média dos meses anteriores à ocorrência. Nos casos em que os consumos não excedam 10 vezes as médias referidas, o utilizador pode ainda beneficiar da tarifa de fuga se comprovar a existência da mesma, mediante a entrega da futura da reparação ou confirmação dos serviços municipais. Considera-se que existe reincidência quando tiver ocorrido uma outra fuga há menos de 2 anos. A reincidência afasta a presunção de fuga, pelo que nesses casos o utilizador só poderá beneficiar da tarifa de fuga se comprovar a existência da mesma.
2. Tarifário para famílias numerosas						
2.1. Utilizador doméstico		Q3 ou Qn ≤ 4m3 / h	0,1225 €	1.º escalão até 15 m3 (até 15,000 litros)/30 dias	0,7508 €	Tarifário familiar atribuído a agregados familiares com 5 ou mais residentes. As famílias numerosas são salvaguardadas com redimensionamento do 4.º escalões (3) aplicável a utilizadores com ligação à rede pública de abastecimento de água, e usufruirem de uma redução do preço da tarifa variável no valor de 30%, por cada dependente.
				2.º escalão - 15 a 25 m3 (de 15,000 litros a 25,000 litros)/30 dias	1,6215 €	
				3.º escalão - > 25 m3 (superior a 25,000 litros)/30 dias	2,4480 €	
3. Tarifário social						
3.1. Utilizador doméstico		Isenção ou redução de 50%		1.º escalão até 15 m3 (até 15,000 litros)/30 dias	0,7508 €	Aplicável a utilizadores domésticos que estejam numa situação de carência económica comprovada pelo serviços de ação social do Município (isenção ou redução da tarifa de disponibilidade, conforme os rendimentos);
				2.º escalão - 15 a 25 m3 (de 15,000 litros a 25,000 litros)/30 dias	1,6215 €	
				3.º escalão - > 25 m3 (superior a 25,000 litros)/30 dias	2,4480 €	

4. Prestação de Serviços Diversos	Valor	
4.1. Execução ramal de água	600,6200 €	Execução de segundo ramal de água a pedido utilizador até 20 m. (Ramais com mais de 20 m sob orçamento)
4.2. Suspensão da ligação do serviço a pedido do utilizador	12,5117 €	Esta tarifa será cobrada aquando do pedido do utilizador para suspender a ligação. Será ainda cobrada nos casos em que sejam apresentados pedido de novos contratos, quando estes tenham sido precedidos de pedidos de denúncia de contrato anterior (quando de trate do mesmo utilizador e do mesmo local).
4.3.Reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador	18,7735 €	Esta tarifa será cobrada aquando do pedido do utilizador para reiniciar a ligação. Será ainda cobrada nos casos em que sejam apresentados pedido de novos contratos, quando estes tenham sido precedidos de pedidos de denúncia de contrato anterior (quando de trate do mesmo utilizador e do mesmo local).
4.4. Suspensão da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	12,5117 €	
4.5. Reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador	18,7735 €	
4.6. Mudança de local do contador (só contador — até 1 m)	128,2070 €	Aplicável quando seja possível alterar a localização do contador, até 1m de distância, sem execução de novo ramal
4.7. Execução de ramais de água individuais para substituir ramal comum de prédio em propriedade horizontal	107,3582 €	A Câmara reserva o direito de não prestar este serviço nos casos em que a via pública esteja em bom estado e o valor da tarifa não cubra os custos
4.8. Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores	92,4673 €	Por cada edifício, fração autónoma, ou ainda por cada andar ou divisões suscetíveis de utilização independente.
4.9. Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador	50,0353 €	Esta tarifa não é cobrada quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador.

5. Outros	Valor	
5.1. Colocação da caixa destinada a nicho de contador	41,5870 €	A Câmara reserva o direito de não prestar este serviço nos casos em que o valor da tarifa não cubra os custos respetivos.
5.2. Custos relativos à notificação de avisos de corte	3,5134 €	Valor unitário dos custos administrativos diretamente relacionados com a produção e expedição da notificação do aviso de corte.
5.3. Fornecimento de água a outras autarquias	0,4618 €	No fornecimento a outras autarquias é aplicado o preço praticado pelas Águas Douro e Paiva, S.A., na área geográfica do município.
5.4. Recursos Hídricos Água	0,0309 €	Normas de Aplicação - Despacho nº 484/2009 do Ministro do Ambiente de 8/01/2009

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável

Tarifário do Serviço de Drenagem e Tratamento Águas Residuais - 2024

1. Tarifário geral		Tarifa de disponibilidade (diária por utilizador)	Tarifa variável por m3 de água faturado		Tarifa variável €/ 30 dias	Requisitos / Enquadramento Artigos 44.º e seguintes do Regulamento dos Sistemas Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais.
1.1. Utilizador doméstico	1.1.1. Com ligação à rede pública de abastecimento de água	0,1337 €	1.º escalão até 5 m3 (até 5.000 litros)/30 dias	0,7126 €	n/a	Indexado ao valor da tarifa do sistema de abastecimento
			2.º escalão - 5 a 15 m3 (de 5.000 litros a 15.000	0,8108 €		
			3.º escalão - 15 a 25 m3 (de 15.000 litros a 25.000	0,8918 €		
			4.º escalão - > 25 m3 (superior a 25.000	0,9792 €		
	1.1.2. Sem ligação à rede pública de abastecimento de água; ou com ligação à rede pública de abastecimento de água e outros meios alternativos de abastecimento (consumo ≤10m3)		n/a		7,6172 €	Utilizadores domésticos não ligados à rede pública de abastecimento de água e utilizadores ligados que possuam outros meios de abastecimento de água alternativo cujo consumo a partir da rede pública seja ≤ 10m³/30 dias. O volume de Águas Residuais produzido no período objeto de faturação é estimado em função do consumo médio de água de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal (10m³/30 dias - Faturado 5m3 1º escalão e 5m3 2º escalão) . A presunção do uso de meios alternativos de abastecimento de água pode ser afastada mediante verificação dos serviços municipais, a pedido do utilizador.
1.2. Utilizador não-doméstico	1.2.1. Com ligação à rede pública de abastecimento de água	0,1349 €	Escalão Unico	1,3234 €	n/a	Utilizadores não-domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água.
	1.2.2. Sem ligação à rede pública de abastecimento de água; ou com ligação à rede pública de abastecimento de água e outros meios alternativos de abastecimento (consumo ≤10m3)		n/a		13,2340 €	Utilizadores não-domésticos não ligados à rede pública de abastecimento de água e utilizadores ligados que possuam outros meios de abastecimento de água alternativo cujo consumo a partir da rede pública seja ≤ 10m3/30 dias. O volume de Águas Residuais produzido no período objeto de faturação é estimado em função do consumo médio de água de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal (10m3/30 dias). A presunção do uso de meios alternativos de abastecimento de água pode ser afastada mediante verificação dos serviços municipais, a pedido do utilizador.
	1.2.3. Produtores de águas residuais industriais equivalentes a domésticas	5,0730 €	0,7654 €		n/a	Produtores de águas residuais industriais equivalentes a domésticas, com medidor de caudal eletromagnético.
1.3. Excesso de águas residuais derivado a fugas de água não reincidentes		Tarifa de disponibilidade da instalação onde ocorreu a fuga	0,7126 €		n/a	Indexado ao valor da tarifa de sistema de abastecimento
1.4. Utilizadores da rede pública municipal de saneamento cujo contrato de recolha seja celebrado diretamente com a entidade gestora de saneamento em alta			0,2994 €		n/a	Tarifa de utilização do serviço (apenas drenagem).
1.5 - Serviço de Saneamentode Águas Residuais Urbanas prestado através de meios móveis						É aplicado o tarifário geral para os utilizadores que têm acesso à rede de acordo com os valores previstos no ponto 1.1.1. No caso de utilizadores que não estejam ligados à rede de abastecimento de água ou que comprovadamente consumam água de origens próprias, a tarifa variável de saneamento é aplicada nos termos previstos no ponto 1.1.2. O número máximo anual de limpezas, deve constar no contrato de recolha a celebrar com o utilizador aquando da celebração do pedido.
1.5.1 - Limpeza adicional para além do definido no contrato		Por cada carga adicional			70,3213 €	Só para cintas englobadas no ponto 1.1.2 do tarifário
2. Tarifário para famílias numerosas						
2.1. Utilizador doméstico		0,1337 €	0,7126 €		n/a	As famílias numerosas são salvaguardadas através da fixação de um escalão único igual ao escalão inferior da tarifa variável aplicável a utilizadores domésticos com ligação à rede pública de abastecimento de água.
3. Tarifário social						
3.1. Utilizador doméstico		Isenção ou redução de 50%	1.º escalão até 15 m3 (até 15.000 litros)/30 dias	0,7126 €	n/a	Aplicável a utilizadores domésticos que estejam numa situação de carência económica comprovada pelo serviços de ação social do Município (isenção ou redução da tarifa de disponibilidade, conforme os rendimentos);
			2.º escalão - > 15 m3 (superior a 15.000	0,8108 €		
			n/a		7,6172 €	

4. Prestação de serviços diversos	Valor	
4.1. Colocação de medidor de caudal electromagnético (DN 50) para águas residuais industriais equivalentes a domésticas	253,6662 €	
4.2. Realização de vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento a pedido dos utilizadores.	93,7617 €	Por cada edifício, fração autónoma, ou ainda por cada andar ou divisões suscetíveis de utilização independente
4.3. Execução de ramal de águas residuais	722,3728 €	Execução de segundo ramal de água a pedido utilizador até 20 m. (Ramais com mais de 20 m sob orçamento)
4.4. - Execução de ramais de água individuais para substituir ramal comum de prédio em propriedade horizontal	120,00 €	A Câmara reserva o direito de não prestar este serviço nos casos em que a via pública esteja em bom estado e o valor da tarifa não cubra os custos respetivos.

5. Outros	Valor	
5.1. Recolha e tratamento de efluentes de outras autarquias	0,7206 €	Na recolha e tratamento de efluentes a outras autarquias é aplicado o preço praticado pelas Águas do Norte, S.A., na área geográfica do município.
5.2 Recursos Hídricos Águas Residuais	0,0093 €	Normas de Aplicação - Despacho nº 484/2009 do Ministro do Ambiente de 8/01/2009

Aos valores apresentados acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.

município de lousada

SECÇÃO DE COBRANÇAS E GESTÃO DE CLIENTES | **Inf. 23751/23** | **2023/12/11**

DE

Rui Filipe Pinto Rocha

ASSUNTO|SUBJECT

Resíduos Urbanos - proposta de aprovação de estrutura tarifaria para o ano 2024

Para o ano de 2024 é necessário submeter a aprovação da Exma. Câmara o novo tarifário de Resíduos Urbanos.

A proposta obedece aos critérios de cálculo para a formação de tarifários definidos pela entidade reguladora (ERSAR), bem como a determinação imposta por aquela entidade no sentido de se proceder à harmonização dos tarifários.

Teve-se ainda em consideração:

- A imposição da ERSAR (entidade reguladora) em relação à obrigatoriedade de garantir a sustentabilidade dos tarifários, tendo como objetivo assegurar a prestação dos serviços públicos essenciais;
- Que os tarifários devem obedecer à legislação em vigor e respeitar os princípios de autonomia da entidade gestora, da acessibilidade económica, da defesa do interesse dos utilizadores, da prevenção e valorização da recuperação de custos.

Em função do exposto, propõe-se a aprovação do tarifário Resíduos Urbanos para 2024, com uma atualização aos preços constante em vigor no valor de 1,80% correspondente a metade do valor da inflação, conforme proposta em anexo.

Anexo: estrutura do tarifário proposto para 2024.

À consideração superior.

11-12-2023

(55) Rui Rocha

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

A proposta de aprovação de estrutura tarifário (RU) para o ano 2024, deverá ser submetido a reunião de Câmara.

11-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo,

11-12-2023 | (180) José Carlos Nogueira

Concordo,

13-12-2023 | Manuel Nunes

A SCGC
Agendar para reunião de Câmara

14-12-2023

(180) José Carlos Nogueira

À Paula

14-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos - 2024

1. Tarifário geral		Tarifa de disponibilidade (diária / por utilizador)	Tarifa variável		Requisitos / Enquadramento
			por m^3 de água consumida	€/ 30 dias	Artigos 17.º a 23º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril de 2014 (Deliberação n.º 928/2014)
1.1. Utilizador doméstico	1.1.1. Com ligação à rede pública de abastecimento de água	0,1731 €	0,1674 €	n/a	Utilizadores domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água.
	1.1.2. Sem ligação à rede pública de abastecimento de água; ou com ligação à rede pública de abastecimento de água e outros meios alternativos de abastecimento (consumo ≤10m3)		n/a	0,0558 €	Utilizadores domésticos não ligados à rede pública de abastecimento de água e utilizadores domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água que possuam outros meios alternativos de abastecimento, cujo consumo a partir da rede pública é igual ou inferior a $10m^3$/30 dias. O volume de RSU produzido no período objeto de faturação é estimado em função do consumo médio de água de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal ($10m^3$/30 dias).
1.2. Utilizador não-doméstico	1.2.1. Com ligação à rede pública de abastecimento de água	0,2421 €	0,7870 €	n/a	Utilizadores não-domésticos ligados à rede pública de abastecimento de água.
	1.2.2. Sem ligação à rede pública de abastecimento de água		n/a	0,0558 €	Utilizadores não-domésticos não ligados à rede pública de abastecimento de água. Por não ser possível a indexação ao consumo de água e tendo em consideração o rácio de produção de resíduos face aos restantes utilizadores, estima-se um volume de RSU produzido no período objeto de faturação equivalente ao de um utilizador não-doméstico com consumo de água de $10m^3$/30 dias.
2. Tarifário social					Artigo 22.º do RTSGRU
2.1. Utilizador doméstico	2.1.1. Com ligação à rede pública de abastecimento de água	Isenção ou redução de 50%	0,1656 €	n/a	Aplicável a utilizadores domésticos (cf. requisitos/enquadramento dos pontos 1.1.1. e 1.1.2.) que estejam numa situação de carência económica comprovada pelo serviços de ação social do Município (isenção ou redução da tarifa de disponibilidade, conforme os rendimentos);
	2.1.2. Sem ligação à rede pública de abastecimento de água; ou com ligação à rede pública de abastecimento de água e outros meios alternativos de abastecimento (consumo ≤10m3)		n/a	0,0552 €	
3. Outros		Valor			Requisitos / Enquadramento
3.1. Produtores ocasionais (recolha não diária - contentores de 800L)		4,9718 €			Valor diário por contentor de 800L
3.2 Taxa de Gestão de Resíduos		0,3125 €			Normas de Aplicação - Portaria n.º 278/2015 de 11 de setembro

5. Cláusula de salvaguarda:

Em 2024 e no seguimento do tarifário aprovado em 2023, dar-se-á continuidade às alterações na estrutura tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos, por força da obrigatoriedade da implementação do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril de 2014 (Deliberação n.º 928/2014). Assim, para evitar grandes oscilações e inerentes distorções, fixa-se os limites seguintes para as tarifas variáveis:

a) Utilizadores domésticos com ligação à rede pública de abastecimento de água – a tarifa variável não poderá exceder a correspondente ao consumo de $15m^3$;

b) Utilizadores não-domésticos com ligação à rede pública de abastecimento de água – a tarifa variável não poderá exceder a correspondente ao consumo de $25m^3$.

município de lousada

SECÇAO DE COBRANÇAS E GESTÃO DE CLIENTES | **Inf. 24196/23** | **2023/12/15**

DE

Rui Filipe Pinto Rocha

ASSUNTO|SUBJECT

Beneficio Social - utilizadores Não-Domésticos

Considerando que:

1.- Por deliberação do Executivo Municipal datada de 21/12/2015, no ano de 2016 o tarifário do serviço de Abastecimento de Água, do serviço de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e o tarifário do serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, contemplava na atribuição do tarifário social a utilizadores não-domésticos que sejam pessoas coletivas, sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra cuja ação social o justifique, incluindo as pessoas coletivas religiosas relativamente aos espaços destinados a fins religiosos.

2.- A aplicação deste tarifário configura a aplicação do valor da tarifa de disponibilidade e a aplicação da tarifa variável do tarifário doméstico.

3.- A ERSAR – Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos tem como atribuição avaliar e auditar a fixação e aplicação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal.

4.- Nos termos do n.º 7 do artigo 21º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estão sujeitos a parecer da ERSAR as tarifas municipais dos serviços, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

5.- A ERSAR, na análise ao tarifário de 2023, refere que a beneficiação de tarifário social não-domestico, nos termos referidos no ponto 1 acima, não tem enquadramento na Recomendação Tarifária do Serviço de Águas, onde preconiza no ponto C.2.5.1 que o tarifário social deve ser aplicado apenas a utilizadores domésticos em situação de carência económica comprovada.

6. - Assim propõe-se:

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Tendo em conta o assunto em questão, deverá o mesmo ser submetido a reunião de Câmara.À consideração superior.

15-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo,

15-12-2023 | (180) José Carlos Nogueira

Concordo,

15-12-2023 | Manuel Nunes

A SCGC
Agendar para reunião de Câmara

15-12-2023

(180) José Carlos Nogueira

município de
lousada

6.1 - A correção da estrutura do tarifário para 2024, nos serviços de Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos, com a retirada deste benefício do tarifário social.

6.2 - A aplicação deste benefício por deliberação do executivo municipal, nos moldes previstos anteriormente, nomeadamente a indexação ao tarifário de água, águas residuais e RU e aplicação do valor da tarifa de disponibilidade e á aplicação da tarifa variável do tarifário doméstico.

7. - Este benefício será mensal, deverá ser financiado no âmbito do orçamento municipal e aplicado com base na fatura mensal de consumo de abastecimento de água, água residuais e RU. O valor mensal esperado, e considerando o histórico atual, é no montante de 49.50€.

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

Reunião de 21/12/2015

5. TARIFÁRIO DE ÁGUA, ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

5.1. Estruturas de tarifários de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos para o ano de 2016.

Tendo subjacente a informação nº. 2459/SCGC/2011, de 17/12/2015, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar a estrutura dos tarifários em destaque, documentos que por extensos se dão como reproduzidos, fazendo parte integral da presente ata por apensos à pasta de apoio ao livro de atas.

Abstiveram-se os srs. vereadores da Coligação Lousada Viva. ----------

O sr. Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

"Em termos de água e saneamento a atualização tem subjacente basicamente a inflação e aquela correção que falamos há dias, para aquelas pessoas que têm meios alternativos de abastecimento. Optamos por baixar para seis euros a tarifa aplicada a quem tivesse consumo zero, que anteriormente era de oito euros, e vamos aplicar a todo o universo de consumidores até ao consumo de 10 m³, que é um consumo médio. Com esta tarifa resolvemos o problema da injustiça relativa entre aqueles que estavam a pagar e os que não estavam a pagar e também damos um contributo para a sustentabilidade do sistema porque estava a ficar deficitário.----------

Na área dos resíduos sólidos urbanos, há uma alteração na estrutura tarifária por determinação da ERSAR, que publicou um regulamento tarifário, cuja entrada em vigor determina que o atual tarifário aplicado neste Município, e em muitos outros, deixa de ser legal. Agora os tarifários têm de ter uma componente fixa e outra variável. A componente variável tem que depender de fatores previstos no referido regulamento tarifário, como por exemplo o consumo de água ou consumo de energia. O nosso entendimento foi sendo construído numa articulação quase diária com a ERSAR, porque este processo poderia tornar-se muito complicado, com distorções enormes face ao ponto de partida e também não pretendíamos isso. Assim, defendemos e justificamos a existência de travões para que não houvesse grandes oscilações face à realidade atual. Entendemos que a tarifa variável devia ficar congelada para os consumidores domésticos a partir dos 15 m³, porque entendemos que os utentes que consumam 20 ou 30 m³ de água, não têm necessariamente que produzir mais lixo do que os que consumam 15m3. Percebo que pode haver alguma relação entre o consumo de água e o consumo de lixo, mas a partir de um determinado limite isso deixa de fazer sentido, e por isso congelamos a partir de um determinado valor e a ERSAR concordou com a nossa argumentação, para que não haja grandes distorções.

Adotamos também uma novidade que é o tarifário para as famílias numerosas, como incentivo à natalidade. No que respeita aos tarifários sociais fomos mais além do que está previsto no regulamento tarifário do ERSAR, em duas situações. Uma dessas situações é a possibilidade de beneficiarem do tarifário social as associações sem fins lucrativos O regulamento refere-se

apenas a associações de utilidade pública, mas como sabem o reconhecimento da utilidade pública não está acessível a qualquer instituição, e nós queríamos ir mais além, quèríamos englobar todas as associações sem fins lucrativos. A outra situação prende-se com a possibilidade de beneficiarem do tarifário social os bombeiros voluntários e não apenas os utentes com carência económica. Com isto queremos dar-lhes um incentivo e um reconhecimento pelo seu trabalho humanitário. ----------

O sr. vereador dr. Agostinho Gaspar questionou: ----------

"Mas no geral o tarifário sobe quanto? O valor da inflação?" ----------

O sr. Presidente esclareceu:----------

"Sim,- de uma forma geral o aumento foi o correspondente à inflação, cerca de 1,012. No entanto, há situações que até baixamos, por exemplo, na tarifa de fuga."----------

município de lousada

SECÇÃO DE COBRANÇAS E GESTÃO DE CLIENTES | **Inf. 24194/23** | **2023/12/15**

DE

Rui Filipe Pinto Rocha

ASSUNTO|SUBJECT

Benefício Social - proposta Bombeiros Voluntários

Considerando que,

- Nos termos do artigo 44.º e do artigo 213.º do Regulamento dos Sistemas Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, em vigor no Município de Lousada, cabe à Câmara Municipal, respetivamente, "(...) estabelecer, nos termos legais, as tarifas correspondentes ao fornecimento de água, aluguer de contador ou quota de serviço, a pagar pelos utentes ou utilizadores", bem como definir "(...) os valores das tarifas médias a pagar pelos utilizadores dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais";

- O Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho consagra o regime jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses no território continental;

- Consultando a redação atual do diploma supra mencionado verifica-se que o mesmo determina no artigo 6.º A, sob o título "Benefícios no âmbito dos municípios" que:

  "1 - Sem prejuízo dos poderes regulamentares que lhes são conferidos, os municípios, no âmbito das suas políticas sociais, podem comparticipar atividades de interesse municipal para os bombeiros, nomeadamente de âmbito social, cultural, desportivo e recreativo.

  2 - As comparticipações podem ser concretizadas através de protocolos ou parcerias com entidades legalmente existentes na área do respetivo município.

  3 - As comparticipações referidas no número anterior podem revestir a

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Tendo em conta o assunto em questão, deverá o mesmo ser submetido a reunião de Câmara.À consideração superior.

15-12-2023

(52) Ana Maria Matos

Concordo,

15-12-2023 | (180) José Carlos Nogueira

Concordo,

15-12-2023 | Manuel Nunes

A SAA
Agendar para reunião de Câmara

15-12-2023

(180) José Carlos Nogueira

município de
lousada

forma de concessão de subsídios, isenção ou redução de impostos, de taxas, de tarifas e preços, bem como de autorização para utilização de infraestruturas e equipamentos, ou outras consideradas de interesse para promover o exercício do voluntariado de bombeiros."

Considerando ainda que:

- Por deliberação do Executivo Municipal datada de 21/12/2015, no ano de 2016 o tarifário do serviço de Abastecimento de Água, do serviço de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e o tarifário do serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, contemplava na atribuição do tarifário social a possibilidade de enquadrar os bombeiros, em regime de voluntariado, que integrem o corpo ativo dos bombeiros voluntários com sede no concelho de Lousada, com pelo menos dois anos de funções, comprovado anualmente pela entidade respetiva;

- A aplicação deste tarifário configura a isenção da tarifa de disponibilidade e a aplicação do tarifário social previsto em cada uma das componentes;

- A ERSAR – Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos tem como atribuição avaliar e auditar a fixação e aplicação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal;

- Nos termos do n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estão sujeitos a parecer da ERSAR as tarifas municipais dos serviços, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor;

- Nesta sequência a ERSAR determinou que a beneficiação de tarifário social não-doméstico, nos termos referidos na deliberação supra mencionada não tem enquadramento na Recomendação Tarifária do Serviço de Águas, onde preconiza no ponto C.2.5.1 que o tarifário social deve ser aplicado apenas a utilizadores domésticos em situação de

município de lousada

carência económica comprovada.

Assim propõe-se que o Executivo Municipal delibere, nos termos dos diplomas supra mencionados, o seguinte:

- A criação de um tarifário especial para os bombeiros, em regime de voluntariado, que integrem o corpo ativo dos bombeiros voluntários com sede no concelho de Lousada, com pelo menos dois anos de funções, comprovado anualmente pela entidade respetiva, indexado aos tarifários de abastecimento de água, águas residuais e RU que contempla o não pagamento da tarifa de disponibilidade e a aplicação da tarifa variável conforme o previsto para as tarifas sociais, prevendo-se um encargo mensal por bombeiro no montante de 16,15€ ,o que corresponde a um encargo mensal total para o Município de 355,13€.

- Que o tarifário supra mencionado seja de aplicação mensal.

- Que se proceda à revogação da deliberação supra mencionada.

Reunião de 21/12/2015

5. TARIFÁRIO DE ÁGUA, ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

5.1. Estruturas de tarifários de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos para o ano de 2016.

Tendo subjacente a informação nº. 2459/SCGC/2011, de 17/12/2015, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar a estrutura dos tarifários em destaque, documentos que por extensos se dão como reproduzidos, fazendo parte integral da presente ata por apensos à pasta de apoio ao livro de atas.

Abstiveram-se os srs. vereadores da Coligação Lousada Viva. ----------

O sr. Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

"Em termos de água e saneamento a atualização tem subjacente basicamente a inflação e aquela correção que falamos há dias, para aquelas pessoas que têm meios alternativos de abastecimento. Optamos por baixar para seis euros a tarifa aplicada a quem tivesse consumo zero, que anteriormente era de oito euros, e vamos aplicar a todo o universo de consumidores até ao consumo de 10 m³, que é um consumo médio. Com esta tarifa resolvemos o problema da injustiça relativa entre aqueles que estavam a pagar e os que não estavam a pagar e também damos um contributo para a sustentabilidade do sistema porque estava a ficar deficitário.----------

Na área dos resíduos sólidos urbanos, há uma alteração na estrutura tarifária por determinação da ERSAR, que publicou um regulamento tarifário, cuja entrada em vigor determina que o atual tarifário aplicado neste Município, e em muitos outros, deixa de ser legal. Agora os tarifários têm de ter uma componente fixa e outra variável. A componente variável tem que depender de fatores previstos no referido regulamento tarifário, como por exemplo o consumo de água ou consumo de energia. O nosso entendimento foi sendo construído numa articulação quase diária com a ERSAR, porque este processo poderia tornar-se muito complicado, com distorções enormes face ao ponto de partida e também não pretendíamos isso. Assim, defendemos e justificamos a existência de travões para que não houvesse grandes oscilações face à realidade atual. Entendemos que a tarifa variável devia ficar congelada para os consumidores domésticos a partir dos 15 m³, porque entendemos que os utentes que consumam 20 ou 30 m³ de água, não têm necessariamente que produzir mais lixo do que os que consumam 15m3. Percebo que pode haver alguma relação entre o consumo de água e o consumo de lixo, mas a partir de um determinado limite isso deixa de fazer sentido, e por isso congelamos a partir de um determinado valor e a ERSAR concordou com a nossa argumentação, para que não haja grandes distorções.

Adotamos também uma novidade que é o tarifário para as famílias numerosas, como incentivo à natalidade. No que respeita aos tarifários sociais fomos mais além do que está previsto no regulamento tarifário do ERSAR, em duas situações. Uma dessas situações é a possibilidade de beneficiarem do tarifário social as associações sem fins lucrativos. O regulamento refere-se

apenas a associações de utilidade pública, mas como sabem o reconhecimento da utilidade pública não está acessível a qualquer instituição, e nós queríamos ir mais além, quèríamos englobar todas as associações sem fins lucrativos. A outra situação prende-se com a possibilidade de beneficiarem do tarifário social os bombeiros voluntários e não apenas os utentes com carência económica. Com isto queremos dar-lhes um incentivo e um reconhecimento pelo seu trabalho humanitário. ----------

O sr. vereador dr. Agostinho Gaspar questionou: ----------

"Mas no geral o tarifário sobe quanto? O valor da inflação?" ----------

O sr. Presidente esclareceu:----------

"Sim, de uma forma geral o aumento foi o correspondente à inflação, cerca de 1,012. No entanto, há situações que até baixamos, por exemplo, na tarifa de fuga."----------

município de lousada

DIVISÃO DE MOBILIDADE E EQUIPAMENTO Inf. **23746/23** **2023/12/11**

DE

Fernando Augusto Gonçalves

ASSUNTO|SUBJECT

Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras
Aprovação de projeto de execução e abertura de concurso público

Projecto: 44/2024
Classificação Económica: 07010406
Repartição de encargos: Ano de 2024…….635.868,00€+IVA

1) No âmbito do plano de melhoramento dos Parques Desportivos, prevê a autarquia a construção num futuro próximo de 5 campos em relvado sintético, nomeadamente do Parque de Jogos de Aveleda, Boim, Figueiras, Lodares e Nespereira.

2) Decorrente das dificuldades de implementação do processo de construção em simultâneo, desde logo pela necessidade de garantir a capacidade aos clubes da prática desportiva, prevê-se que seja possível proceder a obras, de forma faseada, de forma que os clubes desportivos possam partilhar os campos alternadamente, enquanto as obras se realizam.

3) Tendo em conta o exposto, torna-se essencial proceder à aprovação do projeto de execução e abertura do procedimento para execução das obras de Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras, propondo-se o concurso público para a formação do contrato de empreitada de obras públicas, nos termos da alínea b) do artº 19 do Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão atualizada, doravante CCP.

4) Atento o exposto na alínea 3 da presente informação e porque está em causa a realização de um projeto base comum deverá prever-se no anúncio e no programa de concurso a possibilidade de posterior recurso ao ajuste direto por critérios materiais, caso tal seja da conveniência da autarquia, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artº 25 do CCP.

Não contratação por lotes: As prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes.

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À consideração superior,

13-12-2023
(168) Fernanda Lemos

Concordo,

13-12-2023 | (180)
José Carlos Nogueira

Concordo,

14-12-2023 |
Manuel Nunes

Apesar do valor do preço base do concurso público (635.868,00€) estar abrangido pela delegação de competências da Câmara Municipal, deliberada em reunião de 27-11-2023, está previsto no presente procedimento de contratação pública a possibilidade de posterior recurso ao ajuste direto por critérios materiais, caso tal seja da conveniência da autarquia, para se proceder à execução de obras similares nos parques de jogos de Aveleda, Lodares e Nespereira. Ou seja, o conjunto da despesa que o presente procedimento poderá vir a originar ultrapassa o limite do valor abrangido pela delegação de competências. Face ao exposto, agende-se o assunto à reunião da Exma. Câmara.

O Presidente da Câmara,

14-12-2023

Pedro Machado

município de lousada

5) O preço base é de **635.868,00€**+IVA, obtido a partir de custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos. Nos termos do artigo 71º do CCP, é considerado preço anormalmente baixo o desvio percentual de 30% em relação à média dos preços das propostas a admitir. Abaixo do limite definido estarão comprometidos os níveis de qualidade do objeto do presente procedimento.

6) A caução será de 5% do valor do contrato.

7) O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com os fatores e subfactores indicados no programa do procedimento;

8) O prazo para apresentação das propostas será de **21 dias**.

9) O prazo de execução será de **90 dias**.

10) Nos termos do previsto no artº 67 do diploma citado, propõe-se que o júri do procedimento seja constituído da seguinte forma:

Membros efetivos:
Presidente – José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor DOMA
Fernanda Maria Morais de Lemos, Chefe de Divisão
Fernando Augusto Gonçalves, Técnico Superior

Membros suplentes:
Sílvia Cristina Barbosa Mendes de Carvalho, Técnica Superior
Sara Oliveira, Técnica Superior

11) Conforme o previsto no nº1 do art.º 290 – A do CCP, propõe-se para gestor do contrato:

Efetivo: Fernanda Maria Morais de Lemos, Chefe de Divisão
Suplente: José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor DOMA

12) Em face do exposto, propõe-se a aprovação dos elementos constantes nesta informação, designadamente:

- Projeto de execução;
- Abertura de Concurso Público para a execução da empreitada, cujo preço base é **635.868,00€+**IVA.
- Júri do procedimento e gestor do contrato;

- Programa do Procedimento e Caderno de Encargos;

13) Conforme deliberação da Reunião do Executivo de 2023/11/27 a delegação de competências para aprovar o projeto, abertura de concurso, júri e gestor do contrato é do Sr. Presidente de Câmara.

14) Tem a presente empreitada o código CPV 45236119-7 (Obras de reparação de campos desportivos).

15) Tendo em vista o proposto deverá ser efetuado o respetivo pedido de cabimentação orçamental, prevendo-se a execução financeira em 2024.

À consideração superior

O Téc. Sup.

13-12-2023

(152) Fernando Gonçalves

Fernando Gonçalves, Engº Civil

CADERNO DE ENCARGOS

EMPREITADA

"**Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**

CONCURSO PÚBLICO

(nos termos da alínea b), do artigo 19.º e artigo 130.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, doravante CCP)

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.ª

Objecto e preço base

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de "**Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"** sendo o preço base de **635.868,00€**.

2 - O objeto da empreitada é a execução de todos os trabalhos que constam do projeto.

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege a empreitada

1 -A execução do Contrato obedece:

a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

b) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro., (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP");

c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respectiva legislação complementar;

d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;

e) Às regras da arte.

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código [alínea não aplicável se o contrato não for reduzido a escrito nos termos da alínea d) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 95.º do CCP];

b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos, integrado pelo programa e pelo projeto de execução e dos elementos que o acompanham

e) O projecto de execução;

f) A proposta adjudicada;

g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projecto de execução [ou o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP], prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 -No caso de divergência entre as várias peças do projecto de execução:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;

b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respectivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50.º e 61.º do CCP;

c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projecto de execução.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

5 – Para os efeitos previstos no CCP, considera-se o projecto fazendo parte integrante do caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao director de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao director de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 – O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha reflectido.

Cláusula 5.ª

Projecto

1 - O projecto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1 - O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição e no estudo de impacte social;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 -O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respectivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projecto que sejam detectados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;

d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adoptar na realização dos trabalhos;

f)A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;

g) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);

h) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos ajustado

1 – No prazo de 20 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 – No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respectivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 – O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 - O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;

Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efectuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 – Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respectivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adoptando as medidas de correcção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 – Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.º

Prazo de execução da empreitada

1 - O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua recepção provisória no prazo que consta da sua proposta, a contar da data da sua consignação.

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1 - O empreiteiro informa mensalmente o director de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efectivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o director de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 – O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Actos e direitos de terceiros

1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o director de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem susceptíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao director de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projecto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2 – Relativamente às técnicas construtivas a adoptar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projecto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 14.ª

Trabalhos Complementares

1 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares que lhe sejam ordenados por escrito pelo dono da obra e lhe sejam entregues todos os elementos da solução da obra necessários à sua execução.

3 - Só pode ser ordenada a execução de trabalhos complementares que resultem de circunstâncias não previstas ou de circunstâncias imprevisíveis desde que se verifiquem, de forma cumulativa, as circunstâncias referidas no n.º 2 e 4 do art. 370º do CCP.

4 -O dono da obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares cuja execução ordene ao empreiteiro.

5 - O empreiteiro é responsável pelos trabalhos complementares que tenham por finalidade o suprimento dos erros e omissões do projeto de execução por si elaborado, exceto quando estes sejam induzidos pelos elementos elaborados ou disponibilizados pelo dono de obra [aplicável apenas no caso de caber ao empreiteiro a elaboração do projeto de execução].

6 – O empreiteiro suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artº 50, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados, mas não tenham sido expressamente aceites pelo dono de obra.

7 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.

8 - O empreiteiro suporta ainda metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo a que se refere o número anterior, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

9 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso os erros ou omissões decorram do incumprimento de obrigações de conceção assumidas por terceiros perante o dono da obra:

a) Deve o dono da obra exercer obrigatoriamente o direito que lhe assista de ser indemnizado por parte destes terceiros;

b) Fica o empreiteiro sub-rogado no direito de indemnização que assiste ao dono da obra perante esses terceiros até ao limite do montante que deva ser por si suportado em virtude do disposto nos n.os 6, 7 e 8.

9 - No caso previsto no número anterior, a responsabilidade dos terceiros perante o dono da obra ou o empreiteiro, quando fundada em título contratual, é limitada ao triplo dos honorários a que tenham direito ao abrigo do respetivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou de negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações

Cláusula 15.ª

Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro

1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projecto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 -Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 – Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 16.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respectivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere a alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projecto, do caderno de encargos, do clausulado contratual [quando o contrato seja reduzido a escrito] e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos colectivos de trabalho aplicáveis.

4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projecto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 17.ª

Ensaios

1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Cláusula 18.ª

Medições

1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projecto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 - As medições são efectuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 - Os métodos e os critérios a adoptar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) Os utilizados nas medições do projecto;

b) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;

c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 - Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra [apenas quando esteja previsto a disponibilização pelo dono da obra de meios necessários à realização da obra] correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de

elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 -No caso de o dono da obra ser demandado por infracção na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o das despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 20.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o director de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adoptadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354 .º do CCP, a efectuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 21.ª

Caução e outros encargos do empreiteiro

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

3 - O valor da caução é de 5% do preço contratual.

4 – Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

5 - Modo de prestação da caução:

5.1 – O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

5.2 - A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

5.3 – O depósito em dinheiro ou títulos é efectuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Lousada, devendo ser especificado o fim a que se destina.

5.4 – Quando o depósito for efectuado em títulos, estes são avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

5.5 – Deverão ser respeitados os modelos anexos ao programa de procedimento referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

5.6 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

5.7 – Tratando-se de seguro-caução, é obrigatória a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

Cláusula 22.ª

Gestão Ambiental

1- O Empreiteiro deverá proceder à análise das actividades constantes no mapa de quantidades patenteado no concurso e eventuais memórias descritivas fornecidas para suporte técnico dos trabalhos a desenvolver, devendo propor à fiscalização, para aprovação, a matriz de avaliação de impactes ambientais significativos, função das condições de execução destes.

2- O pessoal do Empreiteiro deve obediência aos agentes da fiscalização, que interfiram com a área ambiente, nomeadamente nos seguintes casos:

a) Quando terceiros reclamam relativamente a níveis de ruído produzidos pelos trabalhos;

b) Quando terceiros reclamam relativamente a resíduos e eventuais interferências com as suas propriedades;

c) Quando o dono de obra é objecto de acções de Fiscalização por parte de organismos do Ministério do Ambiente.

3- Sempre que no decurso de obra for necessário o contacto com entidades externas à empreitada, nomeadamente com o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), Instituto do Ambiente (IA), Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Instituto Português de Arqueologia (IPA), Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR). Instituto da Água (INAG), Instituto dos Resíduos (INR), autarquias locais, incluindo juntas da freguesia, o Empreiteiro dará conhecimento prévio à fiscalização, e à Fiscalização. O Empreiteiro obriga-se a acatar a determinação da Fiscalização quanto às diligências necessárias a tomar.

4- O Empreiteiro registará todos os contactos e eventuais reclamações recebidas do público afectado pela sua actividade, conjuntamente com as diligências e acções que na sua sequência levou a cabo e destas informará a Fiscalização

5- Previamente à elaboração de acções que possam resultar em restrições à mobilidade, corte de serviços e infra-estruturas públicas, ruído, ou outros efeitos sobre o público em geral, o Empreiteiro informará formalmente os organismos oficiais representativos das populações, das acções a desenvolver, justificando a sua necessidade e explicando as mesmas, bem coma a sua duração. Elaborará uma breve nota apelativa e não técnica, que sujeitará a prévia autorização da fiscalização, e que posteriormente divulgará e publicitará num jornal de tiragem nacional e local, bem como, junto dos locais de maior acesso público.

6- Os Procedimentos e respectivos modelos de registo para as actividades aí previstas, deverão obrigatoriamente ser entregues para apreciação à Fiscalização com uma antecedência de 11 dias úteis relativamente ao início dos trabalhos a que respeitam.

7- O Empreiteiro obriga-se a incluir no Plano de Estaleiro (memória descritiva e planta de estaleiro) os locais para triagem e armazenamento controlado e temporário de resíduos, lavagem de rodados, bacias de sedimentação e respectivos sistemas de reutilização de água, bacias de retenção de óleos etc. Estes locais serão identificados através de pictogramas alusivos aos diversos materiais.

8- O Empreiteiro apresentará os requisitos presentes no ponto anterior para as frentes de trabalho que se verificarem necessárias.

9- O Empreiteiro apresentará a previsão das quantidades de resíduos a serem gerados, por actividade, e enquadrará a identificação destes resíduos num tabela tipo onde seja identificado o resíduo, a actividade que o gera, o seu código LER, o modo como será armazenado temporariamente em obra e o destino final que terá.

10- O Empreiteiro promoverá uma política de reutilização de materiais e resíduos, sempre que a Fiscalização aceder a esta prática, bem como, identificará e implementará práticas de reciclagem e valorização, observando os princípios da hierarquia de gestão de resíduos.

11- Será da responsabilidade do Empreiteiro a obtenção das autorizações para utilização de zonas de empréstimo e depósito temporário de terras.

12- Será da responsabilidade do Empreiteiro a obtenção das autorizações para depósito nos destinos finais que utilizar, bem como a apresentação prévia á fiscalização dos licenciamentos respectivos a estas unidades.

13- O transporte a destino final dos resíduos produzidos será da inteira responsabilidade do Empreiteiro, nomeadamente o fornecimento das guias de acompanhamento de resíduos (modelo nº 1428, Impressa Nacional Casa da Moeda) e a obtenção de todos os licenciamentos incluindo o relativo ao movimento transfronteiriço de resíduos, para resíduos perigosos, caso estes sejam identificados antes e no decurso dos trabalhos.

14- Relativamente aos resíduos designados pela fiscalização, como sendo valorizáveis, ficará a cargo do Empreiteiro a sua triagem, acondicionamento, carga, transporte e descarga em local mais próximo à origem e designado pela fiscalização. Estes resíduos deverão ser encaminhados para o referido local no prazo máximo de 10 dias úteis após terem sido gerados, ou noutros prazo ou cadência previamente acordada com a fiscalização. A qualquer momento a fiscalização, reserva-se o direito de alterar a lista de materiais acrescentando ou removendo resíduos da mesma, a fiscalização reserva-se o direito de devolver ao Empreiteiro, quaisquer equipamentos reutilizáveis ou resíduos valorizáveis que não estejam correctamente triados, acondicionados ou que, como resultado da actividade de carga, transporte e descarga tenham sido danificados, sem prejuízo de os custos associados à perda ou danificação dos equipamentos serem imputados ao Empreiteiro.

15- O Empreiteiro deverá providenciar a obtenção de todas as licenças de utilização de Domínio Público Hídrico, e/ou autorizações de uso de colectores, nomeadamente os municipais.

16- Em matéria ambiental o Empreiteiro é o único responsável perante a fiscalização, e responderá pelos seus subcontratados.

17- O Empreiteiro obriga-se a acautelar o património edificado e arqueológico na área de influência dos trabalhos, em conformidade com o disposto com a legislação em vigor, sendo o acompanhamento efectuado nesta matéria descrito em relatório mensal a apresentar à Fiscalização. Será da responsabilidade do Empreiteiro a promoção do acompanhamento arqueológico a efectuar por arqueólogo devidamente autorizado pela entidade da tutela.

18- Será da responsabilidade do Empreiteiro a obtenção de todas as licenças ambientais necessárias à sua actividade ou às intervenções que realizar, nomeadamente, junto das Câmaras e das CCDR, tendo no entanto que dar conhecimento destas diligências à Fiscalização.

19- O Empreiteiro procederá à avaliação sistemática dos riscos para o ambiente, associados a todos os trabalhos e tomará as medidas de prevenção e de protecção necessárias.

20- Cabe ao Empreiteiro a responsabilidade perante quaisquer incidentes ou acidentes ambientais que produzam prejuízos ou danos materiais ou pessoais.

21- O Empreiteiro obriga-se ao desenvolvimento de quaisquer ensaios que venham a verificar-se necessários, nomeadamente, para a avaliação de contaminação de solos, águas, bem como para a determinação das características dos resíduos, potencialmente classificados como perigosos.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 23.ª

Obrigações gerais

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respectivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respectivo plano.

Cláusula 24.º

Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respectivo programa ao director de fiscalização da obra.

Cláusula 25.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o director de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o director de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 33.ª.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o director de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 26.ª

Preço e condições de pagamento

1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total do valor da adjudicação, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.

2 - Os pagamentos a efectuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18.ª.

3 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura.

4 - As facturas e os respectivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respectivas instruções fornecidos pelo director de fiscalização da obra.

5 -Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo director de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

6 - No caso de falta de aprovação de alguma factura em virtude de divergências entre o director de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respectiva factura ao empreiteiro, para que este elabore uma factura com os valores aceites pelo director de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 27.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 - O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no

número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3 - Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 - A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efectuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 28.ª

Descontos nos pagamentos

1 - Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5 % desse pagamento.

2 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 29.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 30.ª

Revisão de preços

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula.

2 -A revisão de preços obedece à seguinte fórmula:

F08 – Campos de jogos com balneários.

3 -Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

Secção V

Seguros

Cláusula 31.ª

Contratos de seguro

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respectivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efectivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da recepção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afectas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 -Todas as apólices de seguro e respectivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 32.ª

Outros sinistros

1 -O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afectos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afectos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.

2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3 -O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respectivo valor patrimonial.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 33.ª

Representação do empreiteiro

1 - Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um director de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Engenheiro técnico civil, inscrito em Associação Profissional.

3 - Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do director de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direcção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspectos técnicos da execução da empreitada são dirigidos directamente ao director de obra.

5 - O director de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 - O dono da obra poderá impor a substituição do director de obra, devendo a ordem respectiva ser fundamentada por escrito.

7 - Na ausência ou impedimento do director de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o director de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correcta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

Cláusula 34.ª

Representação do dono da obra

1 - Durante a execução o dono da obra é representado pelo director de fiscalização da obra, em todos os aspetos relacionados com a obra, e pelo gestor do contrato em todos os outros aspetos da execução do contrato, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação contratual, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do director de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O director de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, exceptuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 35.ª

Livro de registo da obra

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo director de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

a) Os que se referem a aspectos notáveis da execução da obra, tais como datas de início e conclusão dos trabalhos.

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do director da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo director de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Recepção e liquidação da obra

Cláusula 36.ª

Recepção provisória

1 - A recepção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efectuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua recepção provisória, esta é efectuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objecto de deficiência.

3 – O procedimento de recepção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

4 – A recepção provisória depende da prévia obtenção do certificado "FIFA QUALITY PRO" da FIFA.

Cláusula 37.ª

Prazo de garantia e garantia

1 - O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas.

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 - Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Exceptuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

4 – O contrato pode estipular prazos de garantia diferentes do disposto no nº 1, tratando-se de aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos, o empreiteiro o tenha proposto (nomeadamente o prazo de garantia constante na proposta para a relva sintética).
5 – As garantias, incluindo as garantias voluntárias prestadas pelos produtores face ao empreiteiro relativas aos produtos a incorporar na obra, transmitem-se ao dono de obra, devendo o empreiteiro para o efeito apresentar documento comprovativo da respetiva garantia.

Cláusula 38.ª

Recepção definitiva

1 – No final de cada um dos prazos previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de recepção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A recepção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respectivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detectar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correcção dos problemas detectados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 39.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1 - Feita a recepção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 -Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detectados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais (incluindo as obrigações de garantia), nos seguintes termos:

a) 30% do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do primeiro ano do prazo;
b) 30% do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do segundo ano do prazo;
c) 15% do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do terceiro ano do prazo;
d) 15% do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do quarto ano do prazo;
e) 10% do valor da caução, no prazo de 30 dias após o termo do quinto ano do prazo;

3 – Existindo diferentes prazos de garantia e consequentemente a receções provisórias e definitivas parciais, a liberação da caução, é promovida na proporção do valor respeitante a cada um dos conjuntos de elementos eu compõe a obram designadamente estruturais, construtivos e não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 40.ª

Deveres de informação

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afectar os respectivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afectada a execução do Contrato.

Cláusula 41.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 – A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do Contrato, aplicando-se, com as necessária adaptações, o disposto nos nºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo director de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 - A responsabilidade pelo exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

9 - Em caso de incumprimento pelo cocontratante que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode ordenar que o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequência daquele procedimento, nos termos previstos no art. 318º-A do CCP.

Cláusula 42.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;

b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, directivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direcção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos caso em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da

notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detectados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respectivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respectiva importância.

Cláusula 43.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de actos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 44.ª

Gestor do Contrato

1 - O contraente público, com a celebração do contrato, designa um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunica-los ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 45.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do

Tribunal Administrativo do Círculo de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 46.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 47.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

"**Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**

CONCURSO PÚBLICO

(nos termos da alínea b), do artigo 19.º e artigo 130.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, doravante CCP)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º
Identificação do concurso e consulta do processo de concurso

1. O presente concurso tem a designação de "**Requalificação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras".**

2. – Atendendo que a presente obra se insere no projeto de Requalificação de Parques de Jogos (Aveleda, Boim, Figueiras, Lodares e Nespereira), no qual está prevista a execução de obras nos campos de futebol de Aveleda, Lodares e Nespereira, desde já se indica a possibilidade de se adotar o procedimento de ajuste direto para esta empreitada, nos termos do estipulado na alínea a) do nº 1 do art.º 25 do CCP, caso o Município assim o entenda.

3. - A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Lousada.

4. - O órgão que toma a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Lousada, com sede na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19 – 4621-909 Lousada, telefone: 255 820 500/38 e fax: 255 820 550/65.

5. Propõe-se a adoção de um procedimento por concurso público nos termos do previsto na al. b), do art.º 19.º e art.º 130.º do CCP.

4.- O acesso à plataforma electrónica vortalgov (http://www.vortalgov.pt) para consulta do processo é gratuito e permite efectuar a consulta, o "download" das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.

Artigo 2.º
Alvarás

1 – O alvará de construção emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da

Construção, I.P. deve conter:

a) A 10 ª Subcategoria da 2 ª categoria, a qual tem de ser da classe que cubra o valor global da proposta.

b) Caso o concorrente não disponha de alguma das habilitações exigidas na alínea a), juntará aos documentos de habilitação declaração de compromisso subscrita pelo concorrente, ou, em caso de agrupamento, por todas as empresas dele constituintes, e por cada um dos subempreiteiros, acompanhadas dos alvarás ou respetivas cópias simples, ou dos certificados de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados consoante as situações, e aos quais se vincularão por contrato de subempreitada, celebrado ao abrigo do citado diploma legal, para a execução dos trabalhos que lhe respeitem;

c) Caso o concorrente recorra à faculdade indicada na alínea anterior, deverá juntar em documento anexo à proposta, declaração subscrita por si e por cada um dos subempreiteiros, contendo o valor e a natureza dos trabalhos objeto da subempreitada.

2 – Os consórcios externos de empresas, constituídos nos termos do Artigo 2º deste Programa de Procedimento, aproveitam das autorizações das associadas, devendo, pelo menos, a classe de uma delas cobrir o valor total da proposta

3 – Podem também ser admitidos ao concurso os concorrentes seguintes:
a) Os concorrentes nacionais de outros Estados membros da União Europeia, que apresentem, perante o dono da obra, certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por autoridade competente de Estado membro da União Europeia;

b) Os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que apresentem, perante o dono da obra, certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por autoridade competente de Estado membro da União Europeia, nos termos do mesmo Acordo respectivos instrumentos de aplicação, e que indique os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista;

c) Os concorrentes do espaço económico europeu que não apresentem os requisitos referidos nas alíneas anteriores, bem como os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio, nos termos estabelecidos nesse

Acordo.

Artigo 3.º

Modalidade Jurídica de Associação de Empresas

1 - Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2 – A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante o dono da obra pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do agrupamento e/ou consórcio, terá de ser autorizada previamente pelo dono da obra, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.

3 – Todas as empresas constituintes de agrupamento ou consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação referidos que lhe são aplicáveis.

4 – No caso de a adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, no acto da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do contrato de consórcio, procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à facturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respectiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações do dono da obra ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado.

5 – Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o agrupamento ou consórcio, deverá apresentar juntamente com os documentos, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 4.º

Forma da Proposta

1 - Os documentos que constituem a proposta serão redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não ser, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2 – A proposta de preço deverá ser sempre acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.

3 – O preço da proposta será expresso em Euros e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

4 – A não valorização de todos os itens do mapa de quantidades de trabalho permitirá excluir a proposta de preço, apresentada a concurso.

Artigo 5.º
Critério de apreciação das propostas para adjudicação

1 - O critério de apreciação das propostas é o estabelecido no nº1 da alínea a) do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo aos seguintes fatores e em conformidade com o anexo VII a este programa de procedimento:

a) Preço……..……..….80%
b) Garantia da relva sintética…… ……..20%

2 – Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas cujo valor exceda o valor do preço base, conforme previsto na alínea d) do nº 2 do Artigo 70º do CCP.

3 – Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas que apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no Artigo 71º do CCP.

Artigo 6.º
Inspecção do Local dos Trabalhos

1 – Os interessados poderão proceder à inspecção dos locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas,

devendo inteirar-se das condições do terreno que influam no modo de execução da obra.

2 – Os concorrentes deverão ter em consideração os diversos aspectos condicionados ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso ao local de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.

3 – Os concorrentes deverão analisar cuidadosamente a eventual implicação dos trabalhos com a circulação rodoviária, ferroviária e pedonal. Deverão, nomeadamente, verificar da eventual necessidade de considerar desvios de tráfego provisórios, bem como a de garantir os fluxos da circulação rodoviária e pedonais existentes. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal, deverão ser executados de acordo com a legislação aplicável e ser submetidos à aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no valor da empreitada.

SECÇÃO II

Propostas

Artigo 7.º
Reclamações, pedidos de esclarecimentos ou rectificações sobre as peças patenteadas no concurso:

1 - O órgão competente para prestar os esclarecimentos é Câmara Municipal de Lousada.

2 - Os pedidos de esclarecimento relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos devem ser solicitados por escrito e dirigidos ao órgão definido no ponto 1, até ao **termo do primeiro terço** do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma electrónica vortalGOV na ferramenta de esclarecimentos/comunicações.

3 – Os esclarecimentos a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito aos concorrentes, até ao **fim do segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica vortalGOV na ferramenta esclarecimentos/comunicações.

4 – O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.

5 - Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6 – Quando as rectificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

7 – Quando as rectificações ou os esclarecimentos previstos nos números anteriores, independentemente do momento da sua comunicação implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, por decisão do órgão competente para a decisão de contratar por um período, no mínimo, equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações.

Artigo 8.º
Erros e omissões do Caderno de Encargos

1 – Até ao **termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os interessados devem apresentar, na Plataforma Electrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detectados e que digam respeito ao previsto no artigo n.º 50 do CCP.

2 - Os esclarecimentos e a lista dos erros e omissões a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao **fim do segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas;

3 – As listas apresentadas pelos interessados nos termos do n.º 1, bem como a decisão da entidade competente de contratar prevista no número anterior, são dadas a conhecer a todos os concorrentes, mediante publicação na Plataforma Electrónica, através da ferramenta de **"Mensagens"**.

4 – Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5 – A decisão prevista no número anterior é junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto e será publicado anúncio no Diário da República.

6 - Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

7 – Quando as rectificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

8 – A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo órgão competente para a decisão de contratar, sendo estas decisões juntas às peças do procedimento e publicando-se aviso no Diário da República.

Artigo 9.º
Prazo e Modo de Entrega de Proposta Electrónica

1 - As propostas e os documentos que a instruem, serão entregues até às 17h00m do **21º dia** (incluindo-se na contagem sábados, domingos e feriados) a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

2 - A apresentação das propostas e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma electrónica, devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes.

3 - A entrega das propostas do presente procedimento será efectuada na plataforma electrónica de contratação pública vortalGOV. Os concorrentes terão que assinar electronicamente todos os documentos que associarem à proposta, bem como a proposta.

4 – O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

5 – A data limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 10º
Abertura das Propostas, Publicação da Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1 - A Abertura das Propostas será efectuada na plataforma electrónica de contratação pública vortalGOV, pelo Júri do Procedimento, **pelas 10h00m do 1.º dia útil seguinte à data de entrega das propostas.**

2 - O Júri do Concurso disponibilizará no dia da abertura do concurso na plataforma vortalGOV a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

3 - Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efectuarem o "login" introduzindo o seu "nome de utilizador e a sua "palavra chave".

a) Para efectuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos "respondidos" e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores "Proposta" e "Lista de

Concorrentes", podendo visualizar no separador "Proposta", a proposta que apresentaram e no separador "Lista de Concorrentes", os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

a) De seguida, deverão "clicar" sobre o separador "Lista de concorrentes" e vão visualizar a Lista dos concorrentes que apresentaram proposta ao concurso. Ao "clicar" sobre cada designação da Lista poderão ver todos os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

Artigo 11.º

Proposta com variantes ao Projecto

1 – Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 12.º

Proposta Base

1 – As propostas apresentadas pelos concorrentes são consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem.

Artigo 13.º

Prazo de Execução, preço base e preço anormalmente baixo

1 – O prazo de execução da empreitada é de **90 dias**, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados.

2 – O valor para efeito do concurso (Preço base) é de **635.868,00€**, que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

3 – Nos termos do artigo 71º do CCP, é considerado preço anormalmente baixo o desvio percentual de 30% em relação à média dos preços das propostas a admitir.

Justifica-se pelos altos padrões de qualidade pretendida para o piso desportivo. No caso de ter sido apresentada uma única proposta ou de apenas uma proposta ter sido admitida, é considerado preço anormalmente baixo o inferior em 30% relativamente ao preço base.

Artigo 14.º

Análise de Propostas

1 – As propostas são analisadas em todos os atributos representados pelos factores que densificam o critério da adjudicação, e termos ou condições.

Artigo 15.º

Modelo de avaliação das propostas

1 – O júri procede à avaliação das propostas segundo os critérios de adjudicação do artigo 5.º

Artigo 16.º

Relatório preliminar

1 – O júri procede à elaboração do relatório preliminar no qual propõe:

a) A ordenação das propostas;

b) A exclusão das propostas segundo o n.º2, do artigo 146.º do CCP;

c) Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Artigo 17.º

Audiência prévia

1 – Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.

Artigo 18.º

Relatório Final

1 – Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos

previstos no n.º 2 do artigo 146.º.

2 – No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3 – O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4 – Cabe à entidade adjudicante decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de selecção das propostas ou dos concorrentes para a fase de negociação quando, nos termos do disposto na secção seguinte, seja adoptada essa fase.

Artigo 19.º
Exclusão de propostas

1 – São excluídas as propostas que:

a) Não sejam assinadas pelos concorrentes ou seus representantes com poder para tal.

b) Não contenham os elementos exigidos.

c) Sejam apresentadas com variantes ou com alterações das cláusulas do Caderno de Encargos;

d) Se verifique a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;

e) O preço contratual seria superior ao preço base;

f) Apresentem um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no Artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.

g) O contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

h) Evidenciem a existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 20.º
Esclarecimentos sobre as propostas

1 – Cada concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que a entidade adjudicante considere necessários.
Os esclarecimentos prestados pelos respectivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respectivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70º do CCP.

SECÇÃO III
Adjudicação

Artigo 21.º
Escolha do Adjudicatário

1 – Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, escolhe o Adjudicatário.

Artigo 22.º
Notificação da Escolha do Adjudicatário

1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise das propostas.

2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos deste Programa de Procedimento.

b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88º a 91º do CCP, indicando expressamente o seu valor.

b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 23.º

Caducidade da adjudicação

1 – A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:

a) Não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida;

b) Não preste a caução que lhe seja exigida;

c) Não compareça no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato.

2 – Nos casos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante pode decidir pela adjudicação ao concorrente sucessivamente ordenado para efeitos de adjudicação.

Artigo 24.º

Causas de Não adjudicação

1 – Não há lugar à adjudicação quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;

2– Qualquer uma das previstas no artigo 79.º do CCP.

SECÇÃO IV

Celebração do Contrato

Artigo 25.º

Seguros

1 – O Adjudicatário deverá ser tomador dos seguros estabelecidos no n.º 1 da Cláusula 33.ª do

Caderno de Encargos.

Artigo 26.º

Minuta do Contrato, notificação, adjudicação e caução

1 – A minuta do contrato será remetida, após a adjudicação, ao concorrente cuja proposta haja sido preferida, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias após a sua recepção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada a mesma minuta.

2 – No caso de o adjudicatário ser um agrupamento ou consórcio, este deverá, ainda apresentar o respectivo contrato.
No contrato ficarão indicados os trabalhos a realizar em regime de subempreitada, a identidade dos respectivos subempreiteiros e as condições relativas aos correspondentes pagamentos, prazos, qualidade dos trabalhos, preços e respectiva revisão.

3 - Na empreitada só poderão ter lugar as subempreitadas que figurem no contrato ou que entretanto venham a ser autorizadas pelo dono da obra, as quais serão realizadas nas condições para as mesmas estabelecidas e nos termos dos artigos 383.º do CCP.

4 – O dono da obra notificará o adjudicatário do dia, local e hora de assinatura do contrato.

5 – O valor da caução é de 5% do preço contratual, sem prejuízo do seu reforço nos termos previstos nos termos previstos no art. 353º do CCP.

6 – Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

7 - Modo de prestação da caução:

7.1 – O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

7.2 - A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

7.3 – O depósito em dinheiro ou títulos é efectuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Lousada, devendo ser especificado o fim a que se destina.

7.4 – Quando o depósito for efectuado em títulos, estes são avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

7.5 – Deverão ser respeitados os modelos anexos ao programa de procedimento referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

7.6 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

7.7 – Tratando-se de seguro-caução, é obrigatória a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

SECÇÃO V
Declarações e Documentos

Artigo 27.º
Documentos de habilitação

1 – O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 10 dias a contar da notificação da adjudicação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do presente programa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do Artigo 55º do CCP.

c) Alvarás ou títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, nos termos do artigo 2.º deste Programa de Procedimento.

d) Se for o caso, alvarás ou título de registo da titularidade de subcontratados, acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes e indicados na proposta

e) No caso de se tratar de adjudicatário ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que não seja titular do alvará ou do título de registo atrás referidos deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

2 – Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

3 – Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

4– Quando o adjudicatário for uma agrupamento de pessoas singulares ou colectivas:
a) Os documentos previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

b) O documento referido na alínea c) do nº 1, tem que ser apresentado por todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a actividade da construção.

c) É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto a alínea d) do nº 1.

5– Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

Artigo 28.º

Documentos que instruem a proposta

1 – A proposta será instruída com os seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente, assinada por si ou seu representante, de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa.

b) Proposta de preço assinada pelo concorrente ou seu representante elaborado em conformidade com o modelo constante do anexo III ao presente programa.

c) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução.

d) Documento com o prazo de garantia proposto pelo concorrente para a relva sintética (*a indicação de prazo inferior a 5 anos implica a exclusão da proposta por aplicação da alínea b) do n.º1 do art. 37º do Caderno de encargos*).

e) Declaração assinada pelo concorrente ou seu representante com indicação dos preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás para efeito da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.

f) Plano de trabalhos devidamente detalhado, com fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas.

f) Plano de mão-de-obra.

g) Plano de equipamento.

h) Plano de pagamentos.

i) Memória Descritiva do modo de execução da obra, indicando também a organização prevista para a execução dos trabalhos, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspectos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada.

j) Testes e respetivo número do relatório elaborado por laboratório devidamente credenciado pela FIFA e a conclusão do teste que aprova o sistema com a relva proposta para qualidade FIFA 2 estrelas ou FIFA Quality Pro, onde deverão constar as respetivas características técnicas.

k) Ficha técnica do modelo de relva proposto devidamente assinada e carimbada pelo fabricante onde deverão constar as características técnicas.

l) Quadro resumo de características técnicas da relva sintética (Anexo VI).

m) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a formulação da sua proposta.

7 - Conteúdo dos documentos

a) O Plano de Trabalhos será constituído, pelo menos, pelos seguintes elementos e explicitará, inequivocamente, o prazo de execução correspondente à proposta de preço, e a contar da data da consignação:

Programa de Trabalhos detalhado (incluindo todas as espécies de trabalho previstas no mapa de trabalhos e quantidades, isto é todos os artigos do referido mapa), tendo como escala de tempo a semana ou mês e sob a forma de Diagrama de Barras. Este Programa deverá conter no mínimo:

i)Duração de cada atividade;

Podendo ainda conter:

Precedências e ligações de cada atividade;

Quantidades de trabalho que estão associadas a cada atividade;

Caminho crítico;

Identificação de marcos ou prazos parcelares das frentes de trabalho;

Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão-de-obra e equipamento.

b) O Plano de equipamento conterá no mínimo número e tipo de equipamento e duração do seu emprego, tudo relacionado com o planeamento dos trabalhos podendo ainda conter a indicação das zonas e frentes de trabalho.

c) O Plano de Mão-de-Obra, elaborado em harmonia com o Programa de trabalhos, conterá no mínimo indicação das categorias profissionais podendo conter número de pessoas por actividade.

d) O Plano de Pagamentos elaborado em harmonia com o Programa de Trabalhos conterá os valores mensais e acumulados dos trabalhos previstos no referido Programa.

e) Se for o caso, declaração subscrita por si e por cada um dos subempreiteiros, contendo valor e a natureza dos trabalhos objecto da subempreitada.

SECÇÃO VI
Disposições Finais

Artigo 29.º
Legislação aplicável

Em tudo o omisso no presente Programa aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Artigo 30.º
Comunicações e notificações

1 - As notificações previstas no Código dos Contratos Públicos serão efectuadas através da Plataforma Electrónica vortalGOV.

2- No caso referido no número anterior, as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário podem ser feitas pelos meios neles referidos.

Anexo VI

QUADRO RESUMO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA RELVA SINTÉTICA

Descrição	Valores mínimos	Valores da solução proposta (tolerância de 10%)
Altura mínima da fibra (mm)	45	
Densidade mínima da fibra (Dtex)	15000	
Espessura mínima da fibra (mícron)	400	
Peso apenas da fibra (gr/m2)	1430	

Anexo VII

Fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, implicando a ponderação, dos seguintes fatores:

A) Preço (€)…….. Cotação de 80%

B) Garantia da relva sintética …….. Cotação de 20%

Para efeitos do cálculo da pontuação final da proposta (PF), a mesma será obtida pela aplicação da seguinte fórmula matemática, a saber:

$$PF=0,80A+0,20B$$

Sendo que:

PF=Pontuação final da proposta;

A=Preço (€);

B=Garantia da relva sintética.

As classificações de cada um dos fatores antes enunciados serão obtidas através das seguintes formas de valorização:

A) **Preço (€) – (80%)** – para apreciação deste fator, a pontuação de cada proposta será calculada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo atribuída a pontuação de 0 (zero) pontos á proposta correspondente ao preço base estabelecido, a as restantes propostas serão pontuadas com a normalização do preço respetivo apresentado àquele preço, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$A=[(PB-PP)/PB]x100$$

Sendo que:

A= pontuação do preço da proposta;

PB= preço base do procedimento;

PP= preço da proposta em análise.

B) **Garantia da relva sintética – (20%)** – para apreciação deste fator, será atribuída a cada proposta a pontuação obtida de acordo com o seguinte:

- Para a avaliação deste fator deve a garantia ser apresentada pelos concorrentes.
- A apresentação de um prazo de garantia inferior a 5 anos para a relva sintética implica a exclusão da proposta (vide alínea b) do n.º 1 do art. 37º do Caderno de Encargos).

Período de garantia da relva sintética:

Período de garantia igual ou superior a 10 (dez) anos.....20 pontos
Período de garantia igual ou superior a 9 (nove) anos e inferior a 10 (dez) anos ……....16 pontos
Período de garantia igual ou superior a 8 (oito) anos e inferior a 9 (nove) anos…….……....12 pontos
Período de garantia igual ou superior a 7 (sete) anos e inferior a 8 (oito) anos……..…....8 pontos
Período de garantia igual ou superior a 6 (seis) anos e inferior a 7 (sete) anos…….……....4 pontos
Período de garantia igual ou superior a 5 (cinco) anos e inferior a 6 (seis) anos.…….……....0 pontos

C) Atento os critérios antes descritos a adjudicação será efetuada à proposta que obtenha maior pontuação, resultante da aplicação da fórmula antes descrita.

D) No caso igualdade entre a pontuação de uma ou mais propostas, a diferenciação das propostas, para efeito da sua hierarquização por mérito e subsequente adjudicação, efetuar-se-á tomando por referência, de forma sucessiva e até que se obtenha a diferenciação:

1) O prazo de garantia (garantia mais elevada);
2) O preço proposto (preço mais baixo);
3) O somatório dos preços unitários propostos para a execução dos trabalhos compreendidos nos artigos do mapa de trabalhos e quantidades previstas nos artigos 2.5.1 e 3.5.1 (preço mais baixo).

Municipio de Lousada

MAPA DE MEDIÇÕES

Empreitada:

Requalificação de Parques de Jogos:

Campos de Boim e Figueiras

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES			TOTAIS		
			COMP(m)	LARG(m)	ALT(m)	PARCIAIS	ACUMULADO	
1	**ESTALEIRO**							
1.1	Montagem, construção e desmontagem do estaleiro, incluindo arranjo paisagistico da área ocupada após desmontagem.	1				1,0	1,0	un
1.2	Implementação do plano de segurança e saude do estaleiro, que deverá ser desenvolvido pelo adjudicatário adaptando-o à sua estrutura, condições especificas e meios mobilizados para a obra, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde (em projecto) fornecido, e de acordo com o artigo 6º do decreto-lei nº 273/2003 de 29 de Outubro.	1				1,0	1,0	un
1.3	Implementação do Plano de prevenção e Gestão de Residuos de Construção e Demolição (RCD), em conformidade com o artigo 55.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, na sua atual redação - (Regime Geral da Gestão de Resíduos)", incluindo os meios humanos e todos os materiais, equipamentos e trabalhos necessários.	1				1,0	1,0	un
1.4	Encargos inerentes à realização de ensaios em laboratório oficial conforme C.E.	1				1,0	1,0	un
2	**PARQUE DE JOGOS DE BOIM**							
2.1	MOVIMENTO DE TERRAS							
2.1.1	Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.	1	69,0	112,0		7728,0	7728,0	m²
2.1.2	Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética. O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser.	1	69,0	112,0		7728,0	7728,0	m²
2.1.3	Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.	1	69,0	112,0		7728,0	7728,0	m²
2.2	VEDAÇÕES							
2.2.1	Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).	2	70,0	6,0		840,0	840,0	m²
2.2.2	Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.	20				20,0	20,0	un
2.3	SISTEMA DE DRENAGEM							
2.3.1	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.
2.3.2	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação dotubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	1	20,0			20,0	20,0	m.l.
2.3.3	Fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotextil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES COMP(m)	LARG(m)	ALT(m)	TOTAIS PARCIAIS	ACUMULADO	
2.3.4	Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação ás infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	1	20,0			20,0	20,0	m.l.
2.3.5	Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.	16				16,0	16,0	un
2.3.6	Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	16				16,0	16,0	un
2.3.7	Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.
2.3.8	Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	4				4,0	4,0	un
2.3.9	Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	1	136,0			136,0	136,0	m.l.
2.4	SISTEMA DE REGA							
2.4.1	Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes	1,00	350,0			350,0	350,0	m.l.
2.4.2	Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	1,00	350,0			350,0	350,0	m.l.
2.4.3	Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, inclundo ligações acessórios e trabalhos inerentes	8,00				8,0	8,0	un
2.4.4	Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.	8,00				8,0	8,0	un
2.4.5	Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.	1,00				1,0	1,0	un
2.4.6	Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.	1,00				1,0	1,0	un
2.4.7	Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	1,00	1800,0			1800,0	1800,0	m.l.
2.4.8	Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	8,00				8,0	8,0	un
2.4.9	Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.	8,00				8,0	8,0	un
2.4.10	Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.	1,00				1,0	1,0	un
2.4.11	Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)	1,00				1,0	1,0	un
2.4.12	Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.	8,00				8,0	8,0	un
2.4.13	Fornecimento e instalação de controlo automátci de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)	1,00				1,0	1,0	un

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES COMP(m)	DIMENSÕES LARG(m)	DIMENSÕES ALT(m)	TOTAIS PARCIAIS	TOTAIS ACUMULADO	
2.4.14	Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos electicos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acesórios, materiaisi e trabalhos inerentes.	1,00				1,0	1,0	un
2.4.15	Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.	1,00				1,0	1,0	un
2.4.16	Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.	1	80,0			80,0	80,0	m.l.
2.5	RELVA SINTÉTICA							
2.5.1	Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2.	1	68,0	112,0		7616,0	7616,0	m²
2.5.2	Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo. O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensaios comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado.	1				1,0	1,0	un
2.5.3	Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.	1	68,0	112,0		7616,0	7616,0	m²
2.6	EQUIPAMENTO DESPORTIVO							
2.6.1	Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	2				2,0	2,0	un
2.6.2	Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	4				4,0	4,0	un
2.6.3	Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.	2				2,0	2,0	un
3	**PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS**							
3.1	MOVIMENTO DE TERRAS							
3.1.1	Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.	1	68,0	109,0		7412,0	7412,0	m²

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES COMP(m)	DIMENSÕES LARG(m)	DIMENSÕES ALT(m)	TOTAIS PARCIAIS	TOTAIS ACUMULADO	
3.1.2	Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética. O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser.	1	68,0	109,0		7412,0	7412,0	m²
3.1.3	Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.	1	68,0	109,0		7412,0	7412,0	m²
3.2	VEDAÇÕES							
3.2.1	Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).	2	70,0	6,0		840,0	840,0	m²
3.2.2	Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.	20				20,0	20,0	un
3.3	SISTEMA DE DRENAGEM							
3.3.1	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.
3.3.2	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação dotubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	1	20,0			20,0	20,0	m.l.
3.3.3	Fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotextil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.
3.3.4	Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação ás infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	1	20,0			20,0	20,0	m.l.
3.3.5	Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.	16				16,0	16,0	un
3.3.6	Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	16				16,0	16,0	un
3.3.7	Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	1	348,0			348,0	348,0	m.l.
3.3.8	Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	4				4,0	4,0	un
4.3.9	Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	1	136,0			136,0	136,0	m.l.
3.4	SISTEMA DE REGA							
3.4.1	Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes	1,00	350,0			350,0	350,0	m.l.

MAPA DE MEDIÇÕES

Empreitada:

Requalificação de Parques de Jogos:

Campos de Boim e Figueiras

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES COMP(m)	LARG(m)	ALT(m)	TOTAIS PARCIAIS	ACUMULADO	
3.4.2	Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	1,00	350,0			350,0	350,0	m.l.
3.4.3	Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, inclundo ligações acessórios e trabalhos inerentes	8,00				8,0	8,0	un
3.4.4	Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.	8,00				8,0	8,0	un
3.4.5	Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.	1,00				1,0	1,0	un
3.4.6	Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.	1,00				1,0	1,0	un
3.4.7	Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	1,00	1800,0			1800,0	1800,0	m.l.
3.4.8	Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	8,00				8,0	8,0	un
3.4.9	Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.	8,00				8,0	8,0	un
3.4.10	Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.	1,00				1,0	1,0	un
3.4.11	Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)	1,00				1,0	1,0	un
3.4.12	Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.	8,00				8,00	8,0	un
3.4.13	Fornecimento e instalação de controlo automátci de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)	1,00				1,00	1,0	un
3.4.14	Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos electicos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acesórios, materiaisi e trabalhos inerentes.	1,00				1,00	1,0	un
3.4.15	Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.	1,00				1,00	1,0	un
3.4.16	Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.	1	80,0			80,00	80,0	m.l.
3.5	RELVA SINTÉTICA							
3.5.1	Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2.							

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nºde partes iguais	DIMENSÕES			TOTAIS		
			COMP(m)	LARG(m)	ALT(m)	PARCIAIS	ACUMULADO	
		1	68,0	109,0		7412,0	7412,0	m²
3.5.2	Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo. O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensasio comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado.	1				1,0	1,0	un
3.5.3	Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.	1	68,0	109,0		7412,0		
3.6	EQUIPAMENTO DESPORTIVO							
3.6.1	Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	2				2,0		
3.6.2	Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	4				4,0	4,0	un
3.6.3	Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.	2				2,0	2,0	un

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES

Empreitada:

Requalificação de Parques de Jogos:

Campos de Boim e Figueiras

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
1	**ESTALEIRO**				
1.1	Montagem, construção e desmontagem do estaleiro, incluindo arranjo paisagistico da área ocupada após desmontagem.	un	1,00		
1.2	Implementação do plano de segurança e saude do estaleiro, que deverá ser desenvolvido pelo adjudicatário adaptando-o à sua estrutura, condições especificas e meios mobilizados para a obra, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde (em projecto) fornecido, e de acordo com o artigo 6º do decreto-lei nº 273/2003 de 29 de Outubro.	un	1,00		
1.3	Implementação do Plano de prevenção e Gestão de Residuos de Construção e Demolição (RCD), em conformidade com o artigo 55.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro, na sua atual redação - (Regime Geral da Gestão de Resíduos)”				
	, incluindo os meios humanos e todos os materiais, equipamentos e trabalhos necessários.	un	1,00		
1.4	Encargos inerentes à realização de ensaios em laboratório oficial conforme C.E.	un	1,00		
2	**PARQUE DE JOGOS DE BOIM**				
2.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
2.1.1	Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.	m²	7728,00		
2.1.2	Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética. O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser.	m²	7728,00		
2.1.3	Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.	m²	7728,00		
2.2	VEDAÇÕES				
2.2.1	Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).	m²	840,00		
2.2.2	Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.	un	20,00		
2.3	SISTEMA DE DRENAGEM				
2.3.1	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	m.l.	348,00		
2.3.2	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação dotubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	m.l.	20,00		

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
2.3.3	Fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotextil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	m.l.	348,00		
2.3.4	Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação ás infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	m.l.	20,00		
2.3.5	Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.	un	16,00		
2.3.6	Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	un	16,00		
2.3.7	Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	m.l.	348,00		
2.3.8	Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	un	4,00		
2.3.9	Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	m.l.	136,00		
2.4	SISTEMA DE REGA				
2.4.1	Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes	m.l.	350,00		
2.4.2	Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	m.l.	350,00		
2.4.3	Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, incluindo ligações acessórios e trabalhos inerentes	un	8,00		
2.4.4	Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.	un	8,00		
2.4.5	Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.	un	1,00		
2.4.6	Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.	un	1,00		
2.4.7	Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	m.l.	1800,00		
2.4.8	Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	un	8,00		
2.4.9	Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.	un	8,00		
2.4.10	Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.	un	1,00		

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
2.4.11	Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)	un	1,00		
2.4.12	Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.	un	8,00		
2.4.13	Fornecimento e instalação de controlo automátci de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)	un	1,00		
2.4.14	Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos electicos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acesórios, materiaisi e trabalhos inerentes.	un	1,00		
2.4.15	Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.	un	1,00		
2.4.16	Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.	m.l.	80,00		
2.5	RELVA SINTÉTICA				
2.5.1	Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2.	m²	7616,00		
2.5.2	Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo. O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensaios comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado.	un	1,00		
2.5.3	Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.	m²	7616,00		
2.6	EQUIPAMENTO DESPORTIVO				

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
2.6.1	Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	un	2,00		
2.6.2	Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	un	4,00		
2.6.3	Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.	un	2,00		
3	**PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS**				
3.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
3.1.1	Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.	m²	7412,00		
3.1.2	Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética. O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser.	m²	7412,00		
3.1.3	Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.	m²	7412,00		
3.2	VEDAÇÕES				
3.2.1	Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).	m²	840,00		
3.2.2	Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.	un	20,00		
3.3	SISTEMA DE DRENAGEM				
3.3.1	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	m.l.	348,00		
3.3.2	Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação dotubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.	m.l.	20,00		
3.3.3	Fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotextil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	m.l.	348,00		

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
3.3.4	Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação ás infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.	m.l.	20,00		
3.3.5	Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.	un	16,00		
3.3.6	Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	un	16,00		
3.3.7	Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	m.l.	348,00		
3.3.8	Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.	un	4,00		
4.3.9	Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	m.l.	136,00		
3.4	SISTEMA DE REGA				
3.4.1	Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes	m.l.	350,00		
3.4.2	Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	m.l.	350,00		
3.4.3	Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, incluindo ligações acessórios e trabalhos inerentes	un	8,00		
3.4.4	Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.	un	8,00		
3.4.5	Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.	un	1,00		
3.4.6	Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.	un	1,00		
3.4.7	Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	m.l.	1800,00		
3.4.8	Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.	un	8,00		
3.4.9	Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.	un	8,00		
3.4.10	Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.	un	1,00		
3.4.11	Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)	un	1,00		
3.4.12	Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.	un	8,00		

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
3.4.13	Fornecimento e instalação de controlo automátci de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)	un	1,00		
3.4.14	Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos electicos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acesórios, materiaisi e trabalhos inerentes.	un	1,00		
3.4.15	Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.	un	1,00		
3.4.16	Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.	m.l.	80,00		
3.5	RELVA SINTÉTICA				
3.5.1	Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2.	m²	7412,00		
3.5.2	Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo. O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensasio comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado.	un	1,00		
3.5.3	Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.	m²	7416,00		
3.6	EQUIPAMENTO DESPORTIVO				
3.6.1	Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	un	4,00		
3.6.2	Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.	un	4,00		

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES	**Empreitada:** Requalificação de Parques de Jogos: Campos de Boim e Figueiras			
DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS
3.6.3 Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.	un	2,00		

Municipio de Lousada

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES	**Empreitada:** Requalificação de Parques de Jogos: Campos de Boim e Figueiras Pág. **8/14** -

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS

Municipio de Lousada

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES	**Empreitada:** Requalificação de Parques de Jogos: Campos de Boim e Figueiras Pág. **9/14** -

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES	**Empreitada:** Requalificação de Parques de Jogos: Campos de Boim e Figueiras Pág. **10/14** -

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS

MAPA DE TRABALHOS E QUANTIDADES	**Empreitada:** Requalificação de Parques de Jogos: Campos de Boim e Figueiras Pág. **11/14** -

	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidad.	QUANTIDADES	PREÇOS	IMPORTÂNCIAS

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE
FASE PROJETO

"BENEFICIAÇÃO DE PARQUES DE JOGOS: CAMPOS DE BOIM E FIGUEIRAS"

Dono da Obra
Câmara **M**unicipal de **L**ousada

ELABORADO (José Manuel Sousa)	**APROVADO** (Dono da Obra)

Índice

1.1 – CARACTERIZAÇÃO DA OBRA 3

1.1.1– Caraterísticas Gerais: 3

1.1.2– Caraterísticas Especificas: 3

1.2– RESPONSABILIDADES DOS INTERVENIENTES 12

1.2.1 - Dono de Obra 12

1.2.2 – Coordenador de projeto 12

1.2.3 – Representante do Dono de Obra 12

1.2.4 – Execução da Obra: 12

1.2.5 – Seguro de acidentes de trabalho: 14

1.2.6 – Trabalhadores: 14

1.2.7 – Equipamentos: 15

1.2.8 – Condicionalismos existentes: 15

1.2.9 – Seleção de subempreiteiros e trabalhadores independentes: 15

1.2.10 – Primeiros Socorros: 17

1.2.11 – Combate a Incêndios: 17

1.1 – CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

A presente empreitada tem como principal atividade a beneficiação de 2 campos de jogos, Boim e Figueiras. Trata-se de uma obra onde será necessário a utilização de equipamentos móveis de grande porte para movimento de terras para acerto de cotas (escavação e aterro). Será utilizado também equipamentos móveis na construção de muros de suporte e vedação, colocação de postes. Antes de iniciar estes trabalhos, a entidade executante terá que apresentar PTRE`s para validação/aprovação do dono de obra.
Todos os outros trabalhos serão de risco reduzido, envolvendo a execução de muretes de vedação, aplicação de rede de vedação, infraestruturas de pequena profundidade (rede de drenagem e rede de rega), aplicação e regularização de base para aplicação de relva sintética, colocação dos equipamentos previstos no mapa de trabalhos.

1.1.1– Caraterísticas Gerais:

- Organização dos trabalhos complementares;
- Montagem e desmontagem de estaleiro;
- Movimento de terras (escavação e aterro);
- Trabalhos de construção civil (abertura de valas e execução de maciços, muros de suporte e vedação);
- Infraestruturas de águas;
- Aplicação da relva sintética;
- Colocação das colunas na vertical e vedações;
- Colocação dos equipamentos;

1.1.2– Caraterísticas Especificas:

Estaleiro - Montagem e desmontagem do estaleiro, incluindo a conservação de acessos, todos os trabalhos necessários à criação de desvios provisórios e a sinalização necessária. Estão ainda incluídos todos os trabalhos necessários à criação de plataformas de trabalho, todos os trabalhos de remoção e reposição de vedações, assim como, o arranjo da área ocupada pelo estaleiro e áreas afetas à execução dos trabalhos.

Aplicação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) em conformidade com o artigo 55.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos) e conforme indicação do projeto. Adaptação

contínua à realidade da obra, nomeadamente à retificação de quantidades e classificação dos resíduos obtidos.

Aplicação do Plano de Segurança e Saúde do estaleiro, que deverá ser desenvolvido pelo adjudicatário adaptando-o à sua estrutura, às condições específicas e aos meios mobilizados para a obra, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde (em projeto) fornecido e de acordo com o artigo 6º do Dec-Lei n.º273/2003 de 29 de Outubro.

Trabalhos a executar:

1 ESTALEIRO

1.1 Montagem, construção e desmontagem do estaleiro, incluindo arranjo paisagístico da área ocupada após desmontagem.

1.2 Implementação do plano de segurança e saúde do estaleiro, que deverá ser desenvolvido pelo adjudicatário adaptando-o à sua estrutura, condições específicas e meios mobilizados para a obra, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde (em projeto) fornecido, e de acordo com o artigo 6º do decreto-lei nº 273/2003 de 29 de Outubro.

1.3 Implementação do Plano de prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), em conformidade com o art 10 do DL nº46/2008 de 12 de Março, incluindo os meios humanos e todos os materiais, equipamentos e trabalhos necessários.

1.4 Encargos inerentes à realização de ensaios em laboratório oficial conforme C.E.

2 PARQUE DE JOGOS DE BOIM

2.1 MOVIMENTO DE TERRAS

2.1.1 Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.

2.1.2 "Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética.

O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser."

2.1.3 Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.

2.2 VEDAÇÕES

2.2.1 Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).

2.2.2 Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.

2.3 SISTEMA DE DRENAGEM

2.3.1 Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.

2.3.2 Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.

2.3.3 Fornecimento e aplicação de coletor/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotêxtil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.

2.3.4 Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação às infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.

2.3.5 Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.

2.3.6 Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.

2.3.7 Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

2.3.8 Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.

2.3.9 Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

2.4 SISTEMA DE REGA

2.4.1 Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes

2.4.2 Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

2.4.3 Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, inclundo ligações acessórios e trabalhos inerentes

2.4.4 Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.

2.4.5 Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.

2.4.6 Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.

2.4.7 Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

2.4.8 Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

2.4.9 Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.

2.4.10 Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.

2.4.11 Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)

2.4.12 Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.

2.4.13 Fornecimento e instalação de controlo automátci de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)

2.4.14 Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos electicos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acesórios, materiaisi e trabalhos inerentes.

2.4.15 Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.

2.4.16 Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.

2.5 RELVA SINTÉTICA

2.5.1 "Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2."

2.5.2 "Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo.

O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensasio comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado."

2.5.3 Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.

2.6 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

2.6.1 Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos

gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

2.6.2 Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

2.6.3 Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.

3 PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS

3.1 MOVIMENTO DE TERRAS

3.1.1 Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação, eventual transporte a vazadouro do empreiteiro dos produtos sobrantes e todos os trabalhos necessários à sua perfeita execução.

3.1.2 "Trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética.

O coroamento da base será em 4 águas, com pendente 0,8% e recurso a equipamento laser."

3.1.3 Fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética, incluindo mão de obra e todos os trabalhos de compactação e nivelamento necessários ao seu perfeito acabamento.

3.2 VEDAÇÕES

3.2.1 Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (Incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários).

3.2.2 Fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação, fundação em betão e todos os trabalhos e materiais necessários a sua perfeita execução.

3.3 SISTEMA DE DRENAGEM

3.3.1 Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm, incluindo todos os trabalhos necessários.

3.3.2 Movimento de terras na abertura e tapamento de vala em solos, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação dotubo corrugado Ø315mm, incluindo todos os trabalhos necessários.

3.3.3 Fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotextil, incluindo todos os acessórios de ligação necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.

3.3.4 Fornecimento e aplicação de tubo PP corrugado Ø315mm SN8, incluindo envolvimento em areia, ligação ás infraestruturas existentes e todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, bem como todos os trabalhos necessários e complementares.

3.3.5 Execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido e todos os trabalhos necessários e complementares.

3.3.6 Execução de ligação da caleira ás caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.

3.3.7 Fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão, remates nas entregas das caixas de visita e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

3.3.8 Execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações e todos os acessórios e materiais inerentes.

4.3.9 Fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão, juntas e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

3.4 SISTEMA DE REGA

3.4.1 Escavação em abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção, aterros compactados e transporte a vazadouro dos produtos sobrantes

3.4.2 Fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis, acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

3.4.3 Fornecimento e montagem de aspressores "POP-UP" de 2" Ø modelo PLAYGROUND, ou equivalente, inclundo ligações acessórios e trabalhos inerentes

3.4.4 Ligações dos aspressores à electrovalvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios.

3.4.5 Fornecimento, instalação e testagem de programador electrónico digital, RAIN BIRD modelo ESP-Me de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega, ou equivalente.

3.4.6 Fornecimento e instalação de quadro eléctrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador electrónico, com arranque suave para motor de 20cv, protecção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água, incluindo todos os acessórios, materiais, ligações e trabalhos inerentes.

3.4.7 Fornecimento e instalação de cabo eléctrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm, incluindo todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

3.4.8 Fornecimento, instalação e testagem de electroválvula RAIN BIRD modelo 300BPE, ou equivalente, com corpo em bronze, Ø 3" e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes.

3.4.9 Fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas modelo VB-JMB-H da RAIN BIRD, ou equivalente.

3.4.10 Fornecimento, inslação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv, marca WILO, modelo TWI 6.60-08-B, ou equivalente, em aço inox, incluindo todos os trabalhos necessários ao seu prefeito funcionamento.

3.4.11 Fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saida da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção, e todos os acessórios, materiais e trabalhos inerentes à ligação à conduta principal de Ø100mm.(vg)

3.4.12 Execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas.

3.4.13 Fornecimento e instalação de controlo automático de enchimento do reservatório, através de electroválvula tipo Rain Bird de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro eléctrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic e todos os acessórios necessários.(vg)

3.4.14 Fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos elétricos, modelo VB-10-RND-H da RAIN BIRD, ou equivalente, incluindo acessórios, materiais e trabalhos inerent

3.4.15 Fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro, areia e todos os acessórios necessários.

3.4.16 Execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro eléctrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.

3.5 RELVA SINTÉTICA

3.5.1 "Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol. Inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante. Inclui todos os trabalhos necessários à sua perfeita instalação. Marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro e Considera-se um Backing duplo, passível de incrementar exponencialmente a força de união entre a fibra e o backing. As fibras de polietileno constituintes do sistema a propor deverão apresentar a densidade mínima de 15.000 Dtex e a espessura mínima de 400 micron e o sistema devera ter um número de filamentos igual ou superior a 127000/m2 e um peso global de fibra e backing igual ou superior a 2.500gr/m2."

3.5.2 "Execuação de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo.

O sistema da relva deverá ter a capacidade de ser certificada FIFA QUALITY PRO, sendo obrigatório a entrega dos ensasio comprovativos do sistema (relva e base amortecedora), executada através de laboratório devidamente credenciado."

3.5.3 Fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água. Com uma absorção ao choque >= 35% (segundo ensaios FIFA 04a), e uma permeabilidade a água >= 12500 mm/h (segundo Norma EN12616) A largura dos rolos >= 2 m e o comprimento continuo deste da largura do campo, envitando uniões adicionais. Esta base amortecedora terá de incluir cortes para optimização da drenagem. Deverá ser entregue a ficha técnica do fabricante devidamente assinada pelo mesmo garantido as caracteristicas solicitadas.

3.6 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

3.6.1 Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm, e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

3.6.2 Fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos e todos os trabalhos necessários à sua perfeita aplicação.

3.6.3 Fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.

1.2– RESPONSABILIDADES DOS INTERVENIENTES

1.2.1 - Dono de Obra

Nome: Camara Municipal de Lousada
Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro,
4620-695 Lousada
Telefone: 255 820 500
E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

1.2.2 – Coordenador de projeto

Nome: Camara Municipal de Lousada – Departamento de Obras Municipais e Ambiente
Morada: Praça Dr. Francisco Sá Carneiro,
4620-695 Lousada
Telefone: 255 820 500
E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

1.2.3 – Representante do Dono de Obra

Nome:
Morada:
Telefone:
-mail:

1.2.4 – Execução da Obra:

O prazo previsto de execução da obra será de 90 dias

Trata-se de uma obra com trabalhos de risco moderado, em que os trabalhos a executar serão principalmente a execução de movimento de terras para aplicação de bases com pendentes necessárias para aplicação das camadas da relva sintética e construção das redes de drenagem e rede de rega. Abertura de vala (de pequena profundidade) para colocação das infraestruturas, a execução de maciços para colocação de coluna na vertical, através de grua e execução dos muros de vedação.

Todos os trabalhos inerentes à parte elétrica serão executados sem tensão, a ligação à rede elétrica só será feita após todos os trabalhos executados.
Trata-se de uma obra simples, o que não impede os trabalhadores estarem expostos a riscos de segurança e saúde. Assim e conforme nº4 do artº5 do Decreto-Lei nº273/2003 de 29 de Outubro, desta forma e para garantir a prevenção e o controlo, deve o adjudicatário apresentar o PSS e FPS para os trabalhos a executar.

- Movimento de terras (escavação e aterro, abertura de vala e execução de maciços);

- Devem ser entregues as fichas de segurança em português de todos os produtos aplicados em obra.

O PSS deve cumprir com artigo 11 do Decreto-Lei nº273/2003 de 29 de Outubro que a seguir se transcreve:

"Artigo 11.º
Desenvolvimento do plano de segurança e saúde para a execução da obra

1 — A entidade executante deve desenvolver e especificar o plano de segurança e saúde em projeto de modo a complementar as medidas previstas, tendo nomeadamente em conta:

a) As definições do projeto e outros elementos resultantes do contrato com a entidade executante que sejam relevantes para a segurança e saúde dos trabalhadores durante a execução da obra;

b) As atividades simultâneas ou incompatíveis que decorram no estaleiro ou na sua proximidade;

c) Os processos e métodos construtivos, incluindo os que exijam uma planificação detalhada das medidas de segurança;

d) Os equipamentos, materiais e produtos a utilizar;

e) A programação dos trabalhos, a intervenção de subempreiteiros e trabalhadores independentes, incluindo os respetivos prazos de execução;

f) As medidas específicas respeitantes a riscos especiais;

g) O projeto de estaleiro, incluindo os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e as instalações sociais;

h) A informação e formação dos trabalhadores;

i) O sistema de emergência, incluindo as medidas de prevenção, controlo e combate a incêndios, de socorro e evacuação de trabalhadores.

2 — O plano de segurança e saúde para a execução da obra deve corresponder à estrutura indicada no anexo II e ter juntos os elementos referidos no anexo III.

- Será fixado na obra o horário de trabalho praticado, bem como todas as comunicações previstas na lei.

1.2.5 – Seguro de acidentes de trabalho:

Será organizado pelo adjudicatário um processo para o controlo dos seguros de acidentes de trabalho.

Farão parte integrante desse processo, os respetivos documentos comprovativos de validade.

1.2.6 – Trabalhadores:

Deve ser apresentada lista nominal dos trabalhadores a afetar à empreitada;

No âmbito da Medicina no trabalho devem ser apresentadas as fichas de aptidão dos trabalhadores devidamente assinadas;

Deve ser apresentado comprovativo da formação ministrada aos trabalhadores sobre os riscos a que vão estar expostos na presente empreitada.

1.2.7 – Equipamentos:

Os equipamentos afetos à empreitada deverão estar acompanhados dos respetivos manuais, assim como do registo das inspeções e manutenções a que foram sujeitas.

1.2.8 – Condicionalismos existentes:

Sem prejuízo de outros que a Entidade Executante e a Coordenação de Segurança em Obra deverão verificar, identificam-se desde já como maiores condicionalismos existentes no local e no meio envolvente que, direta ou indiretamente, podem prejudicar ou condicionar os trabalhos no estaleiro, os seguintes.

- Presença de outros trabalhadores na obra
- Possível passagem de pessoas junto ao local
- Redes técnicas instaladas (enterradas e aéreas)
- Relevo do terreno

Na preparação e planeamento dos trabalhos, a E.E. deverá ter em consideração esses condicionalismos identificados, assim como outros que venha a detetar na fase de execução, e planear e implementar todas as medidas necessárias à prevenção de Incidentes face aos riscos associados.

1.2.9 – Seleção de subempreiteiros e trabalhadores independentes:

Sem prejuízo de a E.E ter de organizar em arquivo separado o registo previsto no nº1 do artº21 do DL 273/2003 de 29 de Outubro e assegurar e controlar que cada empregador organize o registo previsto no nº2 dos mesmo artigo e Decreto-Lei, a E.E. deverá também, efetuar o controlo de todos os subcontratados que permaneçam no estaleiro mais de 24 (vinte e quatro) horas, registando e mantendo permanentemente atualizado esse controlo utilizando para o efeito o modelo próprio elaborado pela E.E. a incluir. Esse modelo deverá conter toda a informação relevante.

A E.E. deverá manter o PSS permanentemente atualizado, sendo responsável pela sua preparação, verificação e validação, devendo a aprovação competir ao Responsável pela Direção Técnica da Obra.

Trabalhadores provenientes de empresas de cedência de trabalho temporário, apenas poderão exercer atividades com riscos especiais caso estejam qualificados para as mesmas, devendo fazer-se prova pela inscrição na Segurança Social e FAM (Ficha Aptidão Médica).

A E.E. deverá incluir em todos os subcontratos, cláusulas específicas sobre o presente plano de segurança e saúde, e todas as obrigações decorrentes deste relativamente aos subcontratados. Deverá em particular fazer referência nesses subcontratos à apresentação de toda a documentação exigida neste PSS, nomeadamente:

- Especificação do alvará do subempreiteiro, caso aplicável, (numero, categoria e subcategorias que interessam em função do tipo de intervenção);

- Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil e respetivo recibo;

- Cópia de contrato em execução do qual conste que atividade exerce na empreitada;

- Declaração de situação contributiva regularizada perante a segurança social e respetivos mapas de descontos;

- Apólice de seguros de responsabilidade civil e respetivos recibos de liquidação de prémios;
- Comprovativos da existência de serviços de segurança e higiene organizados;

- Declaração de situação tributária regularizada;

- Horário de trabalho mencionando a obra em questão, com indicação da morada;

Esses registos mensais relativos ao modelo a elaborar pela E.E. e seus anexos devem estar junto ao desenvolvimento do PSS.

Em relação aos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados, que trabalhem em obra durante um prazo superior a vinte e quatro horas, deverá ser elaborada uma

lista, de acordo com modelo elaborado pela E.E., da qual constam os trabalhadores afeto, nomeadamente com a seguinte informação:

- Ficha de aptidão Médica na qual deve constar a categoria profissional e deverá especificar que o trabalhador se encontra apto para trabalhar em altura e/ou espaços confinados, caso estas se encontrem no âmbito das suas atividades;

- Ficha de entrega dos EPI`s na qual deve constar a descrição dos equipamentos adequados à atividade/categoria do trabalhador, visando a proteção contra os riscos identificados a que está exposto e clarificação sobre a quem compete o fornecimento aos trabalhadores dos EPI`s de uso permanente e os de uso temporário (em particular, quando se trate de subcontratados de cedência de mão-de-obra), etc.

1.2.10 – Primeiros Socorros:

Deverá existir em obra uma caixa de primeiros socorros;

Deve existir um trabalhador com formação em primeiros socorros devidamente identificado e do conhecimento de todos os trabalhadores;

1.2.11 – Combate a Incêndios:

Deverá existir em obra meios de primeira intervenção designadamente extintor;

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 7 do artigo 290.º do CCP)

Fernanda Maria Morais de Lemos, na qualidade de Chefe da Divisão de Mobilidade e Equipamentos do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19, 4624 - 909 Silvares – LSD, tendo sido designado gestor do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangido na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com o cocontratante. ----------

---- Mais declara que se durante a execução do contrato tiver conhecimento da participação nele de outros operadores económicos, designadamente cessionários ou subcontratados, relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao contraente público, para efeitos de impedimento ou escusa, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, Dezembro de 2023

(Assinatura) _____

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 5 do artigo 67.º do CCP)

José Carlos de Sousa Nogueira, na qualidade de Diretor do Departamento de Obras Municipais do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19, 4624 - 909 Silvares – LSD, participando como membro do júri no procedimento de formação do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangido na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa. ----------

---

---- Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, Dezembro de 2023

(Assinatura) 

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 5 do artigo 67.º do CCP)

Fernanda Maria Morais de Lemos, na qualidade de Técnica Superior do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19, 4624 - 909 Silvares – LSD, participando como membro do júri no procedimento de formação do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangido na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa. ----------

---

---- Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, Dezembro de 2023

(Assinatura) _____

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 5 do artigo 67.º do CCP)

Fernando Augusto Gonçalves, na qualidade de Técnico Superior do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19, 4624 - 909 Silvares – LSD, participando como membro do júri no procedimento de formação do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangido na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa. ----------

---

---- Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, Dezembro de 2023

(Assinatura) Fernando Augusto Gonçalves

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 5 do artigo 67.º do CCP)

Sílvia Cristina Barbosa Mendes de Carvalho, na qualidade de Técnico Superior do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4624 - 909 Silvares – LSD, participando como membro do júri no procedimento de formação do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangido na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa. ----------

---

---- Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, 06 de dezembro de 2023

(Assinatura)

Assinado por: **Sílvia Cristina Barbosa Mendes de Carvalho**
Num. de Identificação: XXXXXXX
Data: 2023.12.06 09:08:30+00'00'

ANEXO XIII

Declaração de inexistência de conflito de interesses

(n.º 5 do artigo 67.º do CCP)

Sara Maria de Oliveira, na qualidade de Técnica Superior do Município de Lousada, Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Ap. 19, 4624 - 909 Silvares – LSD, participando como membro do júri no procedimento de formação do contrato n.º _____/E/2023, relativo à empreitada **"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"**, declara não estar abrangida na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa. ----------

Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Lousada, 5 de Dezembro de 2023

(Assinatura) Sara Maria de Oliveira

município de lousada

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO - PPGRCD

VERSÃO_V1.1

DEZEMBRO DE 2023

Índice

Objetivo e âmbito 3

1. Dados do Projeto / Obra 5

1.1. Dados gerais da entidade responsável pela Obra 5

1.2. Dados gerais da Obra 5

1.3. Inserção geográfica 6

1.4. Caracterização do projeto / obra e métodos construtivos 8

1.5. Fatores de Conversão 14

2. Prevenção de Resíduos e Utilização de Resíduos 15

2.1. Metodologia de prevenção de RCD 15

2.1.1. Materiais reutilizados em projeto / obra 16

2.1.2. Solos não contaminados a reutilizar na própria obra 16

2.2. Substâncias ou objetos classificados como subprodutos 17

2.3. Metodologia de utilização de RCD 19

2.3.1. Resíduos utilizados em obra 20

3. Incorporação de reciclados 21

3.1. Pressupostos para utilização de reciclados 21

3.2. Reciclados integrados em obra 21

4. Acondicionamento e triagem 23

4.1. Métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma 23

4.2. Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade 23

5. Produção e Operação de Valorização e Eliminação dos resíduos 24

6. Gestão dos RCD e responsabilidades 30

Objetivo e âmbito

O acompanhamento ambiental de uma obra tem por objetivo a definição e aplicação de medidas de gestão ambiental, incluindo medidas minimizadoras de impactes ambientais negativos e sua monitorização, tendo em conta a legislação em vigor.

Atendendo ao disposto no anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos, nomeadamente o explanado no n.º 1 do artigo 55.º que estabelece que nas empreitadas e concessões de obras públicas o projeto de execução é acompanhado de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), que assegura o cumprimento dos princípios gerais de gestão de RCD e das demais normas aplicáveis, foi elaborado o presente documento que constitui o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da obra ***"Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras"*** e o modo como irá ser efetuada a sua correta gestão, incluindo a forma de acondicionamento, o destino final (código de operação) e as responsabilidades associadas.

Aplica-se aos resíduos do projeto/obra e segue o definido no Regime Geral de Gestão de Resíduos, aprovado no anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação.

O presente documento foi elaborado com base no modelo tipo disponibilizado pela Agência Portuguesa do Ambiente no seu site da Internet e constitui o PPGRCD em fase de projeto - versão inicial - que descreve a estimativa dos resíduos produzidos e o modo como irá ser efetuada a sua correta gestão.

O Município, enquanto dono de obra, procedeu à elaboração do PPGRCD, no entanto, este documento pode ser alterado desde que a alteração seja devidamente fundamentada. O PPGRCD deve estar disponível no local da obra para efeitos de fiscalização pelas entidades competentes e ser do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

O presente Plano pretende servir de base à Prevenção e Gestão dos RCD pelo que se considera que o mesmo deverá ser dinâmico e alterado sempre que tal se justificar, seja por alteração do processo construtivo, alteração de quantitativos de RCD ou até mesmo necessidade de proceder à reutilização de

materiais ou a introdução de materiais reciclados em obra. Podem mesmo justificar-se alterações ao Plano por adoção de medidas adicionais relativas à prevenção e redução da produção de RCD ou para ação em conformidade com as demais exigências em matéria de gestão de resíduos.

Tal como definido no capítulo 6 compete ao empreiteiro a gestão dos resíduos produzidos na obra, ou seja, é este quem detém a responsabilidade sobre o destino dos resíduos. Todos os transportes de resíduos são acompanhados de guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), devendo estas estar arquivadas junto do PPGRCD (pelo menos os respetivos códigos de verificação).

Os fluxos de solos e rochas contaminados, de solos e rochas não contaminados, subprodutos e Resíduos de Construção e Demolição (RCD) tem que dispor de rastreabilidade (registos).

A gestão dos resíduos assenta nos princípios de prevenção e boa gestão resíduos assentes no Decreto-Lei nº 102-D/2020, de 10 de dezembro, opções de prevenção e gestão de RCD, segundo a seguinte ordem de prioridades: Prevenção; Integração de reciclados; Preparação para reutilização; Reciclagem; Outros tipos de valorização; Eliminação.

O presente Plano pretende assegurar:

- A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de materiais reciclados na obra;
- A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que tal não seja possível, o seu encaminhamento para operador de tratamento licenciado para o efeito;
- A manutenção dos RCD em obra pelo mínimo tempo possível, de acordo com o princípio da proteção da saúde humana e do ambiente.

1. Dados do Projeto / Obra

1.1. Dados gerais da entidade responsável pela Obra

a) **Nome / Designação comercial:** Câmara Municipal de Lousada

b) **Morada:** Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada

c) **Telefone:** 255 820 500 **Fax:** 255 820 550 **Email:** geral@cm-lousada.pt

d) **Número identificação pessoa coletivo - NIPC:** 505 279 460

e) **CAE:** 84113

1.2. Dados gerais da Obra

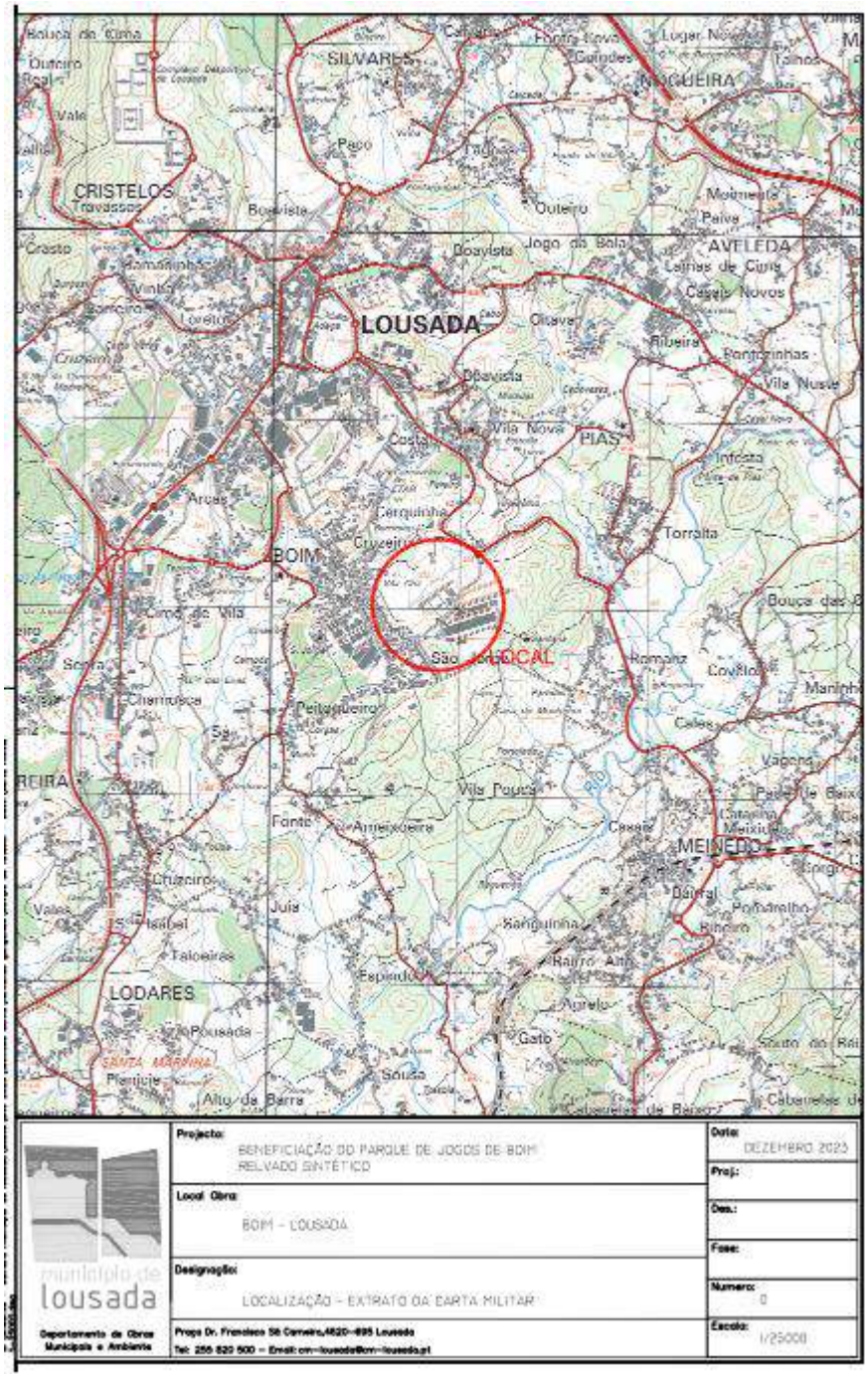
a) **Designação da obra:** Beneficiação de Parques de Jogos – Campos de Boim e Figueiras

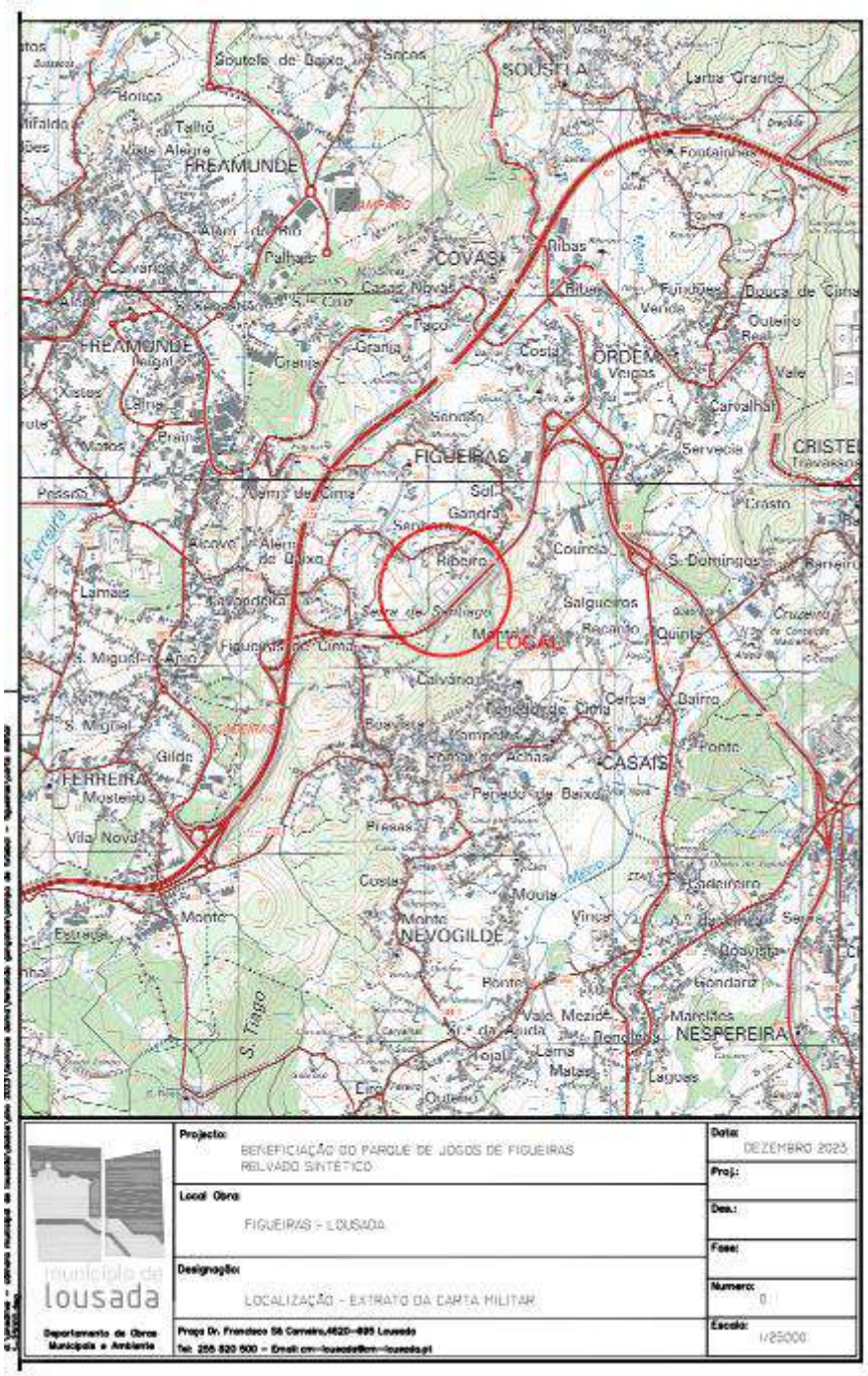
b) **Código do CPV:** 45236119-7 - Obras de reparação de campos desportivos.

c) **N.º de processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)**: Não Aplicável

d) **Identificação do local de implantação:** Rua União Cultural e Recreativa de Boim da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem e Rua C.C.R.D. Águias de Figueiras, da União de Freguesias de Figueiras e Covas, do concelho de Lousada.

1.3. Inserção geográfica




SOUSELA
FREAMUNDE
COVAS
FIGUEIRAS
ORDEM
CASAIS
NEVOGILDE
NESPEREIRA
FERREIRA
LOCAL
Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO
Local Obra:
FIGUEIRAS - LOUSADA
Designação:
LOCALIZAÇÃO - EXTRATO DA CARTA MILITAR
Data:
DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero:
0
Escala:
1/25000
município de
lousada
Departamento de Obras
Municipais e Ambiente

1.4. Caracterização do projeto / obra e métodos construtivos

a) Caracterização sumária da obra a efetuar:

A obra em causa consiste em efetuar movimentos de terra; vedações; sistemas de drenagem; sistema de rega; relva sintética e equipamento desportivo.

b) Descrição sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no capítulo II do título I e as metodologias e práticas referidas no artigo 50.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos):

I. Em projeto e obra são respeitadas as opções de prevenção e gestão de RCD, segundo a seguinte ordem de prioridades: 1 - Prevenção; 2 - Preparação para reutilização; 3 - Reciclagem; 4 - Outros tipos de valorização; 5 – Eliminação.

II. Os RCD gerados são corretamente triados e armazenados em contentores com a respetiva identificação e encaminhados para destino final adequado, obedecendo a critérios de proximidade.

III. A execução desta obra deve privilegiar a adoção de metodologias e práticas que:

- Promovam a utilização de resíduos em obra segundo as Regras Gerais aprovadas e em vigor;
- Potenciem a utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados;
- Potenciem as soluções de gestão de solos não contaminados na própria obra ou noutra obra se for garantido o cumprimento com o estabelecido na Nota Técnica de "Classificação de solos e rochas como subproduto" em vigor, por forma a diminuir os solos não contaminados geridos como resíduos.
- Para além da montagem, manutenção e desmontagem do estaleiro para execução de toda a obra; da aplicação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRDC), do Plano de Segurança e Saúde e da

sinalização temporária dos trabalhos a realizar, a obra em causa contempla os seguintes trabalhos:

PARQUE DE JOGOS DE BOIM

MOVIMENTO DE TERRAS

Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação; trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para instalar o pavimento em relva sintética; fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética.

VEDAÇÕES

Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários); fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação e fundação em betão.

SISTEMA DE DRENAGEM

Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm e Ø315mm; fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotêxtil; execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido; execução de ligação da caleira às caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações; fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão e remates nas entregas das caixas de visita; execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e

tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações; fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão e juntas.

SISTEMA DE REGA

Escavação e abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção e aterros compactados; fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis e materiais; fornecimento e montagem de aspersores "POP-UP" de 2" Ø, incluindo ligações; ligações dos aspersores à electroválvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios; fornecimento, instalação e testagem de programador eletrónico digital de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega; fornecimento e instalação de quadro elétrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador eletrónico, com arranque suave para motor de 20cv, proteção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água; fornecimento e instalação de cabo elétrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm; fornecimento, instalação e testagem de electroválvula, com corpo em bronze, Ø 3"; fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas; fornecimento, instalação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv; fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saída da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção; execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas; fornecimento e instalação de controlo automático de enchimento do reservatório, através de electroválvula de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro elétrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic; fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos elétricos; fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro e areia; execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro elétrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.

RELVA SINTÉTICA

Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de concepção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol, inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante, marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro; execução de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo; fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água.

EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm; fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos; fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.

PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS

MOVIMENTO DE TERRAS

Execução do movimento de terras na preparação da base existente, incluindo a dotação de pendentes a quatro águas com 0,8% de inclinação; trabalhos de regularização de pendentes, incluindo fornecimento e espalhamento de tout-venant especial de cor azul com 0.15m de espessura e sua compactação, para

instalar o pavimento em relva sintética; fornecimento e colocação de uma camada adicional de 3cm de pó de pedra para regularização final de forma a instalar o pavimento em relva sintética.

VEDAÇÕES

Fornecimento e montagem de rede de vedação para os topos com 70m x 6 m em fio de polietileno com 3,5 mm de espessura com malha quadrada de 4,50cm (incluindo o fornecimento de cabo de aço revestido, esticadores, serra cabos e todos os acessórios necessários); fornecimento e montagem de poste, de 6m de altura, construído em aço galvanizado de 5mm de espessura, incluindo abertura de fundação e fundação em betão.

SISTEMA DE DRENAGEM

Movimento de terras na abertura e tapamento de vala, com 0,60m de largura e profundidade variável (i=0,5%), para implantação do tubo corrugado Ø200mm e Ø315mm; fornecimento e aplicação de colector/dreno em PEAD corrugado Ø200mm SN4 de dupla parede e semi-perfurado, envolvido em camada de brita e manta geotêxtil; execução de caixa de visita de betão pré-fabricado, com a dimensão de 40x40cm, incluindo movimento de terras, aro e tampa em ferro fundido; execução de ligação da caleira às caixas de visita, por meio de tubagem Ø110 mm, incluindo maciçamento das ligações; fornecimento e colocação de caleira pré-fabricada em betão com grelha em aço galvanizado de 100mm de largura, incluindo base de assentamento em betão e remates nas entregas das caixas de visita; execução de caixas de visita de betão pré-fabricado Ø1,00m e altura variável, soleira em betonilha e tampa em ferro fundido e maciçamento das ligações; fornecimento e colocação de lancil boleado 100x25x8x8, nos topos do campo relvado, incluindo maciço de assentamento de betão e juntas.

SISTEMA DE REGA

Escavação e abertura de valas em solos, para assentamento de tubagens para a rede de rega, incluindo leito em areia, remoção e aterros compactados; fornecimento, instalação e testes de funcionamento, de tubagem de PEAD Ø110mm, PN 10, incluindo acessórios electrosoldáveis e materiais; fornecimento e montagem de aspersores "POP-UP" de 2" Ø, incluindo ligações; ligações dos aspersores à electroválvula com "Swing-joins" de 3x2" e acessórios; fornecimento, instalação e testagem de

programador eletrónico digital de 4 estações, com um módulo de + 6 estações de rega; fornecimento e instalação de quadro elétrico completo, para ligação do grupo electrobomba e programador eletrónico, com arranque suave para motor de 20cv, proteção, ligação à rede, ao programador, às sondas de nível de água; fornecimento e instalação de cabo elétrico UR, com secção de 1,5mm2, protegido por tubo corrugado Ø40mm; fornecimento, instalação e testagem de electroválvula, com corpo em bronze, Ø 3"; fornecimento de caixas de fibra de vidro, para alojamento de electroválvulas; fornecimento, instalação e testagem de grupo electrobomba com 1 bomba submersível de 20cv; fornecimento, instalação e testagem de todos os acessórios de saída da bomba, incluindo 1 manómetro, 1 válvula de retenção; execução de maciços em betão na constituição da base de assentamento e envolvência das caixas de alojamento das electroválvulas; fornecimento e instalação de controlo automático de enchimento do reservatório, através de electroválvula de Ø 1 1/2" com solenoide "B" ligada a quadro elétrico de controlo de enchimento, incluindo interruptor de boia Mini Matic; fornecimento, instalação e testagem de caixas de alojamento dos cabos elétricos; fornecimento e instalação de depósito prefabricado em polietileno com capacidade de 25 m3, enterrado em leito de areia, incluindo escavação, aterro e areia; execução de furo artesiano para captação de água (80m), incluindo fornecimento e instalação de electrobomba apropriada, quadro elétrico proteção, "balão de 50 L", sondas de nível de água, todas as tubagens, cablagens e acessórios necessárias ao seu perfeito funcionamento.

RELVA SINTÉTICA

Fornecimento e instalação de relva sintética com altura de fibra igual ou maior a 45mm, composta por fibras de conceção monofilamentar 100% polietileno e resistentes aos Ultra Violeta, especialmente concebida para a prática do Futebol, inclui o fornecimento e aplicação de cargas de areia de sílica e granulado de borracha, cumprindo os rácios indicados pelo fabricante, marcação de linhas de jogo em cor branca de 12cm de largura para futebol de 11 e na cor amarela para futebol de 7 no centro; execução de ensaios de campo para certificação FIFA QUALITY PRO executada através de laboratório devidamente credenciado, e entrega do mesmo; fornecimento e instalação de base amortecedora com uma espessura ≥ 10 mm e uma composição de espuma de polietileno unida quimicamente de célula

fechada e uma densidade de pelo menos 50Kg/m3 ou superior, garantido uma excelente drenagem sem absorção da água.

EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Fornecimento e colocação de baliza em alumínio para futebol de 11, com postes e trave de secção redonda, Ø120mm, reforçada interiormente e com uma ranhura para fixação dos gancho em PVC, incluindo ganchos em PVC, postes traseiros metálicos galvanizados para fixação traseira das redes das balizas, negativos para fixação dos postes metálicos de Ø120mm, base metálica rebatível para fixação das redes à superfície de jogo, rede para baliza de futebol de 11, em nylon de 3mm, com malha de 120mm; fornecimento e colocação de bandeirolas de canto incluindo negativos; fornecimento e colocação de banco de suplentes, com 12 lugares (6m de cumprimento), de acordo com as técnicas mais recentes da atividade, devidamente certificadas para as competições Nacionais e Internacionais.

1.5. Fatores de Conversão

Não aplicável neste PPGRCD.

2. Prevenção de Resíduos e Utilização de Resíduos

2.1. Metodologia de prevenção de RCD

O princípio adotado em projeto/obra visa a redução da produção de resíduos, apenas sendo equacionado o tratamento para os resíduos não passíveis de reutilização neste projeto/obra ou noutro destino. A responsabilidade da correta segregação de resíduos é de todos os colaboradores, os quais devem ter formação em gestão de resíduos e sensibilização para a importância da triagem.

De acordo com a alínea **u)** do **artigo 3º** do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, "Prevenção" é *a adoção de medidas antes de uma substância, material ou produto assumir a natureza de resíduo, destinadas a reduzir:*

i. A quantidade de resíduos produzidos, designadamente através do redesenho de processos, produtos e adoção de novos modelos de negócio até à otimização da utilização de recursos, da reutilização de produtos e do prolongamento do tempo de vida dos produtos;

ii. Os impactes adversos no ambiente e na saúde humana resultantes dos resíduos produzidos; ou

iii. O teor de substâncias perigosas presentes nos materiais e nos produtos;

Na fase de execução da obra serão implementadas metodologias de trabalho que permitam reduzir os quantitativos dos resíduos a produzir. De igual forma, todos os materiais que sejam passíveis de serem reutilizados em obra, deverão sê-lo, minimizando assim os resíduos produzidos e os custos associados à sua gestão. Caso não seja possível reutilizar todos os materiais passíveis de o ser, na presente obra, deverão os resíduos resultantes ser encaminhados para reciclagem, ou outro tipo de valorização, devendo apenas ser eliminados o mínimo de resíduos.

Deverão ser desenvolvidas ações de sensibilização junto dos trabalhadores, de modo que estes procedam à correta triagem dos resíduos, dando a conhecer o presente Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

2.1.1. Materiais a reutilizar na própria obra

De acordo com a alínea **II)** do **artigo 3.º** do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, "Reutilização" é *qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos*".

Conforme definido na alínea c), do n.º 2 do artigo 2º do Anexo I Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, solos e rochas utilizados na obra de origem enquadram-se na reutilização de materiais.

Na obra em título não está prevista a reutilização de materiais na própria obra, conforme tabela infra. Se no decorrer da obra forem reutilizados materiais devem ser incluídos na tabela infra.

Identificação dos materiais	Quantidade prevista reutilizar (t)	Quantidade total de materiais previstos aplicar em obra (t)	Quantidade a reutilizar relativamente ao total do material aplicado (%)
A verificar em obra	A verificar em obra	A verificar em obra	A verificar em obra
Valor Total			

2.1.2. Solos não contaminados a reutilizar na própria obra

Na presente obra está prevista a reutilização de solos não contaminados.

Escavação (m^3)			
Atividade/Frente	**Total a escavar**	**Escavado a utilizar**	**Escavado a não utilizar**
Movimento de terras	A verificar em obra	A verificar em obra	A verificar em obra
Valor Total			

2.2. Substâncias ou objetos classificados como subprodutos

O conceito de subproduto é aplicável a substâncias ou objetos que resultam de um processo produtivo cujo principal objetivo não seja a sua produção (resíduo de produção), e que são utilizados diretamente, sem qualquer outro processamento, que não seja o da prática industrial normal.

A nível nacional, o conceito de subproduto encontra-se regulado no artigo 91.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Quadro Resíduos, encontrando-se elencadas no seu n.º 1 as quatro condições a verificar cumulativamente:

1. Existir a certeza de posterior utilização lícita da substância ou objeto;
2. Ser possível utilizar diretamente a substância ou objeto, sem qualquer outro processamento que não seja o da prática industrial normal;
3. A produção da substância ou objeto ser parte integrante de um processo produtivo;
4. A substância ou objeto cumprir os requisitos relevantes como produto em matéria ambiental e de proteção da saúde e não acarretar impactes globalmente adversos do ponto de vista ambiental ou da saúde humana, face à posterior utilização específica.

Verificadas as condições, um resíduo de produção pode ser considerado um subproduto, não se encontrando desta forma sujeito às regras relativas à gestão de resíduos.

2.2.1. Análise histórica e de contexto

Não aplicável.

2.2.2. Avaliação da contaminação

Não aplicável.

2.2.3. Quantificação de substâncias ou objetos classificados como subproduto

Aquando da elaboração deste documento, não estavam reunidas as condições para quantificação de subprodutos, pelo que no decorrer da obra deverá ser revisto o documento, e cumpridos todos pressupostos legais em vigor, nomeadamente, a declaração para classificação dos solos e rochas como subprodutos, disponível no site da Agência Portuguesa do Ambiente e anexa a este documento.

Existindo subproduto de solos e rochas deve ser preenchida a declaração de subproduto dos solos e rochas. O transporte de solos e rochas da obra de origem para a obra de destino deve ser acompanhado da declaração de subproduto. A Declaração de subproduto deve acompanhar obrigatoriamente o transporte dos solos e rochas, em anexo a uma guia de transporte de mercadoria válida.

Em anexo a este PPGRCD, segue a Nota Técnica da APA sobre a Classificação de solos e rochas como subproduto e respetiva minuta de declaração de subproduto.

Subproduto Solos e Rochas (identificação da obra)	**Quantidade a utilizar como subproduto (t)**	**Local de armazenamento intermédio** (código APA ou morada)	**Destinatário** (*) (nome da empresa e código APA ou morada)
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor Total			

(*) O produtor deverá manter em arquivo, em suporte papel ou eletrónico, por um período de 5 anos as declarações de subproduto

Solos e rochas encaminhados para outra obra pode ser atribuída a classificação de subproduto - ver nota técnica em:
https://www.apambiente.pt/sites/default/files/_Residuos/Producao_Gest%C3%A3o_Residuos/NotaTecnicaSolosRochas_v3.pdf
O modelo de Declaração para a classificação dos solos e rochas como subproduto pode ser consultado em: https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos

Consultar anexo 1 – Esquema: Subproduto - Solos e rochas

2.3. Metodologia de utilização de RCD

O Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (nRGGR), refere que podem ser isentas de licenciamento determinadas operações, desde que previstas por regras gerais aprovadas nos termos do artigo 66.º:

a) Operações de valorização de resíduos;
b) Operações de eliminação de resíduos não perigosos efetuadas pelo seu produtor no local de produção.

De acordo com o artigo 66.º, as regras gerais devem definir, para a operação de tratamento de resíduos em causa, pelo menos os tipos e quantidades de resíduos abrangidos e o método de tratamento a utilizar, de modo a assegurar que os resíduos são valorizados e/ou eliminados em conformidade com os princípios constantes do capítulo II do título I do nRGGR.

Os materiais que não sejam passíveis de reutilização e que constituam Resíduos de Construção e Demolição (RCD) são obrigatoriamente objeto de triagem na obra com vista ao seu encaminhamento, por fluxos e fileiras de materiais, para reciclagem ou outras formas de valorização, devendo ser assegurada a triagem dos RCD pelo menos para madeira, frações minerais, incluindo betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos e pedra, metal, vidro, plástico e gesso (n.º 1 do artigo 51.º do nRGGR).

As regras gerais são aprovadas pela Autoridade Nacional de Resíduos (ANR), após audição das Autoridade Regionais de Resíduos, e publicitadas no sítio na Internet da ANR. As regras gerais publicadas encontram-se em: https://www.apambiente.pt/index.php/residuos/regras-gerais

2.3.1. Resíduos utilizados em obra

Na obra em título não está, à data de elaboração deste documento, prevista a utilização de resíduos.

Em fase de obra, se forem utilizados RCD deverá ser atualizada a informação com o preenchimento da tabela seguinte.

Identificação dos Resíduos (LER)	Quantidade prevista utilizar na obra de origem (t)	Quantidade utilizada na obra de origem (t)	Quantidade utilizada noutras obras (t)	Quantidade total utilizada (t)
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor Total				

3. Incorporação de reciclados

3.1. Pressupostos para utilização de reciclados

De acordo com o estipulado no **n.º 5** do **artigo 28.º** do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, "*É obrigatória a utilização de pelo menos 10 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP).*"

Ainda de acordo com o n.º 7 do mesmo artigo "Os materiais referidos no n.º 5 devem ser certificados pelas entidades competentes, nacionais ou europeias, de acordo com a legislação aplicável.".

Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados tendo em vista o cumprimento do disposto na legislação para esta matéria.

3.2. Reciclados integrados em obra

O rácio para se aferir a % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra será efetuado de uma das seguintes formas, utilizando um exemplo simples:

Exemplo A

$$\frac{\Sigma \text{quantidade de materiais reciclados} + \Sigma \text{quantidade de materiais que incorporam reciclados}}{\Sigma \text{quantidade total de materiais aplicados em obra}} \times 100\%$$

Exemplo B

$$\frac{\Sigma \text{quantidade de materiais reciclados} + \Sigma \text{quantidade de materiais que incorporam reciclados}}{\Sigma \text{quantidade total de matérias} - \text{primas aplicadas em obra}} \times 100\%$$

A diferença do A para o B incide nas matérias-primas, ou seja, se considerarmos matérias-primas, como refere o Decreto-Lei (ferro, alumínio, cobre, argila, areia, calcário, madeira, agregados, pedra, etc.) excluímos do denominador materiais cujo fabrico provém de uma ou mais matérias-primas.

Ver exemplo de cálculo no documento de perguntas frequentes de RCD que se encontra em https://www.apambiente.pt/index.php/residuos/residuos-de-construcao-e-demolicao (no item "Para saber mais")

Na obra em título não está, à data de elaboração do documento, prevista a utilização de materiais com incorporação de reciclados de RCD.

Identificação dos reciclados ou com incorporação de reciclados	Quantidade prevista integrar em obra (t)	Quantidade final integrada em obra (t)
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Valor Total		

Quantidade total de material aplicado reciclado ou com incorporação de reciclados (t)	Quantidade total de materiais aplicados em obra (t)	Determinação da % de reciclados ou com incorporação de reciclados

O valor percentual deverá ser calculado pela razão entre a quantidade de materiais reciclados identificados e o total da utilização de materiais aplicados em obra (material novo + reciclado).

4. Acondicionamento e triagem

4.1. Métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra ou em local afeto à mesma

Os resíduos serão obrigatoriamente objeto de triagem na obra ou em local afeto à mesma, devidamente armazenados, tendo em consideração a frente de obra, as características e quantidades dos resíduos produzidos, sendo criado um local de armazenagem de resíduos.

A armazenagem de resíduos perigosos será efetuada em recipientes fechados, em local impermeabilizado e coberto.

Os locais de armazenagem preliminar serão devidamente identificados com o nome do resíduo a que se destinam e respetivo código LER.

O transporte de resíduos deverá sempre ser efetuado devidamente acompanhado por e-GAR, excetuando os resíduos utilizados na própria obra.

4.2. Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade

Não aplicável. Nos casos em que não possa ser efetuada a triagem dos RCD na obra ou em local afeto à mesma, facto que terá de ser devidamente fundamentado no livro de obra e no Plano de Prevenção e Gestão de RCD, o respetivo produtor é responsável pelo seu encaminhamento para operador de tratamento de resíduos (n.º 2 do artigo 51.º do nRGGR)

5. Produção e Operação de Valorização e Eliminação dos resíduos

5.1. RCD

Na data da elaboração do presente plano, não se encontra previsto a produção de resíduos. Se durante o decorrer da obra se verificar a produção de resíduos devem as tabelas seguintes ser preenchidas em conformidade.

Designação do Resíduo - código LER	Quantidade Produzida Estimada (t)	Quantidade Produzida Final (t)	Quantidade para Valorização (%)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (%)	Operação de eliminação
08 01 11 - Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas		A verificar em obra			100%	D15
17 01 01 – Betão		A verificar em obra			100%	D15
17 01 02 – Tijolos (Alvenarias)						
17 01 03 – Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos						
17 01 07 – Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidas em 17 01 06						
17 02 01 – Madeira						
17 02 02 – Vidro						
17 02 03 – Plástico		A verificar em obra	100%	R12		
17 03 01* – Misturas betuminosas contendo alcatrão						
17 03 02 – Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01						
17 04 01 – Cobre, bronze e latão						
17 04 02 – Alumínio						
17 04 04 - Zinco						

Designação do Resíduo - código LER (continuação)	**Quantidade Produzida Estimada (t)**	**Quantidade Produzida Final (t)**	**Quantidade para Valorização (%)**	**Operação de Valorização**	**Quantidade para Eliminação (%)**	**Operação de eliminação**
17 04 07 – Mistura de Metais						
17 04 11 – Cabos não abrangidos em 17 04 10						
17 05 03* – Solos e rochas contaminados classificados como resíduo perigoso*						
17 05 04 – Solos e rochas contaminados não abrangidos em 17 05 03*						
17 05 04 – Solos e rochas não contaminados não abrangidos em 17 05 03*						
17 06 01* – Materiais de isolamento contendo amianto						
17 06 04 – Materiais de isolamento não abrangidos em 17 06 01 e 17 06 03						
17 06 05* – Materiais de construção contendo amianto						
17 08 02 – Materiais de construção à base de gesso não abrangidos em 17 08 01						
17 09 04 – Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03						
Valor Total						

5.1.1. Taxas de incorporação de RCD

Permite obter uma % que reflita os resíduos incorporados em obra em substituição do seu encaminhamento a destino final licenciado, representando um indicador de construção sustentável.

Designação do Resíduo código LER	Quantidade utilizada final (t)	Quantidade Produzida final (t)	Taxa de incorporação (%)
Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

5.2.Outras tipologias de resíduos

Devem ser identificados, na tabela seguinte, os resíduos enquadrados nos outros capítulos da Lista europeia de Resíduos (LER), resultantes diretamente das atividades da Obra e outros que sejam decorrentes dos métodos construtivos.

Designação do Resíduo - código LER	Quantidade Produzida Estimada (t)	Quantidade Produzida Final (t)	Quantidade para Valorização (%)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (%)	Operação de eliminação
15 01 01 – Embalagens de Papel e Cartão		Verificar em obra	100%	R3F		
15 01 02 – Embalagens de plástico		Verificar em obra	100%	R3E		
15 01 03 – Embalagens de madeira						
15 01 04 – Embalagens de metal						
15 01 05 – Embalagens compósitas						
15 01 06 – Mistura de embalagens						
15 01 10* – Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas						
15 01 11* – Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa (por exemplo, amianto)						
15 01 04 – Embalagens de metal						
15 02 02* – Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas						

Designação do Resíduo - código LER (continuação)	Quantidade Produzida Estimada (t)	Quantidade Produzida Final (t)	Quantidade para Valorização (%)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (%)	Operação de eliminação
15 02 03 – Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02						
16 01 03 – Pneus usados						
16 01 07* – Filtros de óleo						
16 02 14 – Equipamento fora de uso não abrangido em 16 02 09 a 16 02 13						
16 06 01* – Acumuladores de chumbo						
16 06 02* – Acumuladores de níquel-cádmio						
Valor Total						

Informação adicional

Designação do Resíduo - código LER	Quantidade Produzida Estimada (t)	Quantidade Produzida Final (t)	Operação de Valorização (%)	Operação de Valorização	Quantidade para Eliminação (%)	Operação de eliminação
20 01 01 – Papel e cartão						
20 01 02 – Vidro						
20 01 08 – Resíduos biodegradáveis de cozinhas e cantinas						
20 01 21* Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio						
20 01 28 – Tintas, produtos adesivos, colas e resinas não abrangidos em 20 01 27						
20 01 36 - Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35.						
20 01 38 – Madeira não abrangida em 20 01 37						
20 01 39 – Plástico						
20 01 40 – Metais						
20 01 99 – Outras frações não anteriormente especificadas						
20 02 01 – Resíduos Biodegradáveis						
20 02 02 – Terras e pedras						
20 03 01 – Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos						
20 03 03 – Resíduos da limpeza de ruas						
20 03 07 – Monstros						
Valor Total						

6. Gestão dos RCD e responsabilidades

A gestão dos RCD produzidos no decorrer da obra será da inteira responsabilidade do empreiteiro.

Referências:

Especificações Técnicas: https://apambiente.pt/residuos/especificacoes-tecnicas

Regras Gerais: https://apambiente.pt/residuos/regras-gerais

Nota técnica para a classificação dos solos e rochas como subproduto:

https://www.apambiente.pt/sites/default/files/_Residuos/Producao_Gest%C3%A3o_Residuos/NotaTecnicaSolosRochas_v3.pdf

FAQ sobre a classificação dos solos e rochas como subproduto:

https://www.apambiente.pt/sites/default/files/_Residuos/Producao_Gest%C3%A3o_Residuos/Subprodutos%20decis%C3%B5es/FAQ%20Solos%20e%20Rochas%20com%20a%20classifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20subproduto_final.PDF

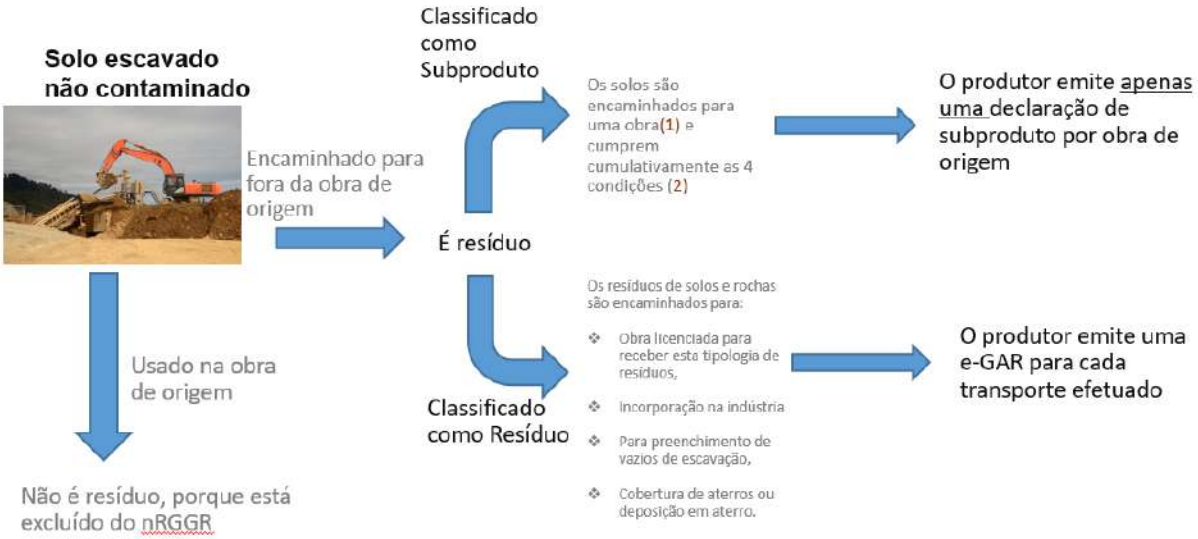
Modelo de Declaração para a classificação dos solos e rochas como subproduto:
https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos

Documento de Orientação – Operações de remediação de solos – Gestão de solos não contaminados (APA, 2021):

https://apambiente.pt/sites/default/files/_Avaliacao_Gestao_Ambiental/Solos/Documento%20Orienta%C3%A7%C3%A3o_Solos_DRES_2021_08_12_Final.pdf

Anexo 1

Esquema: Subproduto - Solos e rochas



(1) Obras de origem e de destino de acordo com o ponto 8 da "Nota Técnica – Classificação de solos e rochas como suboroduto".

(2) De acordo com o ponto 6 da "Nota Técnica – Classificação de solos e rochas como subproduto" (vide n.º 1 do art.º 91.º nRGGR).

Anexo2

Declaração de Subproduto para solos e rochas

A presente declaração de subproduto é da exclusiva responsabilidade do produtor do subproduto responsável pela validação da informação apresentada ao abrigo do n.º 9 do artigo 91.º do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos – nRGGR, publicado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, na sua atual redação, e que atesta o cumprimento cumulativo das 4 condições que permitem a classificação como subproduto em cumprimento dos critérios definidos pela Nota Técnica de "Classificação de solos e rochas como subprodutos (Versão 1.0: 1 de julho de 2021)".

- **Nome do produtor:**
- **NIF/NIPC do produtor:**
- **Código APA do estabelecimento do produtor:** [caso seja uma obra com duração inferior a 1 ano e por isso sem estabelecimento, colocar apenas a morada do local onde os solos e rochas foram escavados]
- **Quantidades previstas a encaminhar como subproduto (toneladas):**
- **Nome do destinatário:**
- **NIF/NIPC do destinatário:**
- **Código APA do estabelecimento de destino:** [caso seja uma obra com duração inferior a 1 ano e por isso sem estabelecimento, colocar apenas a morada do local de destino dos solos e rochas]
- **Intervalo previsto para o transporte da totalidade de solos e rochas:** [a Declaração de subproduto é por obra de origem e pode haver a necessidade de mais do que um transporte de solos e rochas]

Informações Complementares:

- A Agência Portuguesa do Ambiente, não se responsabiliza pela informação prestada que atesta o cumprimento das condições necessárias à atribuição do presente subproduto.
- Nos termos do n.º 7 do artigo 91.º, a Agência Portuguesa do Ambiente reserva-se ao direito de cancelar a presente declaração quando demonstrado que não estão a ser cumpridas as condições, após audiência prévia do produtor.
- Observações [*caso aplicável*]:

[Local e Data de Emissão]

O produtor do Subproduto

Modelo de declaração Versão 1.2: agosto de 2021

Documento disponível no link: https://www.apambiente.pt/residuos/subprodutos

Anexo I

Modelo de Declaração - (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
a) ...
b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º).
(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

Modelo de garantia bancária / seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o(a) _____ *(instituição garante),* pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(entidade adjudicante beneficiária)*, uma garantia bancária/seguro-caução *(eliminar o que não interessar)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.os 6, 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.
Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.
A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de guia de depósito bancário

Euros: _____ €
Vai __*(nome do adjudicatário)*, com sede em __*(morada)*, depositar na __*(sede, filial, agência ou delegação)* do Banco __ a quantia de __ *(por algarismos e por extenso)* em dinheiro/em títulos __ *(eliminar o que não interessar)*, Como caução exigida para __ *(identificação do procedimento)*, nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de __ *(entidade adjudicante),* a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III

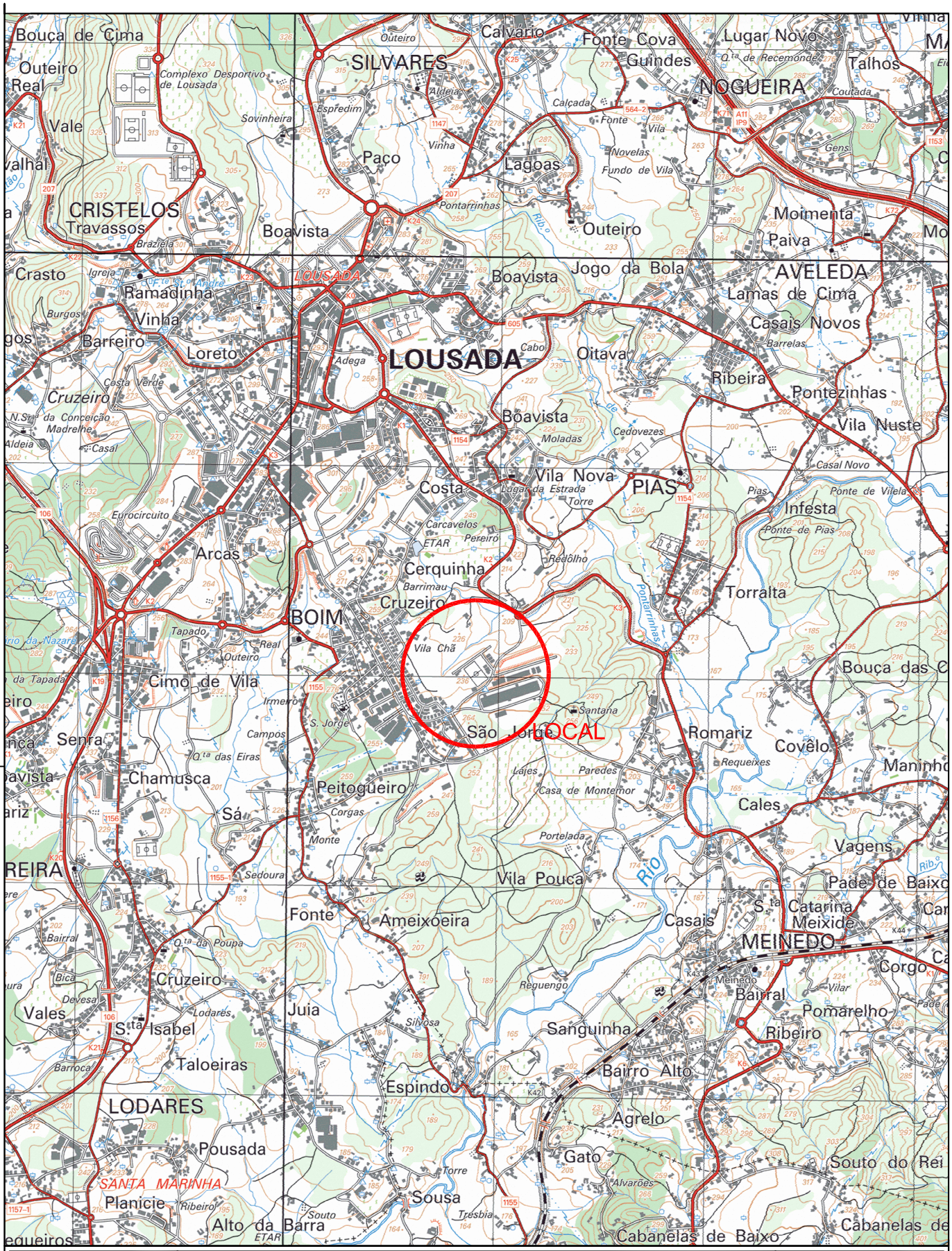
Modelo Proposta

.... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará de empreiteiro de obras públicas ... (indicar o número) contendo as autorizações ... (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada de ... (designação da obra), a que se refere o convite/anúncio datado de ..., obriga-se a executar a referida empreitada, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de .... Euro (por extenso e por algarismos) que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

…..(data), ……(assinatura)



d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dcma\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\carta militar 1-25000.dwg

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro,4620-695 Lousada

Tel: 255 820 500 - Email: cm-lousada@cm-lousada.pt

Projecto:

BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:

BOIM - LOUSADA

Designação:

LOCALIZAÇÃO - EXTRATO DA CARTA MILITAR

Data: DEZEMBRO 2023

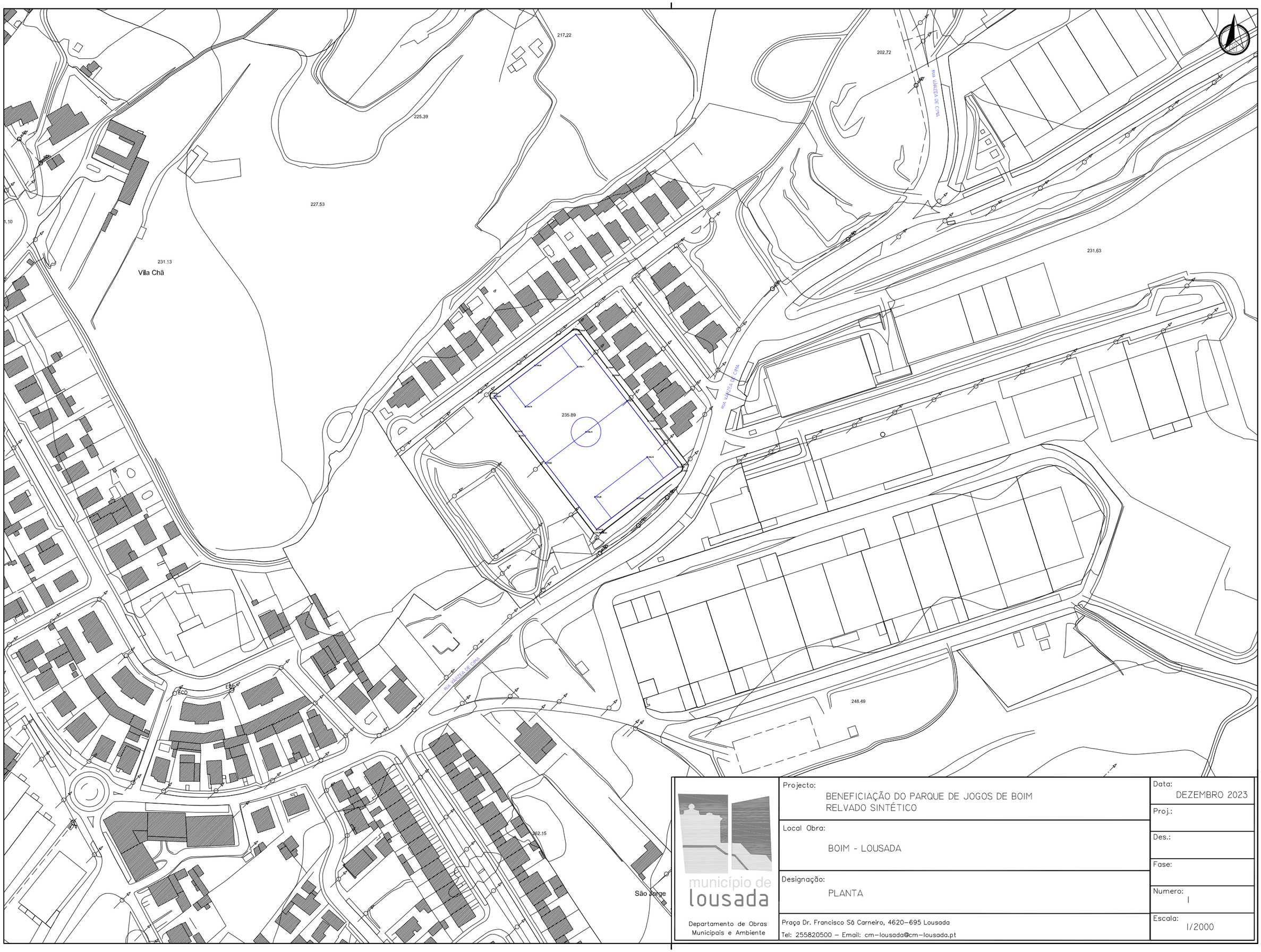
Proj.:

Des.:

Fase:

Numero: 0

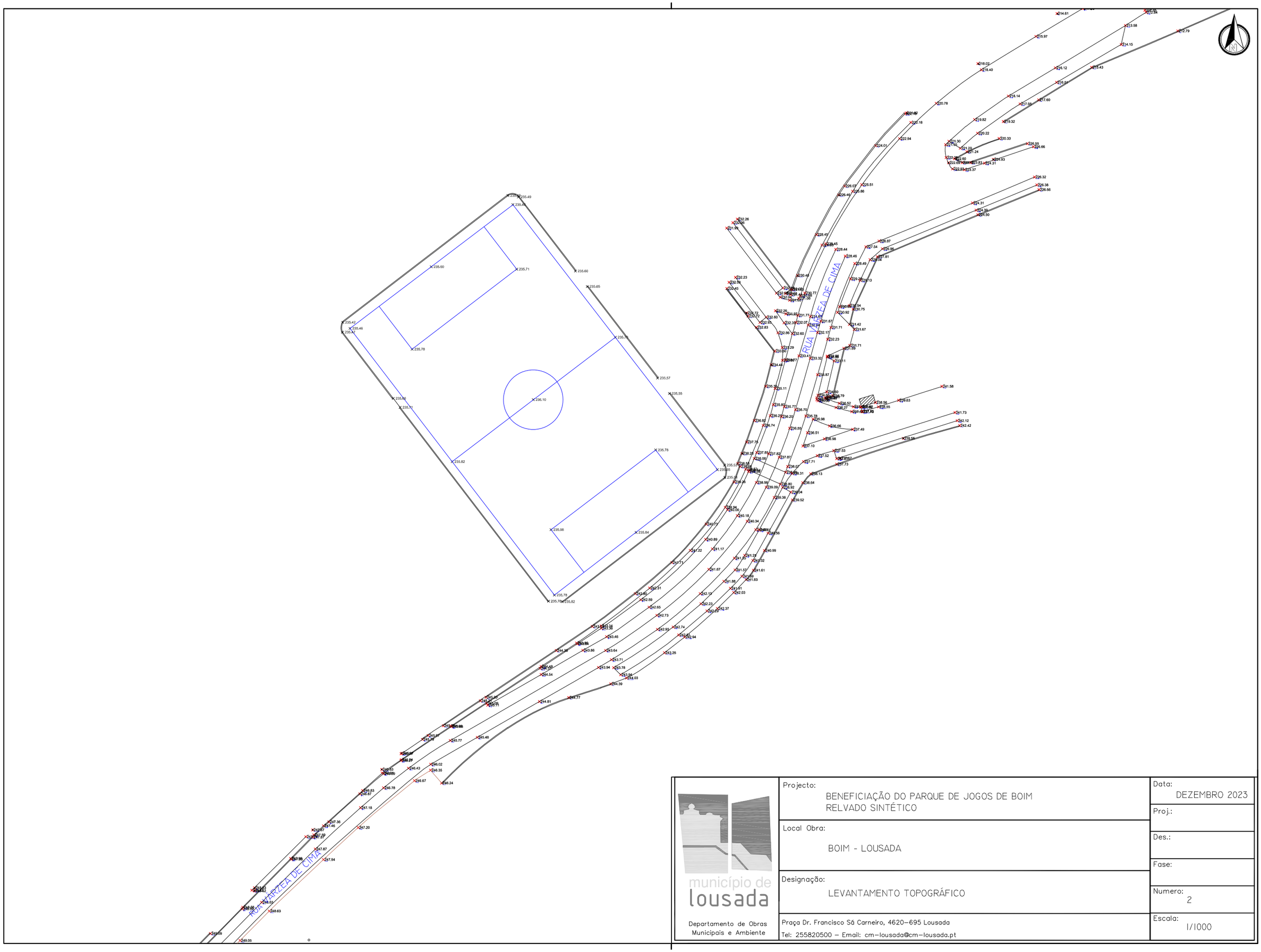
Escala: 1/25000



d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dona\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\campo boim - localização.dwg

município de lousada Departamento de Obras Municipais e Ambiente	Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM RELVADO SINTÉTICO
	Local Obra: BOIM - LOUSADA
	Designação: PLANTA
	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada Tel: 255820500 - Email: cm-lousada@cm-lousada.pt

Data:	DEZEMBRO 2023
Proj.:	
Des.:	
Fase:	
Numero:	1
Escala:	1/2000

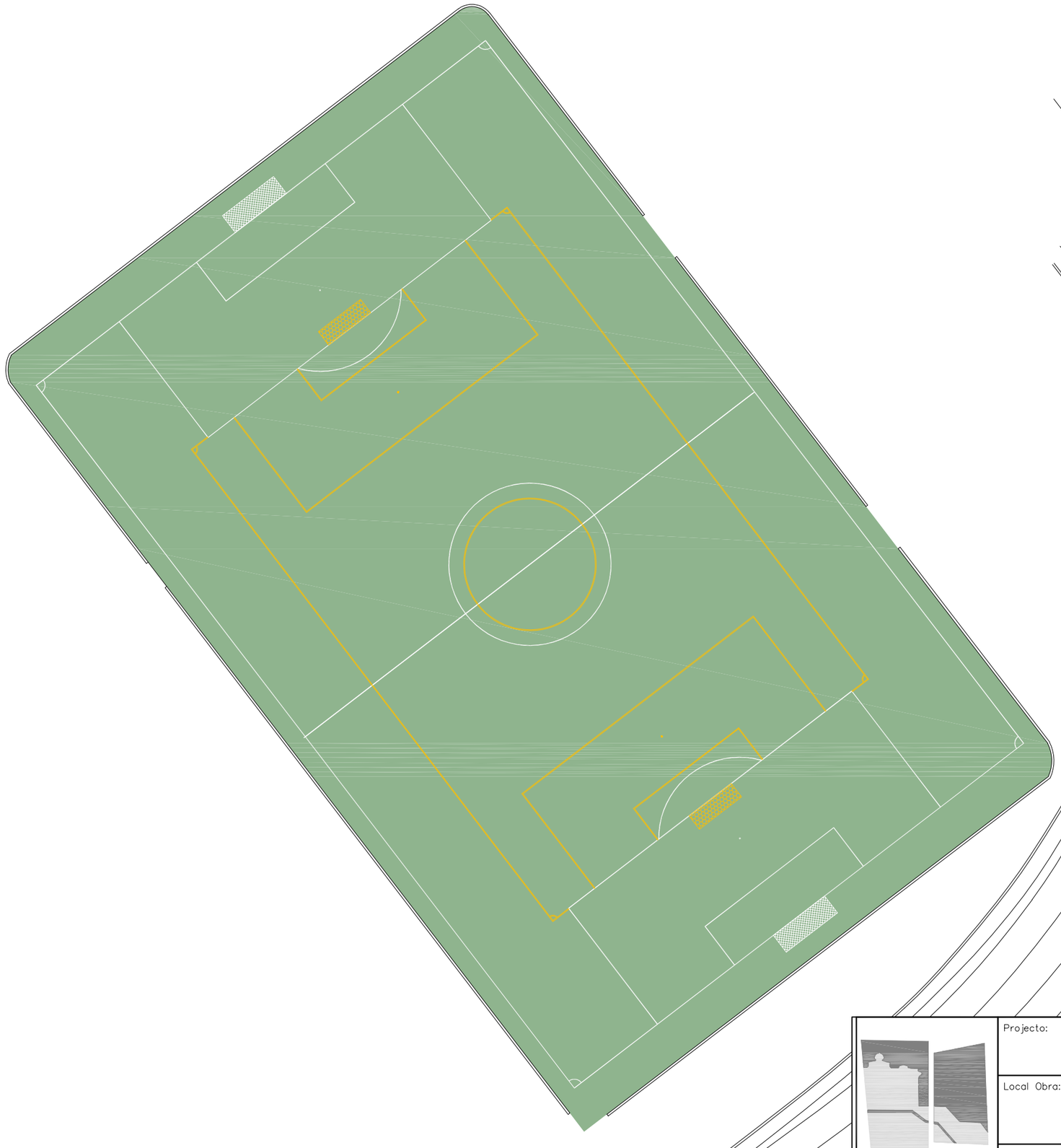


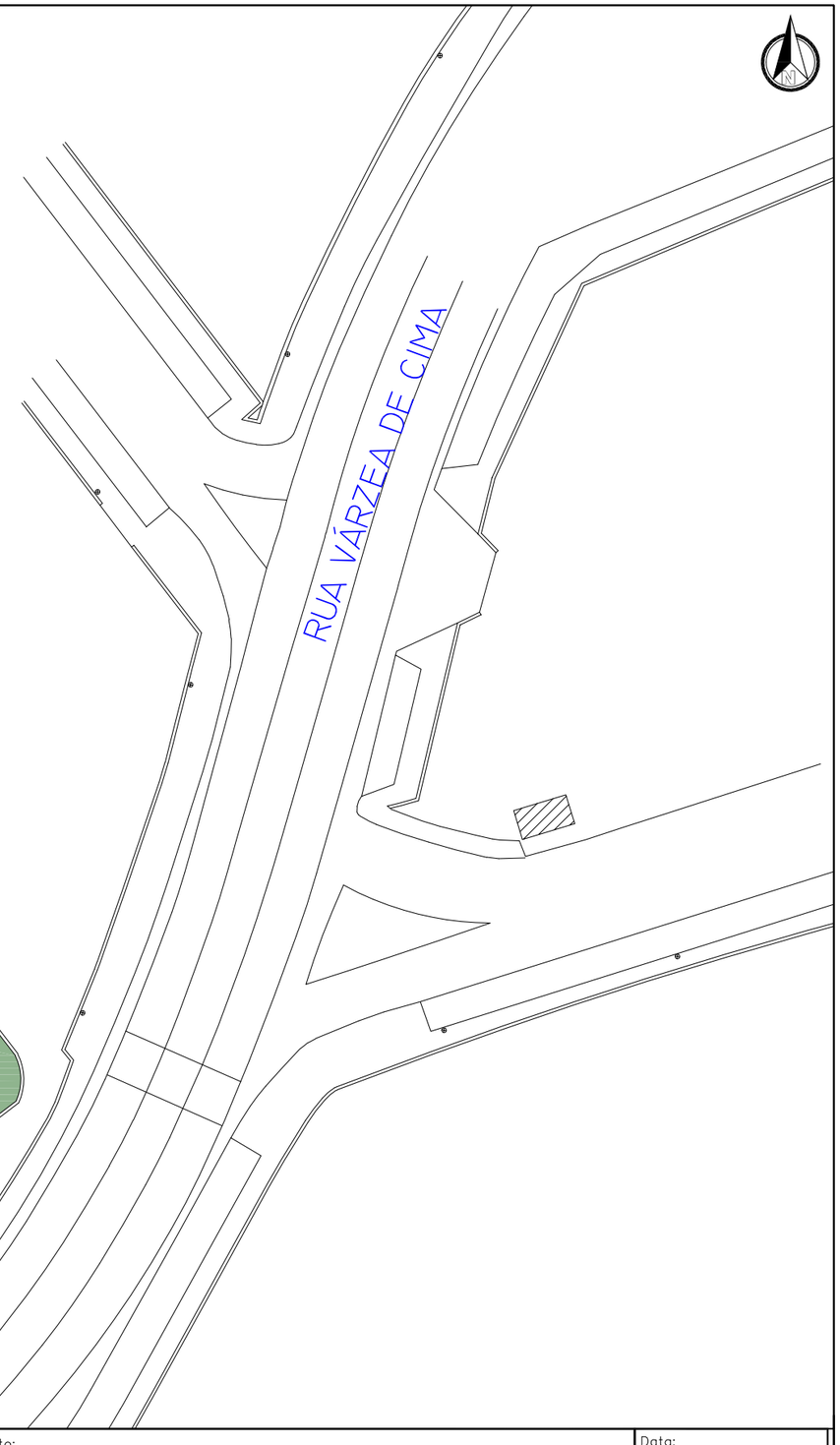
Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: BOIM - LOUSADA	Proj.:
	Des.:
	Fase:
Designação: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	Numero: 2
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada Tel: 255820500 - Email: cm-lousada@cm-lousada.pt	Escala: 1/1000

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dcma\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\campo boim - planta.dwg



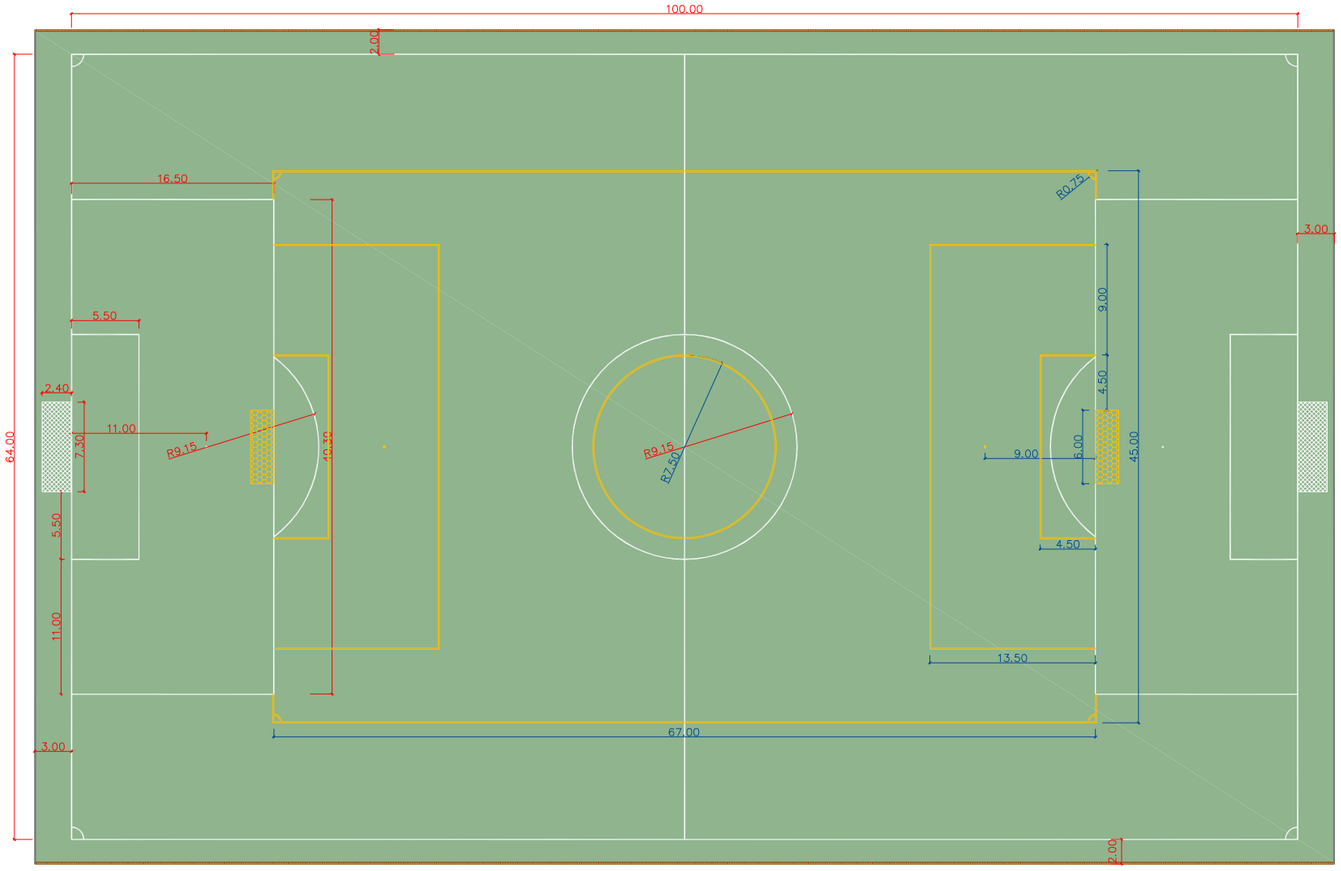


município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: BOIM - LOUSADA	Proj.:
	Des.:
	Fase:
Designação: PLANTA	Numero: 3
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada Tel: 255820500 - Email: cm-lousada@cm-lousada.pt	Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dom\diretor-jose carlos nogueira\campo de futebol - boim\campo figueiras - planta.dwg



- Relva sintética
- Marcações de jogo de futebol 11
- Marcações de jogo de futebol 7

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM
RELVADO SINTÉTICO

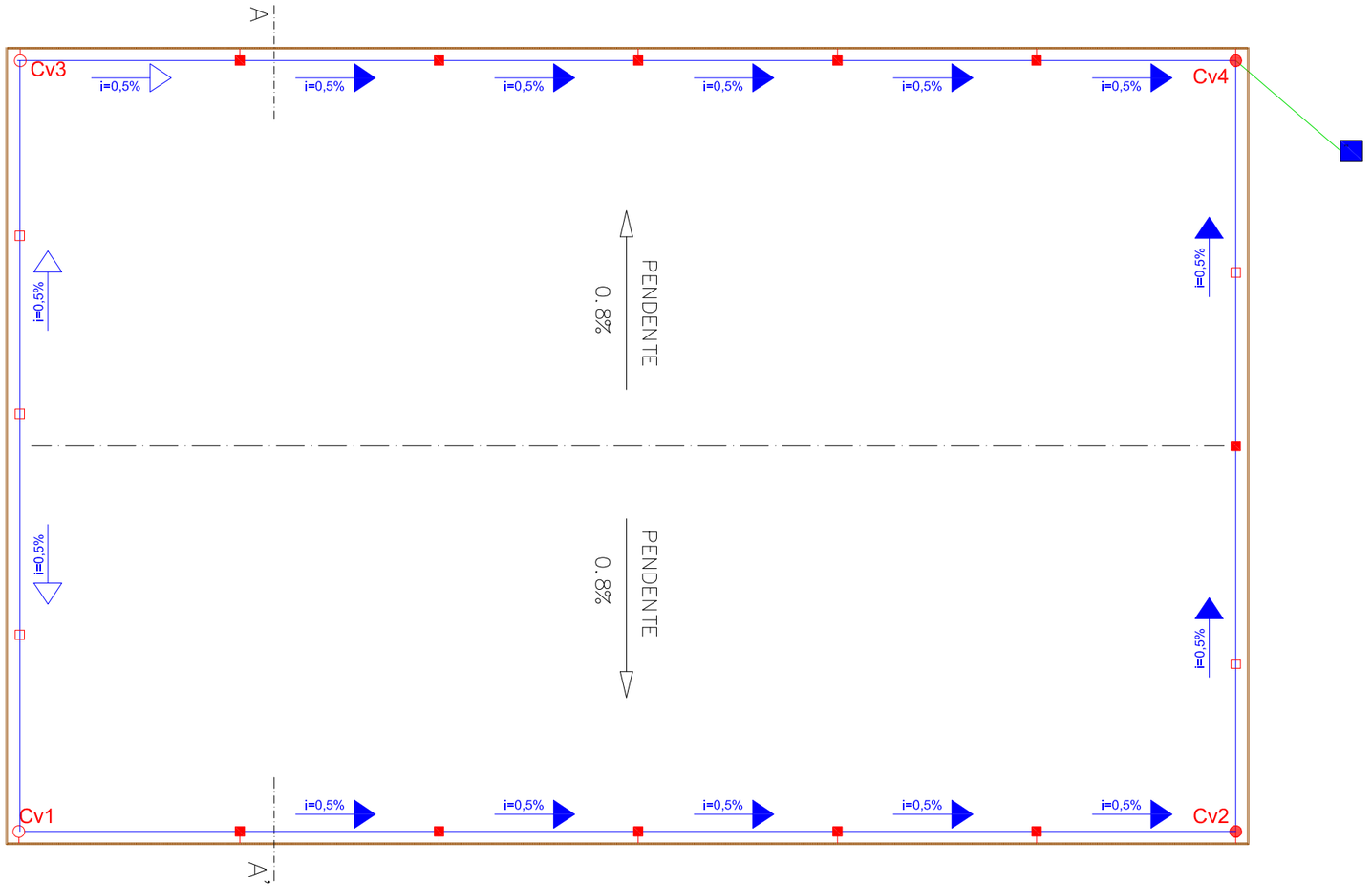
Local Obra:
BOIM - LOUSADA

Designação:
PLANTA - MARCAÇÕES DE LINHAS DE JOGO

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 - E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 4
Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\técnicos dama\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\relvado sintético-boim.dwg



LEGENDA

- TUBO PP CORRUGADO ø200mm (i=0.5%)
- TUBO PVC ø 110mm
- TUBO PVC CORRUGADO ø315mm (i=0.5%)
- CAIXA DE VISITA 40 x 40
- CAIXA DE VISITA TRONCOCÓNICA PLUVIAL (ø1000mm)
- CALEIRA EM BETAO 100mmx130mm
- DIVISÃO DAS ÁGUAS
- PONTO DE ENTREGA (LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA)

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM
RELVADO SINTÉTICO

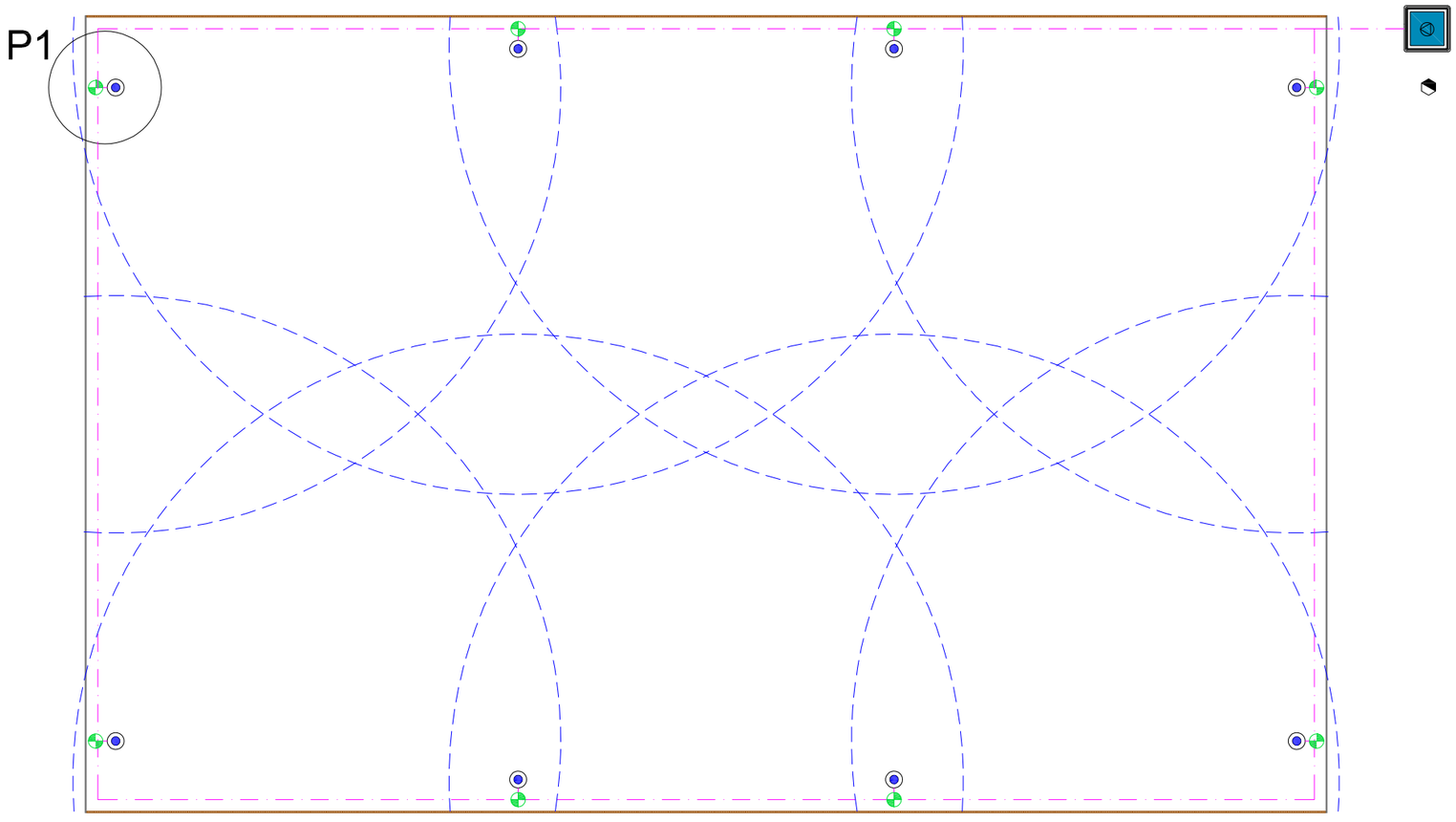
Local Obra: BOIM - LOUSADA

Designação: PLANTA - SISTEMA DE DRENAGEM

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 – E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 5
Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dama\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\relvado sintético-boim.dwg



LEGENDA

- Programador "Rain Bird"
- Grupo de Bombagem Submersível
- Electrovalvula "Rain Bird" ø3"
- Aspersor Pop-Up "Sime"
- Tubo "Pead" ø 110mm PN10
- Reservatório de Água em Betão Armado 25m3 (localização hipotética)

município de lousada

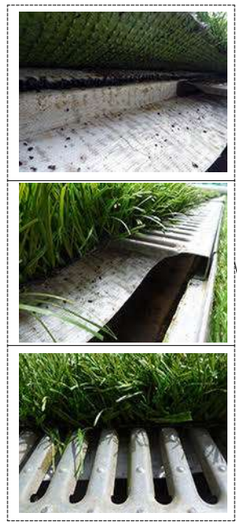
Departamento de Obras Municipais e Ambiente

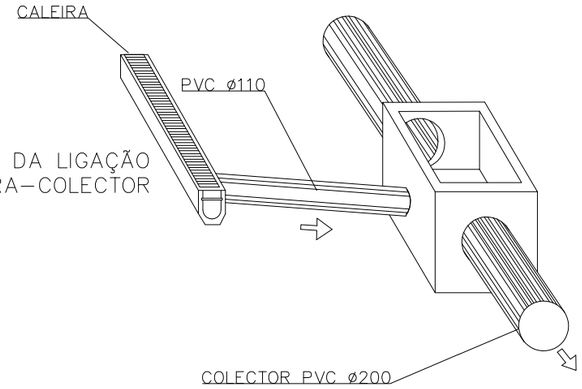
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada

Tel: 255 820 500 – E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

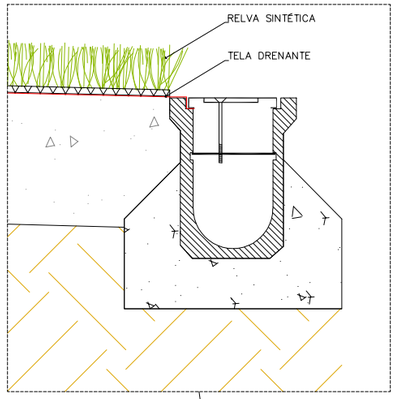
Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: BOIM - LOUSADA	Proj.:
	Des.:
Designação: PLANTA - SISTEMA DE REGA	Fase:
	Numero: 6
	Escala: 1/500

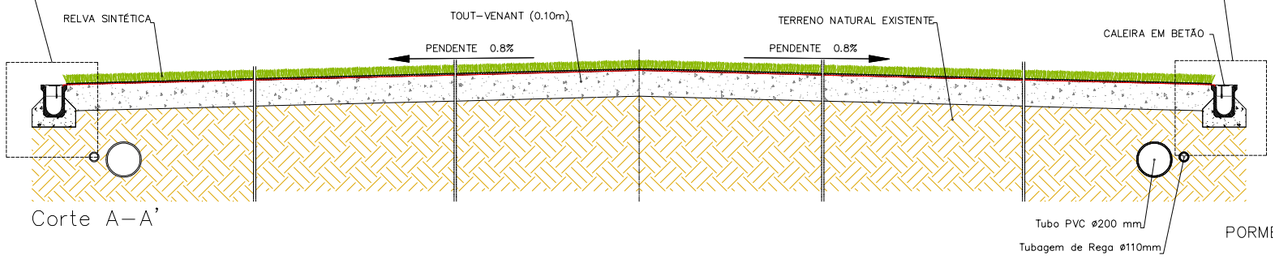
d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dona\fernando gonçalves\campo de futebol - boim\relvado sintético\boim.dwg





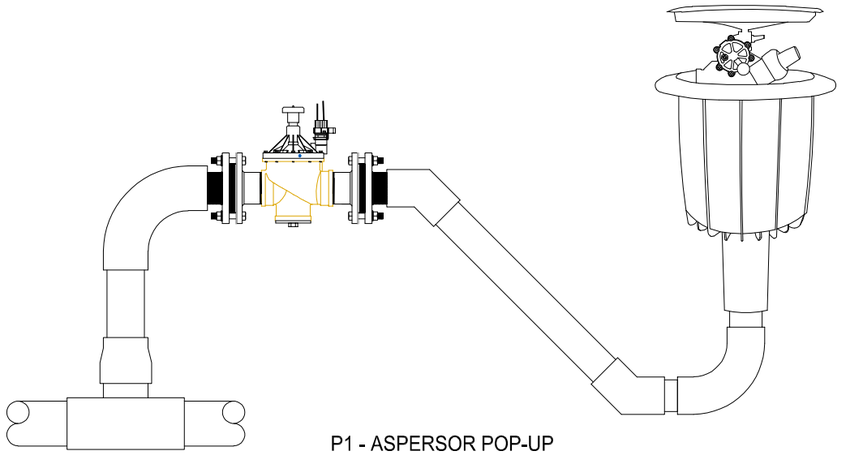
PORMENOR DA LIGAÇÃO
CALEIRA–COLECTOR





Corte A–A'

PORMENORES DE DRENAGEM
SEM ESCALA



P1 - ASPERSOR POP-UP

PORMENORES DE REGA
SEM ESCALA

d:\onedrive – câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\técnicos dona\fernando gonçalves\campo de futebol – boim\relvado sintético-pormenores.dwg

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

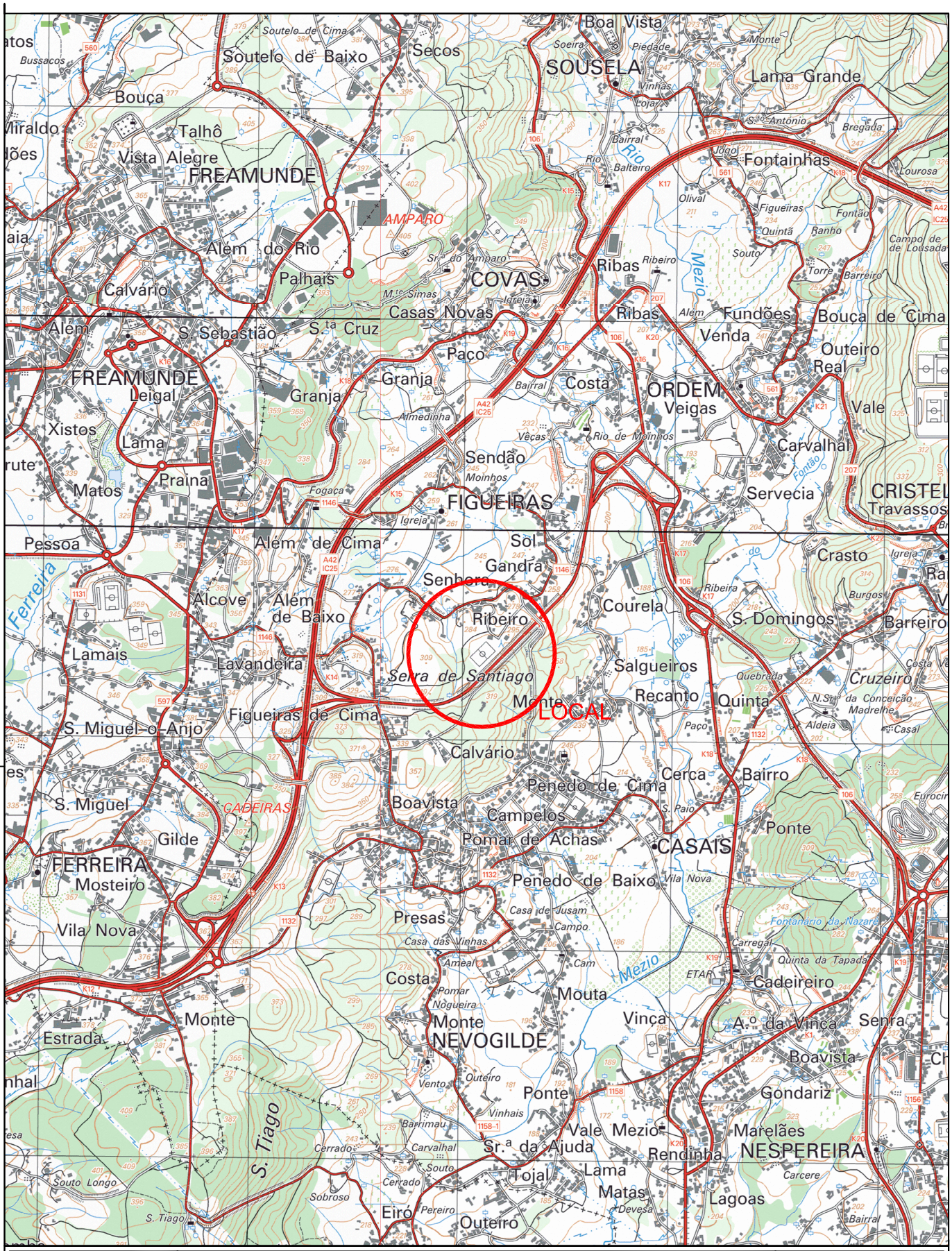
Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE BOIM
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:
BOIM - LOUSADA

Designação:
PORMENORES DE DRENAGEM E DE REGA

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620–695 Lousada
Tel: 255 820 500 – E–mail: cm–lousada@cm–lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 7
Escala: S/ESCALA



município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:
FIGUEIRAS - LOUSADA

Designação:
LOCALIZAÇÃO - EXTRATO DA CARTA MILITAR

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro,4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 – Email: cm-lousada@cm-lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 0
Escala: 1/25000

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dcma\fernando gonçalves\campo de futebol - figueiras\carta militar 1-25000.dwg

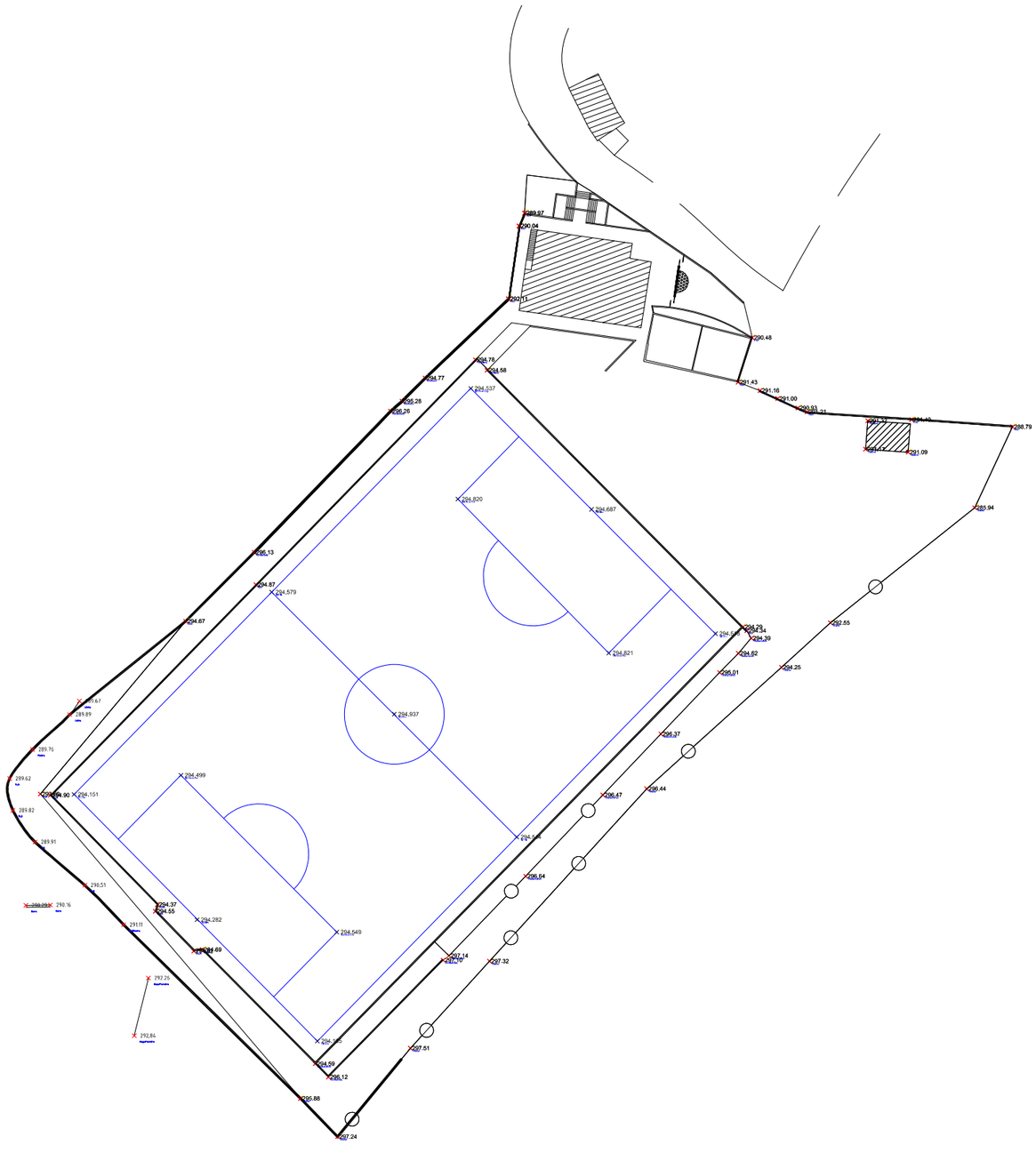


Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: FIGUEIRAS - LOUSADA	Proj.:
	Des.:
Designação: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	Fase:
	Numero: I
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620–695 Lousada Tel: 255820500 – Email: cm–lousada@cm–lousada.pt	Escala: 1/2000

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

d:\onedrive – câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dona\fernando gonçalves\campo de futebol – figueiras\campo figueiras – localização.dwg



d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dom\fernando gonçalves\campo de futebol - figueiras\campo figueiras - planta.dwg

município de lousada Departamento de Obras Municipais e Ambiente	Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
	Local Obra: FIGUEIRAS - LOUSADA	Proj.: Des.: Fase:
	Designação: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	Numero: 2
	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada Tel: 255820500 - Email: cm-lousada@cm-lousada.pt	Escala: 1/1000



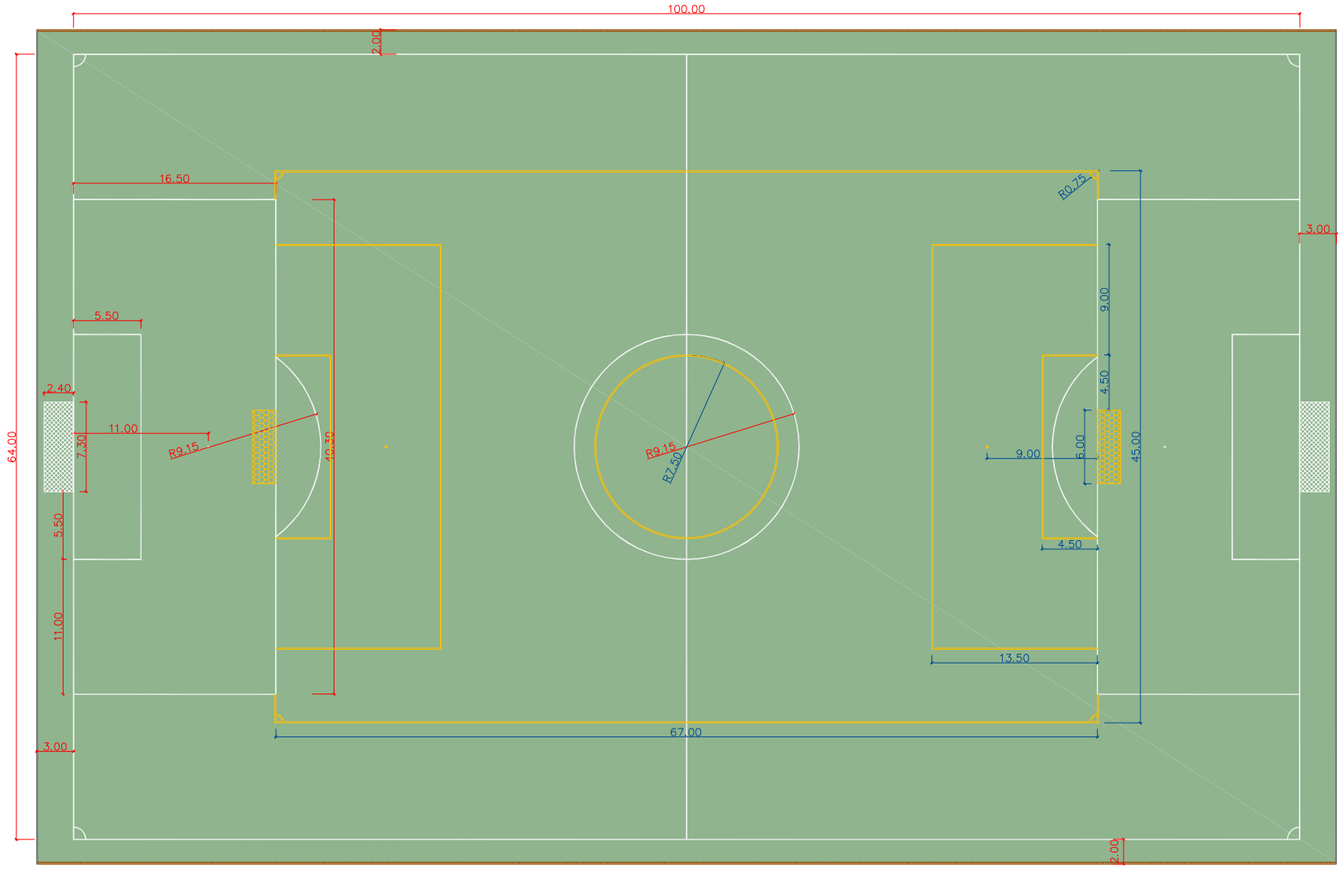
município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620–695 Lousada
Tel: 255820500 – Email: cm–lousada@cm–lousada.pt

Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS RELVADO SINTÉTICO	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: FIGUEIRAS - LOUSADA	Proj.:
	Des.:
Designação: PLANTA	Fase:
	Numero: 3
	Escala: 1/500

d:\onedrive – câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dona\diretor–jose carlos nogueira\campo de futebol – baim\campo figueiras – planta.dwg



- Relva sintética
- Marcações de jogo de futebol 11
- Marcações de jogo de futebol 7

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 - E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

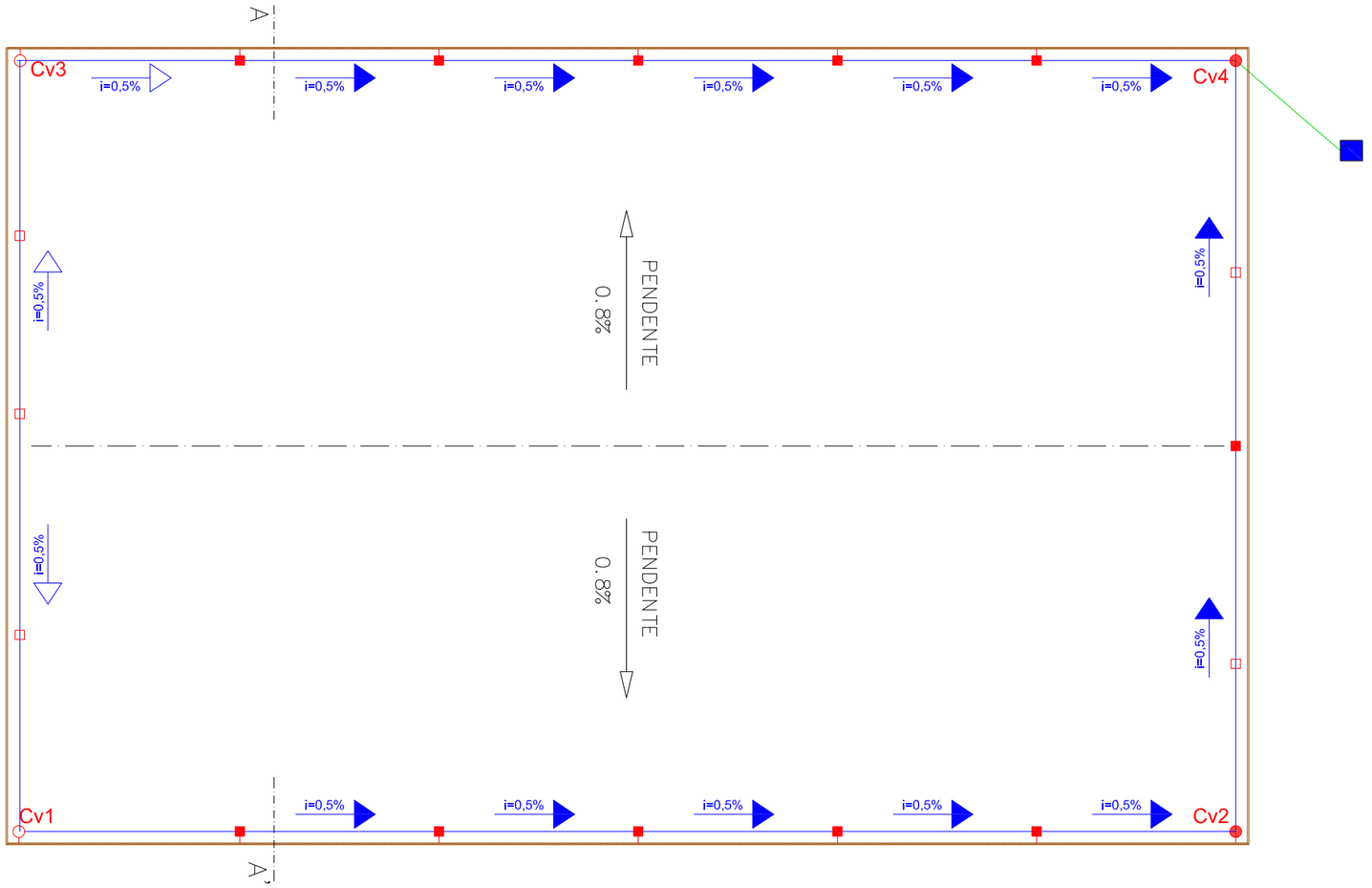
Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:
FIGUEIRAS - LOUSADA

Designação:
PLANTA - MARCAÇÕES DE LINHAS DE JOGO

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 4
Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\técnicos dama\fernando gonçalves\campo de futebol - figueiras\relvado sintético-pormenores.dwg



LEGENDA

- TUBO PP CORRUGADO ø200mm (i=0.5%)
- TUBO PVC ø 110mm
- TUBO PVC CORRUGADO ø315mm (i=0.5%)
- CAIXA DE VISITA 40 x 40
- CAIXA DE VISITA TRONCOCÓNICA PLUVIAL (ø1000mm)
- CALEIRA EM BETAO 100mmx130mm
- PONTO DE ENTREGA (LOCALIZAÇÃO HIPOTÉTICA)

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO

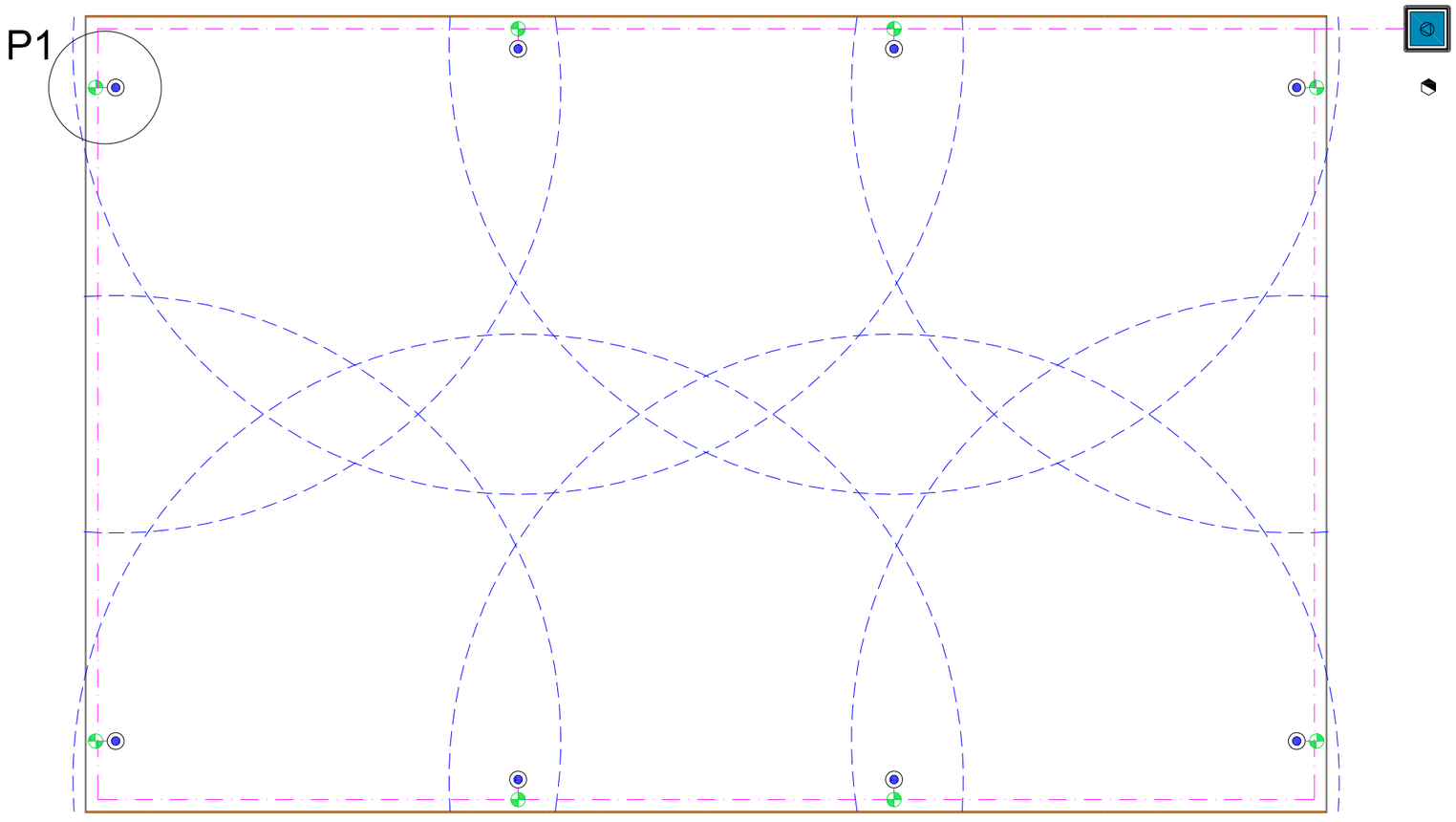
Local Obra: FIGUEIRAS - LOUSADA

Designação: PLANTA - SISTEMA DE DRENAGEM

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 - E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 5
Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dama\fernando gonçalves\campo de futebol - figueiras\relvado sintético-layouts.dwg



LEGENDA

- Programador "Rain Bird"
- Grupo de Bombagem Submersível
- Electrovalvula "Rain Bird" ø3"
- Aspersor Pop-Up "Sime"
- Tubo "Pead" ø 110mm PN10
- Reservatório de Água em Betão Armado 25m3 (localização hipotética)

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:
FIGUEIRAS - LOUSADA

Designação:
PLANTA - SISTEMA DE REGA

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada
Tel: 255 820 500 – E-mail: cm-lousada@cm-lousada.pt

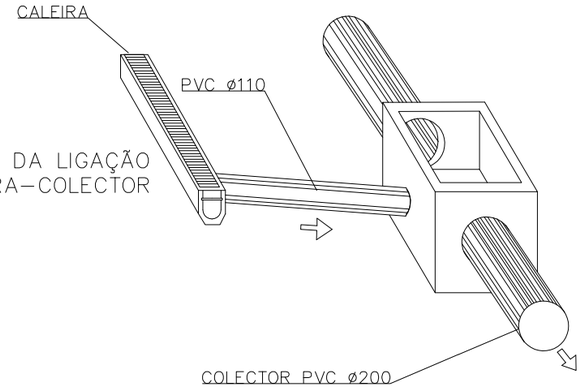
Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 6
Escala: 1/500

d:\onedrive - câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicos dona\fernando gonçalves\campo de futebol - figueiras\relvado sintético_fig.dwg

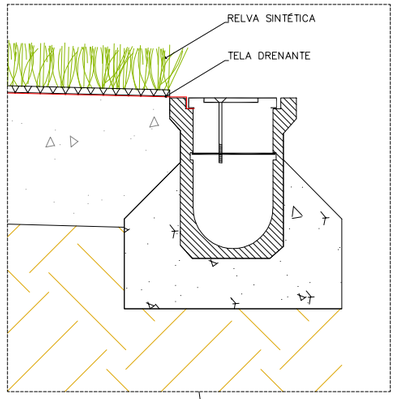


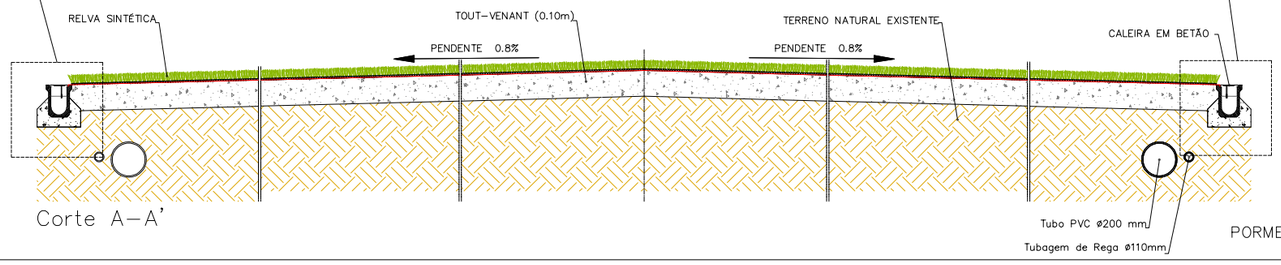






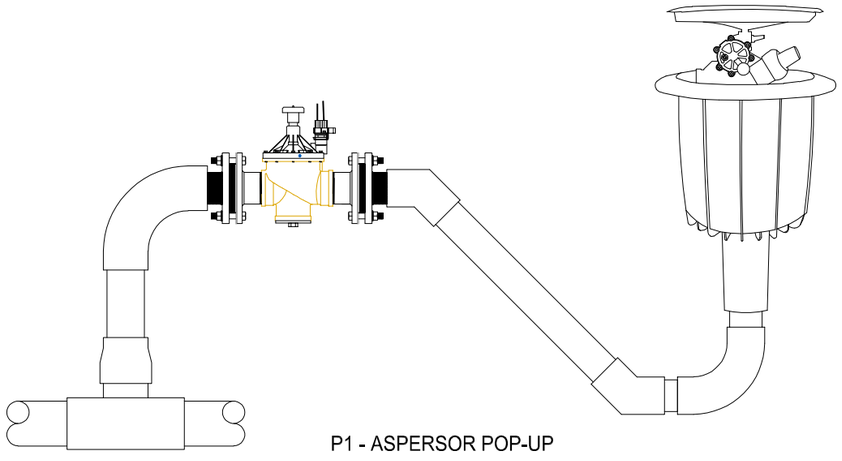
PORMENOR DA LIGAÇÃO
CALEIRA–COLECTOR





Corte A–A'

PORMENORES DE DRENAGEM
SEM ESCALA



P1 - ASPERSOR POP-UP

PORMENORES DE REGA
SEM ESCALA

d:\onedrive – câmara municipal de lousada\dados\ano 2023\tecnicas dama\fernando gonçalves\campo de futebol – figueiras\relvado sintético-pormenores.dwg

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto:
BENEFICIAÇÃO DO PARQUE DE JOGOS DE FIGUEIRAS
RELVADO SINTÉTICO

Local Obra:
FIGUEIRAS - LOUSADA

Designação:
PORMENORES DE DRENAGEM E DE REGA

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620–695 Lousada
Tel: 255 820 500 – E–mail: cm–lousada@cm–lousada.pt

Data: DEZEMBRO 2023
Proj.:
Des.:
Fase:
Numero: 7
Escala: S/ESCALA

município de lousada

SECÇAO DE APOIO ADMINISTRATIVO-DOMA	Inf. **24179/23**	**2023/12/14**

DE

Estela Rosa Pereira Vieira Soares

ASSUNTO|SUBJECT

Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos Automóveis

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se o seguinte:

Foi aprovada em reunião da Câmara Municipal a proposta para submissão do projeto do regulamento a consulta pública.

Nos termos do artigo 101.º do CPA foi o projeto supracitado submetido a consulta pública pelo período de 30 dias, não tendo sido apresentada qualquer sugestão ao mesmo.

Decorrido que está o prazo, entende-se que estão reunidas as condições para ser proposta a aprovação do regulamento à Exma. Câmara, bem como a aprovação da submissão do mesmo à Assembleia Municipal.

À consideração superior.

A Coordenadora Técnica

14-12-2023

(141) Estela Soares

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo,

14-12-2023 | (180)
José Carlos Nogueira

À Reunião,

15-12-2023

(14) Manuel Nunes

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÂO E DEPÓSITO DE VEICULOS AUTOMOVEIS

Nota Justificativa

Considerando o aumento de densidade do parque automóvel e a escassez de espaços para o estacionamento, bem como o aumento da tendência para o abandono dos veículos nas vias públicas, provocando um impacto negativo na paisagem.

Considerando que, compete aos municípios deliberar o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, fiscalizar o cumprimento das disposições do Código da Estrada e legislação complementar, nas vias públicas sob a sua jurisdição, e encaminhar os Veículos em Fim de Vida (VFV) que se encontrem na sua posse para os respectivos centros de recepção ou operadores de desmantelamento.

Considerando que a Câmara Municipal de Lousada, no âmbito da defesa do ambiente e como forma de proteger o impacto na paisagem, pretende dotar o Município de um instrumento que estabeleça regras acerca dos veículos considerados abandonados ou em estacionamento indevido ou abusivo em toda a sua área.

Considerando que a Câmara Municipal de Lousada não dispondo de qualquer instrumento regulamentar de actuação nesta matéria e como forma de evidenciar as responsabilidades dos intervenientes, nomeadamente da autarquia e dos munícipes, sensibilizando e garantindo os direitos destes, visa, com o presente regulamento, o estabelecimento dessas regras, por forma a disciplinar os procedimentos necessários à sua remoção e recolha.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preconizado nos artigos 135.º a 147.º do Código do Procedimento Administrativo, do estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09, no estatuído na Lei n.º 53-E/2006 de 29/12, do determinado na alínea d) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23/02, do preceituado nos artigos 163.º a 168.º do Código da Estrada, no prescrito no n.º 4 do artigo 84.º e alínea a) do artigo 86.º todos do Decreto-Lei n.º 152.º-D/2017 de 11/12, na sua atual redação, e no regulado na Portaria n.º 1424/2001 de 13/12, alterada pela Portaria n.º 1334 -F/2010, de 31/12, foi aprovada pela Câmara Municipal em reunião de ..... e pela Assembleia Municipal em sessão de ....., o seguinte Regulamento Municipal de Remoção e Depósito de Veículos Automóveis:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito e objecto

1 - O presente Regulamento estabelece as regras e procedimentos aplicaveis à remoção e recolha de veículos abandonados ou em estacionamento indevido ou abusivo, nas vias públicas sob a jurisdição do Municipio de Lousada..

2 - O presente regulamento aplica-se à remoção e recolha de veículos abandonados ou em situação de estacionamento indevido ou abusivo, em toda a área do território do concelho de Lousada.

Artigo 2.º

Classes e Tipos de Veículos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento a indicação de veículos abrange todas as classes ou tipos de veículos previstos no Código da Estrada.

Artigo 3.º

Leis habilitantes

O presente regulamento tem por lei habilitante o disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preconizado nos artigos 135.º a 147.º do Código do Procedimento Administrativo, do estabelecido na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12/09, no estatuído na Lei n.º 53-E/2006 de 29/12, do determinado na alínea d) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23/02, do preceituado nos artigos 163.º a 168.º do Código da Estrada, no prescrito no n.º 4 do artigo 84.º e alínea a) do artigo 86.º todos do Decreto-Lei n.º 152.º-D/2017 de 11/12, na sua atual redação, e no regulado na Portaria n.º 1424/2001 de 13/12, alterada pela Portaria n.º 1334 -F/2010, de 31/12.

Artigo 4.º

Estacionamento Indevido ou Abusivo

1 - Para efeitos do presente regulamento considera-se estacionamento indevido ou abusivo:

a) O de veículo, durante 30 dias ininterruptos, em local da via pública ou em parque ou zona de estacionamento isentos do pagamento de qualquer taxa;

b) O de veículo, em parque de estacionamento, quando as taxas correspondentes a cinco dias de utilização não tiverem sido pagas;

c) O de veículo, em zona de estacionamento condicionado ao pagamento de taxa, quando esta não tiver sido paga ou tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago;

d) O de veículo que permanecer em local de estacionamento limitado mais de duas horas para além do período de tempo permitido;

e) O de veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques e semi-reboques não atrelados ao veículo tractor e o de veículos publicitários que permaneçam no mesmo local por tempo superior a setenta e duas horas, ou a 30 dias, se estacionarem em parques a esse fim destinados;

f) O que se verifique por tempo superior a quarenta e oito horas, quando se trate de veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono, de inutilização ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos seus próprios meios;

g) O de veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transacção, em parques ou lugares de estacionamento;

h) O de veículos sem chapa de matrícula ou com chapa que não permita a correcta leitura da matrícula;

2 - Os prazos previstos nas alíneas a) e e) do número anterior não se interrompem, desde que os veículos sejam apenas deslocados de um lugar para outro lugar de estacionamento, ou se mantenham no mesmo parque ou zona de estacionamento.

3 - Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1, consideram-se sinais exteriores evidentes de abandono e/ou de inutilização do veículo, designadamente:

a) A existência de ferrugem ou corrosão na viatura;
b) A existência de pneus sem pressão ou a ausência dos mesmos;
c) A existência de vegetação na viatura ou na área que ocupa;
d) A existência de dísticos desatualizados; e/ou,
e) A existência de sinais de vandalismo na viatura;
f) A existência de extrema sujidade reveladora de inatividade do veiculo

Artigo 5.º

Veículos Abandonados

1 - Nos casos em que se verifique que o veículo se encontra abandonado, o mesmo será identificado, e alvo de procedimento tendente à sua remoção nos termos definidos no Capítulo II do presente regulamento.

2 - Entre outros fundamentos, consideram-se veículos abandonados aqueles que:

a) O que não for reclamado dentro dos prazos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 12.º do presente regulamento;

b) O que tenha sido objecto de declaração expressa de abandono ou impossibilidade de não os retirar do local onde se encontram, por parte do proprietário;

c) Que apresentem sinais exteriores evidentes de inutilização ou degradação,

3 – Presume-se abandonado o veículo que, cumpridos os procedimentos previstos no artigo 165.º do Código da Estrada, não seja reclamado no prazo legal.

CAPITULO II

Remoção de veículos

Artigo 6.º

Veículos a remover

1 - Podem ser removidos, para os locais destinados a depósito, os veículos que se encontrem:

a) Estacionados indevidamente ou abusivamente, nos termos do artigo 4.º do presente regulamento;

b) Em situação de abandono, como previsto no artigo 5.º desde regulamento;

c) Estacionados ou imobilizados de modo a constituírem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito;

d) Estacionados ou imobilizados em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência, de socorro ou outros motivos análogos, justifiquem a remoção.

2 - Para os efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito, entre outros, os seguintes casos de estacionamento ou imobilização:

a) Em via ou corredor de circulação reservados a transportes públicos;
b) Em local de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros;
c) Em passagem de peões ou de velocípedes sinalizada;
d) Em cima de passeios ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de utilizadores vulneráveis;
e) Na faixa de rodagem, sem ser junto da berma ou passeio;
f) Em local destinado ao acesso de veículos ou peões a propriedades, garagens ou locais de estacionamento;
g) Em local destinado ao estacionamento de veículos de certas categorias ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência;
h) Em local afeto à paragem de veículos para operações de carga e descarga ou tomada e largada de passageiros;

i) Impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos;
j) Na faixa de rodagem, em segunda fila;
k) Em local em que impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou a saída destes;
l) De noite, na faixa de rodagem, fora das localidades, salvo em caso de imobilização por avaria devidamente sinalizada

Artigo 7.º

Conhecimento de Veículos Abandonados ou em Situação de Estacionamento Indevido ou Abusivo

1 - O procedimento de remoção pode ter lugar desde que chegue ao conhecimento da Câmara Municipal, por qualquer meio formal ou informal, a existência de uma causa conducente à remoção de veículo.

2 - O conhecimento de veículo abandonado ou em situação de estacionamento indevido ou abusivo poderá ser dado à Câmara Municipal, nomeadamente, pelas autoridades policiais, pela Policia Municipal, Juntas de Freguesias e particulares.

Artigo 8.º

Abertura do processo de remoção

1 - Verificada qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º é elaborada informação interna pelos serviços competentes da Câmara Municipal, a determinar a remoção do veículo, podendo ser feito o bloqueamento, pelos serviços municipais competentes, logo que possível, através de dispositivo adequado, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à remoção.

2 - A informação prevista no número anterior é dispensada quando se trate de uma situação de manifesta urgência na remoção, nomeadamente nos casos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º e alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos deste regulamento, e ainda nas situações previstas no Código da Estrada que determinem o imediato bloqueamento e remoção de veículo.

3 - No caso de não ser possível a remoção imediata do veículo, para local do depósito, a Câmara Municipal pode determinar a deslocação provisória do veículo para outro local, a fim de aí ser bloqueado até à remoção.

4 – O bloqueamento e desbloqueamento do veículo só pode ser feito pela Policia Municipal de Lousada.

5 - Obtido o conhecimento de qualquer uma das situações irregulares previstas no artigo 6.º do presente regulamento, deve ser aberto um processo administrativo, por cada veículo alvo de remoção, para o qual é carregada toda a informação e documentação inerente, nomeadamente a ficha de registo de ocorrência e respetivo levantamento fotográfico.

Artigo 9.º

Ficha de Registo de Ocorrência

Para identificação do veículo em situação irregular, e instrução do processo administrativo de remoção, a Policia Municipal elabora uma ficha de registo de ocorrência, que deve conter a seguinte informação:

a) A identificação da marca, modelo e cor do veículo;
b) O número de série do veículo - VIN - Vehicle Identification Number;
c) A identificação da matrícula do veículo;
d) A menção à data da verificação da situação de irregularidade;
e) A menção ao registo da validade da inspeção e do seguro, quando disponível;
f) A descrição do estado geral do veículo; e,
g) A identificação do local onde o veículo se encontra em situação irregular.

Artigo 10.º

Levantamento Fotográfico

Antes de se proceder à remoção, a Policia Municipal deve efetuar um levantamento fotográfico do veículo que se encontra em situação irregular, bem como da zona adjacente, para juntar ao processo administrativo.

Artigo 11.º

Remoção voluntária

1 - Quando não haja lugar a remoção imediata, verificada uma situação de abandono ou de estacionamento indevido ou abusivo de veículo, a Policia Municipal, para além de cumprir com o disposto nos artigos 9.º e 10.º deste regulamento, afixa no veículo um dístico autocolante onde consta o aviso para o seu proprietário, possuidor ou detentor, proceder voluntariamente à sua remoção no prazo de 10 dias, sob pena de poder vir a ser removido coercivamente pelo Município de Lousada.

2 - O dístico autocolante referido no número anterior é afixado, sempre que possível, no vidro da porta que dá acesso ao lugar do condutor, ou, caso não seja possível, no vidro da frente do veículo.

3 - O aviso constante do dístico deve conter os seguintes elementos:

a) As disposições legais e regulamentares que determinam a afixação do dístico no veículo;
b) A data da colocação do dístico;
c) O prazo de 10 dias que o proprietário, possuidor ou detentor dispõe para remover voluntariamente o veículo;

d) A cominação da remoção coerciva pelo Município de Lousada, no caso de o interessado não promover tempestivamente a remoção voluntária do veículo; e,
e) Os números de contacto do Município de Lousada respetivos horários de funcionamento dos serviços municipais para obtenção de quaisquer informações.

Artigo 12.º

Notificação para Remoção Voluntária

1 - No decurso do prazo constante do dístico autocolante afixado pela Policia Municipal em veículo em situação de abandono ou de estacionamento indevido ou abusivo, os serviços municipais competentes promovem as diligências necessárias, nomeadamente junto das autoridades policiais e/ou da Conservatória do Registo Automóvel, para identificação do proprietário do referido veículo.

2 - Quando seja obtida a identificação do proprietário do veículo em situação de abandono ou de estacionamento indevido ou abusivo, é o mesmo notificado, mediante carta registada com aviso de receção, para proceder à remoção voluntária do veículo no prazo de 10 dias, sob pena de nada fazendo, o Município de Lousada promover a sua remoção coerciva.

3 - A notificação referida no número anterior deve ainda informar que o titular do documento de identificação do veículo é responsável pelo pagamento das taxas e despesas ocasionadas por uma eventual remoção coerciva e depósito do veículo, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, ressalvando-se o direito de regresso contra o condutor.

4 - Quando não seja possível a notificação do proprietário do veículo, por carta registada com aviso de receção, deve a mesma ser efetuada por um dos seguintes meios:

a) Por notificação pessoal a executar pela Policia Municipal; ou,
b) Por edital, no caso em que a notificação pessoal não seja conseguida.

5 - A notificação prevista na alínea b) do número anterior é realizada através da afixação de edital junto da última morada conhecida do titular do documento de identificação do veículo e na Câmara Municipal de Lousada ou da Câmara Municipal da área de residência do proprietário do veículo.

Artigo 13.º

Remoção Coerciva

1 - Findo o prazo para a remoção voluntária do veículo em situação de abandono ou de estacionamento indevido ou abusivo, e verificando-se que o mesmo permanece no local, a Policia Municipal deve informar tal facto, para que o Município de Lousada proceda à sua remoção coerciva.

2 - As quantias relativas às taxas e despesas com a remoção coerciva do veículo, incluindo quaisquer indemnizações ou sanções pecuniárias que o Município de Lousada tenha de suportar, são imputáveis ao titular do documento de identificação do veículo.

Artigo 14.º

Operação de Remoção

A operação de remoção será efetuada por veículo de reboque e meios de operador devidamente licenciado com quem o Município venha a celebrar contrato para o efeito.

Artigo 15.º

Responsabilidade Civil

Em qualquer circunstância, o Município de Lousada não se responsabiliza por eventuais danos causados ao veículo objeto de remoção coerciva, nomeadamente durante a sua remoção, transporte e depósito

CAPÍTULO III

Depósito de Veículo

Artigo 16.º

Depósito

A operação de remoção coerciva de veículo culmina com o seu depósito nas instalações municipais ou outras para o efeito contratadas.

Artigo 17.º

Ficha de Registo do Veículo Recolhido

1 - Com o depósito do veículo, é elaborada uma ficha de registo do veículo recolhido, de onde consta:

a) O número do processo administrativo;
b) As características do veículo, tais como a marca, modelo, cor e número de matrícula;
c) O número de série do veículo - VIN - Vehicle Identification Number;
d) A identificação do proprietário, possuidor ou detentor do veículo, quando conhecido;
e) A descrição do estado do veículo, acompanhada do seu registo fotográfico;
f) A identificação do local onde o veículo se encontrava em situação irregular;
g) A data e hora em que teve lugar a remoção coerciva do veículo;
h) A identificação do funcionário ou agente que interveio na remoção coerciva;

i) A identificação do local onde o veículo foi removido; e,

j) Demais informação considerada relevante.

2 - A ficha de registo do veículo recolhido deve ser anexada ao respetivo processo administrativo de remoção, ficando uma cópia da mesma em poder dos serviços responsáveis pelas instalações municipais onde o veículo fica depositado até ao seu levantamento ou encaminhamento para o parque municipal de viaturas ou para abate, sempre que o mesmo não venha a ser reclamado.

CAPÍTULO IV

Levantamento de Veículo

Artigo 18.º

Notificação para Levantamento de Veículo

1 - Quando ocorra a remoção coerciva de veículo em situação de abandono ou de estacionamento indevido ou abusivo, os serviços municipais competentes promovem a notificação do titular do documento de identificação do veículo, para a residência constante do respetivo registo, para o levantar no prazo de 45 dias.

2 - Tendo em vista o estado geral do veículo, se for previsível um risco de deterioração que possa fazer recear que o preço obtido em venda em hasta pública não cubra as despesas decorrentes da remoção coerciva e depósito, o prazo previsto no número anterior é reduzido a 30 dias.

3 - Da notificação para levantamento de veículo deve constar a indicação do local para onde o mesmo foi removido e, bem assim, que o titular do respetivo documento de identificação do veículo o deve levantar dentro do prazo fixado para o efeito e mediante o pagamento das taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito, sob pena de o veículo se considerar abandonado a favor do Município de Lousada.

4 - No caso previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º do presente regulamento, se o veículo apresentar sinais evidentes de acidente, a notificação deve fazer-se pessoalmente, salvo se o titular do respetivo documento de identificação não estiver em condições de a receber, sendo então feita em qualquer pessoa da sua residência, preferindo os parentes.

5 - Não sendo possível proceder às notificações previstas nos números anteriores por qualquer causa, nomeadamente por se ignorar a residência ou a identidade do titular do documento de identificação do veículo, deve proceder-se à notificação por edital, que deve ser afixada junto da sua última residência conhecida e na Câmara Municipal de Lousada por um prazo de 15 dias.

6 - Os prazos referidos nos n.^{os} 1 e 2 do presente artigo contam-se a partir da receção da notificação ou da data da sua afixação por edital.

Artigo 19.º

Reclamação de Veículos

1 - Tem legitimidade para reclamar o levantamento de veículo removido coercivamente pelo Município de Lousada o respetivo titular do documento de identificação do veículo, desde que o faça dentro dos prazos referidos no artigo anterior e proceda ao pagamento das taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito.

2 - Aquando da reclamação do veículo nos termos do número anterior, o interessado deve fazer prova do seu direito de propriedade ou de qualquer outro direito que lhe confira responsabilidade sobre o veículo, mediante a apresentação dos documentos que atestem a titularidade do direito invocado.

3 - Para além da exibição dos documentos referidos no número anterior, o interessado deve ainda apresentar no ato de reclamação o imposto único de circulação (IUC) regularizado e o seguro atualizado do veículo ou documento comprovativo do cancelamento da respetiva matrícula, se o fim daquele não for a circulação.

4 - Em casos de dúvida e/ou sempre que seja recusada a exibição de algum dos documentos referidos nos números anteriores, os serviços municipais competentes podem solicitar a colaboração das autoridades policiais e/ou da Conservatória do Registo Automóvel, para garantir o cabal esclarecimento da legitimidade do reclamante.

5 - A entrega do veículo pressupõe a elaboração de um auto de entrega devidamente assinado por quem o entrega e por quem o recebe e depende do integral pagamento das taxas e despesas de remoção e depósito do veículo ou da prestação de caução a favor do Município de Lousada de igual montante.

6 - Com a entrega do veículo, compete a quem o recebe garantir a sua deslocação do local onde se encontra depositado à guarda do Município de Lousada até ao local onde o pretende parquear, o qual não deve ser na via pública nas mesmas condições em que se encontrava quando foi removido, sob pena de o mesmo ser considerado em estacionamento abusivo.

Artigo 20.º

Estado de Conservação do Veículo

O Município Lousada não responde pelo estado de conservação do veículo aquando do seu levantamento pelo reclamante, declinando qualquer responsabilidade por eventuais deteriorações, danos ou estragos causados ao veículo durante o seu depósito nas instalações municipais, nomeadamente os resultantes de furtos e atos de vandalismo.

Artigo 21.º

Presunção de Abandono de Veículo

1 - Se o veículo removido coercivamente pelo Município de Lousada não for reclamado dentro dos prazos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 18.º do presente regulamento, o mesmo é considerado abandonado e adquirido por ocupação do Município de Lousada.

2 - Dentro dos prazos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 18.º deste regulamento, o titular do documento de identificação do veículo pode apresentar declaração expressa de abandono do veículo removido a favor do Município de Lousada.

3 - O veículo é considerado imediatamente abandonado a favor do Município de Lousada quando essa for a vontade manifestada expressamente pelo seu proprietário, mediante declaração escrita que contenha todos os elementos identificativos do proprietário, bem como do veículo em causa.

4 - O abandono de veículo a favor do Município de Lousada não isenta o titular do documento de identificação do veículo do pagamento das taxas e despesas ocasionadas pela sua remoção e depósito.

Artigo 22.º

Informação de Abandono de Veículo

1 - Os serviços municipais competentes elaboram uma relação dos veículos recolhidos no concelho de Lousada, em situação de abandono e degradação na via pública, que deve ser remetida às autoridades policiais para que, no prazo de 30 dias, informem se algum dos veículos constantes da referida relação é suscetível de apreensão.

2 - Decorrido o prazo de 30 dias referido no número anterior, e não existindo resposta das autoridades policiais, presume-se que não existe qualquer circunstância que determine a apreensão de veículo.

Artigo 23.º

Veículos Abandonados a Favor do Estado

1 - Quando se verifique que um veículo removido coercivamente pelo Município de Lousada foi abandonado a favor do Estado, são notificados os serviços competentes da Administração Central para proceder ao levantamento do mesmo, no prazo de 30 dias.

2 - Quando os serviços competentes da Administração Central não reclamem o levantamento do veículo removido dentro do prazo previsto no número anterior, ou quando as autoridades policiais informem nos termos do artigo anterior que o veículo não é suscetível de apreensão, presume-se o desinteresse do Estado na aquisição do veículo e consequente abandono a favor do Município de Lousada.

3 - Os serviços municipais comunicam aos serviços competentes da Administração Central a presunção de

abandono de veículo a favor do Município Lousada fundamentada nos termos do número anterior, aguardando o prazo de 15 dias para que seja apresentada qualquer reclamação.

4 - Não sendo apresentada reclamação, o veículo é definitivamente declarado abandonado e adquirido por ocupação do Município de Lousada.

CAPÍTULO V

Veículos não Reclamados

Artigo 24.º

Não Levantamento de Veículos

1 - Findo o prazo para levantamento de veículo removido, e não sendo reclamado, é efetuada notificação a comunicar a situação de abandono do veículo e consequente aquisição por ocupação a favor do Município de Lousada, nos termos do n.º 1 do artigos 21.º, ou n.º 2 e 3 do artigo 23.º, do presente regulamento.

2 - A notificação referida no número anterior é efetuada nos seguintes termos:

a) Por notificação postal registada com aviso de receção, quando no processo administrativo se verifique que foram recebidas anteriores notificações postais; ou,
b) Por notificação por meio de edital, quando não se afigure possível realizar a notificação postal, podendo, neste caso, o mesmo edital contemplar vários proprietários a notificar.

3 - As notificações previstas neste artigo têm a duração de 15 dias contados a partir da data da receção da notificação postal ou da data da publicação do edital, podendo neste período ser deduzida qualquer reclamação.

4 - Findo o prazo referido no número anterior, o veículo é definitivamente declarado abandonado e adquirido por ocupação pelo Município de Lousada.

Artigo 25.º

Vistoria Técnica

Os veículos considerados definitivamente abandonados e adquiridos pelo Município de Lousada são objeto de vistoria técnica a realizar pelos serviços municipais, para verificar se os mesmos devem ou não ser encaminhados para abate.

Artigo 26.º

Uso e Registo de Veículo a Favor do Município

1 - Quando a vistoria técnica prevista no artigo anterior permitir concluir que um veículo não se encontra

em fim de vida, não devendo ser encaminhado para abate, os serviços municipais competentes elaboram uma informação contendo a descrição do histórico do processo administrativo do veículo e uma proposta para a formalização da sua aquisição pelo Município de Lousada.

2 - A proposta referida no número anterior é submetida a deliberação da Câmara Municipal de Lousada, que decide quanto à formalização de aquisição de veículo abandonado na via pública, por ocupação do Município de Lousada.

3 - A deliberação da Câmara Municipal de Lousada que decidir pela formalização de aquisição de veículo serve de fundamento para colocar o mesmo ao serviço e uso do Município de Lousada, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 - Com base na deliberação camarária referida nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, os serviços municipais competentes devem requerer, junto da Conservatória do Registo Automóvel, o registo do veículo a favor do Município de Lousada e promover a atualização da competente documentação, designadamente o documento de identificação do veículo e título de registo de propriedade.

Artigo 27.º

Veículos em Fim de Vida

Concluindo-se, após a realização da vistoria técnica prevista no artigo 25.º do presente regulamento, que um veículo se encontra em fim de vida, a Câmara Municipal de Lousada determina o seu encaminhamento para abate, ordenando, para o efeito, a abertura de procedimento para arrematação em hasta pública da sucata proveniente do veículo a abater.

CAPÍTULO VI

Abate de Veículos

Artigo 28.º

Arrematação em Hasta Pública

Com a tomada da deliberação da Câmara Municipal de Lousada nos termos do artigo anterior, os serviços municipais competentes promovem a tramitação de procedimento de arrematação em hasta pública da sucata proveniente dos veículos abandonados na via pública.

Artigo 29.º

Publicação de Anúncio

A abertura de procedimento de arrematação em hasta pública da sucata proveniente dos veículos

abandonados na via pública, respetivos trâmites e condições, designadamente a base de licitação, é publicitada através de anúncio publicado no Diário da República e afixado nos lugares públicos do costume.

Artigo 30.º

Abertura das Propostas

No primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado no anúncio para a apresentação das propostas em carta fechada e lacrada, procede-se à sua abertura e consequente arrematação da proposta mais vantajosa para o Município de Lousada.

Artigo 31.º

Arrematação

A decisão de arrematação fixa o prazo para o adjudicatário proceder ao pagamento e levantamento dos veículos do parque municipal de viaturas.

Artigo 32.º

Cancelamento de Matrículas

1 - Os veículos em fim de vida não podem ser alienados como sucata sem que as suas matrículas sejam canceladas e os livretes devolvidos à entidade emissora ou cancelados e juntos ao procedimento de arrematação em hasta pública.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os serviços municipais competentes devem informar o Instituto da Mobilidade e dos Transportes da relação de todos os veículos em fim de vida e alienados para sucata.

Artigo 33.º

Certificado de Destruição de Veículo

1 - Na sequência da arrematação, o adjudicatário promove o abate dos veículos e assegura a emissão dos certificados de destruição de veículo em fim de vida, nos termos da lei.

2 - O Município de Lousada notifica os anteriores proprietários dos veículos em fim de vida para entregar, dentro do prazo concedido para o efeito, a documentação oficial respeitante aos mesmos que possibilite a emissão do certificado de destruição de veículo em fim de vida.

3 - Entregue a documentação referida no número anterior ao adjudicatário da arrematação, não pode o Município de Lousada ser responsabilizado pela falta de emissão do certificado de destruição de veículo em fim de vida.

4 - Findo o prazo referido no n.º 2, sem que os anteriores titulares da documentação façam a sua entrega junto dos serviços municipais competentes, são os veículos entregues para abate, não podendo o Município de Lousada ser responsabilizado pela falta de emissão do respetivo certificado de destruição de veículo em fim de vida.

5 - Os serviços municipais competentes remetem uma cópia dos certificados de destruição de veículos em fim de vida emitidos aos anteriores proprietários dos veículos objeto de abate.

CAPÍTULO VII

Procedimentos Especiais

Artigo 34.º

Hipoteca

1 - Quando o veículo seja objeto de hipoteca, a remoção deve também ser notificada ao credor, para a residência constante do respetivo registo ou nos termos do n.º 5 do artigo 18.º do presente regulamento.

2 - Da notificação ao credor deve constar a indicação dos termos em que a notificação foi feita ao proprietário e a data em que termina o prazo a que o artigo 11.º deste regulamento se refere.

3 - O credor hipotecário pode requerer a entrega do veículo como fiel depositário, para o caso de, findo o prazo, o titular do documento de identificação do veículo o não levantar.

4 - O requerimento pode ser apresentado no prazo de 20 dias após a notificação ou até ao termo do prazo para levantamento do veículo pelo titular do documento de identificação do mesmo, se terminar depois daquele.

5 - O veículo deve ser entregue ao credor hipotecário logo que se mostrem pagas todas as taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito, devendo o pagamento ser feito dentro dos 10 dias seguintes ao termo do último dos prazos a que se refere o artigo 18.º do presente regulamento.

6 - O credor hipotecário tem o direito de exigir do titular do documento de identificação do veículo o reembolso do valor das taxas e despesas liquidadas nos termos do número anterior e as que efetuar na qualidade de fiel depositário.

Artigo 35.º

Penhora

1 - Quando o veículo tenha sido objeto de penhora, arresto, apreensão ou ato equivalente, o Município de Lousada informa o tribunal das circunstâncias que justificaram a remoção.

2 - No caso previsto no número anterior, o veículo deve ser entregue à pessoa que para o efeito o tribunal, ou entidade competente, designar como fiel depositário, sendo dispensado o pagamento prévio das taxas e despesas de remoção e depósito.

3 - No processo de execução, os créditos pelas despesas de remoção e depósito gozam de privilégio mobiliário especial.

Artigo 36.º

Outros Direitos sobre Veículos

1 - Existindo sobre o veículo um direito de usufruto, a notificação para levantamento de veículo removido deve ser feita ao usufrutuário, aplicando-se ao proprietário, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 34.º do presente regulamento.

2 - Em caso de locação financeira ou de locação por prazo superior a um ano, a notificação para levantamento de veículo removido deve ser feita ao locatário, aplicando-se ao locador, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 34.º deste regulamento.

3 - Tendo o veículo sido vendido com reserva de propriedade e mantendo-se esta, a notificação para levantamento de veículo removido deve ser feita ao adquirente, aplicando-se ao proprietário, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 34.º do presente regulamento.

4 - Nos casos em que, em virtude de facto sujeito a registo, haja posse do veículo, a notificação para levantamento de veículo removido deve ser feita a pessoa que tiver a qualidade de possuidor, aplicando-se ao proprietário, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 34.º deste regulamento.

Artigo 37.º

Veículos com Matrícula Estrangeira

Sempre que os veículos removidos tenham matrícula estrangeira, é solicitada a colaboração da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, para obtenção da identificação do proprietário do veículo.

CAPITULO VIII

Taxas

Artigo 38.º

Taxas e Despesas

1 - É devido o pagamento de taxas pela remoção e depósito de veículos em situação de abandono ou em

estacionamento indevido ou abusivo no espaço público.

2 - A entrega de veículo ao reclamante depende do integral pagamento das taxas e despesas de remoção coerciva e depósito ou da prestação de caução a favor do Município de Lousada de igual montante.

Artigo 39.º

Valor das Taxas

1 - O valor das taxas a cobrar é o fixado na Portaria n.º 1424/2001 de 13/12, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro.

2 - As taxas referidas no número anterior são alteradas de acordo com o estipulado em diploma legal que altere ou revogue a retro citada portaria.

Artigo 40.º

Responsabilidade pelo Pagamento de Taxas e Despesas

1 - Quem for titular do documento de identificação do veículo é responsável pelo pagamento de todas as taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito do mesmo, ressalvando-se o direito de regresso contra o condutor.

2 - Quando o titular do documento de identificação do veículo comprovar que já não era o proprietário do veículo à data do seu abandono na via pública, devem os serviços municipais competentes propor a suspensão do procedimento administrativo pelo prazo máximo de 90 dias, para que o interessado promova a regularização do registo automóvel nos termos da lei.

3 - Com a apresentação, dentro do prazo fixado dos termos do número anterior, do documento comprovativo da regularização do registo automóvel, o anterior proprietário fica dispensado de proceder ao levantamento do veículo, bem como do pagamento das taxas de remoção e depósito do mesmo.

4 - O reclamante de veículo que não é proprietário do mesmo, mas que faça prova de qualquer direito que permita o seu levantamento, nomeadamente o adquirente com reserva de propriedade, o locatário em regime de locação financeira, o locatário por período superior a um ano ou quem, por facto sujeito a registo, for possuidor do veículo, é responsável pelo pagamento das taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito do veículo.

Artigo 41.º

Garantias

1 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas e demais receitas de natureza fiscal, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

2 - Compete à Câmara Municipal a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes das taxas e demais receitas de natureza tributária, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

CAPITULO IV

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 42.º

Fiscalização

1 -- Sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas por lei às autoridades policiais, a competência para a fiscalização do cumprimento das normas do presente regulamento pertence ao Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação em qualquer dos Vereadores.

2 – No exercício da atividade de fiscalização, o Presidente da Câmara Municipal de Lousada é auxiliado Policia Municipal de Lousada, a quem incumbe:

a) Esclarecer os utentes sobre as normas estabelecidas no presente regulamento, bem como acerca do funcionamento dos equipamentos instalados;

b) Promover o correcto estacionamento;

c) Desencadear as acções necessárias à eventual remoção de veículos indevida ou abusivamente estacionados;

d) Preparar e executar as decisões de reposição da legalidade.

3 - O Presidente da Câmara Municipal pode ainda solicitar a colaboração de quaisquer autoridades administrativas ou policiais, sempre que o julgue necessário ao exercício das suas funções de fiscalização.

Artigo 43.º

Contra-Ordenações

1 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que ao caso couber as infracções ao disposto no presente regulamento são sancionadas nos termos do Código da Estrada.

2 – Compete às entidades habilitadas para tal, no âmbito do Código da Estrada a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicação das respectivas coimas.

CAPITULO X

Disposições Finais

Artigo 44.º

Prazos

Salvo os casos em que a lei ou o presente regulamento dispuserem de forma diferente, aos prazos nele referidos aplicam-se as regras constantes do Código do Procedimento Administrativo

Artigo 45.º

Omissões e lacunas

1 - Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente regulamento aplicar-se-á com as necessárias adaptações, as disposições constantes do Código da estrada.

2 – As dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas serão apreciadas e resolvidas pela Câmara municipal.

Artigo 46.º

Remissões

As disposições legais citadas neste regulamento que entretanto, venham a ser revogadas ou alteradas, consideram-se automaticamente substituídas pelas novas disposições.

Artigo 47.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a publicação no Diário da República.

município de lousada

DIVISÃO DE MOBILIDADE E EQUIPAMENTO Inf. **24351/23** **2023/12/18**

DE

Mónica Sofia Pinto Mota

ASSUNTO|SUBJECT

"Alargamento da Rua da Igreja em Nevogilde, Lousada" - Aprovação de protocolo de acordo para cedência de terreno para beneficiação da via pública com José Eduardo Lencastre da Silva

1. No âmbito da **"Alargamento da Rua da Igreja em Nevogilde, Lousada"** procedeu-se à negociação de terreno para alargamento da plataforma da via, baia de estacionamento e construção de passeio, tendo sido contactado para o efeito o Sr. José Eduardo Lencastre da Silva na qualidade de bastante procurador e gestor de negócios dos restantes proprietários dos prédios, a identificar:

1.1 Prédio rústico denominado "Barrimau", com a área total de 9000,00 m2, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 793 da Freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial n.º 793 da freguesia de Nevogilde, constituído por leira de peso e cultura e com as seguintes confrontações: a norte rego, a sul estrada a nascente estrada e a poente Gabino Lobo.

1.2 Prédio rústico denominado "Barrimau", com uma área de 3150,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 796 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 796 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos do Paço e Miranda, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte Luís Pinto Lencastre, a sul Caminho, a nascente estrada e a poente caminho.

1.3 Prédio rústico denominado "Barrimau", com uma área de 9440,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 797 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 797 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos dos Paço e Miranda, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte Joaquina Lobo, a sul Joaquina Lobo, a nascente estrada e a poente caminho.

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À consideração superior,

18-12-2023
(168) Fernanda Lemos

Concordo,

18-12-2023 | (180)
José Carlos Nogueira

À REUNIÃO

19-12-2023
(14) Manuel Nunes

1.4 Prédio rústico denominado “Barrimau”, com uma área de 9520,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 797 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 798 da freguesia de Nevogilde, constituído por vinhais e eira, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte caminho, a sul estrada, a nascente Luís Lencastre e a poente caminho.

1.5 Prédio rústico denominado “Sra. Ajuda”, com uma área de 16200,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 780 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 780 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos dos pereiros e olival, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte rego, a nascente António Barbosa e a sul e a poente estrada.

2. Pelo presente acordo os proprietários dos prédios cedem ao Município, para integração no domínio público municipal, livre de quaisquer ónus e encargos as seguintes parcelas de terreno conforme planta nº 1 e nº 2, a identificar:

2.1 Uma parcela de 132 m2 (cento e trinta e dois metros quadrados), área a ceder para via (13m²), baia de estacionamento (46m²) e passeio (72,30m²) a desanexar ao prédio rústico nº 798;

2.2 Uma parcela de 402m2 (quatrocentos e dois metros quadrados), área a ceder para via (55,10m²), para baia de estacionamento (216,0m²) e passeio (150m²) a desanexar a prédio rústico nº 797;

2.3 Uma parcela de 264.10m² (duzentos e sessenta e quatro metros e 10 decímetros quadrados), área a ceder para via (70.60m²), para baia de estacionamento (98.10m²) e passeio (95.4m²) a desanexar a prédio rústico nº 796;

2.4 Uma parcela de 520.0m² (quinhentos e vinte metros quadrados), área a ceder para via (352,00m²) e passeio;

2.5 (168,0m²) a desanexar a prédio rústico nº 793;

2.6 Uma parcela de 365m² (trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), outra de 87m² (oitenta e sete metros quadrados), outra de 3m² (três metros quadrados), e 1/6 de outra de 94m² (noventa e quatro metros quadrados) área a ceder para a construção de rotunda;

2.7 Uma parcela de terreno com 1.263,00m² (mil duzentos e sessenta e três metros quadrados) conexa a terreno a adquirir a outro proprietário e a terreno pertencente ao Município, identificados em planta n.º 02 anexa, cujo prédio rústico é o nº 780 melhor descrito acima, cuja cedência resulta da negociação de outro terreno no âmbito da realização do arraial das festividades da Nossa Sra. da Ajuda;

3. Em contrapartida das cedências o Município compromete-se a:

3.1 Executar os trabalhos abertura de via, com perfil de 7,0m largura da faixa de rodagem na Rua da Igreja;

3.2 Executar os trabalhos de construção de baia de estacionamento com 2,50m de largura;

3.3 Executar os trabalhos de construção de passeio com 1,50m de largura;

3.4 Executar os trabalhos de pavimentação, a tapete betuminoso;

3.5 Executar os trabalhos das infraestruturas de abastecimento de águas, drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais;

3.6 Executar os trabalhos de construção dos ramais de abastecimento de águas e de águas residuais para futura construção

3.7 Executar os trabalhos de instalação de iluminação pública e telecomunicações.

3.8 Executar trabalhos de sinalização rodoviária.

4 Ainda, pela cedência do terreno, o Município à obrigação da diligência comprometendo-se:

4.1 À obrigação da diligência envidando todos os esforços para atribuir às manchas conexas à rua da Igreja a sul e à mancha conexa à Rua da Igreja a norte, atualmente não abrangidas na área de “Solo Urbano – Espaços residenciais tipo III”, correspondente à parcela cujos prédios rústicos estão registados sob os artigos matriciais nº798, 797 e 796 acima devidamente descritos na cláusula primeira a capacidade construtiva aquando da revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada que se encontra em curso (planta em anexo);

4.2 Na impossibilidade de cumprir o ponto anterior (a)) o Município compromete-se ao pagamento em numerário do terreno identificado na alínea f) da cláusula segunda, com uma área de 1.263,00m², a que corresponde 1074,00m² a terreno classificado como RAN e 189,00m² Espaços residenciais tipo III, avaliado por perito avaliador em documento anexo, no valor total de 6.315,00€ (seis mil trezentos e quinze euros);

4.3 Constituir uma servidão de acesso a veículos, com uma extensão de 155m e uma largura mínima de 3,5m desde a Rua da Igreja até ao referido terreno na alínea 2.7)

5 Com a assinatura do protocolo em anexo o Município fica autorizado a entrar na posse imediata da referida parcela, se aí realizar todos os trabalhos que entenda por necessários à finalidade da cedência e ao cumprimento do estipulado no protocolo.

6 Face ao exposto, propõe-se a aprovação da minuta de protocolo de acordo a celebrar.

À consideração superior,

A técnica superior,

18-12-2023

(1481)
Mónica Mota



(Mónica Mota, arquiteta paisagista)

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

PROTOCOLO N.º _____/23

Cedência de terreno no âmbito da obra de "Alargamento da Rua da Igreja em Nevogilde, Lousada"

Primeiro outorgante:----------

MUNICÍPIO DE LOUSADA, pessoa coletiva de direito público, representado por **PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do aludido Município, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de ora em diante designado por **"MUNICÍPIO"**.----------

Segundos Outorgantes: ----------

JOSÉ EDUARDO LENCASTRE DA SILVA identificação fiscal n.º xxxx, portador do cartão de cidadão nº xxxx, válido até xxxx, natural da freguesia de xxxx, concelho do Porto, casado no regime de comunhão de adquiridos com **ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA REGO**, identificação fiscal n.º xxxx que intervém em seu nome e na qualidade de bastante procurador de:

LUÍS ÁLVARO LENCASTRE DA SILVA identificação fiscal n.º xxxxx, divorciado, natural da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto residente no xxxxxxxx, freguesia de xxxx, concelho e Viana do Castelo;

ANA MARIA LANCASTRE E SILVA identificação fiscal n.º xxxx, natural da referida freguesia de Lordelo do Ouro, divorciada, residente na Rua xxxxx, da freguesia e concelho de Matosinhos;----------

MARIA JOSÉ LENCASTRE E SILVA MOREIRA DOS SANTOS identificação fiscal n.º xxxxx, natural da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, casada em regime da comunhão de adquiridos com **ALFREDO JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS** identificação fiscal n.º xxxxx, residente na xxxxxx , freguesia e concelho de Matosinhos;----------

E intervém ainda, na qualidade de gestor de negócios de:----------

PEDRO MANUEL LANCASTRE E SILVA identificação fiscal n.º xxxxx, natural da freguesia de Lordelo do Ouro no concelho do Porto, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com **ANA CRISTINA AFONSO PIRES DOS SANTOS** identificação fiscal n.º xxxx, residente na xxxxxxx., freguesia de Ramalde, concelho do Porto, de ora em diante designado por **"SEGUNDOS OUTORGANTES**.----------

Entre os outorgantes é celebrado e reciprocamente aceite, o presente **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA** que se rege pelas cláusulas seguintes:----------

CLÁUSULA PRIMEIRA

OS SEGUNDOS OUTORGANTES declaram que são os únicos donos e legítimos possuidores dos prédios rústicos, a identificar:----------

a) Prédio rústico denominado "Barrimau", com a área total de 9000,00 m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 793 da Freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial n.º 793 da freguesia de Nevogilde, constituído por leira de peso e cultura e com as seguintes confrontações: a norte rego, a sul estrada a nascente estrada e a poente Gabino Lobo.
b) Prédio rústico denominado "Barrimau", com uma área de 3150,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 796 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 796 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos do Paço e Miranda, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte Luís Pinto Lencastre, a sul Caminho, a nascente estrada e a poente caminho.
c) Prédio rústico denominado "Barrimau", com uma área de 9440,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 797 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 797 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos dos Paço e Miranda, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte Joaquina Lobo, a sul Joaquina Lobo, a nascente estrada e a poente caminho.
d) Prédio rústico denominado "Barrimau", com uma área de 9520,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 797 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 798 da freguesia de Nevogilde, constituído por vinhais e eira, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte caminho, a sul estrada, a nascente Luís Lencastre e a poente caminho.
e) Prédio rústico denominado "Sra. Ajuda", com uma área de 16200,00m², inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 780 da freguesia de Nevogilde, e que teve origem no artigo matricial nº 780 da freguesia de Nevogilde, constituído por campos dos pereiros e olival, cultura e ramada com as seguintes confrontações: a norte rego, a nascente António Barbosa e a sul e a poente estrada.

CLÁUSULA SEGUNDA

Nessa invocada qualidade, o SEGUNDO OUTORGANTE cede ao MUNICÍPIO, livre de quaisquer ónus e encargos, no âmbito da obra de "Alargamento da Rua da Igreja em Nevogilde, Lousada", as seguintes parcelas de terreno, identificadas na Planta n.º 01 e n.º 02 anexas ao presente protocolo, a desanexar dos prédios identificado na cláusula anterior:----------

a) Uma parcela de 132 m^2 (cento e trinta e dois metros quadrados), área a ceder para via (13m²), baia de estacionamento (46m²) e passeio (72,30m²) a desanexar ao prédio rústico nº 798;----------

b) Uma parcela de 402m^2 (quatrocentos e dois metros quadrados), área a ceder para via (55,10m²), para baia de estacionamento (216,0m²) e passeio (150m²) a desanexar a prédio rústico nº 797; ----

c) Uma parcela de 264.10m² (duzentos e sessenta e quatro metros e 10 decímetros quadrados), área a ceder para via (70.60m²), para baia de estacionamento (98.10m²) e passeio (95.4m²) a desanexar a prédio rústico nº 796;----------

d) Uma parcela de 520.0m² (quinhentos e vinte metros quadrados), área a ceder para via (352,00m²) e passeio (168,0m²) a desanexar a prédio rústico nº 793----------

e) Uma parcela de 365m² (trezentos e sessenta e cinco metros quadrados), outra de 87m² (oitenta e sete metros quadrados), outra de 3m² (três metros quadrados), e 1/6 de outra de 94m² (noventa e quatro metros quadrados) área a ceder para a construção de rotunda.----------

f) Uma parcela de terreno com 1.263,00m² (mil duzentos e sessenta e três metros quadrados) conexa a terreno a adquirir a outro proprietário e a terreno pertencente ao Município, identificados em planta n.º 02 anexa cujo prédio rústico é o nº 780 melhor descrito na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA

O MUNICÍPIO, em contrapartida pela cedência das parcelas de terreno acima identificada compromete-se a:----------

a) Executar os trabalhos abertura de via, com perfil de 7,0m largura da faixa de rodagem na Rua da Igreja;----------

b) Executar os trabalhos de construção de baia de estacionamento com 2,50m de largura; ----------

c) Executar os trabalhos de construção de passeio com 1,50m de largura;----------

d) Executar os trabalhos de pavimentação, a tapete betuminoso;----------

e) Executar os trabalhos das infraestruturas de abastecimento de águas, drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais;----------

f) Executar os trabalhos de construção dos ramais de abastecimento de águas e de águas residuais para futura construção.----------

g) Executar os trabalhos de instalação de iluminação pública e telecomunicações.----------

h) Executar trabalhos de sinalização rodoviária;----------

CLÁUSULA QUARTA

O MUNICÍPIO compromete-se ainda a:

a) Obrigação de diligência, envidando todos os esforços para atribuir às manchas conexas à rua da Igreja a sul, e à mancha conexa à Rua da Igreja a norte, atualmente não abrangidas na área de "Solo Urbano – Espaços residenciais tipo III", correspondente à parcela cujos prédios rústicos estão registados sob os artigos matriciais nº798, 797, 796 e 780 acima devidamente descritos na cláusula primeira a capacidade construtiva aquando da revisão do Plano Diretor Municipal de Lousada que se encontra em curso (planta em anexo);

b) Na impossibilidade de cumprir o ponto anterior (a)) o Município compromete-se ao pagamento em numerário do terreno identificado na alínea f) da cláusula segunda, com uma área de 1.263,00m², a que corresponde 1074,00m² a terreno classificado como RAN e 189,00m² Espaços residenciais tipo III, avaliado por perito avaliador em documento anexo, no valor total de 6.315,00€ (seis mil trezentos e quinze euros);

c) Constituir uma servidão de acesso a veículos, com uma extensão de 155m e uma largura mínima de 3,5m desde a Rua da Igreja até ao referido terreno na alínea f) da cláusula segunda cujo artigo matricial é o nº 780.

CLÁUSULA SEXTA

Com a assinatura do presente protocolo o MUNICÍPIO fica autorizado a entrar na posse imediata da referidas áreas a desanexar dos prédios rústicos melhor identificados na cláusula primeira e aí realizar todos os trabalhos que entenda por necessários à finalidade da cedência e ao cumprimento do estipulado no presente protocolo.----------

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente contrato satisfaz a vontade de ambos os contraentes, importando o seu não cumprimento o direito à execução específica, nos termos do artigo 830.º do Código Civil.----------

Lousada, _____ de _____ de 2023

Feito em dois exemplares que vão assinados pelos Outorgantes.

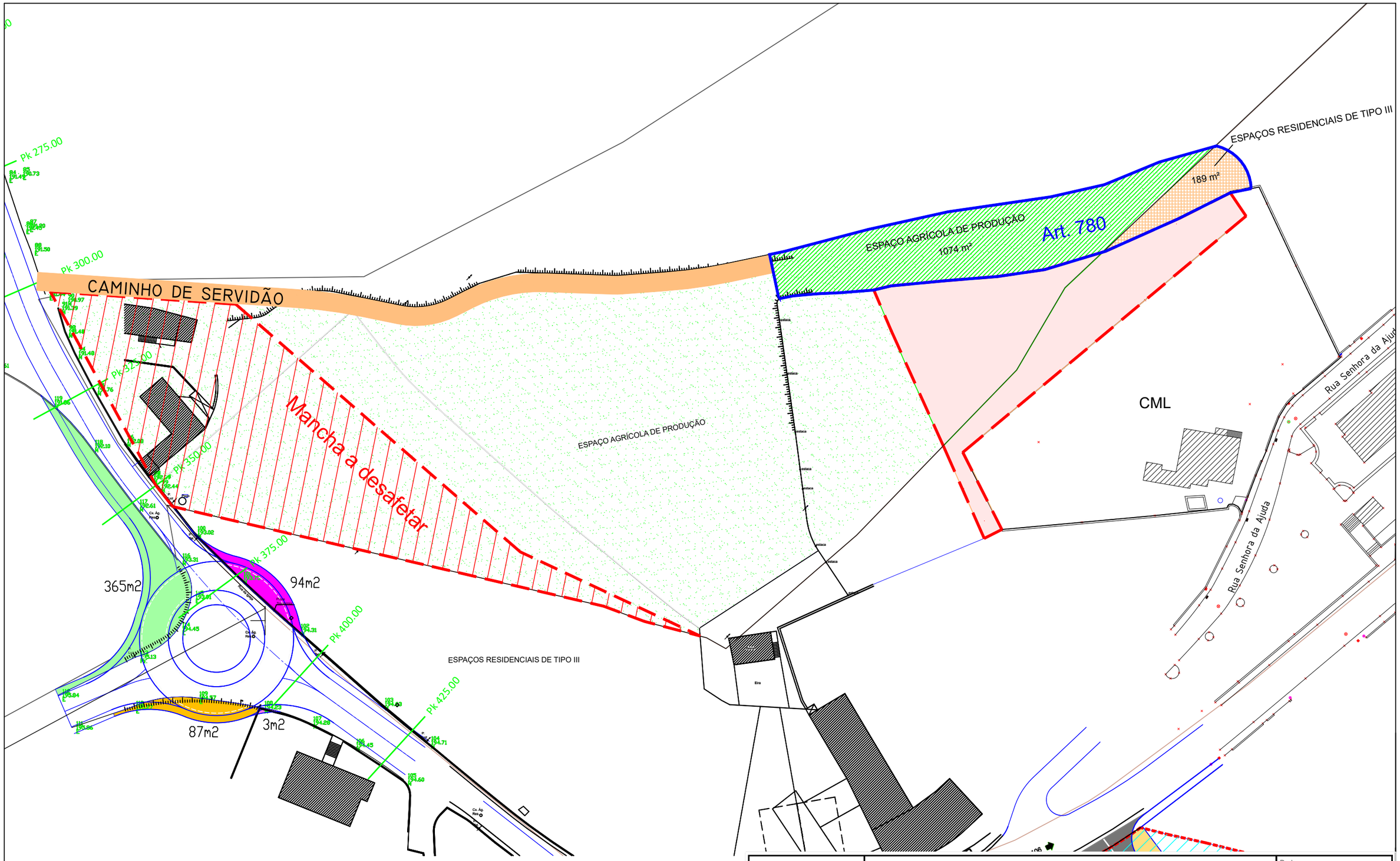
O Presidente da Câmara,

_____

Os Segundos Outorgantes,

_____

_____

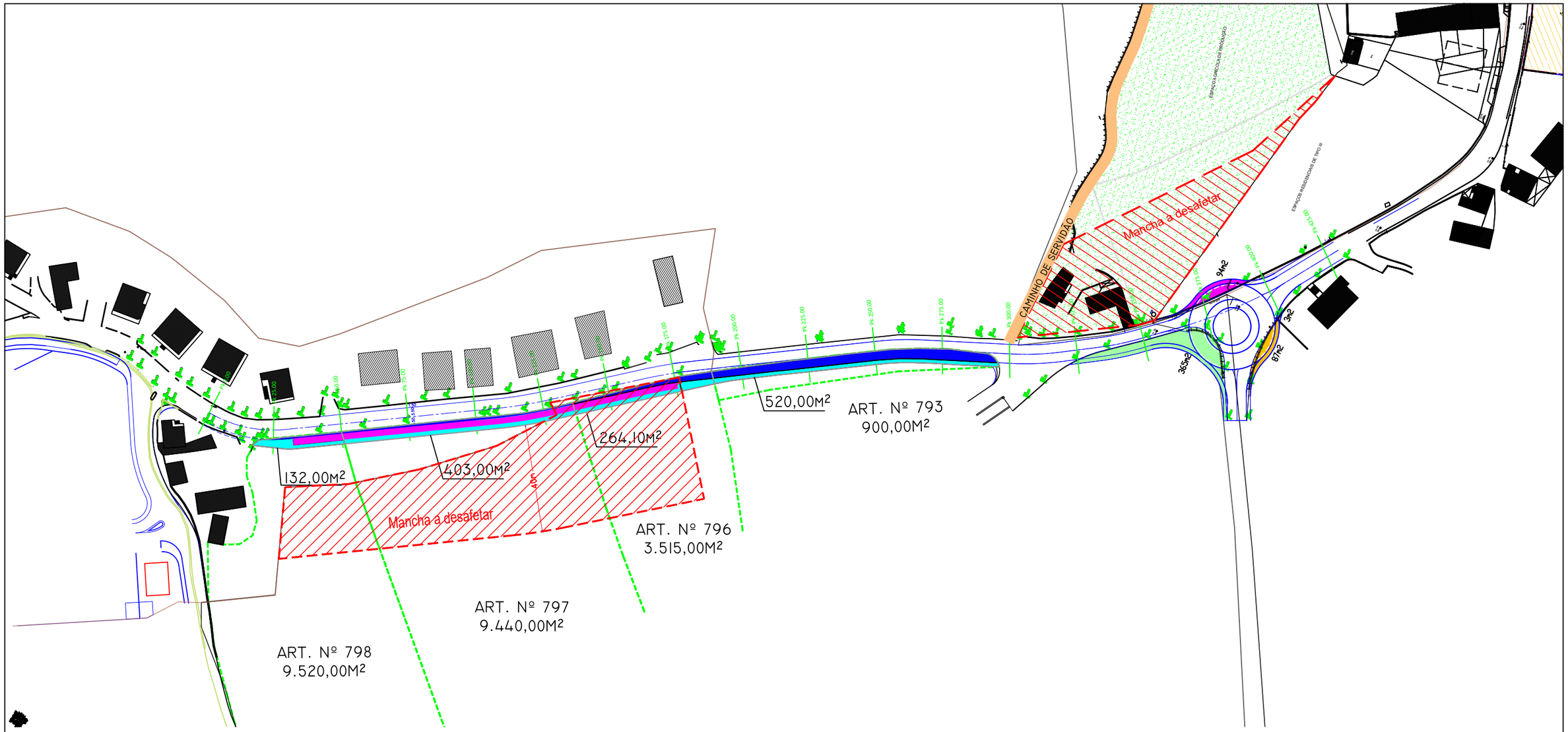


município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: AQUISIÇÃO DE TERRENO SR. MAGALHÃES	Data: DEZEMBRO 2023
	Proj.:
Local Obra: NEVOGILDE - LOUSADA	Des.: AP01
	Fase: -
Designação: ÁREAS	Numero: 1/1
	Escala: 1/750

c:\users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmota\sr_ajuda_nevogilde\totes sr ajuda_mm_v2.dwg



ART. Nº798 - 9520,00m²

- Via - 13,00m²
- Baia de Estacionamento - 46,00m²
- Passeio - 73,00m²

ART. Nº793 - 900,00m²

- Via - 352,00m²
- passeio - 168,00m²

ART. Nº797 - 9440,00m²

- Via - 56,00m²
- Baia de estacionamento - 217,00m²
- Passeio - 130,00m²

ART. Nº796 - 3515,00m²

- Via - 70,60m²
- Baia de estacionamento - 98,10m²
- Passeio - 95,40m²

município de lousada
Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: RUA DA IGREJA	Data: NOVEMBRO 2023
Local Obra: NEVOGILDE - LOUSADA	Proj.:
Designação: Alargamento Rua da Igreja - Nevogilde	Des.: AP02
	Fase: -
	Numero: 2
	Escala: 1/1500

c: \users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmota\sr_ajuda_nevogilde\lotes sr ajuda_mm_v2.dwg

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DE TERRENO (SR. MAGALHÃES)

ARRAIAL SR. DA AJUDA

1-Considerações Gerais

Refere-se o presente Relatório à determinação do justo valor dum Terreno sito na extinta freguesia de Nevogilde, concelho de Lousada, abaixo identificado.

2-Localização

O Terreno e a Casa situam-se na Freguesia de Nevogilde (Extinta), Concelho de Lousada.

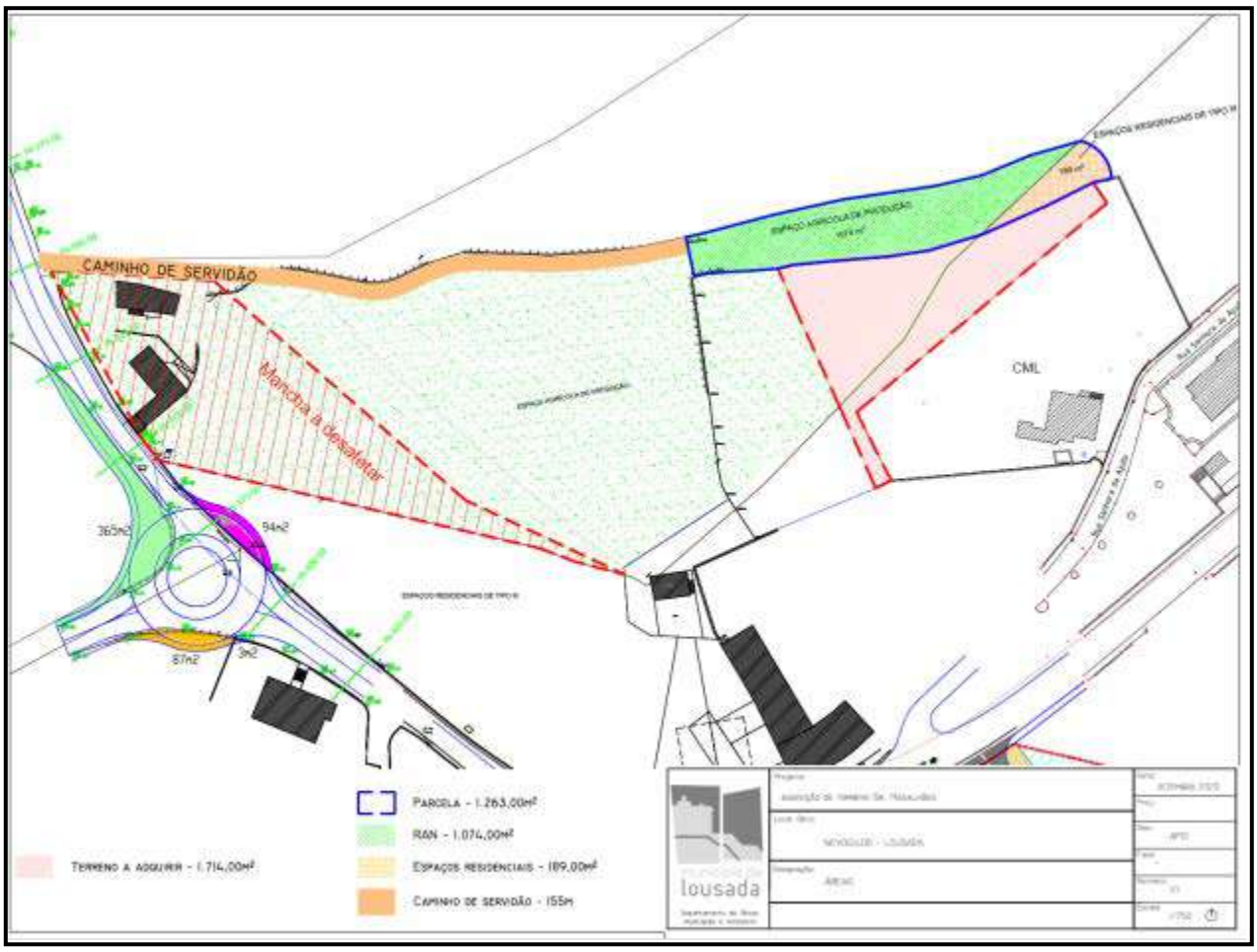


Imagem 1-Planta de Localização

3-Descrição

O Terreno tem uma forma de retângulo alongado.

É sensivelmente plana.

O Solo é argiloso, franco e fértil. Está recoberto por vinha em bardo.



Imagem 2-Vista Geral do Terreno

4-Acessos e Infraestruturas

Tem acesso por Caminho de Servidão a partir do CM 1582.

5-Envolvência

O Terreno está aproximadamente a 200 m da Junta de Freguesia de Nevogilde (Extinta).

O Centro Cívico da Vila de Lousada, onde estão os principais Equipamentos Estruturantes da sede do Concelho, nomeadamente o Tribunal, a Câmara Municipal e a Igreja Matriz, está a aproximadamente 3,8 km.

Não se detetaram nas imediações focos poluidores sob qualquer um dos pontos de vista: tóxico, visual ou acústico.

Os Acessos são bons:

- A cerca de 1,7 km do Nó 5 da A42.
- A cerca de 2,0 km da Rotunda de convergência das EN 106/106-1/Avª da Variante/CM 1156.

Nota: Todas as distâncias estão medidas “a voo de pássaro”.

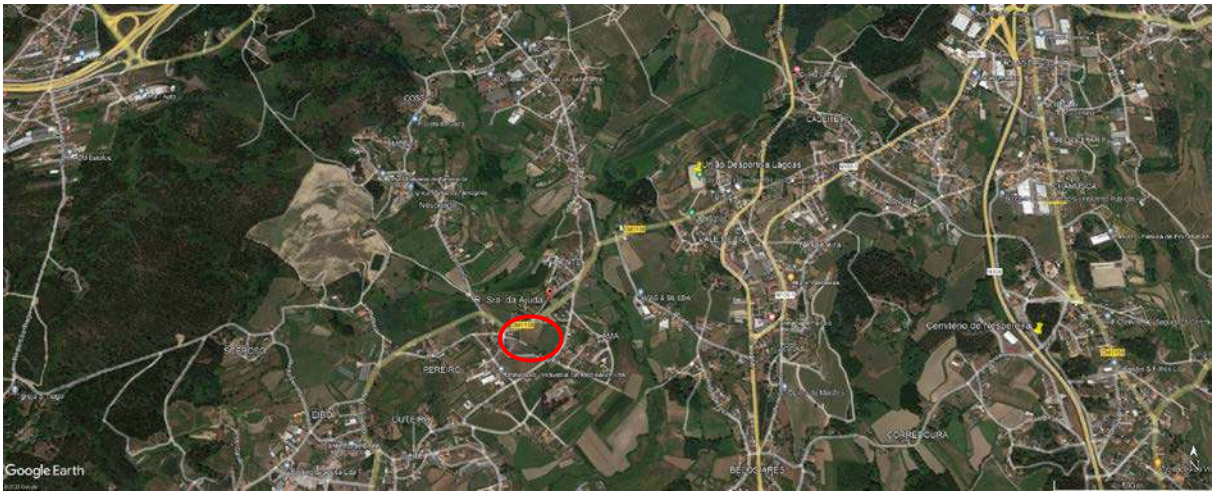


Imagem 3-Envolvência (“Google Earth”)

(O Terreno Está Delimitado por Elipse Vermelha)

6-Classificação pelo PDM

A Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Lousada integra a quase totalidade do Terreno em Espaço Espaço Agrícola de Produção. Apanha no limite Nascente uma pequena área classificada como “Espaços Residenciais de Tipo III”, circunstância a que, cumulativamente por ser interior e ter Acesso apenas por Caminho de Servidão, não atenderemos.

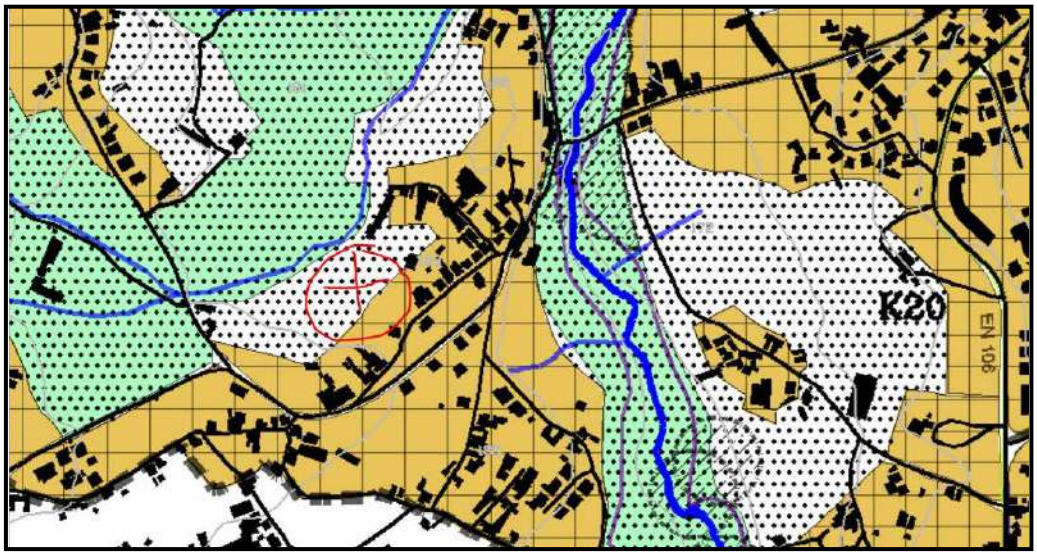


Imagem 11-Extrato do PDM-Planta de Ordenamento

(Terreno Delimitado a Vermelho)

7-Critérios de Avaliação

Estruturaremos os cálculos com base no Código das Expropriações de 1999 que doravante designaremos por CE, não diretamente aplicável ao caso presente, mas de

que beberemos a “ratio legis”.

De acordo com o artigo 25º, número 3 do CE, o terreno terá o solo classificado como “Solo para Outros Fins”, quando não é inserível em nenhuma das alíneas do número 2 do mesmo artigo.

Conforme o artigo 27º, número 3, do CE, *“o valor do solo para outros fins será calculado tendo em atenção os seus rendimentos efectivo ou possível no estado existente à data da declaração de utilidade pública, a natureza do solo e do subsolo, a configuração do terreno e as condições de acesso, as culturas predominantes e o clima da região, os frutos pendentes e outras circunstâncias objectivas susceptíveis de influir no respectivo cálculo.” (sic).* Em termos de referência temporal, dado que não se trata aqui duma expropriação, dada a natureza da avaliação, ela será considerada à data de hoje.

Conceberemos um modelo que nos levará a um determinado Rendimento Fundiário de Solo Com Vinha em Bardo.

A partir deste Rendimento e aplicando-lhe a Taxa de Capitalização adotada, encontraremos o Valor Unitário.

8-AVALIAÇÃO

Buscaremos o Valor Unitário do “Solo para Outros Fins” com base no facto de se tratar dum Solo com Vinha.

Para a sua determinação o Perito considerou as premissas abaixo, não distinguindo entre as castas, porque admitiu que os valores adoptados são médios.

Face ao tipo de terreno existente e às condições edafo-climáticas estimou as seguintes produtividades, preços e encargos culturais por ha/ano:

- Vinha em cordão bilateral (ao compasso de 2,60 m x 1,20 m)---3.205 plantas por hectare.
- Produtividade média anual: 6.410 Kg/ha x ano (2,0 kg uva /cepa).
- Preço da uva : € 0,39 Kg
- Encargos culturais: 40% (considerando a mecanização)
- Taxa de capitalização: 3% correspondente à capitalização do valor de rendimento fundiário, admitindo não diminuição da fertilidade e portanto a possibilidade de extrair um rendimento constante e permanente.

O rendimento líquido ha/ano da vinha será de:

6.410 kg x 0,39 x 0,6= 1.499,94 €/ha x ano ou seja 0,149994 €/m^2.

O valor do rendimento líquido capitalizado à taxa de juro efectiva de 3% determina o valor do solo ou seja 0,149994/0,03 = 5,00 €/m^2.

\+ * +

Temos então:

Valor do Terreno = 1.263,00 m² x 5,00 €/m² **= € 6. 315,00 (Seis mil trezentos e quinze euros).**

Porto, Dezembro de 2023

O Perito

Assinado por: **JOÃO MANUEL DA SILVA OLIVEIRA**
Num. de Identificação: XXXXXXXX
Data: 2023.12.18 12:20:10+00'00'

João Manuel da Silva Oliveira

(Eng. Civi-Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação do Porto)

município de lousada

DIVISÃO DE MOBILIDADE E EQUIPAMENTO Inf. **24354/23** **2023/12/18**

DE

Mónica Sofia Pinto Mota

ASSUNTO|SUBJECT

Proposta de aquisição de terreno para o Arraial da Sra. da Ajuda Nevogilde - Lousada

1. A festa de Nevogilde é considerada uma das maiores festas anuais do concelho de Lousada. As tradicionais festas em honra da Nossa Senhora da Ajuda atraem todos os anos milhares de pessoas naquele que é o maior evento cultural da freguesia. Ao longo de quase uma semana são muitos os eventos que decorrem em Nevogilde com o principal destaque para os concertos de música popular e música pop mas também o fogo de artificio, a missa campal e a procissão. Faz também parte do cartaz a famosa sardinhada e as marchas alegóricas.

Com a pressão e especulação imobiliária atual e pela necessidade de garantir a disponibilidade de espaço físico para a concretização do evento, nomeadamente para a instalação de palco, carrosséis, concentração de pessoas e outras instalações de apoio, impõe-se consolidar a zona onde já decorre, atualmente, o evento de forma a manter-se a tradição e exponenciar a sua utilização.

2. Considerando:

- A tradição e o enfoque social e recreativo que esta festividade representa para a freguesia e para o concelho;

- A crescente especulação imobiliária e a necessidade de garantir a continuidade da festividade nos moldes atuais e no terreno utilizado atualmente para a instalação dos diversos equipamentos;

Considerando, ainda, que:

- Urge garantir a manutenção de zonas permeáveis em meios em crescimento e urbanizados.

Assim, concluiu-se:

1. Foram contactados os proprietários do terreno, na pessoa do Sr. José Eduardo Lencastre e Silva, contribuinte nº 178455393 residente na Calçada dos Ingleses nº 25, na freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto que intervém na qualidade de bastante procurador de:

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À consideração superior,

18-12-2023
(168) Fernanda Lemos

Concordo,

18-12-2023 | (180)
José Carlos Nogueira

À REUNIÃO,

18-12-2023
(14) Manuel Nunes

- Luís Álvaro Lencastre da Silva identificação fiscal n.º 151128286, divorciado, natural da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto residente no Caminho de Agrichouso nº 58, freguesia de Afife, concelho e Viana do Castelo;

- Ana Maria Lancastre e Silva identificação fiscal n.º 149825048, natural da referida freguesia de Lordelo do Ouro, divorciada, residente na Rua Dr. Afonso Cordeiro, nº 900, 3º andar Frente, da freguesia e concelho de Matosinhos;

- Maria José Lencastre e Silva Moreira dos Santos identificação fiscal n.º 107267969, natural da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, casada em regime da comunhão de adquiridos com ALFREDO JOSÉ MOREIRA DOS SANTOS identificação fiscal n.º 178455393, residente na Avenida Menéres, nº 651, 4º andar esquerdo, freguesia e concelho de Matosinhos;

E intervém ainda, na qualidade de gestor de negócios de:

- Pedro Manuel Lancastre e Silva identificação fiscal n.º 182831060, natural da freguesia de Lordelo do Ouro no concelho do Porto, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com ANA CRISTINA AFONSO PIRES DOS SANTOS identificação fiscal n.º 200665707, residente na Rua de São João Bosco nº 422 R/C esq., freguesia de Ramalde, concelho do Porto.

2. Os proprietários referidos no ponto 1, declaram que são os únicos donos e legítimos possuidores dos seguintes prédios:

- Prédio rústico, denominado Rua de Lama constituído por terreno e cultura “campo da Nossa senhora da Ajuda” a confrontar a norte com Caminho, a sul com caminho, a nascente com António Cunha e a poente com caminho de servidão, com uma área de 2998,00m², inscrito na matriz rútica sob o artigo matricial nº 1187 da freguesia de Nevogilde.

- Prédio rústico, denominado Sra. da Ajuda constituído por cultura, ramada e dependências a confrontar a norte com Caminho, a sul com caminho, Eusébio Sousa e outro, a nascente com Luís Pinto Gonçalves e a poente com António Cunha, com uma área de 7012,00m², inscrito na matriz rútica sob o artigo matricial nº 817 da freguesia de Nevogilde, mas com processo de retificação de área para 7906,00m².

3. Depois de várias reuniões com o representante dos herdeiros foi possível chegar a um acordo entre as partes em que na qualidade de proprietários estão disponíveis para vender ao Município parte dos prédios rústicos referidos no ponto 2 (artigo 1187 e 887), a desanexar, com a área total de 4064,00m², pelo valor global de 182.880,00€ (cento e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta euros).

4. Que feita a avaliação do terreno, por perito certificado e conforme documento em anexo se constata que o valor obtido 182.880,00€ (cento e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta euros) a que corresponde 45,00€/m².

5. O pagamento será efetuado em espécie, de acordo com estimativa orçamental em anexo, comprometendo-se o Município a efetuar os trabalhos orçamentados em 164.435,56€ + IVA (174 301,70€) a que correspondem os seguintes encargos:

- Construção de via com perfil de 7,0m de largura em betuminoso.

- Construção de passeios com 2,00m de largura;

- Construção de baia de estacionamento com 2,5m de largura;

- Instalação de rede de iluminação pública;

- Instalação de rede de abastecimento de água;

- Instalação de drenagem de águas residuais;

- Instalação de drenagem de água pluviais;

- Instalação de sinalização.

6. De acordo com os instrumentos de gestão territorial este terreno corresponde a Solo Urbanizado – Espaços residenciais tipo III não se verificando qualquer condicionante de acordo com extratos das plantas em anexo.

Propõe-se que:

A Câmara Municipal, nos termos conjugados das alíneas a), f) e k) do artigo 23.º n.º 2 e da alínea g) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere:

adquirir os prédios rústicos melhor descritos nos considerandos supra, nas condições que se encontram explanadas na presente proposta.

- Tendo em conta o exposto, propõe-se a celebração da escritura.

À consideração superior,

O Técnico Superior,

18-12-2023

(1481)
Mónica
Mota



(Mónica Mota, Arquiteta Paisagista)

Anexos:
- Planta de áreas
- Extratos dos IGT
- Registo fotográfico
- Cadernetas Prediais
- Relatório de avaliação
- Estimativa orçamental

AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS 1791 - LOUSADA

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 13 - PORTO **CONCELHO:** 05 - LOUSADA **FREGUESIA:** 15 - NEVOGILDE

SECÇÃO: **ARTIGO MATRICIAL Nº:** 817 **ARV:**

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

Sra. Ajuda

CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: Caminho **Sul:** Caminho, Eusébio Sousa e outro

Nascente: Luis Pinto Gonçalves **Poente:** António Cunha

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 1982 **Valor Patrimonial Inicial:** €275,54

Valor Patrimonial Actual: €1.400,00 **Determinado no ano:** 2017

Área Total (ha): 0,701200

Descrição: Sra. Ajuda, Cultura, ramada e dependências.

TITULARES

Identificação fiscal: 706405129 **Nome:** MARIA DO CEU DE ALMEIDA LENCASTRE E SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE

Morada: CAM DE AGRICHOUSO N.º 58, AFIFE, 4900-028 AFIFE

Tipo de titular: Herdeiro **Periodicidade:** Vitalício **Ano início:** 2009 **Parte:** 1/5 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** SF: 1821; Part ISTG: 765265 **NIF do proprietário da raiz:** 107267969 **Nome:** MARIA JOSE LENCASTRE E SILVA MOREIRA DOS SANTOS

Tipo de titular: Herdeiro **Periodicidade:** Vitalício **Ano início:** 2009 **Parte:** 1/5 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** SF: 1821; Part ISTG: 765265 **NIF do proprietário da raiz:** 149825048 **Nome:** ANA MARIA LENCASTRE E SILVA

Tipo de titular: Herdeiro **Periodicidade:** Vitalício **Ano início:** 2009 **Parte:** 1/5 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** SF: 1821; Part ISTG: 765265 **NIF do proprietário da raiz:** 151128286 **Nome:** LUIS ALVARO LENCASTRE E SILVA

Tipo de titular: Herdeiro **Periodicidade:** Vitalício **Ano início:** 2009 **Parte:** 1/5 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** SF: 1821; Part ISTG: 765265 **NIF do proprietário da raiz:** 178455393 **Nome:** JOSE EDUARDO LENCASTRE E SILVA

Tipo de titular: Herdeiro **Periodicidade:** Vitalício **Ano início:** 2009 **Parte:** 1/5 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** SF: 1821; Part ISTG: 765265 **NIF do proprietário da raiz:** 182831060 **Nome:** PEDRO MANUEL LENCASTRE E SILVA

OBSERVAÇÕES

Retificada a área por Req. 250/17 de 31-03-2017.

AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1791 - LOUSADA

Emitido via internet em 2023-08-14

O Chefe de Finanças



(Manuel Mesquita Macedo)

ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 255417217

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

RINLCUSXCRJD

Para validar este comprovativo aceda ao site em www.portaldasfinancas.gov.pt, opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1791 - LOUSADA

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 13 - PORTO **CONCELHO:** 05 - LOUSADA **FREGUESIA:** 15 - NEVOGILDE

SECÇÃO: **ARTIGO MATRICIAL Nº:** 1187 **ARV:**

NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO

Rua da Lama

CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO

Norte: Caminho **Sul:** Caminho

Nascente: António Cunha **Poente:** Caminho de Servidão

ELEMENTOS DO PRÉDIO

Ano de inscrição na matriz: 2012 **Valor Patrimonial Inicial:** €1.000,00

Valor Patrimonial Actual: €1.000,00 **Determinado no ano:** 2012

Área Total (ha): 0,299800

Descrição: Terreno a cultura, denominado "Campo da Senhora da Ajuda".

TITULARES

Identificação fiscal: 706405129 **Nome:** MARIA DO CEU DE ALMEIDA LENCASTRE E SILVA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE

Morada: CAM DE AGRICHOUSO N.º 58, AFIFE, 4900-028 AFIFE

Tipo de titular: Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** OUTRO **Entidade:** REQ. 266/12 CONTRIBUINTE

OBSERVAÇÕES

Prédio omisso, participado por Req. 266/12 de 08-05-2012.

Emitido via internet em 2023-06-27

O Chefe de Finanças



(Manuel Mesquita Macedo)

AT autoridade tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL RÚSTICA

Modelo A

SERVIÇO DE FINANÇAS: 1791 - LOUSADA

ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO

NIF EMISSOR: 255417217

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:

WQDMXIPVJDKS

Para validar este comprovativo aceda ao site em www.portaldasfinancas.gov.pt, opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

- RESUMO DOS CAPÍTULOS -

Designação		Total
Cap. 1	ESTALEIRO	4.350,00 €
Cap. 2	TRABALHOS PREPARATÓRIOS	2.250,00 €
Cap. 3	MOVIMENTO DE TERRAS	39.690,00 €
Cap. 4	PASSEIOS	28.420,00 €
Cap. 5	BAIAS DE ESTACIONAENTO	12.996,25 €
Cap. 6	PAVIMENTAÇÃO A BETUMINOSO	28.637,00 €
Cap. 7	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8.980,80 €
Cap. 8	REDE DE TELECOMUNICAÇÃO	6.045,45 €
Cap. 9	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	8.790,52 €
Cap. 10	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	10.835,52 €
Cap. 11	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	12.535,52 €
Cap. 12	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	904,50 €
	Valor total do Orçamento	**164.435,56 €**

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
Cap. 1	**ESTALEIRO**				
1.1	Montagem e desmontagem do estaleiro, incluindo a conservação de acessos, todos os trabalhos necessários à criação de desvios provisórios e a sinalização necessária. Estão ainda incluidos todos os trabalhos necessários à criação de plataformas de trabalho, todos os trabalhos de remoção e reposição de vedações, assim como, o arranjo da área ocupada pelo estaleiro e áreas afetas à execução dos trabalhos, assim como todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.	[VG]	1.000	2.500,00 €	2.500,00 €
1.2	Aplicação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) em conformidade com o artigo 55.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos) e conforme indicação do projeto. Adaptação contínua à realidade da obra, nomeadamente à retificação de quantidades e classificação dos resíduos obtidos.	[VG]	1.000	250,00 €	250,00 €
1.3	Aplicação do Plano de Segurança e Saúde do estaleiro, que deverá ser desenvolvido pelo adjudicatário adaptando-o à sua estrutura, às condições específicas e aos meios mobilizados para a obra, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde (em projeto) fornecido e de acordo com o artigo 6º do Dec-Lei n.º273/2003 de 29 de Outubro.	[VG]	1.000	250,00 €	250,00 €
1.4	Implantação da obra com processo apropriado, de acordo com as cotas, alinhamentos e referências fornecidas em projeto, bem como, apoio topográfico ao desenvolvimento da obra.	[VG]	1.000	250,00 €	250,00 €
1.5	Sinalização temporária de trabalhos, de acordo com o projeto elaborado, nos termos do Dec-Lei n.º 33/88 de 12 de setembro, referente à sinalização vertical, horizontal e outros equipamentos necessários incluindo fornecimento e colocação.	[VG]	1.000	100,00 €	100,00 €
1.6	Fornecimento de telas finais de acordo com o executado em suporte digital georreferenciado de acordo com o sistema de coordenadas: ETRS89 / Portugal TM06 (CAD e SHAPEFILE), abrangendo toda				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
	a empreitada, relativo a todas as especialidades do projeto. Nota: Deverá ser respeitado o modelo em anexo nas peças do procedimento para a especilidade de drenagem de águas pluviais, rede de águas residuais e abastecimento de água.				
		[VG]	1.000	500,00 €	500,00 €
1.7	Ensaio da Rede de ABASTECIMENTO de ÁGUA e Ensaio de estanquicidade da Rede de DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS segundo as especificações respectivas e apresentação dos relatórios.				
		[VG]	1.000	500,00 €	500,00 €
		Total de Cap. 1			**4.350,00 €**
Cap. 2	**TRABALHOS PREPARATÓRIOS**				
2.1	Corte e remoção de vinhas em bardos que colidem com a implantação da obra, incluindo transporte a vazadouro, assim como todos os materiais e trabalhos necessários à sua correta execução.				
		[m]	90.000	25,00 €	2.250,00 €
		Total de Cap. 2			**2.250,00 €**
Cap. 3	**MOVIMENTO DE TERRAS**				
3.1	DESMATAÇÃO E DECAPAGEM DE TERRENO				
3.1.1	Desmatação e decapagem do terreno de topografia acidentada, com meios mecânicos, efetuando duas passagens da máquina no minímo. Incluíndo os trabalhos necessários para remover das zonas previstas para a edificação ou urbanização: plantas pequenas, arbustos, ervas daninhas, madeiras caídas, entulho, lixo ou qualquer outro material existente, até uma profundidade não inferior à espessura da camada de terra vegetal, considerando como mínima 25 cm e remoção e carga para camião ou contentor dos materiais de decapagem, previamente cortados e empilhados e entrega a cargo do adjudicatário de acordo com o estabelecido no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição da presente empreitada, assim como todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[m²]	2700.000	2,50 €	6.750,00 €
		Total de 3.1			**6.750,00 €**
3.2	ESCAVAÇÕES				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		Não Def.	1080.000	0,00 €	0,00 €
3.2.1	Escavação mecânica, para reperfilamento da via, incluindo carga e transporte para depósito dos produtos sobrantes a cargo do adjudicatário.				
3.2.1.1	Em terra compacta (50%)				
		[m³]	540.000	5,00 €	2.700,00 €
3.2.1.2	Em rocha branda (50%)				
		[m³]	540.000	8,00 €	4.320,00 €
				Total de 3.2.1	**7.020,00 €**
				Total de 3.2	**7.020,00 €**
3.3	ATERRO				
3.3.1	Aterro para base, através do espalhamento em camadas de espessura não superior a 30 cm de material da própria escavação, e posterior compactação com meios mecânicos até alcançar uma densidade seca não inferior a 95% da máxima obtida no teste Proctor Modificado, realizado segundo LNEC E 197, e isso quantas vezes for necessário, até conseguir a cota de subrasante, incluind todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[m³]	4320.000	6,00 €	25.920,00 €
				Total de 3.3	**25.920,00 €**
				Total de Cap. 3	**39.690,00 €**
Cap. 4	**PASSEIOS**				
4.1	Abertura, regularização e compactação de caixa em terreno de qualquer natureza na zona dos passeios, com profundidade de 0,20m (medida à face superior do lancil) devidamente regularizada e compactada através de um compactador mecânico.				
		[m²]	580.000	1,50 €	870,00 €
4.2	Fornecimento e assentamento de lancis retos em betão, com as dimensões de 1.00x0.15x0.25m, a aplicar em passeios e ilheus assentes com as juntas refechadas a argamassa de cimento e areia ao traço 1/3, sobre fundação de betão ciclópico ao traço 5:3:1 (brita areia e cimento) com a dimensão de 0,30x0,30m.				
		[m]	290.000	20,00 €	5.800,00 €
4.3	Fornecimento e aplicação de base com material de granulometria extensa 0/14mm, com 0,10m de				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição	Quant.	Preço Unit.	Total
	espessura após compactação, até à cota de aplicação do pavimento, com características de sub-base em agregado britado, regularizado e compactado ao longo do traçado com cilindro de 10 a 12 toneladas. Incluindo todo o labor, materiais e acessórios necessários para uma perfeita execução do trabalho.			
	[m²]	580.000	3,50 €	2.030,00 €
4.4	Fornecimento e aplicação de base em massame com 0,05m de espessura nos passeios, incluindo todo o labor, materiais e acessórios necessários para uma perfeita execução do trabalho.			
	[m²]	580.000	5,00 €	2.900,00 €
4.5	Fornecimento e assentamento de pedra do chão em betão vibro-prensado de cor cinza, com 10x20x6 cm em passeios, sobre almofada de meia areia com 0,04 m de espessura e recobertos com areia fina de duna. Nas entradas de passagem de veiculos a pedra do chão a aplicar é de 10x20x8 cm. Incluindo todo o labor, materiais e acessórios necessários para uma perfeita execução do trabalho.			
	[m²]	580.000	20,00 €	11.600,00 €
4.6	Fornecimento e execução de muros de vedação em blocos de cimento, com 0,20m de espessura(50x20x20cm), com altura de 0.20m acima de cota de passeio, chapisco e rebocado, incluindo cinta de travamento no topo do muro e abertura de fundação e fundação em betão ciclopico, assim como o todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.			
	[m]	290.000	18,00 €	5.220,00 €
	Total de Cap. 4			**28.420,00 €**
Cap. 5	**BAIAS DE ESTACIONAENTO**			
5.1	Abertura, regularização e compactação da caixa na zona das baias de estacionamento. Incluíndo todos os materiais e trabalhos necessários, para a perfeita execução do trabalho.			
	[m²]	462.500	1,50 €	693,75 €
5.2	Fornecimento e assentamento de lancis retos, em betão com as dimensões de 1.00x0.08x0.20, a aplicar em baias assentes com as juntas refechadas a argamassa de cimento e areia ao traço 1/3, sobre fundação de betão ciclópico ao traço 5:3:1 (brita areia e cimento) com a dimensão de 0,30x0,30m.			

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		[m]	185.000	15,00 €	2.775,00 €
5.3	Fornecimento e aplicação de base com material de granulometria extensa 0/14mm, com 0,20m de espessura após compactação, até à cota de aplicação do pavimento, com características de sub-base em agregado britado, incluíndo a sua regularização e compactação com cilindro de 10 a 12 toneladas.				
		[m²]	462.500	5,00 €	2.312,50 €
5.4	Fornecimento e assentamento de cubos de granito com 11x11cm de 2.ª escolha, incluindo o fornecimento de almofada de areia com 0,10 m de espessura sob a qual os cubos são assentes, e cobertos com o mesmo material aplicados nas baias de estacionamento, rotunda e passadeira devidamente compactados com rolo compressor, incluindo limpeza do material.				
		[m²]	462.500	12,00 €	5.550,00 €
5.5	Fornecimento e aplicação de cubos de cor branca, em calcario,para marcação de lugares de estacionamento.				
		[m]	92.500	18,00 €	1.665,00 €
		Total de Cap. 5			**12.996,25 €**
Cap. 6	**PAVIMENTAÇÃO A BETUMINOSO**				
6.1	Abertura, regularização e compactação da caixa na zona do arruamento.				
		[m²]	1045.000	1,50 €	1.567,50 €
6.2	Fornecimento e aplicação de base com material de granulometria extensa 0/14mm, com 0,20m de espessura após compactação até à cota de aplicação do pavimento, com características de sub-base em agregado britado, devidamente regularizado e compactado ao longo de todo o traçado, com cilindro de 10 a 12 toneladas.				
		[m²]	1045.000	5,00 €	5.225,00 €
6.3	Fornecimento e aplicação de rega de impregnação com 1,2 kg/m² de emulsão betuminosa catiónica C50BF4, com um 50% de betume asfáltico como ligante e aditivo fluidificante., aplicada com uma antecedência de 48 horas.				
		[m²]	1045.000	0,80 €	836,00 €
6.4	Fornecimento e execução de camada de 5 cm de				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
	espessura de mistura betuminosa contínua a quente AC22 base G, para camada base, de composição grossa, com inerte granítico de 22 mm de tamanho máximo e betume asfáltico de penetração.				
		[m²]	1045.000	9,00 €	9.405,00 €
6.5	Fornecimento e aplicação de rega de colagem com 0,5 kg/m² de emulsão betuminosa catiónica C60BP3, modificado com polímeros, com um 60% de betume asfáltico como ligante., e limpeza prévia do pavimento, incluindo todos os trabalhos necessários.				
		[m²]	1045.000	0,80 €	836,00 €
6.6	Fornecimento e execução camada de 5 cm de espessura de mistura betuminosa contínua a quente AC16 surf D, para camada de desgaste, de composição densa, com inerte granítico de 16 mm de tamanho máximo e betume asfáltico de penetração, depois do recalque, incluindo espalhamento, regularização e cilindramento.				
		[m²]	1045.000	9,50 €	9.927,50 €
6.7	Colocação das sarjetas à cota do pavimento final, em faixa de rodagem, incluindo todos os trabalhos necessários à sua correta execução.				
		[Un]	6.000	60,00 €	360,00 €
6.8	Colocação das tampas CVP à cota do pavimento final, na faixa de rodagem, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários à sua correta execução.				
		[Un]	6.000	80,00 €	480,00 €
			Total de Cap. 6		**28.637,00 €**
Cap. 7	**REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**				
7.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
7.1.1	Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem com 0.60m de largura e 1.00m de altura, incluindo entivação, rebaixamento do nivel freático, se necessário, e remoção dos produtos escavados				
		Não Def.	108.000	0,00 €	0,00 €
7.1.1.1	Em terra compacta (50%)				
		[m³]	54.000	8,00 €	432,00 €

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
7.1.1.2	Em rocha branda (50%)				
		[m³]	54.000	10,00 €	540,00 €
			Total de 7.1.1		**972,00 €**
7.1.2	Realização de uma camada de areia ou saibro de boa qualidade com 0.10m de espessura, no fundo da vala, para assentamento da tubagem;				
		[m³]	10.800	3,00 €	32,40 €
7.1.3	Aterro com terra cirandada, envolvendo a tubagem até 0.30m do seu extradorso e colocação de dipositivo de sinalização (fita e rede regulamentar).				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
7.1.4	Aterro por camadas de 0.20m(com eliminação na 1ª camada de pedras de dimensão superior a 0.10m), incluíndo compactação;				
7.1.4.1	Com terras provenientes de escavação				
		[m³]	43.200	3,00 €	129,60 €
			Total de 7.1.4		**129,60 €**
7.1.5	Carga, transporte e descarga de produtos sobrantes a local de depósito á distância média de 2 km				
		[m³]	21.600	6,00 €	129,60 €
			Total de 7.1		**1.360,80 €**
7.2	TUBAGENS E ACESSÓRIOS				
7.2.1	Fornecimento e instalação de tubo curvável, fornecido em rolo, de polietileno de parede dupla (lisa pelo interior e corrugada pelo exterior), de cor laranja, de 75 mm de diâmetro nominal, para canalização enterrada, resistência à compressão 450 N, resistência ao impacto 20 joules, com grau de protecção IP549 segundo NP EN 60529, com fio guia incorporado. Segundo NP EN 61386-1, NP EN 61386-22 e EN 50086-2-4. Incluindo todo o labor e materiias necessários para uma pefeita execução do trabalho.				
		[m]	135.000	6,00 €	810,00 €
7.2.2	Caixa de visita, tronco-cónicas de 1,0m de diametro e 1,2m de profundidade, rebocadas , acabacas e com tampa de ferro fundido confome EN124 - D400 .				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		[Un]	3.000	350,00 €	1.050,00 €
7.2.3	Fornecimento, transporte e montagem de coluna octogonal de aço galvanizado de 10 mts de altura com braço simples de 1,25 m, inclinação 0º com fixação por enterramento, com luminaria do tipo "ARQUILED, ARGUS" ou equivalente de potência 230-96W, 4000K-O7, 504-PC, S/ Dif., ON-OFF-S, s/ Ctrl, 7035, Class I, 230Vac(4kV), incluindo todos o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[Un]	6.000	850,00 €	5.100,00 €
7.2.4	Fornecimento e montagem de rede de terra de protecção com de electrodos de terra e condutores de cobre, incluindo terminais bimetálicos, manga termoretrátil e abraçadeiras.				
		[Un]	6.000	110,00 €	660,00 €
				Total de 7.2	**7.620,00 €**
				Total de Cap. 7	**8.980,80 €**
Cap. 8	**REDE DE TELECOMUNICAÇÃO**				
8.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
8.1.1	Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem com 0.60m de largura e 1.00m de altura, incluindo entivação, rebaixamento do nivel freático, se necessário, e remoção dos produtos escavados.				
		Não Def.	108.000	0,00 €	0,00 €
8.1.1.1	Em terra compacta				
		[m³]	108.000	6,00 €	648,00 €
				Total de 8.1.1	**648,00 €**
8.1.2	Realização de uma camada pó de pico com 0.20m de espessura, no fundo da vala, para assentamento da tubagem;				
		[m³]	10.800	3,00 €	32,40 €
8.1.3	Aterro com pó de pico, envolvendo a tubagem até 0.30m do seu extradorso e colocação de dipositivo de sinalização (fita e rede regulamentar).				
		[m³]	32.400	5,00 €	162,00 €
8.1.4	Aterro por camadas de 0.20m(com eliminação na 1ª camada de pedras de dimensão superior a 0.10m), incluíndo compactação, assim como todo o labor e material necessário para uma perfeita execução do				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
	trabalho.				
		Não Def.	1.000	0,00 €	0,00 €
8.1.4.1	Com terras provenientes de escavação				
		[m³]	54.000	3,00 €	162,00 €
			Total de 8.1.4		**162,00 €**
8.1.5	Carga, transporte e descarga de produtos sobrantes a local de depósito á distância média de 2 km.				
		[m³]	10.800	6,00 €	64,80 €
			Total de 8.1		**1.069,20 €**
8.2	TUBAGENS E ACESSÓRIOS				
8.2.1	Fornecimento e execução de canalização subterrânea de telecomunicações formada por 2 tubos rígidos de PVC-U, de 110 mm de diâmetro e 1,3 mm de espessura e suporte separador cada 70 cm de comprimento, executada em vala. Incluindo fio guia, assim como todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[m]	135.000	18,00 €	2.430,00 €
8.2.2	Fornecimento, transporte e colocação de câmara de visita CVR1 pré-fabricada de betão armado, de 750x600x1000 mm, sem fundo e tampa lisa em ferro fundido com aro NR1 da classe D400 com 2 fechos, incluíndo escavação e aterro, assim como todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[Un]	1.000	374,67 €	374,67 €
8.2.3	Fornecimento, transporte e colocação de câmara de visita CVR2 pré-fabricada de betão armado, de 1200x750x1000 mm, sem fundo e tampa lisa em ferro fundido com aro NR2 da classe D400 com 2 fechos, incluíndo escavação e aterro, assim como todo o labor e materiais necessários para uma perfeita execução do trabalho.				
		[Un]	1.000	671,58 €	671,58 €
			Total de 8.2		**3.476,25 €**
8.3	Execução de ramal domiciliário, incluindo todo o labor e materiais para uma perfeita execução do trabalho.				
		[Un]	10.000	150,00 €	1.500,00 €
			Total de Cap. 8		**6.045,45 €**

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
Cap. 9	**REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**				
9.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
9.1.1	Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, incluíndo entivação, rebaixamento do nível freático, se necessário, e remoção dos produtos escavados (da folha de cálculo de volumes)				
		Não Def.	108.000	0,00 €	0,00 €
9.1.1.1	Em terra compacta (50%)				
		[m³]	54.000	8,00 €	432,00 €
9.1.1.2	Em rocha branda (50%)				
		[m³]	54.000	10,00 €	540,00 €
				Total de 9.1.1	**972,00 €**
9.1.2	Regularização do fundo das valas com almofada de assentamento, numa espessura de 0.10m, com pó de pedra (pico) (da folha de cálculo de volumes).				
		[m³]	10.800	4,00 €	43,20 €
9.1.3	Aterro com terras cirandadas, incluíndo calque e recalque até 0.20m acima do extradorso da tubagem, de empréstimo se necessário. (da folha de cálculo de volumes).				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
9.1.4	Aterro de valas com calque e recalque, por camadas de 0.20 m de espessura, incluíndo rega, para completo enchimento das valas, com terras de empréstimo, se necessário (da folha de cálculo de volumes).				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
9.1.5	Carga, transporte a depósito, descarga e regularização dos produtos sobrantes.				
9.1.5.1	Vrocha dura (do artº 1 alinea c) e Vtubagem				
		[m³]	10.800	2,40 €	25,92 €
				Total de 9.1.5	**25,92 €**
				Total de 9.1	**1.235,52 €**
9.2	TUBAGENS E ACESSÓRIOS				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
9.2.1	Fornecimento, assentamento e montagem de tubagem em PVC DIN de embocadura, para a pressão de serviço de 10Kg/cm2 de Ø90mm				
		[m]	135.000	8,00 €	1.080,00 €
9.2.2	Fornecimento, assentamento e montagem de acessórios em FFD de embocadura para PVC, para a pressão de serviço de 10Kg/cm2 e Ø90mm;				
9.2.2.1	Curva a 11º15´				
		[Un]	3.000	30,00 €	90,00 €
9.2.2.2	Curva a 22º 30'				
		[Un]	3.000	30,00 €	90,00 €
9.2.2.3	Curva a 90º				
		[Un]	3.000	35,00 €	105,00 €
9.2.2.4	Junta cega				
		[Un]	1.000	20,00 €	20,00 €
9.2.2.5	Tê 90x90mm				
		[Un]	3.000	40,00 €	120,00 €
				Total de 9.2.2	**425,00 €**
9.2.3	Fornecimento, assentamento e montagem de valvulas de seccionamento PN10 AVK de embocadura, incluindo haste e respectiva vareta e cabeça móvel DN80.				
		[Un]	1.000	350,00 €	350,00 €
9.2.4	Fornecimento e instalação de fita de sinalização de conduta de água azul 30cm acima do extradorso da conduta.				
		[m]	135.000	10,00 €	1.350,00 €
				Total de 9.2	**3.205,00 €**
9.3	DIVERSOS				
9.3.1	Ligação à rede existente, incluindo escavação, aterro, fornecimento e montagem de todos os acessórios necessários para estabelecer a ligação.				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		[Un]	1.000	200,00 €	200,00 €
9.3.2	BOCAS DE INCÊNDIO				
9.3.2.1	Abraçadeira de ramal em FFD com revestimento epoxy tipo AVK serie 10, tubo em PEAD ou PVC rígido Ø 2", boca de incêndio de parede, com ligação simétrica, completa, conforme desenho, a executar em arruamentos.				
		[Un]	1.000	250,00 €	250,00 €
				Total de 9.3.2	**250,00 €**
				Total de 9.3	**450,00 €**
9.4	RAMAIS DOMICILIÁRIOS				
9.4.1	Execução de ramais de ligação domiciliários, completos, incluindo levantamento e reposição de pavimentos, escavação de valas para assentamento de tubagem, aterro e compactação, com as seguintes características: Ligações domiciliárias individuais: Abraçadeira de ramal em FFD com revestimento epoxy tipo AVK serie 10, tubo para ligação domiciliária em PEAD ou PVC rígido Ø32mm para habitação individual, passador de selar, caixa para contador tipo "VIDROPOL SA 35.50" e comprimento médio de 6m, conforme desenho de pormenor, a executar em arruamentos.				
		[Un]	10.000	390,00 €	3.900,00 €
				Total de 9.4	**3.900,00 €**
				Total de Cap. 9	**8.790,52 €**
Cap. 10	**REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**				
10.1	MOVIMENTO DE TERRAS				
10.1.1	Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, incluíndo entivação, rebaixamento do nível freático, se necessário, e remoção dos produtos escavados.(da folha de cálculo de volumes)				
		Não Def.	108.000	0,00 €	0,00 €
10.1.1.1	Em terra compacta (50%)				
		[m³]	54.000	8,00 €	432,00 €
10.1.1.2	Em rocha branda (50%)				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		[m³]	54.000	10,00 €	540,00 €
			Total de 10.1.1		**972,00 €**
10.1.2	Regularização do fundo das valas com almofada de assentamento, numa espessura de 0.10m, com pó de pedra (pico). (da folha de cálculo de volumes)				
		[m³]	10.800	4,00 €	43,20 €
10.1.3	Aterro com terras cirandadas, incluíndo calque e recalque até 0.20m acima do extradorso da tubagem, de empréstimo se necessário.(da folha de cálculo de volumes)				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
10.1.4	Aterro de valas com calque e recalque, por camadas de 0.20 m de espessura, incluíndo rega, para completo enchimento das valas, com terras de empréstimo, se necessário. (da folha de cálculo de volumes)				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
10.1.5	Carga, transporte a depósito, descarga e regularização dos produtos sobrantes.				
10.1.5.1	Vrocha dura (do artº 1 alinea c)) e Vtubagem.				
		[m³]	10.800	2,40 €	25,92 €
			Total de 10.1.5		**25,92 €**
			Total de 10.1		**1.235,52 €**
10.2	TUBAGENS E ACESSÓRIOS				
10.2.1	Fornecimento e assentamento de tubagem corrugada em polipropileno, da classe de resistência circunferencial especifica SN8, assente, incluindo acessórios e limpeza interior, com as seguintes características:				
10.2.1.1	DN 200 mm				
		[m]	135.000	20,00 €	2.700,00 €
			Total de 10.2.1		**2.700,00 €**
10.2.2	Execução de câmaras de visita nas seguintes dimensões, incluindo: levantamento e reposição de pavimentos no alargamento da vala; escavação e aterro no alargamento da vala; fornecimento e aplicação de fundo pré-fabricado em betão classe				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição	Quant.	Preço Unit.	Total
	C20/25 5b (vibrado), com ligação directa à tubagem, base com uma, duas ou três entradas e uma saída, caneluras, acessórios; anéis e cobertura tronco-cónica assimétrica (cobertura plana em caixas com altura até 1,20m) com geratriz vertical em betão moldado vibrado; refechamento de juntas e reparação das superficies tanto interiores como exteriores; pintura de protecção ao betão pelo interior da câmara com tinta à base de resinas epoxi; revestimento pelo exterior com emulsão betuminosa; fornecimento e chumbadouro em anel de betão armado de tampa em ferro fundido dúctil, com 0.60 m de abertura útil, classe D400, com inscrição da entidade exploradora e "Águas Residuais"; escadas em perfis pultrudidos (poliéster reforçado com fibra de vidro); transporte a vazadouro dos produtos sobrantes; limpeza interior.			
10.2.2.1	De 1,0a 2,5m de profundidade, com 1,00m de diâmetro			
		[Un]	3.000	300,00 €	900,00 €
			Total de 10.2.2		**900,00 €**
			Total de 10.2		**3.600,00 €**
10.3	RAMAIS DOMICILIÁRIOS			
10.3.1	Execução de ramal domiciliário de saneamento incluindo: tubagem DN125 em polipropileno da classe de resistência circunferencial especifica SN8; forquilhas a 45º; caixa de inspecção em polipropileno do tipo "Ambidur"; execução de maciço em betão para suporte e cravação da tampa; tampa e aro em ferro fundido dúctil do tipo utilizada pela CML; todos os acessórios necessários; levantamento e reposição de pavimentos; movimento de terras com regularização do fundo e aterro nas mesmas condições da vala de colectores; carga e transporte dos produtos sobrantes a depósito; limpeza interior.			
		[Un]	10.000	600,00 €	6.000,00 €
			Total de 10.3		**6.000,00 €**
			Total de Cap. 10		**10.835,52 €**
Cap. 11	**REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**			
11.1	MOVIMENTO DE TERRAS			
11.1.1	Escavação para abertura de valas para implantação de tubagem, incluíndo entivação, rebaixamento do nível freático, se necessário, e remoção dos produtos escavados.(da folha de cálculo de volumes)			

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		Não Def.	108.000	0,00 €	0,00 €
11.1.1.1	Em terra compacta (50%)				
		[m³]	54.000	8,00 €	432,00 €
11.1.1.2	Em rocha branda (50%)				
		[m³]	54.000	10,00 €	540,00 €
				Total de 11.1.1	**972,00 €**
11.1.2	Regularização do fundo das valas com almofada de assentamento, numa espessura de 0.10m, com pó de pedra (pico). (da folha de cálculo de volumes)				
		[m³]	10.800	4,00 €	43,20 €
11.1.3	Aterro com terras cirandadas, incluíndo calque e recalque até 0.20m acima do extradorso da tubagem, de empréstimo se necessário.				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
11.1.4	Aterro de valas com calque e recalque, por camadas de 0.20 m de espessura, incluíndo rega, para completo enchimento das valas, com terras de empréstimo, se necessário. (da folha de cálculo de volumes)				
		[m³]	32.400	3,00 €	97,20 €
11.1.5	Carga, transporte a depósito, descarga e regularização dos produtos sobrantes.				
11.1.5.1	Vrocha dura (do artº 1 alinea c)) e Vtubagem.				
		[Un]	10.800	2,40 €	25,92 €
				Total de 11.1.5	**25,92 €**
				Total de 11.1	**1.235,52 €**
11.2	TUBAGENS E ACESSÓRIOS				
11.2.1	Fornecimento e assentamento de tubagem de betão, da classe de resistência III, assentes com argamassa de cimento e areia 1/3 em volume, limpeza interior e ligações às caixas sumidouras ou de visita, com as seguintes diãmetros:				
11.2.1.1	Ø 400 mm				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

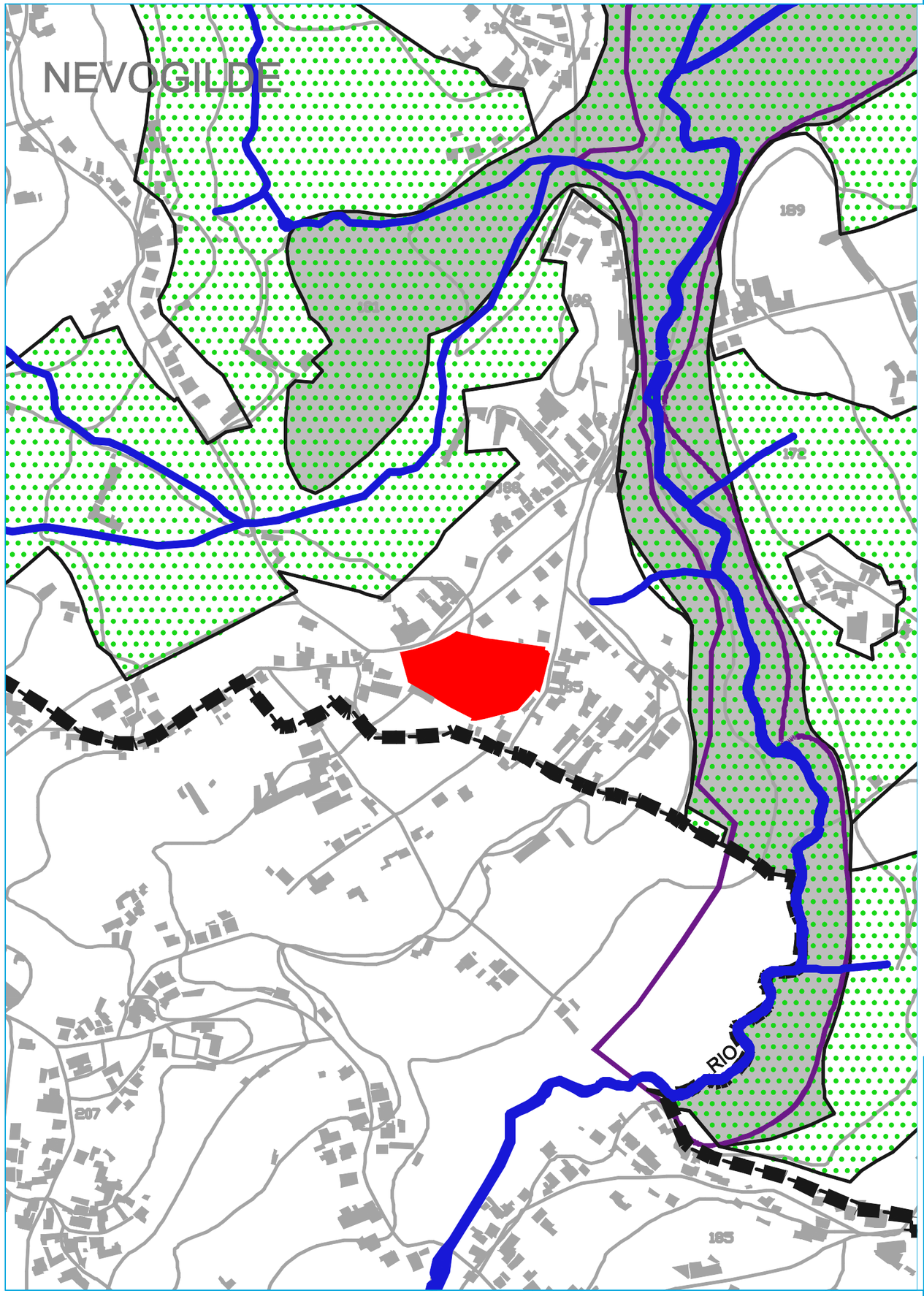
Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
		[m]	135.000	40,00 €	5.400,00 €
11.2.1.2	Ø 200 mm				
		[m]	60.000	20,00 €	1.200,00 €
			Total de 11.2.1		**6.600,00 €**
11.2.2	Execução de câmaras de visita em aneis de betão pré-fabricado e cone, ligados com argamassa de cimento e areia ao traço 1/3 em volume, nas seguintes dimensões, e fornecimento e chumbadouro em anel de betão armado de tampa em ferro fundido dúctil, com 0.60 m de abertura útil, classe D400, com inscrição da entidade exploradora e "Águas Pluviais"; escadas em perfis pultrudidos (poliéster reforçado com fibra de vidro); transporte a vazadouro dos produtos sobrantes; limpeza interior. Conforme pormenor apresentado.				
11.2.2.1	De 1,0a 2,5m de profundidade, com 1,00m de diâmetro				
		[Un]	3.000	300,00 €	900,00 €
			Total de 11.2.2		**900,00 €**
			Total de 11.2		**7.500,00 €**
11.3	Sarjetas e Sumidouros				
11.3.1	Fornecimento e assentamento (em via para betão betuminoso) de sumidouros com grelha em ferro fundido, classe minima D400, antiroubo, articulada, com caixa de sumidouro de 60 em betão pré-fabricado C30/37, com fundo, com furos semi abertos e com acrescento de caixa em betão pre fabricado C30/37, incluindo negativos Ø200 para ligação de tubagem entre sumidouros/câmara de visita, bem como respectivo assentamento, movimento de terras, transporte de sobrantes, limpeza e todos os trabalhos necessários ao perfeito funcionamento.				
		[Un]	6.000	300,00 €	1.800,00 €
			Total de 11.3		**1.800,00 €**
11.4	RAMAIS DOMICILIÁRIOS				
11.4.1	Execução de ramal domiciliário de águas pluviais incluindo: tubagem DN125 em polipropileno da classe de resistência circunferencial especifica SN8; forquilhas a 45º; caixa de inspecção em polipropileno do tipo "Ambidur"; execução de maciço em betão para suporte e cravação da tampa; tampa e aro em				

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada

- ORÇAMENTO -

Item	Descrição		Quant.	Preço Unit.	Total
	ferro fundido dúctil do tipo utilizada pela CML; todos os acessórios necessários; levantamento e reposição de pavimentos; movimento de terras com regularização do fundo e aterro nas mesmas condições da vala de colectores; carga e transporte dos produtos sobrantes a depósito; limpeza interior.				
		[Un]	10.000	200,00 €	2.000,00 €
			Total de 11.4		**2.000,00 €**
			Total de Cap. 11		**12.535,52 €**
Cap. 12	**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**				
12.1	Fornecimento e excução de pinturas, aplicadas com tinta termosplástica branca aplicada a quente, incluindo limpeza do pavimento e pré-marcação.				
12.1.1	Linha branca continua (LBC) com 0.12m de largura (LBC 0,12)				
		[m]	202.500	1,80 €	364,50 €
12.1.2	linha branca tracejada (LBT) com 0.12m de largura e relação traço espaço 5/2 (LBT) 0.12 5/2)				
		[ml]	270.000	2,00 €	540,00 €
			Total de 12.1		**904,50 €**
			Total de Cap. 12		**904,50 €**
			Valor total do Orçamento		**164.435,56 €**

©2000..2020 - TICdata Software - Licenciado a Município de Lousada



LEGENDA

LIMITE DO PLANO / CONCELHO - CAOP 2009 - 9 606,00 ha

RECURSOS NATURAIS

RECURSOS HÍDRICOS

LEITOS E MARGENS DOS CURSOS DE ÁGUA

ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

RAN - Reserva Agrícola Nacional

RECURSOS ECOLÓGICOS

REN - Reserva Ecológica Nacional

Linhas de Água que integram a REN

INFRAESTRUTURAS

LINHAS ELÉCTRICAS

LINHAS DE ALTA TENSÃO - 60 Kv

MARCOS GEODÉSICOS

PERTENCENTES À REDE GEODÉSICA NACIONAL
(Área mínima de protecção de 15,00 metros de raio.)

RODOVIAS

Existente

ITINERÁRIOS PRINCIPAIS

ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES

ESTRADAS REGIONAIS

ESTRADAS NACIONAIS

ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS

REDE FERROVIÁRIA

FERROVIAS

LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO

LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO- TÚNEL DE CAÍDE

FERROVIAS - ZONAS "NON AEDIFICANDI"

ÁREA "NON AEDIFICANDI" DE PROTECÇÃO ÁS FERROVIAS

POSTO DE VIGIA PERTENCENTE À REDE NACIONAL

OUTRAS SERVIDÕES

ÁREA DE PROTECÇÃO A DEPÓSITOS OU FÁBRICAS DE PRODUTOS EXPLOSIVOS

PATRIMÓNIO

BENS CULTURAIS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

IMÓVEL

ZONA DE PROTECÇÃO

IMÓVEL CLASSIFICADO (MN,IIP) OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO (IVC)

Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação
Decreto Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro.

Nº	Nº DA PLANTA DO PATRIMÓNIO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA	CATEGORIA DE PROTECÇÃO	DECRETO
1		PELOURINHO DE LOUSADA	Silvares	Arquitectura Civil / Pelourinho	MN - Monumento Nacional	MN, 16-06-1910, DG 156, de 28-06-1910
2		TORRE DE VILAR	Torre - Vilar de Torre e Atenães	Arquitectura Militar / Torre	IIP Imóvel de Interesse Público	28/78, DR 210, de 12-09-1978
3		IGREJA DE SANTA MARIA OU DE NOSSA SENHORA DAS NEVES IGREJA MATRIZ DE MEIXEDO	Relação - Meixedo	Arquitectura Religiosa / Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público	34 -IIG, DG 88, de 23-05-1946
4		CASA DE VILA VERDE	Vila Verde - Caldo de Rei	Arquitectura Civil/ Casa	IIP Imóvel de Interesse Público	28/78, DR 210, de 12-09-1978
5		IGREJA DO SALVADOR DE AVELEDA	Igreja - Avelleda	Arquitectura Religiosa/ Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público	28/78, DR 210, de 12-09-1978
6		Conjunto Rural constituído pela Casa das Virtes, Casa da Carvalho de Baixo, Casa do Pantegal, Casa de Junti, também designada Juzam, Casa da Carvalho de Cima, Casa da Abrela e Casa da Pazana, integrando o caminho de acesso ao Lugar do Carvalho	Nevogilde	Arquitectura Civil/Conjunto	IIP Imóvel de Interesse Público	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Homologação de 3 de Fevereiro de 2005
7		CASTRO DE ELDOMINGOS/CRISTELOS	Cristelos	Arqueológia/ Povoado Fortificado	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 18 de Fevereiro de 2000
8		IGREJA DE SÃO LOURENÇO DE PIAS	Pias	Arquitectura Religiosa/Igreja	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 5 de Setembro de 2004
9		PONTE DE ESPINDO		Arquitectura Civil/Ponte	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 27 de Março de 2007
10		PONTE DE VILELA	Avelleda	Arquitectura Civil/Ponte	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

LEGENDA: IDENTIFICAÇÃO DO TERRENO

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: TERRENO PARA ARRAIAL DAS FESTAS DE NEVOGILDE

Local Obra: NEVOGILDE - LOUSADA

Designação: EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES

Data: NOV 2023

Proj.:

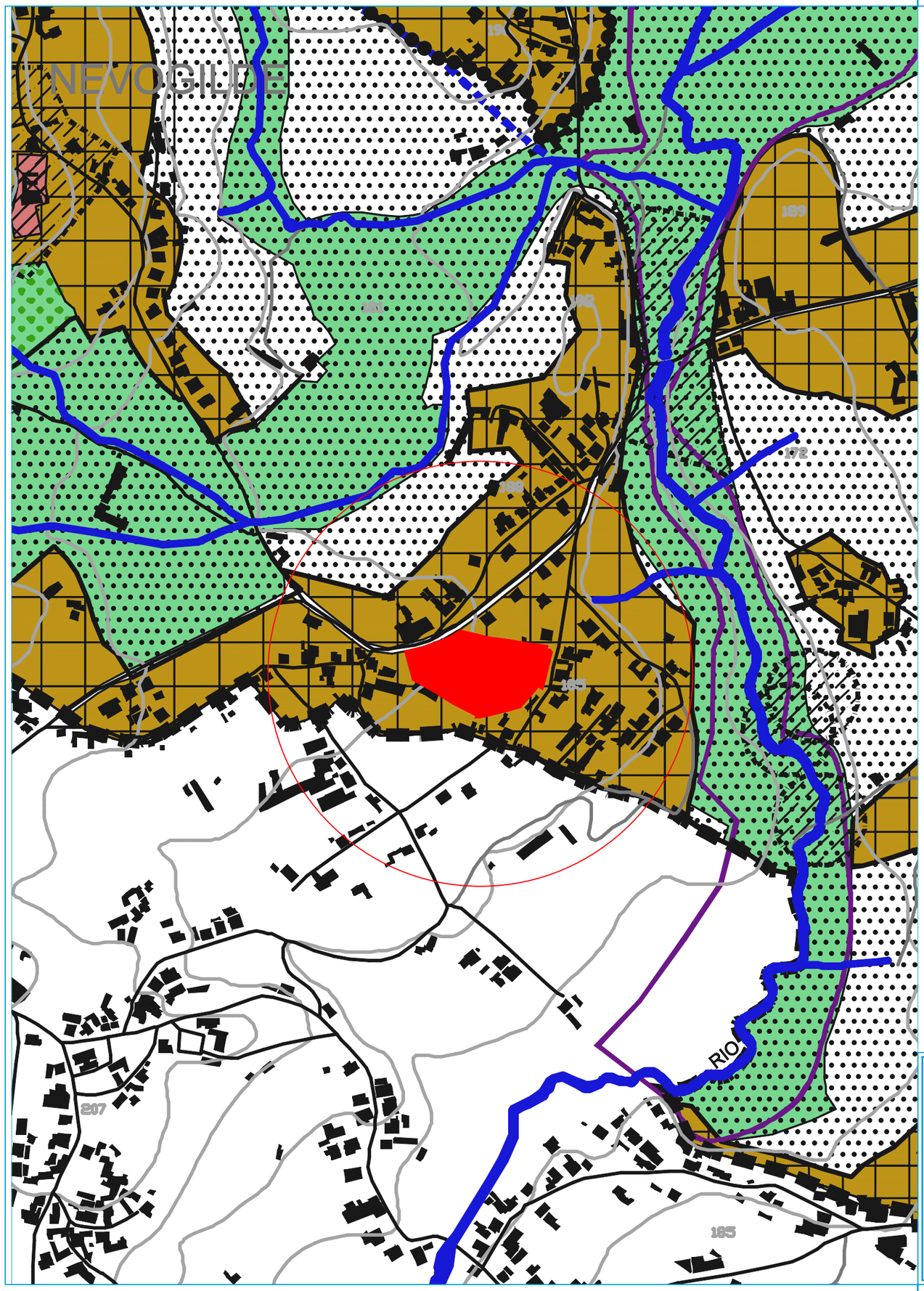
Des.:

Fase:

Numero: 2

Escala: 1/5000

c:\users\ted_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\info_cml\sobreposição_pdm\arraial_nevogilde.dwg



LEGENDA

LIMITE DO PLANO / CONCELHO - CAOP 2009 - 9 608,00 ha

UNIDADES OPERATIVAS DE GESTÃO E PLANEAMENTO (n.º X)

SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO

ESPAÇOS URBANOS CONSOLIDADOS
- ESPAÇOS CENTRAIS
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO I
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II

ESPAÇOS URBANOS A CONSOLIDAR
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III

- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *
- ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

SOLO URBANIZÁVEL

ESPAÇOS DE EXPANSÃO
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO I
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III

- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *
- ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

ESPAÇOS VERDES

- ESPAÇOS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO
- ESPAÇOS MISTOS(PRODUÇÃO, RECREIO E LAZER)
- PV — PARQUE VERDE URBANO

SOLO RURAL

ESPAÇO AGRÍCOLA

- ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO

ESPAÇO FLORESTAL

- ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

- ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTO E OUTRAS ESTRUTURAS

- EXISTENTES
- PROPOSTAS

ESPAÇOS COMUNS

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

- ESTRUTURA ECOLÓGICA EM SOLO URBANO E SOLO RURAL

ESPAÇO CULTURAL

- ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
- ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

- ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

ESPAÇOS CANAIS

REDE FERROVIÁRIA

Existente	Previsto/Proposto	
		LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO

REDE RODOVIÁRIA

Existente	Previsto/Proposto	
		ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
		ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
		ESTRADAS REGIONAIS
		ESTRADAS NACIONAIS
		ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS
		REDE MUNICIPAL PRINCIPAL
		VIA PEDONAL E CICLOVIA
		NÓS

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

UOPG 1 - LUSTOSA
UOPG 2 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LUSTOSA
UOPG 3 - EXPANSÃO NOROESTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 4 - ÁREA CENTRAL DA VILA DE LOUSADA
UOPG 5 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DO MEZIO
UOPG 6 - NEVOGILDE
UOPG 7 - TORNO E VILAR
UOPG 8 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CAÍDE DE REI
UOPG 9 - CAÍDE DE REI
UOPG 10 - MEINEDO
UOPG 11 - EXPANSÃO DE CASAIS
UOPG 12 - SANTA MARGARIDA
UOPG 13 - QUINTA DOS INGLESES
UOPG 14 - EXPANSÃO NORDESTE DA VILA DELOUSADA
UOPG 15 - PARQUE VERDE NASCENTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 16 - PARQUE VERDE NORTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 17 - VALE DO RIBEIRO DE PONTARRINHAS
UOPG 18 - SOUSELA
UOPG 19 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE TORNO
UOPG 20 - COSTILHA
UOPG 21 - ÁREA DE EXPANSÃO DE LODARES

*USO ESPECIAL E INFRA-ESTRUTURAS

A	- Administrativo	Et	- Eter
Ab	- Abastecimento	IM	- Interface Multimodal de Transportes
As	- Assistência Social	Pe	- Parque de Sucatas
Ass	- Associativo	R	- Religioso
At	- Aterro Sanitário	S	- Saúde
C	- Cemitério	T	- Transportes
D	- Desporto ou Lazer	Tu	- Turismo
E	- Ensino		
Ec	- Ecocentro		

LEGENDA:

IDENTIFICAÇÃO DO TERRENO

município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: TERRENO PARA ARRAIAL DAS FESTAS DE NEVOGILDE

Local Obra: NEVOGILDE - LOUSADA

Designação: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO

Data: OUTUBRO 2023

Proj.:

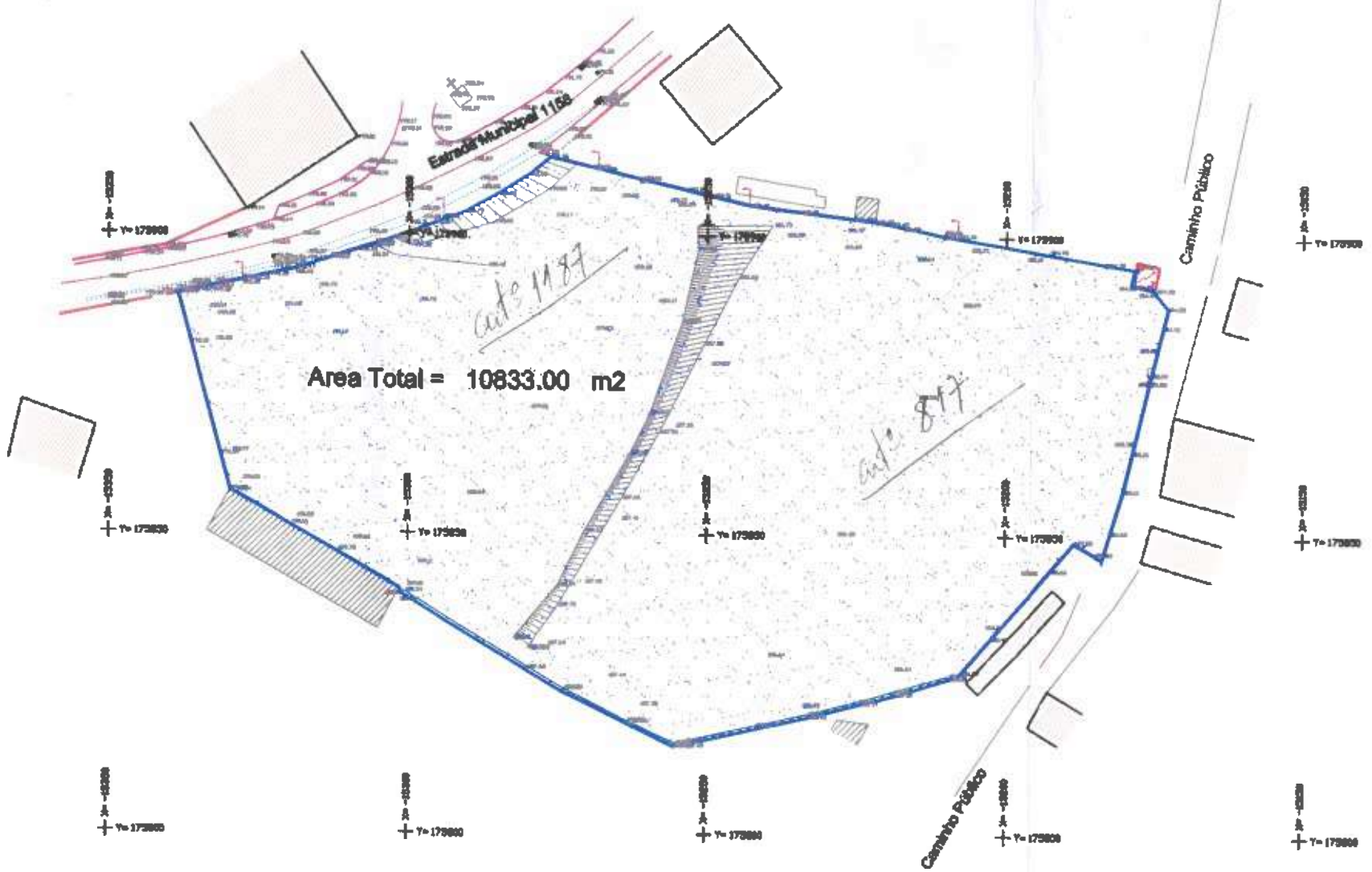
Des.:

Fase:

Numero: 1

Escala: 1/5000

c:\users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\info_cml\sobreposição_pdm\arraial_nevogilde.dwg



N

Negogilde
Lousada

DESCRIÇÃO DO PREDIO

PARCELA:	Sr.Ajuda
FREGUESIA:	Nevogilde
CONCELHO:	Lousada
MATRIZ N.º	817
DESCRIÇÃO	
AREA	10833.00 m2

Confrontações

Norte	Caminho
Sul	Caminho ,Eusébio Sousa e outro
Nascente	Luis Pinto Gonçalves
Poente	António Cunha

LEGENDA

Limite da parcela em Questão

Muros

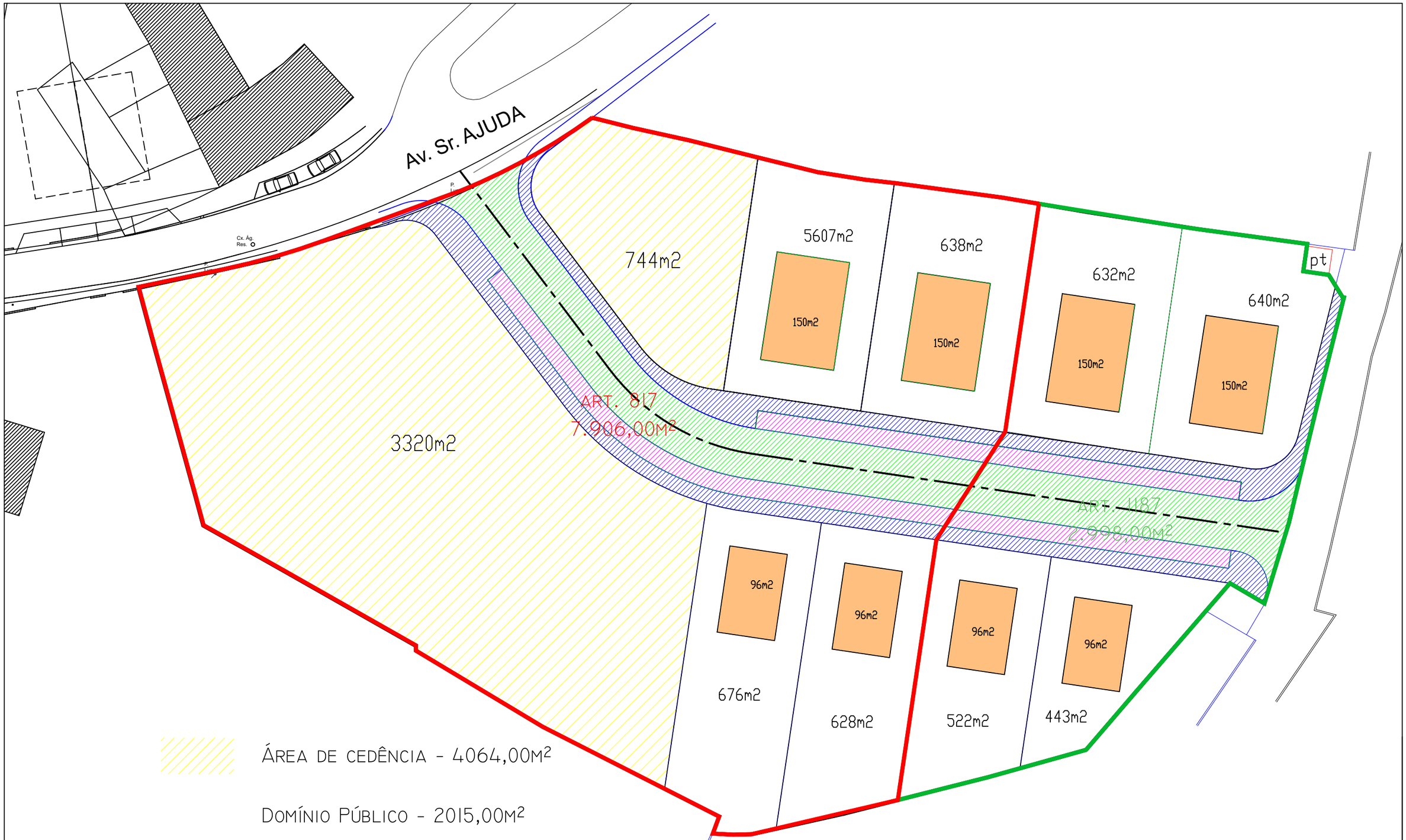
Edificios

O limites do terreno são da responsabilidade do proprietário

Registo fotográfico do local







ÁREA DE CEDÊNCIA - 4064,00M²

DOMÍNIO PÚBLICO - 2015,00M²

	TOTAL	ART. 817	ART. 1187
VIA	929M2	321M2	608M2
PASSEIO	633M2	396M2	237M2
BAIA DE ESTAC.	453M2	270M2	183M2

município de lousada
Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Projecto: PARCELA DE TERRENO ARRAIAL	Data: DEZEMBRO 2023
Local Obra: NEVOGILDE - LOUSADA	Proj.:
Designação: ÁREAS	Des.: AP01
	Fase: -
	Numero: 1
	Escala: 1/500

c:\users\sd_mmata\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmata\sr_ajuda_nevogilde\lotes sr ajuda_mm_v2.dwg

ARRAIAL SENHOR DA AJUDA

FREGUESIA DE NEVOGILDE (EXTINTA)

AVALIAÇÃO

1-Considerações Gerais

Refere-se o presente Relatório à determinação do justo valor de 2 Parcelas a extrair cada uma de um Prédio-Mãe, justapostos, ambos sitos na extinta Freguesia de Nevogilde, Concelho de Lousada, abaixo identificados.

A esta diligência assistiu o Dr. Nuno Ferreira, Técnico Superior da Câmara Municipal de Lousada.

2-Identificação e Localização

Os Prédios-Mãe situam-se no CM 1158, na Freguesia de Nevogilde (Extinta), Concelho de Lousada:

Inscrição na Matriz da Freguesia de Nevogilde (Extinta):

- Terreno a Norte---Sob o n.º 1187 da matriz predial rústica.
- Terreno a Sul---Sob o n.º 817 da matriz predial rústica.



Imagem 1-Localização

(Extrato “Google Earth”)

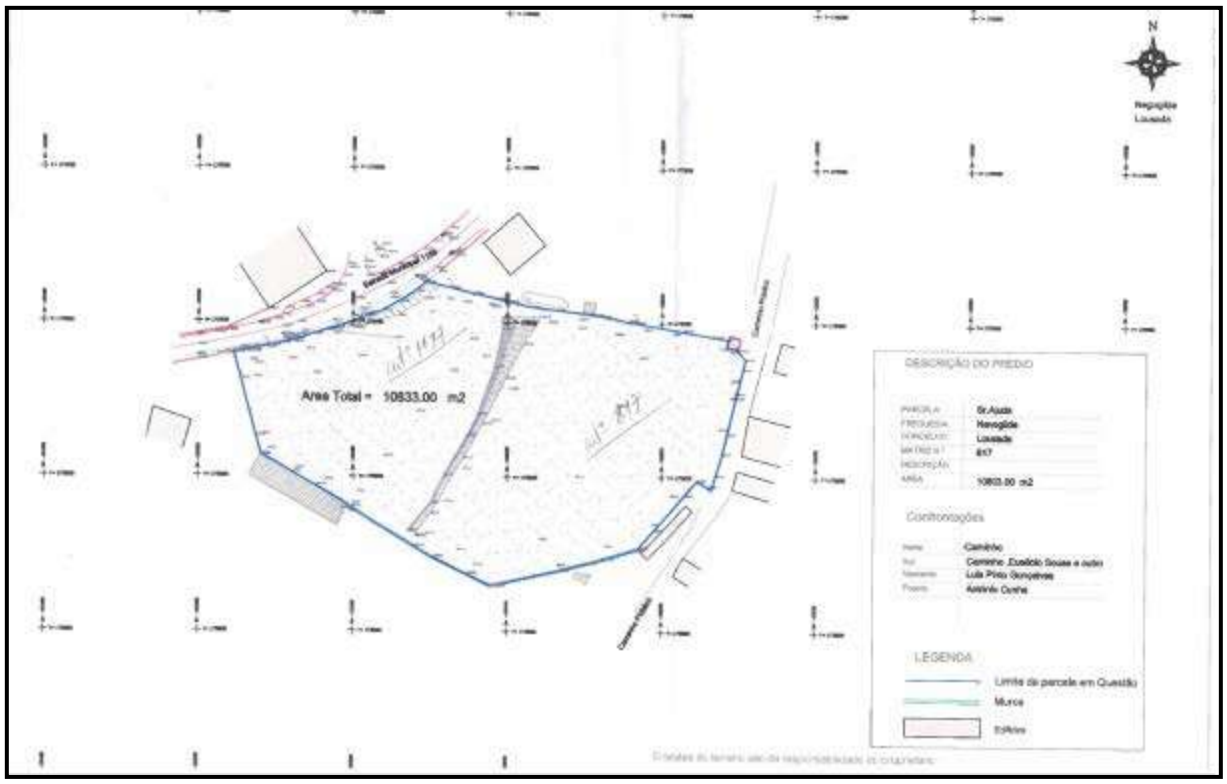


Imagem 2-Planta Topográfica dos 2 Prédios-Mãe

(Identificação pelos seus Artigos Matriciais)

3-Descrição

As 2 Parcelas têm ambas uma forma irregular, grosso modo, trapezoidal.

O solo é argiloso, profundo e fértil.

São sensivelmente planas.

A Parcela relativa ao artigo R-1187 está recoberta a vegetação herbácea espontânea; a correspondente ao artigo R-817 a vinha em bardo.

Quadro I-Áreas dos 2 Prédios-Mãe

Identificação (Matriz)	Áreas Prédios-Mãe (m^2)
R-817	7.012,00
R-1187	2.998,00
TOTAL	**10.010,00**

Quadro II-Áreas das 2 Parcelas

Identificação (Matriz)	Áreas Parcelas (m^2)
R-817	3.320,00
R-1187	744,00
TOTAL	**4.064,00**

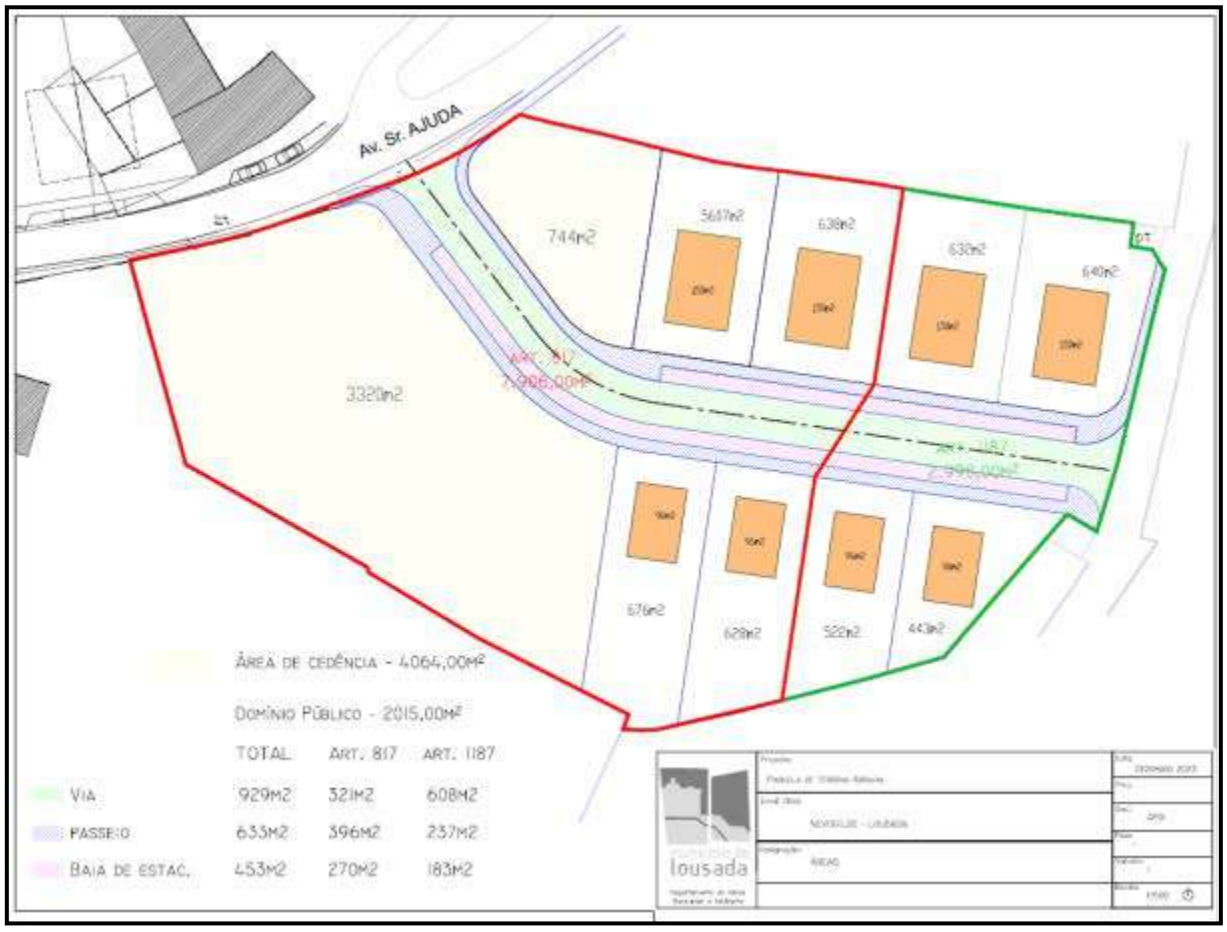


Imagem 3-Planta Topográfica das 2 Parcelas

(Identificação pelas suas Áreas)

4-ACESSOS E INFRAESTRUTURAS

O conjunto fica adjacente ao CM 1158 que lhe dá acesso; é pavimentado,

Dispõe de Redes Públicas de:

- Abastecimento de Água;
- Saneamento;
- Eletricidade;
- Telefones.

Existe estação depuradora em ligação com a rede de coletores de saneamento em serviço junto do Terreno.

5-ENVOLVÊNCIA

O conjunto de Terrenos está a 170 m da Junta de Freguesia de Nevogilde (Extinta).

O Centro Cívico da Vila de Lousada, onde estão os principais Equipamentos Estruturantes da sede do Concelho, nomeadamente o Tribunal, a Câmara Municipal e a Igreja Matriz, está a aproximadamente 3,8 km.

Não se detetaram nas imediações focos poluidores sob qualquer um dos pontos de vista: tóxico, visual ou acústico.

Os Acessos são bons:

- A cerca de 1,7 km do Nó 5 da A42.
- A cerca de 2,0 km da Rotunda de convergência das EN 106/106-1/Avª da Variante/CM 1156.

Nota: Todas as distâncias estão medidas “a voo de pássaro”.

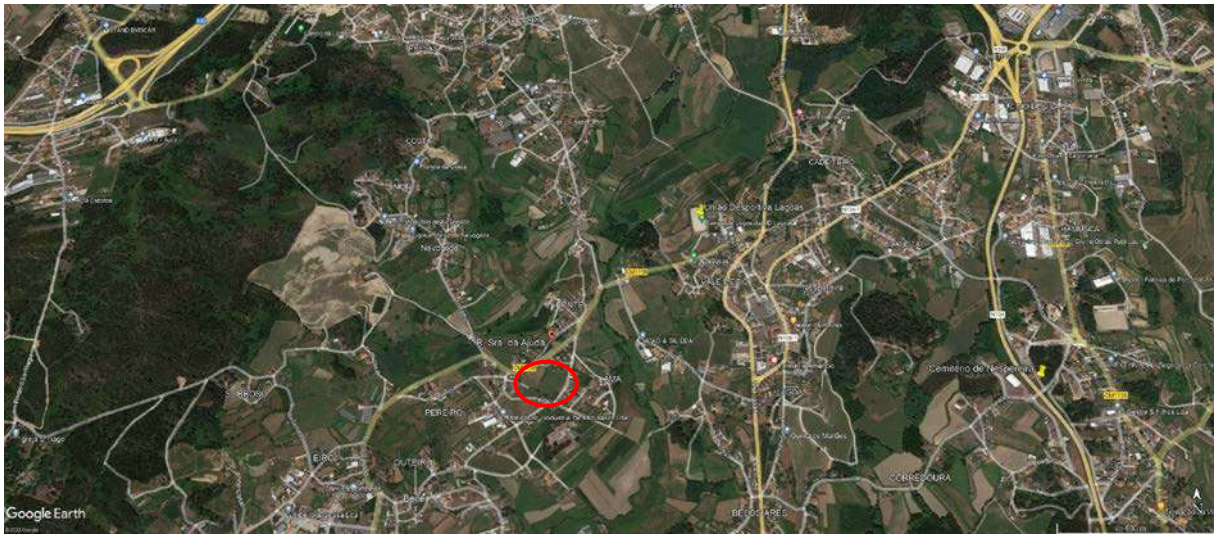


Imagem 4-Envolvência (“Google Earth”)

(Conjunto dos 2 Prédios-Mãe Delimitados por Elipse Vermelha)

6-CLASSIFICAÇÃO PELO PDM

De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Lousada as Parcelas integram-se em:

- "Espaços Residenciais de Tipo III".

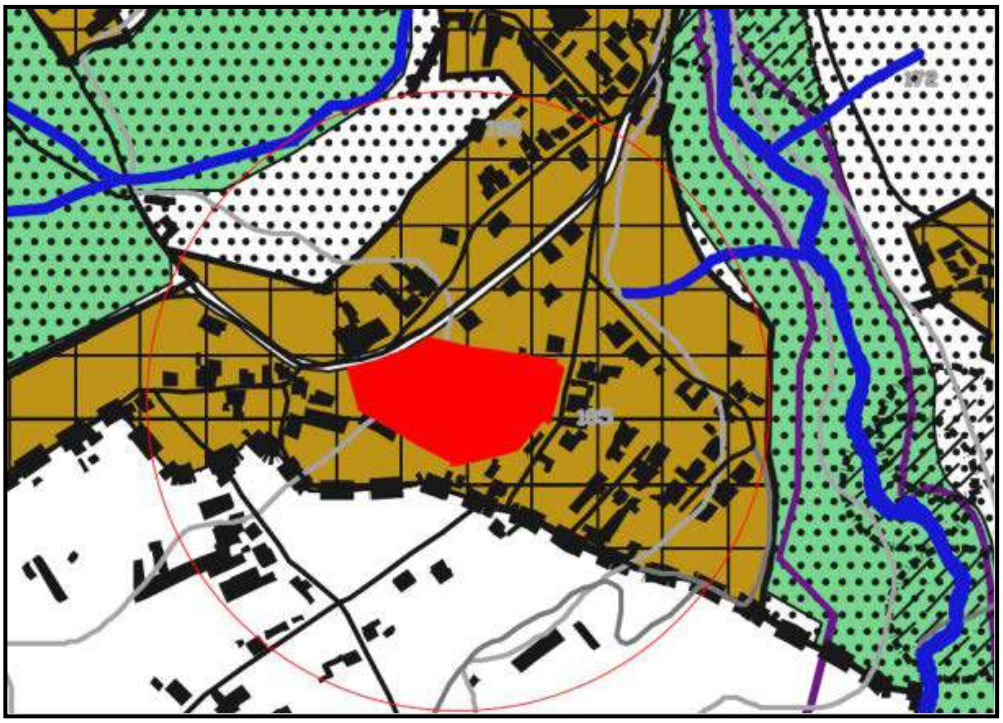


Imagem 5-Planta de Ordenamento do PDM
(Conjunto dos 2 Prédios-Mãe sob Mancha Vermelha)

7-Critérios de Avaliação

Estruturaremos os cálculos com base no Código das Expropriações de 1999 que doravante designaremos por CE, não diretamente aplicável ao caso presente, mas de que beberemos a "ratio legis".

A consideração como "Solo Apto para a Construção" rege-se pelo número 2 do artigo 25º.

O cálculo do valor deste tipo de solo segue o prescrito no artigo 26º do CE. Conforme o seu número 1 *"o valor do solo apto para a construção calcula-se por referência à construção que nele seria possível efetuar se não tivesse sido sujeito a expropriação, num aproveitamento económico normal, de acordo com as leis e os*

regulamentos em vigor, nos termos dos números seguintes e sem prejuízo do disposto no nº 5 do art. 23º." (sic). Em termos de referência temporal, uma vez que não se trata aqui duma expropriação, dada a natureza da avaliação, ela será considerada à data de hoje.

O nº 4 do artigo 26º que diz que *"caso não se revele possível aplicar o critério estabelecido no nº 2, por falta de elementos, o valor do solo apto para a construção calcula-se em função do custo da construção, em condições normais de mercado, nos termos dos números seguintes." (sic)* dará respaldo ao modelo de cálculo utilizado. A parametrização deste seguirá o prescrito nos nºs 5, 6 e 7 do mesmo artigo. Tem que se atender ao nº 8 quando o custo da construção for substancialmente agravado pelas especiais condições do local. Pelo nº 9 tem que se apreciar se o aproveitamento urbanístico que serviu de base à aplicação do critério fixado nos nºs 4 a 8 constitui, comprovadamente, uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas existentes. Decorrendo ainda do nº 10 um fator corretivo pela inexistência do risco e do esforço inerente à atividade construtiva.

Finalmente devemos ponderar se o valor resultante corresponde ao valor real e corrente de solos em circunstâncias similares numa situação normal de mercado. Em caso negativo recorreremos ao nº 5 do artigo 23º para ter em consideração outros critérios para atingir aquele valor.

8-Avaliação

Para o tipo de solo classificado como "Solo Apto para a Construção", do disposto nos n.ºs 6 e 7 do Artigo 26.º do CE obtém-se o Índice Fundiário (Fator de Valorização do Solo):

Valor do solo em conformidade com o nº 6 do Artigo 26º----------8,0%
Alínea a) do nº 7 do Artigo 26º (Acesso Rodoviário, com Pavimentação)---1.5%
Alínea c) do nº 7 do Artigo 26º (Abastecimento de Água)----------1,0%
Alínea d) do nº 7 do Artigo 26º (Saneamento)----------1,5%
Alínea e) do nº 7 do Artigo 26º (Energia Elétrica)----------1,0%
Alínea g) do nº 7 do Artigo 26º (Estação Depuradora)----------2,0%
Alínea i) do nº 7 do Artigo 26º (Telefones)----------1,0%

Total: 16,00%

Decorrente do PDM e das circunstâncias locais:

- Índice de Utilização do Solo: 0,60 m².

De acordo com o tipo de projeto, os materiais utilizados e os preços médios praticados na região estimou-se:

- Custo Unitário de Área Bruta de Construção Acima do Solo---650.00 €/m²

Donde Custo da Construção:

0,60 m² x 650,00 €/m² = € 390,00

De que vem o Valor Unitário Bruto:

€ 390,00 x 16,00% = 62,40 €/m²

Prevendo 20% para Trabalhos de Infraestruturação, vem para Valor Unitário não Corrigido:

62,40 €/m² x (1-0,20) = 49,92

Que arredondamos para 50,00 €/m².

Afetaremos este valor dum Coeficiente Corretivo de 5% resultante da inexistência de risco e de esforço inerente à atividade construtiva, conforme prescreve o n.º 10 do art.º 26.º do CE:

49,92 €/m² x (1-0,05) = 47,42 €/m²

Atender-se-á finalmente à Alta da Taxa de Juros e à perspetiva da sua manutenção ainda por mais algum tempo – pelo menos durante boa parte do próximo ano - pelo que aplicaremos um Coeficiente de Minoração de 5%:

47,42 €/m² x (1-0,05) = 45,05 €/m²,

que arredondaremos para 45,00 €/m².

Este preços unitário parecem-nos consentâneos com as características das 2 Parcelas em causa, onde ressaltam a sua localização, acessos, relação com infraestruturas, as suas forma e dimensões, a sua classificação em termos de PDM, condições da sua ocupação e as cotações do mercado imobiliário local.

Temos então para **Valor Unitário do "Solo Apto para a Construção": 45,00 €/m².**

++ ** ++

Pelo que temos então:

ARRAIAL DO SENHOR DA AJUDA

FREGUESIA DE NEVOGILDE (EXTINTA)

AVALIAÇÃO

Identificação (Matriz)	Áreas Parcelas (m^2)	Valor (€)
R-817	3.320,00	149.400,00
R-1187	744,00	33.480,00
TOTAL	**4.064,00**	**182.880,00**

(Cento e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta Euros)

Porto, Dezembro de 2023

O Perito

Assinado por: **JOÃO MANUEL DA SILVA OLIVEIRA**
Num. de Identificação: XXXXXXXX
Data: 2023.12.18 12:01:42+00'00'

João Manuel da Silva Oliveira

(Eng. Civi-Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação do Porto)

município de lousada

DIVISÃO DE MOBILIDADE E EQUIPAMENTO Inf. **24362/23** **2023/12/18**

DE

Mónica Sofia Pinto Mota

ASSUNTO|SUBJECT

Ampliação do cemitério e requalificação da envolvente em Meinedo - Lousada
Resolução de requerer a utilidade pública – art.º 10.º do Código das Expropriações

Relativamente ao assunto em epígrafe e no âmbito do n.º 1 do art.º 10.º do Código das Expropriações (Lei n.º 168/99, de 18 de setembro) cumpre informar:

A) Da causa de utilidade pública a prosseguir e da norma habilitante

Por indicação da necessidade apontada pela Junta de Freguesia de Meinedo bem como por defender que não existe outra alternativa que não seja a ampliação do atual cemitério, e no seguimento de indicação superior foi elaborada uma proposta/estudo de ampliação do atual cemitério, conforme planta em anexo (Doc. 1 e 1.1).

A mesma visa a resposta célere da necessidade local de sepulturas, capelas e ossários aumentando a capacidade da infraestrutura existente não só pela questão do primor da qualidade de vida e do direito dos cidadãos, mas também pelo bem-estar e zelo pela saúde pública. O cemitério existente já não consegue dar resposta às atuais necessidades da freguesia, visto que a sua delimitação já se encontra sem alterações há muitos anos e denota-se a necessidade de ampliação do espaço para responder ao movimento obituário da freguesia. A solução apresentada visa por força da ampliação, uma reorganização viária nomeadamente a criação de um novo eixo em substituição ao troço que desaparece no âmbito da ampliação do cemitério e uma rotunda de confluência dos diversos eixos (novo e existentes) e, por fim, uma zona de estacionamento e espaço verde de enquadramento que lhe servirá de apoio.

Adicionalmente a área de ampliação prevista de acordo com os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM, atualmente em vigor) refere-se a um “Espaço de Uso Especial” o que manifestamente prevê a intensão do Município e o reconhecimento da necessidade futura de crescimento deste equipamento.

No sentido da aquisição do terreno, foram contactadas e realizadas reuniões entre a Câmara Municipal de Lousada, a Junta de Freguesia de Meinedo e duas herdeiras, nomeadamente, Ana Maria Silva Sanches de Miranda e a

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À consideração superior,

19-12-2023
(168) Fernanda Lemos

Concordo,

19-12-2023 | (180)
José Carlos Nogueira

À REUNIÃO,

19-12-2023
(14) Manuel Nunes

sua irmã Isabel Maria Silva Sanches de Miranda, proprietárias de uma habitação sita na Rua do Caibral, n.º 124, 4620-833 Meinedo, que se mostraram totalmente indisponíveis para qualquer tipo de negociação.

Atualmente, por força das circunstâncias aqui expostas e da curta janela temporal para cumprir a necessidade inequívoca de mais espaço para novas sepulturas na freguesia, a obra deverá iniciar-se assim que estejam reunidas as condições e a posse administrativa do respetivo terreno.

A realização da obra "**Ampliação do Cemitério e requalificação da envolvente em Meinedo - Lousada"** reveste-se de uma evidente e infinda utilidade pública. Nos termos do estabelecido na alínea vv) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação) e no art.º 10.º do Código das Expropriações, compete à Exma. Câmara tomar a resolução de requerer a DUP – Declaração de Utilidade Pública, para efeitos de expropriação, normas habilitantes que expressamente se invocam para os devidos e legais efeitos.

B) Bens a expropriar, proprietários e demais interessados conhecidos

Para a obra "**Ampliação do Cemitério de Meinedo - Lousada e construção de troço de eixo viário e rotunda"** mostra-se imprescindível adquirir os bens que a seguir se identificam:

Parcela de terreno com a área de 2.890,00m² (dois mil oitocentos e noventa metros quadrados) (Doc.2) que é parte de um prédio rústico denominado "Alto do Caibral", constituído a pinhal e eucaliptal, sito no Lugar do Caibral, na freguesia de em Meinedo, concelho de Lousada, a confrontar a norte com Agostinho Ribeiro dos Reis, a sul com caminho, a nascente com caminho e a poente com Luís Teixeira Malheiro, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 426 da freguesia de Meinedo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o número 2930 da freguesia de Meinedo e aí inscrito a favor de João Eduardo Cerqueira Camacho Sanches de Miranda, casado no regime de comunhão geral com Maria Idalina de Alcântara Sanches de Miranda, através da Ap. 6, de 21 de abril de 1978, ambos já falecidos, encontrando-se a sua titularidade na Autoridade Tributária e Aduaneira, a favor de João Eduardo Cerqueira Camacho Sanches de Miranda – Cabeça de Casal da Herança de, com a identificação fiscal 703 248 391 e o domicilio fiscal na Rua da Holanda, n.º 70 – 3º FTE, Urbanização Quinta de São Gonçalo, Carcavelos, 2775-405 Carcavelos (Doc.3 e 4)

C) Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação

Em conformidade com a avaliação, documentada por relatório (Doc. 5), efetuada por perito da lista oficial, prevê-se um encargo com a expropriação de €86.940,00 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta euros).

D) Previsão dos instrumentos de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização

De acordo com a carta de ordenamento e de condicionantes do PDM de Lousada a parcela a expropriar integra-se em "Espaços de Uso Especial" (Doc. 6 e 7).

E) Programação dos trabalhos e prazo previsto para início das obras

Para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 19.º do Código das Expropriações, informa-se que as obras terão início imediatamente após a tomada da posse administrativa, cumprindo-se o plano de trabalhos que se anexa (Doc. 8) estimando-se um prazo de 240 dias para a execução dos trabalhos.

F) Motivos justificados da urgência da expropriação e da autorização da posse administrativa

Nos termos da alínea a) do art. 2º do Decreto 44220 de 3 de março, na escolha dos terrenos para ampliação dos cemitérios deve a sua área ser suficiente para o movimento obituário das populações a servir. Verificando-se atualmente uma clara insuficiência de área disponível para o movimento obituário a servir urge resolver a situação. Com efeito, a ausência de espaço para a inumação em condições sanitárias adequadas dos cadáveres das pessoas falecidas na freguesia constitui um problema grave de saúde pública, impondo-se a necessidade da ampliação da infraestrutura existente para a parcela aqui em causa, de modo a garantir o espaço necessário para o movimento obituário da freguesia, motivo pelo qual se justifica a urgência da expropriação.

Conclusão:

Por tudo o exposto, nos termos do estabelecido na alínea vv) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação) e no art.º 10.º do Código das Expropriações propõe-se à Exma. Câmara o seguinte:

a) Nos termos e para os efeitos do art.º 10.º do Código das Expropriações, proponha ao membro do Governo a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, da parcela de terreno com a área de 2.890,00m^2 (dois mil oitocentos e noventa metros quadrados) que é parte do prédio misto denominado “Alto do Caibral”, ”, a pinhal e eucaliptal, sito no lugar do Caibral em Meinedo, a confrontar a norte com Agostinho Ribeiro dos Reis, a sul com caminho, a nascente com caminho e a poente com Luís Teixeira Malheiro, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 426 da freguesia de Meinedo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lousada com a matriz nº 226 de natureza urbana e matriz nº 3426 de natureza rústica sob o 2930/20180813 da freguesia de Meinedo sob a apresentação de 6 de 1978/04/21 registada a favor de João Eduardo Cerqueira Camacho Sanches de Miranda – com NIF 703248391 – com domicílio fiscal na Avª. António Augusto de Aguiar, nº. 132, 2º. D, Lisboa e casado em comunhão geral com Maria Idalina de Alcântara Sanches de Miranda com domicílio fiscal na Avª. António Augusto de Aguiar, nº. 132, 2º. D, Lisboa.

b) Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 19.º do Código das Expropriações, solicite ao membro do Governo competente a autorização para a imediata posse administrativa, sendo que os trabalhos necessários à execução da obra são urgentes, conforme supra exposto, revelando-se indispensável a investidura na posse administrativa da parcela a expropriar para o início imediato dos trabalhos e a sua prossecução ininterrupta de acordo com o programa de trabalhos em anexo;

c) A aprovação de um valor de €86.940,00 (Oitenta e seis mil novecentos e quarenta euros) relativo ao montante dos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com o relatório do perito avaliador, sendo que o valor previsto tem cabimento orçamental _____;

d) Que, posteriormente, a respetiva deliberação seja notificada aos interessados, com cópia da presente informação, dando-lhes ainda conhecimento de que será remetido à Direção-Geral das Autarquias Locais o requerimento para a declaração de utilidade pública.

À consideração superior,

O Técnico Superior,

19-12-2023

(1481)
Mónica Mota



(Mónica Mota, Arquiteta Paisagista)

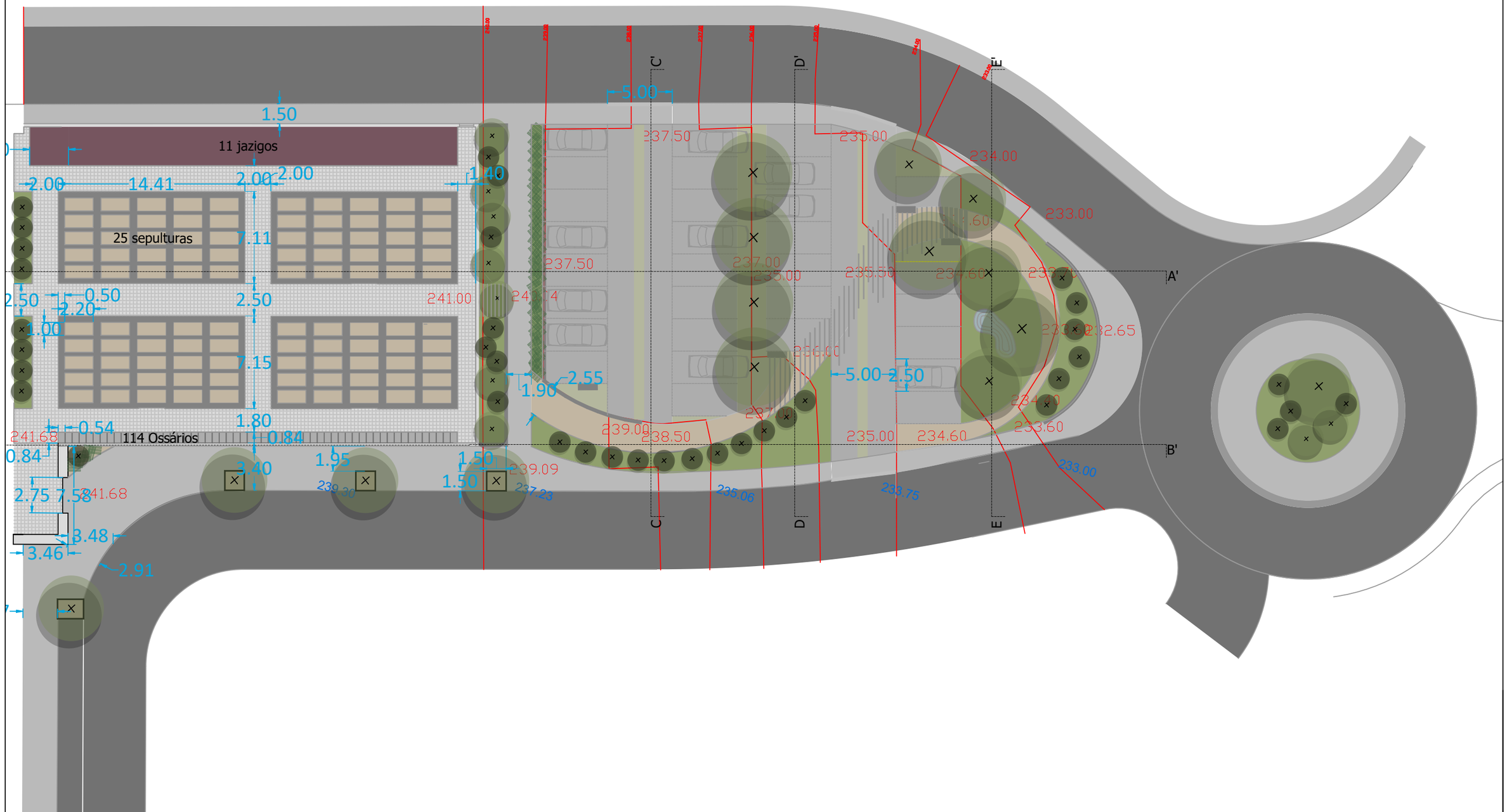


município de lousada

Departamento de Obras Municipais e Ambiente

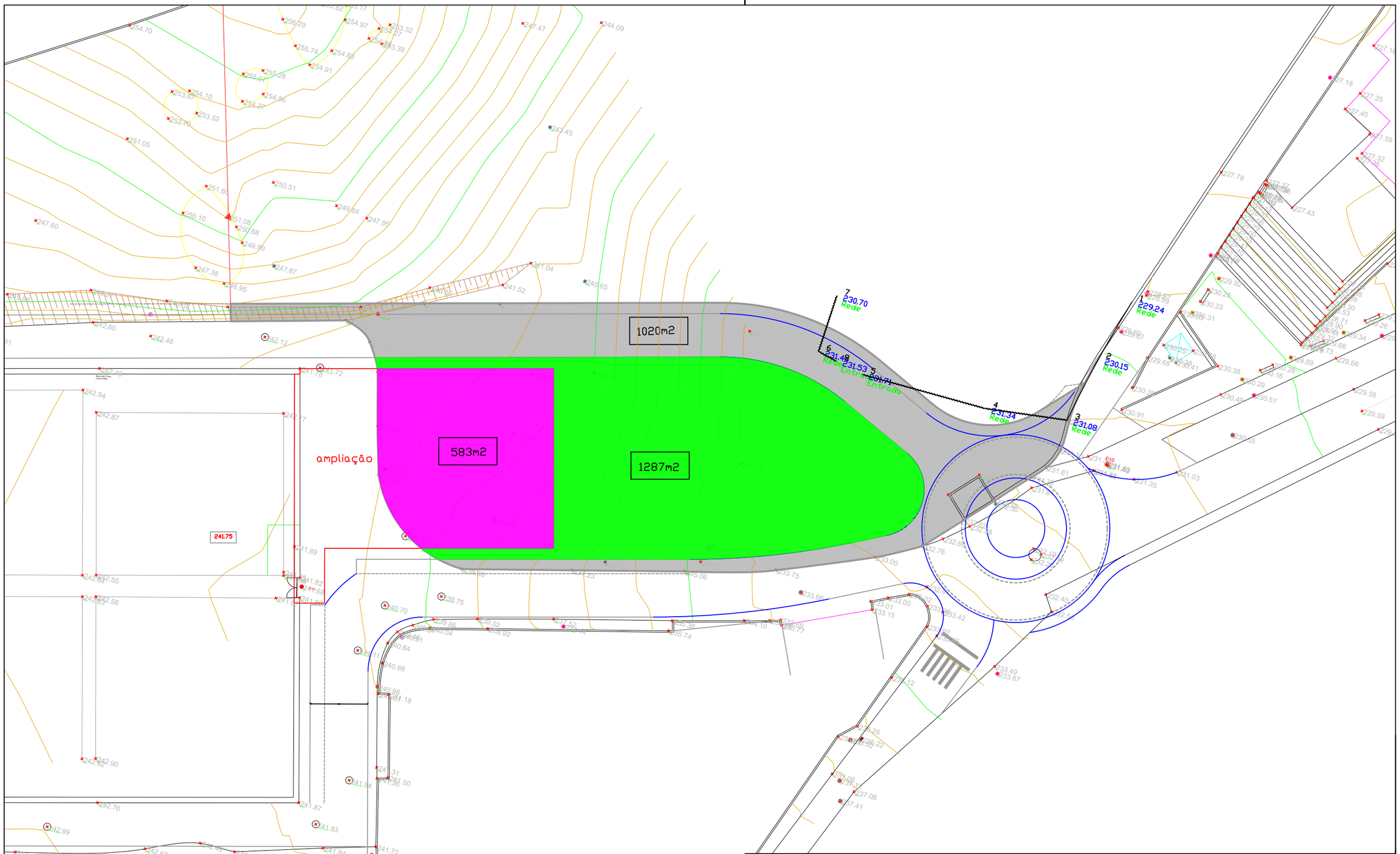
Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE	Data: SETEMBRO 2023
Local Obra: MEINEDO - LOUSADA	Proj.:
	Des.: AP01
Designação: LOCALIZAÇÃO - ORTOFOTOMAPA	Fase:
	Numero: 1
	Escala: 1/2000

c:\users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmota\cemitério_meinedo\entrega_set_2023\enviar p\1_projecto_execução_rodovia_15_9_23.dwg



município de lousada Departamento de Obras Municipais e Ambiente	Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE	Data: SETEMBRO 2023
	Local Obra: MEINEDO - LOUSADA	Proj.: Des.: AP02
	Designação: PLANO GERAL - ESTUDO PRÉVIO	Fase: Numero: 1
		Escala: 1/300

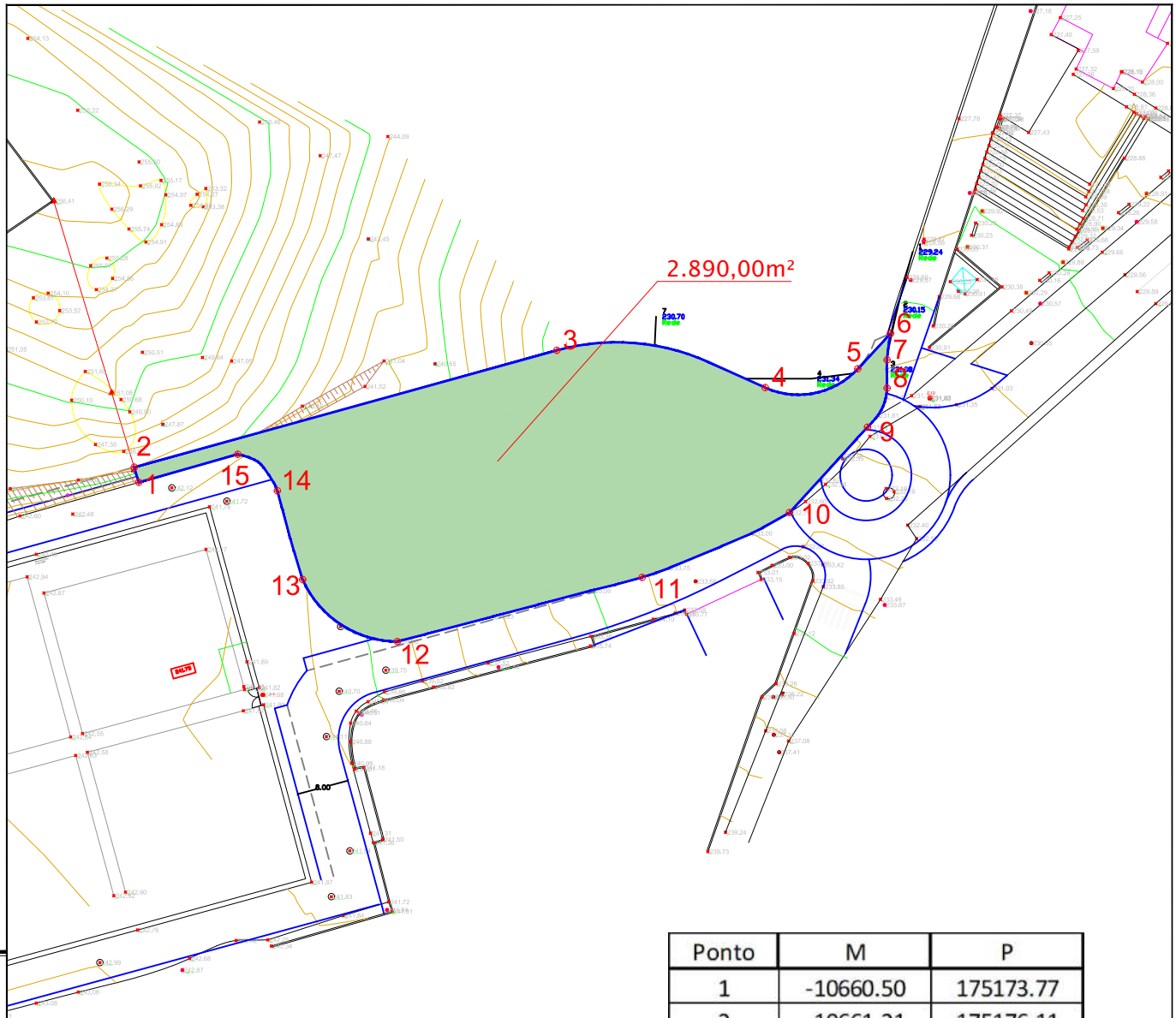
c:\users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmota\cemitério_meinedo\entrega_set_2023\enviar\Proposta_cemitério_meinedo_15_9_23.dwg



ÁREA A EXPRORIAR - 2.890,00M²

município de lousada Departamento de Obras Municipais e Ambiente	Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO E REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE	Data: SETEMBRO 2023
	Local Obra: MEINEDO - LOUSADA	Proj.: Des.: AP04
	Designação: ÁREAS PARCIAIS	Fase: Numero: I
		Escala: 1/500

c:\users\lsd_mmota\onedrive - câmara municipal de lousada\ambiente de trabalho\mmota\cemitério_meinedo\Pedro.dwg



Ponto	M	P
1	-10660.50	175173.77
2	-10661.21	175176.11
3	-10595.94	175194.16
4	-10563.78	175188.41
5	-10549.49	175191.29
6	-10544.41	175196.76
7	-10544.96	175192.68
8	-10544.97	175188.32
9	-10547.99	175182.29
10	-10560.03	175169.09
11	-10582.79	175159.10
12	-10620.59	175149.19
13	-10635.20	175158.75
14	-10639.11	175172.46
15	-10645.21	175178.10

município de lousada

Departamento de Urbanismo
Sector de Topografia

Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO

Local Obra: MEINEDO - LOUSADA

Designação: PLANTA - MAPA DE ÁREA

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO - SISTEMA DE COORDENADAS PT-TM06/ETRS89

Tel 255-820500 – Fax 255-820555

Data: DEZ/2023

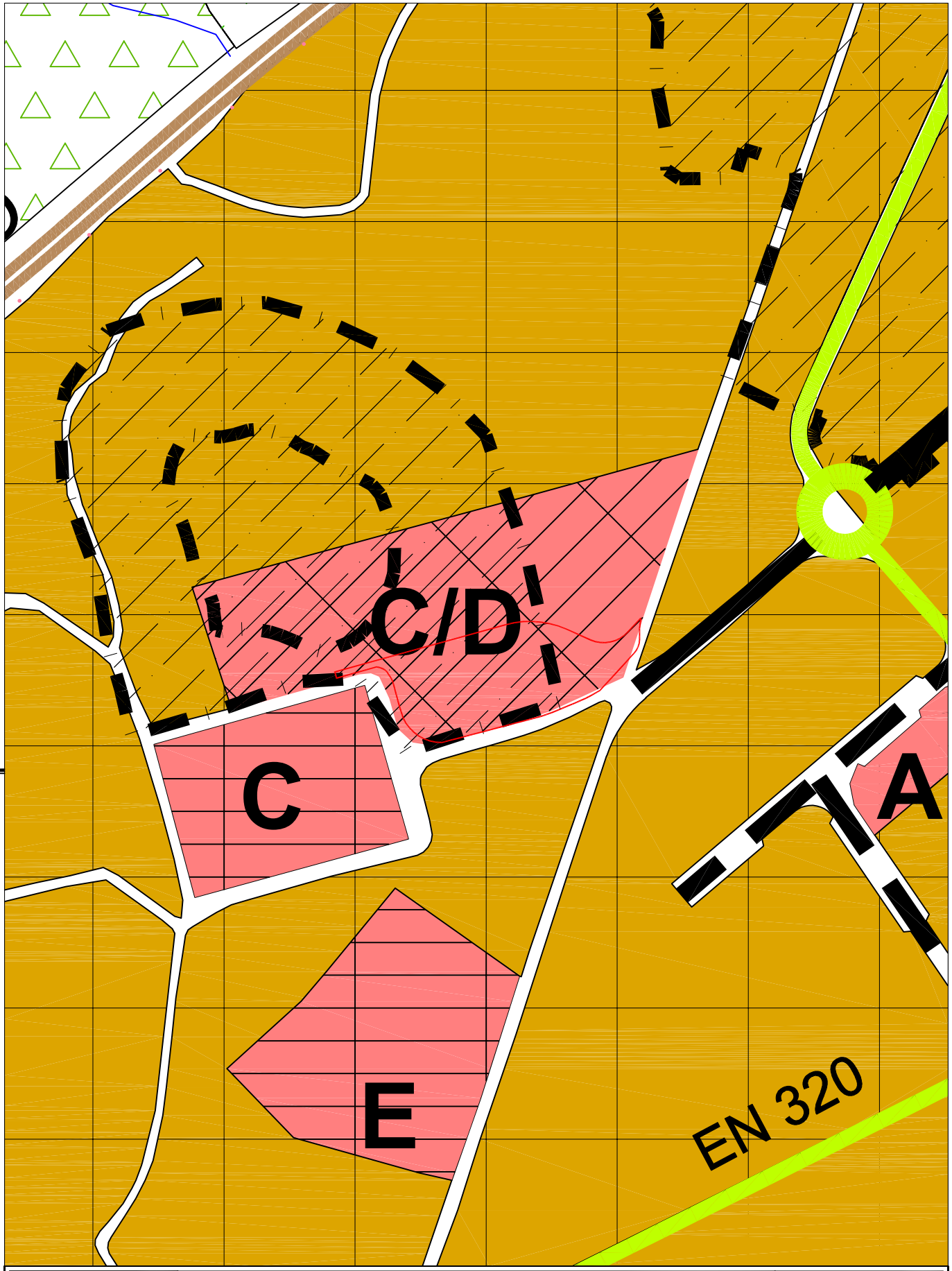
Proj.:

Des.:

Fase:

Numero: 01

Escala: 1/1000



município de lousada

Departamento de Urbanismo
Sector de Topografia

Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO

Local Obra: MEINEDO - LOUSADA

Designação: PLANTA - PROPOSTA
CARTA DE ORDENAMENTO

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

Tel 255–820500 – Fax 255–820555

Data: ABR/2023

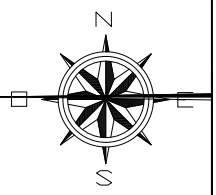
Proj.:

Des.:

Fase:

Numero: 01

Escala: 1/2000



EN 320

município de lousada Departamento de Urbanismo Sector de Topografia	Projecto: AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO	Data: ABR/2022
	Local Obra: MEINEDO - LOUSADA	Proj.:
	Designação: PLANTA - PROPOSTA CARTA DE CONDICIONANTES	Des.: Fase: Numero: 02
	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	Escala: 1/2000

Tel 255–820500 – Fax 255–820555

municipio de lousada

Departamento Municipal de Urbanismo

LEGENDA - ORDENAMENTO

LIMITE DO PLANO / CONCELHO - CAOP 2009 - 9 608,00 ha

n.º X — UNIDADES OPERATIVAS DE GESTÃO E PLANEAMENTO

SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO

ESPAÇOS URBANOS CONSOLIDADOS
- ESPAÇOS CENTRAIS
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO I

ESPAÇOS URBANOS A CONSOLIDAR
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III

- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *
- ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

SOLO URBANIZÁVEL

ESPAÇOS DE EXPANSÃO
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO I
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO II
- ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE TIPO III

- ESPAÇOS DE USO ESPECIAL *
- ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

ESPAÇOS VERDES

- ESPAÇOS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO
- ESPAÇOS MISTOS(PRODUÇÃO, RECREIO E LAZER)
- PV — PV — PARQUE VERDE URBANO

SOLO RURAL

ESPAÇO AGRÍCOLA

- ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO

ESPAÇO FLORESTAL

- ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO

ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

- ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL

ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTO E OUTRAS ESTRUTURAS

- EXISTENTES
- PROPOSTAS

ESPAÇOS COMUNS

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

- ESTRUTURA ECOLÓGICA EM SOLO URBANO E SOLO RURAL

ESPAÇO CULTURAL

- ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
- ÁREAS DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO AO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
- ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

ESPAÇOS CANAIS

REDE FERROVIÁRIA

Existente / Previsto/Proposto

- LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO

REDE RODOVIÁRIA

Existente / Previsto/Proposto

- ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
- ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADAS NACIONAIS
- ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS
- REDE MUNICIPAL PRINCIPAL
- VIA PEDONAL E CICLOVIA
- NÓS

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

UOPG 1 - LUSTOSA
UOPG 2 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LUSTOSA
UOPG 3 - EXPANSÃO NOROESTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 4 - ÁREA CENTRAL DA VILA DE LOUSADA
UOPG 5 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DO MEZIO
UOPG 6 - NEVOGILDE
UOPG 7 - TORNO E VILAR
UOPG 8 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CAÍDE DE REI
UOPG 9 - CAÍDE DE REI
UOPG 10 - MEINEDO
UOPG 11 - EXPANSÃO DE CASAIS
UOPG 12 - SANTA MARGARIDA
UOPG 13 - QUINTA DOS INGLESES
UOPG 14 - EXPANSÃO NORDESTE DA VILA DELOUSADA
UOPG 15 - PARQUE VERDE NASCENTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 16 - PARQUE VERDE NORTE DA VILA DE LOUSADA
UOPG 17 - VALE DO RIBEIRO DE PONTARRINHAS
UOPG 18 - SOUSELA
UOPG 19 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE TORNO
UOPG 20 - COSTILHA
UOPG 21 - ÁREA DE EXPANSÃO DE LODARES

*USO ESPECIAL E INFRA-ESTRUTURAS

A	- Administrativo	Et	-Etar
Ab	- Abastecimento	IM	- Interface Multimodal de Transportes
As	- Assistência Social	Ps	- Parque de Sucatas
Ass	- Associativo	R	- Religioso
At	- Aterro Sanitário	S	- Saúde
C	- Cemitério	T	- Transportes
D	- Desporto ou Lazer	Tu	- Turismo
E	- Ensino		
Ec	- Ecocentro		

LEGENDA - CONDICIONANTES

LIMITE DO PLANO / CONCELHO - CAOP 2009 - 9 608,00 ha

RECURSOS NATURAIS

RECURSOS HÍDRICOS

- LEITOS E MARGENS DOS CURSOS DE ÁGUA
- ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS

RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

- RAN - Reserva Agrícola Nacional

RECURSOS ECOLÓGICOS

- REN - Reserva Ecológica Nacional
- Linhas de Água que integram a REN

PATRIMÓNIO

BENS CULTURAIS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

- IMÓVEL
- ZONA DE PROTECÇÃO
- ★ X — IMÓVEL CLASSIFICADO (MN,IIP) OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO (IVC)

Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação
Decreto Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro.

N.º	N.º DA PLANTA DO PATRIMÓNIO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA	CATEGORIA DE PROTECÇÃO	DECRETO
1		PELOURINHO DE LOUSADA	Silvares	Arquitectura Civil / Pelourinho	MN - Monumento Nacional	MN, 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910
2		TORRE DE VILAR	Torre - Vilar de Torno e Alentém	Arquitectura Militar / Torre	IIP Imóvel de Interesse Público	95/78, DR 210, de 12-09-1978
3		IGREJA DE SANTA MARIA OU DE NOSSA SENHORA DAS NEVES IGREJA MATRIZ DE MEINEDO	Estação - Meinedo	Arquitectura Religiosa / Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público	34 452, DG 59, de 20-03-1945
4		CASA DE VILA VERDE	Vila Verde - Caide de Rei	Arquitectura Civil/ Casa	IIP Imóvel de Interesse Público	95/78, DR 210, de 12-09-1978
5		IGREJA DO SALVADOR DE AVELEDA	Igreja - Aveleda	Arquitectura Religiosa/ Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público	95/78, DR 210, de 12-09-1978
6		Conjunto Rural constituído pela Casa das Vinhas, Casa do Carreiro de Baixo, Casa do Pedregal, Casa de Juzã, também designada Jusam, Casa do Carreiro de Cima, Casa da Afreita e Casa de Passos, integrando o caminho de acesso ao Lugar de Carreiro	Nevogilde	Arquitectura Civil/Conjunto	IIP Imóvel de Interesse Público	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Homologação de 3 de Fevereiro de 2005
7		CASTRO DE S.DOMINGOS/CRISTELOS	Cristelos	Arqueologia/ Povoado Fortificado	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 18 de Fevereiro de 2000
8		IGREJA DE SAO LOURENÇO DE PIAS	Pias	Arquitectura Religiosa/Igreja	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 6 de Setembro de 2004
9		PONTE DE ESPINDO		Arquitectura Civil/Ponte	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO Despacho de 27 de Março de 2007
10		PONTE DE VILELA	Aveleda	Arquitectura Civil/Ponte	Em vias de classificação	EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

INFRAESTRUTURAS

LINHAS ELÉCTRICAS

- LINHAS DE ALTA TENSÃO - 60 Kv

MARCOS GEODÉSICOS

- PERTENCENTES À REDE GEODÉSICA NACIONAL (Área minima de protecção de 15,00 metros de raio.)

RODOVIAS

Existente

- ITINERÁRIOS PRINCIPAIS
- ITINERÁRIOS COMPLEMENTARES
- ESTRADAS REGIONAIS
- ESTRADAS NACIONAIS
- ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS

REDE FERROVIÁRIA

FERROVIAS

- LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO
- LINHA DE CAMINHO DE FERRO DO DOURO- TÚNEL DE CAÍDE

FERROVIAS - ZONAS "NON AEDIFICANDI"

- ÁREA "NON AEDIFICANDI" DE PROTECÇÃO ÁS FERROVIAS
- POSTO DE VIGIA PERTENCENTE À REDE NACIONAL

OUTRAS SERVIDÕES

- ÁREA DE PROTECÇÃO A DEPÓSITOS OU FÁBRICAS DE PRODUTOS EXPLOSIVOS

Sistema de Projecção Cartográfica de GAUSS

Elipsóide Internacional (Hayford) - Datum 73

Marégrafo de Cascais

Coordenadas Rectangulares, origem ponto central

Fonte: Instituto Geográfico do Exército

Levantamento Aerográfico: Cartas 98 e 99: 2007 - Cartas 111 e 112: 2009

Publicado no DR, pelo Aviso n.º 1746/2012 em 3 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 9294/2016 em 26 de Julho

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE MEINEDO

1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Refere-se o presente Relatório à determinação do justo valor de uma Parcela de terreno que a Câmara Municipal de Lousada pretende adquirir para ampliação do Cemitério de Meinedo e Construção de Arruamento Envolvente Norte.

2 - LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

Situa-se na Rua do Cemitério, Freguesia de Meinedo.

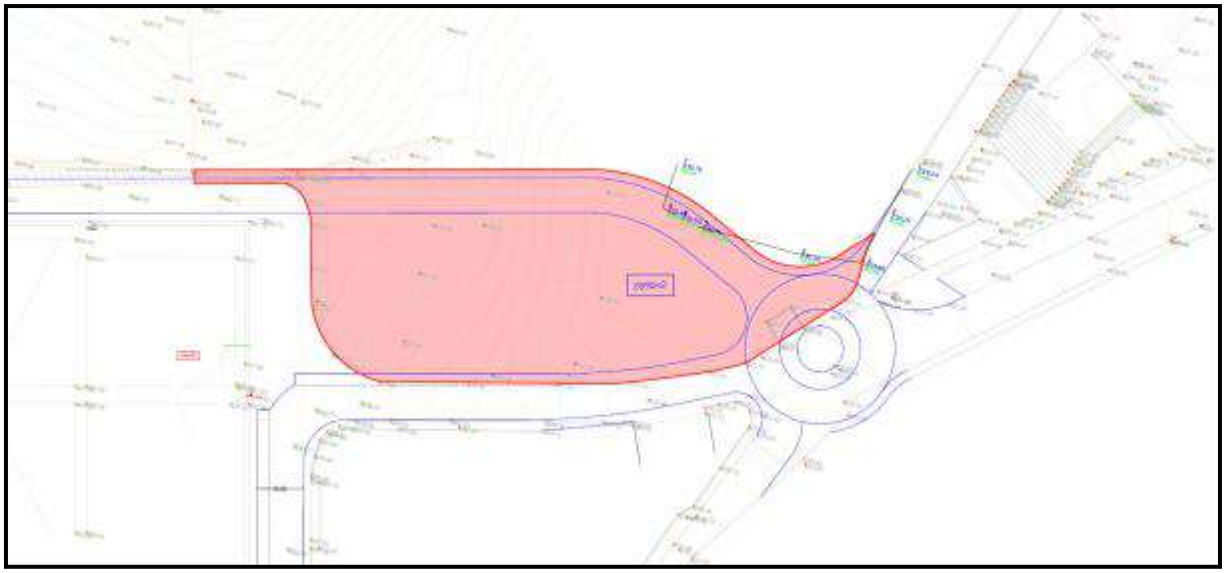


Imagem 1-Localização da Parcela (Escala: 1/5000) (1)

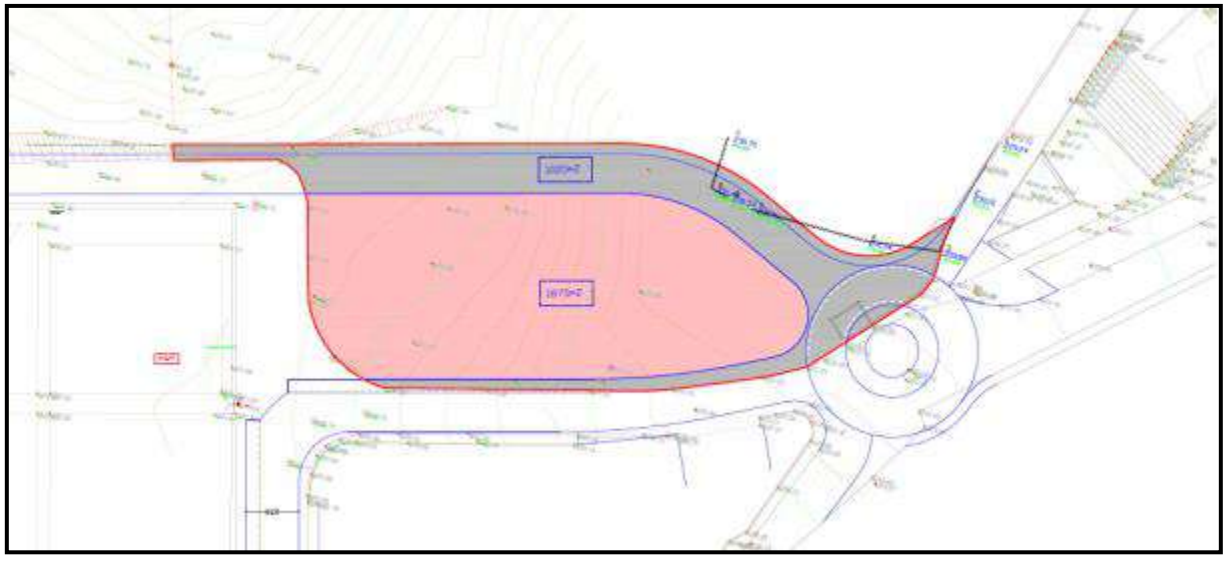


Imagem 2-Localização da Parcela (Escala: 1/5000) (2)

3 – DESCRIÇÃO

Área = 2.890,00 m².

Podemos considera a Parcela dividida morfologicamente em 3 Partes de extensões semelhantes:

3.1-Parte Oeste

Fica, a Oeste, cerca de 4,00 m sobrelevada relativamente ao Arruamento adjacente a Sul, descendo para Este até à cota de aproximadamente 2,00 m.

O solo é granítico, muito alterado; está recoberto por serapilheira (manta morta), camada formada pela deposição dos restos de plantas – essencialmente folhas mas também ramos – próximas.

Sobressai 1 Eucalipto com o d.a.p.40. Por corresponder a um montante marginal, não se lhe atribui Valor Económico pois admite-se que vai ser cortado e vendido pelo atual proprietário.



Imagem 3-Vista Geral da Parte Oeste

3.2-Parte Central

Desce de uma sobrelevação da ordem de 2,00 m, a Oeste, até ficar, grosso modo, complanar com o Arruamento.

O solo é similar ao da Parte anterior; está recoberto por vegetação herbácea espontânea onde predominam as silvas e as ervas.



Imagem 4-Vista Geral da Parte Central

3.2-Parte Este

Desenvolve-se, genericamente, à cota do Arruamento.

O solo é similar aos das Partes anteriores; não dispõe de coberto vegetal.



Imagem 5-Vista da Parte Este da Parcela

4 – BENFEITORIAS

Existem:

4.1-Poço

Situado na Parte Plana, a Nascente, perto do Arruamento.

Redondo com o diâmetro de 1,10 m.

Está recoberto por lajeta de betão armado. O acesso é feito através de tampa, no mesmo material, com o diâmetro de 0,60 m.

Estado de Conservação Aparente---Razoável.



Imagem 6-Vista Geral do Poço

4.2-Tanque

Implantado no extremo Sudeste.

Em alvenaria de granito com a espessura de 25 cm.

Tem as dimensões:

- Comprimento---5,00 m.
- Largura----------4,00 m.
- Altura----------1,50 m.

Estado de Conservação---Razoável.



Imagem 7-Vista Geral do Tanque

5 - ACESSOS E INFRAESTRUTURAS

A Parcela é servida pela Rua do Cemitério.

É pavimentada em tapete betuminoso, não dispondo de passeios.

Tem redes públicas de:

- Abastecimento de Água;
- Saneamento;
- Eletricidade;
- Drenagem de Águas Pluviais;
- Telefones.

Existe estação depuradora em ligação com a rede de coletores de saneamento em serviço junto do Terreno.



Imagem 8- Rua do Cemitério
(Tirada de Norte para Sul)

6 – ENVOLVÊNCIA

O Terreno está no Centro Cívico da Freguesia de Meinedo, a cerca de 150 m da Junta de Freguesia.

O Centro Cívico da Vila de Lousada, onde estão os principais Equipamentos Estruturantes da sede do Concelho, nomeadamente o Tribunal, a Câmara Municipal e a Igreja Matriz, está a aproximadamente 3,7 km.

Não se detetaram nas imediações focos poluidores sob qualquer um dos pontos de vista: tóxico, visual ou acústico.

Os Acessos são bons (A cerca de 5,1,0 km do Nó 7 da A42).

Nota: As distâncias foram medidas a “voo de pássaro”.

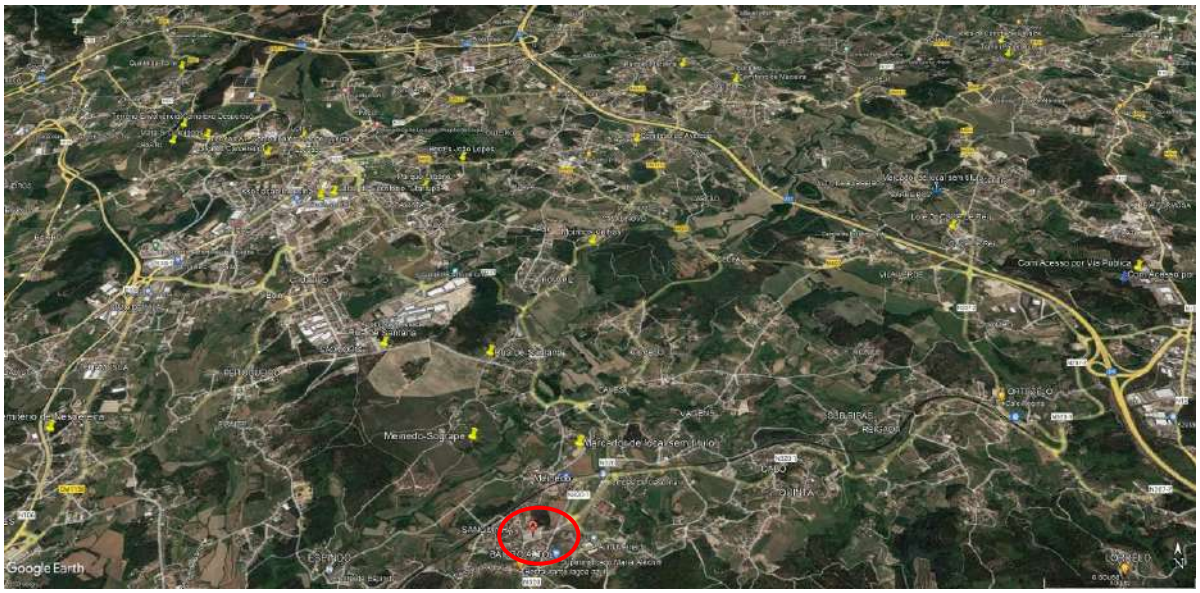


Imagem 9-Envolvência (Google Earth)

7 - CLASSIFICAÇÃO PELO PDM

De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Lousada a Parcela integra-se em:

- “Espaço de Uso Especial”---2.870,00 m².



Imagem 10-Planta de Ordenamento do PDM (Vista Focal)

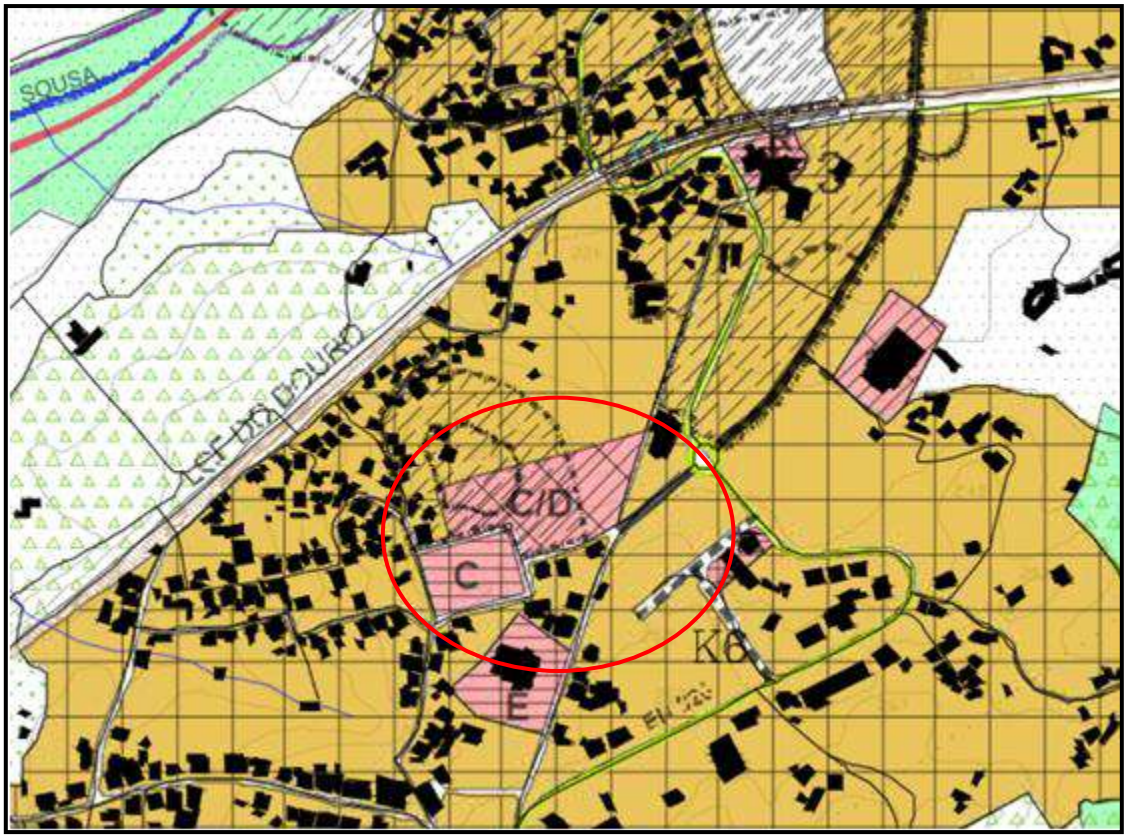


Imagem 11-Planta de Ordenamento do PDM (Vista Afastada)
(A Parcela Está Delimitada por Círculo Vermelho)

8 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Estruturaremos os cálculos com base no Código das Expropriações de 1999 que doravante designaremos por CE.

De acordo com o artigo 25º, alíneas a) e c) do número 3 do CE, a Parcela terá o Solo classificado como:

- "Solo Apto para a Construção"---2.890,00 m².

8.1 - "Solo Apto para a Construção"

O cálculo do valor deste tipo de solo segue o prescrito no artigo 27º do CE. Conforme o seu número 1 *"o valor do solo apto para a construção calcula-se por referência à construção que nele seria possível efectuar se não tivesse sido sujeito a expropriação, num aproveitamento económico normal, de acordo com as leis e os regulamentos em vigor, nos termos dos números seguintes e sem prejuízo do disposto no nº 5 do art. 23º." (sic).*

O nº 4 do artigo 26º que diz que *"caso não se revele possível aplicar o critério estabelecido no nº 2, por falta de elementos, o valor do solo apto para a construção calcula-se em função do custo da construção, em condições normais de mercado, nos termos dos números seguintes." (sic)* dará respaldo ao modelo de cálculo utilizado. A parametrização deste seguirá o prescrito nos nºs 5, 6 e 7 do mesmo artigo. Prever-se-á ainda o Reforço e Extensão das Infraestruturas Existentes como vem do nº 9. Do seu nº 10 decorre ainda um fator corretivo pela inexistência do risco e do esforço inerente à atividade construtiva.

Finalmente devemos ponderar se o valor resultante corresponde ao valor real e corrente de solos em circunstâncias similares numa situação normal de mercado. Em caso negativo recorreremos ao nº 5 do artigo 23º para ter em consideração outros critérios para atingir aquele valor.

8.2-Benfeitorias

Para o cálculo do seu Valor basear-nos-emos no CE:

"Artigo 28.º

Cálculo do valor de edifícios ou construções e das respectivas áreas de implantação e logradouros.

1 - Na determinação do valor dos edifícios ou das construções com autonomia económica atende-se, designadamente, aos seguintes elementos:

a) Valor da construção, considerando o seu custo actualizado, a localização, o ambiente envolvente e a antiguidade;

b) Sistemas de infra-estruturas, transportes públicos e proximidade de equipamentos;

c) Nível de qualidade arquitectónica e conforto das construções existentes e estado de conservação, nomeadamente dos pavimentos e coberturas, das paredes exteriores, partes comuns, portas e janelas;

d) Área bruta;

e) Preço das aquisições anteriores e respectivas datas;

f) Número de inquilinos e rendas;

g) Valor de imóveis próximos, da mesma qualidade;

h) Declarações feitas pelos contribuintes ou avaliações para fins fiscais ou outros.

2 - No caso de o aproveitamento económico normal da área de implantação e do logradouro não depender da demolição dos edifícios ou das construções, a justa indemnização corresponde ao somatório dos valores do solo e das construções, determinados nos termos do presente Código.

3 - No caso contrário, calcula-se o valor do solo, nele deduzindo o custo das demolições e dos desalojamentos que seriam necessários para o efeito, correspondendo a indemnização à diferença apurada, desde que superior ao valor determinado nos termos do número anterior." (sic)

Optaremos pelo nº 2.

9 - AVALIAÇÃO

Do supra decorre para cada o tipo de Solo considerado:

9.1 - "Solo Apto para Construção"

O solo do Terreno classificado como "Solo Apto para a Construção" preenche os requisitos das alíneas a) e c) do nº 2 do Artigo 25º do CE,

Do disposto nos n.ºs 6 e 7 do Artigo 26.º do CE obtém-se o Índice Fundiário (Factor de Valorização do Solo):

(Ver Cálculo do Índice Fundiário na página seguinte)

Valor do solo em conformidade com o nº 6 do Artigo 26º----------8,0%
Alínea a) do nº 7 do Artigo 26º (Acesso Rodoviário, com Pavimentação)--1,5%
Alínea b) do nº 7 do Artigo 26º (Passeio)----------0,5%
Alínea c) do nº 7 do Artigo 26º (Abastecimento de Água)----------1,0%
Alínea d) do nº 7 do Artigo 26º (Rede de Saneamento)----------1,5%
Alínea e) do nº 7 do Artigo 26º (Energia Eléctrica)----------1,0%
Alínea f) do nº 7 do Artigo 26º (Águas Pluviais)----------0,50%
Alínea g) do nº 7 do Artigo 26º (Estação Depuradora)----------2,0%
Alínea i) do nº 7 do Artigo 26º (Telefones)----------1,0%
Total: 17,0%

Para este Tipo de Solo, em função do PDM e das circunstâncias locais, vamos admitir o Índice de Utilização do Solo: 0,50

De acordo com o tipo de projecto, os materiais utilizados e os preços médios praticados na região estimou-se:

- Custo Unitário de Área Bruta de Construção Acima do Solo---600.00 €/m²

Donde Custo da Construção/m² de Solo:

0,50 m²/m² * 600,00 €/m² = 300,00 €/m²

De que vem o Valor Unitário Não Corrigido do Solo:

17,0% * 300,00€/m² = 51,00 €/m²

Estimamos em 35% os Custos do Nivelamento, da Extensão e da Construção de Infraestruturas (nº 9 do Artº 26 do CE):

(1,00-0,35) * 51,0 €/m² = 33,15 €/m²

Admitimos 15% para compensação da Inexistência de Risco e Esforço: (nº 10 do Artº 26 do CE):

(1,00-0,15) * 33,15 = 28,18 €/m²

9.2-Benfeitorias

Sistematizando:

9.2.1-Poço

Valor Estimado: € 2.500,00.

9.2.2-Tanque de Granito

Valor Estimado: 5,00 m x 4,00 m x 150,00 €/m² = € 3.000,00

\+ * +

Valor Estimado Total das Benfeitorias: € (2.500,00+3.000,00) = **€ 5.500,00**

10 – PARTE SOBRANTE

Por manter o acesso e proporcionalmente os mesmos cómodos não há Desvalorização da Parte Sobrante.

11 - CONCLUSÃO

Considerando os pressupostos anteriores determina-se o Valor da Parcela:

- Solo em "Espaço de Uso Especial"

  28,18 €/m² x 2.890,00 m² = € 81.440,20
- Benfeitorias = € 5.500,00
- Desvalorização da Parte Sobrante" = € 0,00

TOTAL = € 86.940,20

\+ * +

Donde vem então:

Valor da Parcela = € 86.940,20

(Oitenta e seis mil novecentos e quarenta euros e vinte cêntimos)

Porto, Maio de 2023

João Manuel da Silva Oliveira

(Engº Civil-Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação do Porto)

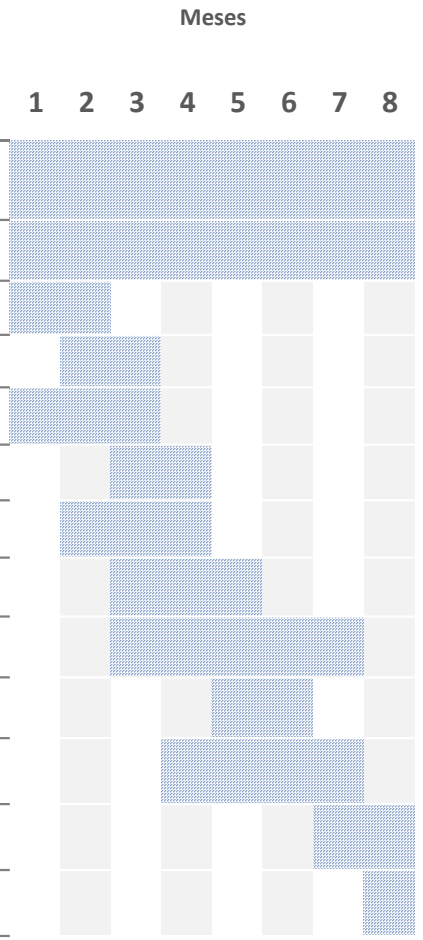
município de lousada

Plano de Trabalhos

Diagrama de Gantt

Prazo de execução 8 meses

ARTIGO	ATIVIDADE	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO DO PLANO
	Ampliação do cemtério e requalificação da envolvente	1	8	8
1.	**Estaleiro**	1	8	8
2.	**Demolição de muro de vedação**	1	2	2
3.	**Construção de vedação**	2	4	2
4.	**Movimentos de terras**	1	3	3
5.	**Construção de passeios**	3	5	2
6.	**Construção de muros de suporte**	2	5	3
7.	**Construção de células de sepulturas**	3	6	3
8.	**Construção de capelas**	3	7	5
9.	**Instalação de ossários**	5	7	2
10.	**Pavimentação exterior**	4	8	4
11.	**Plantações**	7	8	2
12.	**Sinalização horizontal**	8	8	1



município de lousada

PROPOSTA

Considerando que,

- O Município de Lousada é um concelho jovem e dinâmico, com a juventude muito presente nas decisões e orientações estratégicas do concelho;

- A organização do trabalho veio revelar uma nova agilidade e flexibilidade do desempenho profissional, potencializando a melhoria da conciliação da vida pessoal e profissional;

- O Município pretende a criação de um espaço *coworking*, cujo objetivo é o apoio a novas formas de trabalho, na redução de custos inerentes à atividade profissional assente na desmaterialização dos serviços, de processos e na promoção de condições para o empreendedorismo e competitividade, centralizando em Lousada uma série de negócios de múltiplas áreas;

- O "*Coworking*" é um tipo de trabalho sustentado pela utilização comum de espaços de escritório onde se congregam vários trabalhadores que não exercem a mesma atividade laboral, numa perspetiva de partilha e poupança de recursos, utilizando o trabalho à distância através de ferramentas informáticas e tendo à disposição um conjunto de condições equiparadas às que se encontra nos tradicionais locais de trabalho;

- A autarquia pretende criar um Espaço denominado "*Lousada Coworking*" até um máximo de 20 lugares, dotado de todas as condições para o desenvolvimento deste tipo de método laboral, incentivando desta forma o empreendorismo e as novas formas de trabalho;

- A criação deste espaço consubstancia uma estratégia municipal de promoção da atividade económica e tem em vista a dinamização acrescida para a criação de riqueza e de emprego.

Considerando ainda que,

- A Câmara Municipal, por deliberação de 26 de junho de 2023, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, deu início ao procedimento administrativo de elaboração do Regulamento "*Lousada Coworking*";

- Findo o prazo estipulado para a apresentação de contributos, nenhum interessado se pronunciou.

Mais considerando que,

- Tratando-se de um regulamento com eficácia externa, deliberou o Executivo Municipal, em Reunião de Câmara de 12 de outubro de 2023, nos termos do disposto no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, submeter a consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, o projeto de Regulamento "Lousada Coworking";
- O período de consulta pública foi divulgado via Edital, no Boletim Municipal, bem como no sítio do Município;
- Não obstante, e decorrido o período fixado para consulta pública, nenhum interessado apresentou qualquer pronúncia face ao referido projeto de regulamento.

Nestes termos, propõe-se que:

A Câmara Municipal, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea m), do n.º 2 do artigo 23.º e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de Regulamento "*Lousada Coworking*", para os efeitos previstos no disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do diploma acima mencionado.

Lousada, 19 de dezembro de 2023

O Vereador

Nelson Oliveira

(Nelson Oliveira, Dr.)

Município de Lousada
Praça Dr. Francisco Sá Carneiro
4620-695 Lousada
www.cm-lousada.pt

Tel. 255 820 500
NIF 505 279 460
cm-lousada@cm-lousada.pt

Regulamento Lousada CoWorking

O Município de Lousada é caracterizado por ser um Município jovem e dinâmico, com a juventude muito presente nas decisões e orientações estratégicas do concelho.

Este novo milénio, trouxe consigo uma geração mais empreendedora em áreas muito díspares, com base em valores como a solidariedade e entreajuda, mas também explorando novas formas de trabalho privilegiando a contenção de custos e a mobilidade dos trabalhadores.

A organização do trabalho veio revelar uma nova agilidade e flexibilidade do desempenho profissional, potencializando a melhoria da conciliação da vida pessoal e profissional.

Nestes termos, o Município de Lousada cria um espaço para colmatar as necessidades dos nossos jovens, mas também dos demais interessados. Neste sentido propõe-se a criação de um espaço coworking, cujo objetivo é o apoio a novas formas de trabalho, na redução de custos inerentes à atividade profissional assente na desmaterialização dos serviços, de processos e na promoção de condições para o empreendedorismo e competitividade, centralizando em Lousada uma série de negócios de múltiplas áreas.

O Lousada CoWorking conta com diversas valências.

1. Uma Sala de reunião com condições que permitam uma lotação máxima de 10 lugares, ideal para reuniões de trabalho com clientes ou em equipa e que tem à disposição equipamentos para videoconferência ou apresentações variadas;
2. Open Space com 12 postos de trabalho individuais;
3. Apoio de secretariado fornecido pelo Município de Lousada através de um técnico municipal durante o horário regular de trabalho, que possibilita a receção de correspondência, agendamento de reuniões, atendimento de visitas, gestão do espaço;
4. Hall com área de lazer e convívio laboral;
5. Acesso interior à Casa da Juventude que poderá servir de apoio, quando devidamente autorizado pelo Município para diversas atividades dos CoWorkers.

Artigo 1º

Âmbito

O presente regulamento define as regras de acesso e de funcionamento do Lousada CoWorking, o meio de acesso a esta valência e aos seus serviços.

Artigo 2ª

Objetivos

O Lousada CoWorking tem como objetivo apoiar empreendedores, profissionais liberais e demais interessados em desenvolver os seus negócios e consolidar as suas atividades empresariais, de forma a permitir uma maior eficácia laboral e partilha de espaços de trabalho. Para isso, o Município de Lousada disponibiliza um espaço partilhado e o acesso a múltiplos serviços que apoiem os cidadãos em causa, que facilitem a sua implementação e crescimento no mercado, potenciando sinergias e redes de contactos.

Artigo 3º

Destinatários

1. Podem candidatar-se profissionais liberais ou colaboradores de empresas ou instituições, em atividade ou em fase de criação do seu negócio;
2. São destinatários indivíduos com mais de 18 anos, havendo a possibilidade de se candidatarem indivíduos com mais de 16 anos desde que obtida autorização dos seus representantes legais para esta candidatura e seja assumida por estes a obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes da utilização do espaço;
3. As candidaturas são priorizadas de acordo com a ordem de entrada nos serviços do Município de Lousada e limitadas à capacidade existente;
4. Em sede de análise de candidatura, será dada preferência a candidatos residentes ou naturais de Lousada com menos de 35 anos;
5. Ao Município de Lousada reserva-se ao direito de solicitar esclarecimentos, informações adicionais ou documentos considerados relevantes para efeitos de apreciação das candidaturas, podendo decidir sobre a aceitação ou não de determinada candidatura caso a mesma não reúna os princípios para os quais o espaço foi criado;

6. As candidaturas devem apresentar os documentos legais que comprovem o exercício da atividade profissional em causa, de modo a demonstrar que a função é adequada ao espaço partilhado;
7. O Município de Lousada garante a confidencialidade dos dados apresentados em cada candidatura.
8. O limite máximo de tempo de utilização deste espaço pelo CoWorker é de dois anos.

Artigo 4º

Termo de Utilização

O utilizador do espaço, doravante designado CoWorker, aceita celebrar com o Município de Lousada um "Termo de Utilização" (anexo I) que define as regras de uso do espaço, nomeadamente as zonas que pode aceder, serviços que pode utilizar, bem como a forma de pagamento da respetiva utilização;

O presente regulamento faz parte integrante do termo de utilização referido no número anterior e é aceite pelo utilizador, que o rubrica e assina, obrigando-se a cumpri-lo nos seus precisos termos.

Artigo 5.º

Modo de utilização

1. A utilização do Lousada CoWorking pode ser convencionada em regime diário, semanal, mensal ou anual, em conformidade com o fixado no "Termo de Utilização" referido no artigo quarto do presente regulamento;
2. O horário de funcionamento regular do Lousada CoWorking é de segunda a sexta-feira, das 9H às 12.30H e das 14H às 17.30H, contando para isso com o apoio técnico de um funcionário do Município de Lousada durante este período;
3. Sem prejuízo do fixado no n.º anterior, o horário de funcionamento pode ser alterado em função das necessidades específicas de cada CoWorker. Para isso, o Lousada CoWorking dispõe de um controlo de acessos interno para que cada utilizador possa usar o espaço que lhe é destinado entre as 7H e as 00H, durante todos os dias incluindo sábados e domingos, com total segurança, flexibilidade e comodidade;
4. O acesso ao Lousada CoWorking será feito mediante a atribuição de um código/cartão, pessoal e intransmissível que deverá ser devolvido assim que terminar a sua ligação ao Lousada CoWorking;

5. O CoWorker é responsável pela adequada manutenção do mobiliário disponibilizado, sendo também responsabilizado pela sua reparação ou substituição em caso de danos provocados por si ou por terceiros à sua responsabilidade;
6. Recomenda-se ao CoWorker a utilização eficiente de todos os equipamentos de uso comum, eletricidade e água;
7. Durante os períodos em que frequentar o Lousada CoWorking cada utilizador deve dirigir-se aos outros com cortesia, contribuindo ativamente para um bom ambiente de trabalho, não sendo permitida a criação de ruído constante no espaço comum de trabalho;
8. É expressamente proibida a utilização do espaço pelo CoWorker ou por cidadãos à sua responsabilidade, para outros fins que não os relacionados com a sua atividade laboral, sob pena de resolução imediata do contrato
9. A utilização dos serviços administrativos, nomeadamente a receção e encaminhamento de correspondência dirigida ao CoWorker, deve ser concertada com o técnico municipal designado para o efeito e que se encontra no local, não lhe podendo ser atribuída qualquer responsabilidade pela atividade profissional do CoWorker;
10. O CoWorker obriga-se a guardar sigilo sobre qualquer informação de natureza profissional que obtenha a respeito dos outros utilizadores.

Artigo 6º

Serviços

1. O Lousada CoWorking permite a integração dos utilizadores numa sala partilhada com lugares individualizados com mesa e cadeira, acesso ilimitado à internet, apoio de técnico municipal durante o horário de expediente na gestão do espaço e receção de eventuais clientes, acesso a um cacifo, uso de máquina de café e limpeza efetuada pelo Município;
2. O Lousada CoWorking disponibiliza também uma sala de reuniões, para utilização dos CoWorkers e respetivos clientes ou convidados, mediante marcação prévia e disponibilidade;
3. São disponibilizados, através do técnico municipal presente, serviços de receção e encaminhamento de clientes e correspondência, atendimento e gestão do espaço. Todas as situações inerentes à gestão do espaço devem ser efetuadas junto deste serviço e, sempre que haja necessidade, junto do pelouro da Juventude. O técnico municipal fica também responsável pela verificação do cumprimento do regulamento;

4. Os CoWorkers consomem a água e eletricidade existentes no edifício, gozando do serviço de limpeza assegurado pelo Município de Lousada;

Artigo 7º

Modalidades, Tarifários, Isenções e Pagamento

As modalidades e tarifários praticados pelo uso do Lousada CoWorking são os seguintes:

1. **Secretária Standard**

Diário	5 €
Semanal	10 €
Mensal	25 €
Anual	250 €

2. **Secretária Premium**

Diário	10 €
Semanal	20 €
Mensal	50 €
Anual	500 €

3. **Sala de Reuniões**

O CoWorker em regime de utilização permanente tem direito, a título gratuito, a três horas por semana para utilização da sala de reuniões, sendo que ultrapassado esse limite a utilização em causa fica dependente do prévio pagamento de € 5 (cinco euros) por cada duas horas de utilização;

A sala de reuniões pode também ser requisitada para reuniões de trabalho por utilizadores externos ao Lousada CoWorking devendo fazer a inscrição junto do técnico municipal e liquidar previamente o valor de € 5 (cinco euros) por cada duas horas de utilização;

4. Reprodução de fotocópias

Cada CoWorker terá um cartão pré-pago para acesso a uma impressora de uso comum cujos valores são os aplicáveis no município, conforme regulamento de taxas e licenças em vigor, à data:

5. Isenções

Estão isentos do pagamento das taxas relativas aos lugares (Secretárias), os CoWorkers com menos de 35 anos, durante um período de 6 meses;

6. Atualizações

Os valores previstos no n.º 1 ao 3 serão atualizados anualmente com base na taxa de índice de preços do consumidor, com exclusão habitação.

Os valores resultantes da atualização serão arredondados para a segunda casa decimal por excesso, caso o valor da casa decimal seguinte seja igual ou superior a cinco e, por defeito no caso contrário.

7. Pagamentos

O pagamento da utilização do Lousada CoWorking será efetuado da seguinte forma:

Utilização	**Pagamento**
Diária	No momento da utilização
Semanal	Primeiro dia útil da semana
Mensal	Primeiro dia útil do mês
Anual	Primeiro dia de utilização ou Duas prestações (50% no primeiro dia de utilização e no primeiro dia útil do sexto mês de utilização)

O pagamento deverá ser efetuado por transferência bancária através das credenciais fornecidas pelo técnico municipal.

Artigo 8º

Resolução e Cessação

As relações contratuais entre o CoWorker e o Município de Lousada podem cessar por:

1. Caducidade, no termo do prazo convencionado e sem necessidade de comunicação prévia ou denúncia;
2. Acordo entre as partes, desde que os pagamentos devidos estejam liquidados;
3. Resolução, em caso de incumprimento das obrigações assumidas pelas partes no contrato de utilização ou no presente regulamento;
4. Deserção, ausência prolongada das instalações e injustificadas por um período superior a 60 dias.
5. No caso de cessação por resolução, esta produzirá efeitos através de comunicação escrita fundamentada dirigida por uma das partes contratantes à outra.

No caso de resolução efetuada pelo Município de Lousada - sustentada por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas - o utilizador dispõe de 48 horas para retirar do Lousada CoWorking todos os seus bens e equipamentos, sob pena dessa remoção ser efetuada pelos serviços municipais, que os conservará por um período de um mês, findo o qual lhes dará o destino que entender.

Artigo 9º

Incumprimento

O incumprimento de qualquer norma do presente regulamento é fundamento da cessação imediata do contrato e de eventual responsabilidade civil.

Artigo 10º

Disposições Finais

1. O Município de Lousada rejeita qualquer obrigação de vigilância sobre os bens e equipamentos que sejam propriedade do utilizador, aceitando, o CoWorker, que é o único responsável pela vigilância e conservação dos seus bens e equipamentos, nada podendo exigir a qualquer título ao Município de Lousada, designadamente, em caso de desaparecimento ou danificação dos mesmos;

2. O Município de Lousada não terá qualquer responsabilidade pelas atividades desenvolvidas pelos CoWorkers e utilizadores dos serviços, cabendo-lhe, somente, assegurar a manutenção das condições previstas no presente regulamento para o desenvolvimento da sua atividade;
3. O Município de Lousada não poderá ser responsabilizado, civil ou judicialmente, pelo incumprimento das obrigações fiscais, laborais, previdenciais e sociais, comerciais, financeiras, que constituam encargo dos CoWorkers e utilizadores dos serviços perante os seus fornecedores, colaboradores e quaisquer terceiros.

Artigo 11º

Dúvidas ou omissões

As dúvidas suscitadas pelo presente Regulamento, bem como eventuais omissões serão resolvidos por deliberação do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competências delegadas.

Artigo 12º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos legais

O Vereador da Juventude

Nelson Oliveira

Anexo I

Termo de utilização

O Município de Lousada, com sede na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada (geral@cm-lousada.pt / 255 820 500), é responsável pelo tratamento de dados pessoais, para onde e através dos quais poderá, se consentir o tratamento, na qualidade de titular de dados exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição e a retirar o consentimento a todo o momento. Poderá contactar o Encarregado de Proteção de Dados através do email dpo@cm-lousada.pt e, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

A conservação dos seus dados pessoais é efetuada pelo período necessário e adequado à(s) finalidade(s) para as quais foram recolhidos. Para os dados tratados com base do consentimento, enquanto titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a todo o tempo, sem prejuízo da validade do tratamento de dados efetuado até esse momento.

Regime específico de utilização: Diária/ Semanal/ Mensal / Anual

Especificar os horários pretendidos _____

Acesso a sala de reunião: Sim / Não

Montante:

Forma de pagamento: Numerário/Transferência/MB WAY (assinalar o que pretende)

Assim, devidamente informado, _____(nome completo do CoWorker), com o cartão de cidadão nº_____, válido até _____, presta o devido consentimento para as seguintes finalidades, no âmbito do registo no Lousada CoWorking e pelo respeito e assunção das normas definidas no presente regulamento.

Lousada, ____ de _____ de 20__

município de lousada

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO Inf. **24272/23** **2023/12/15**

DE

Carla Filomena Da Rocha Dias

ASSUNTO|SUBJECT

Pagamento TRIAVE 2023

DESPACHOS (Dirigentes / Executivo)

Concordo.
À Reunião de Câmara.
18-12-2023

(9) M. Céu Rocha

Os direitos dos consumidores estão formalmente consagrados na Constituição da República Portuguesa e os CIAC (Centro de Informação Autárquica ao Consumidor), em parceria com os Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo, são uma forma rápida e eficaz, dos consumidores e agentes económicos resolverem os seus conflitos de consumo.

O TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa integra a Rede Nacional de Arbitragem de Consumo e nos termos do Despacho n.º 9738/2015, de 19 de agosto, viu autorizada a ampliação da sua competência territorial abrangendo os conflitos de consumo ocorridos na área territorial daqueles municípios que a assembleia geral delibere admitir como sócios.

Dessa extensão da competência territorial, advém a obrigação para o TRIAVE de tramitar todos os processos de reclamação que lhe sejam apresentados pelos consumidores, da sua área de atuação, que têm, assim, a possibilidade de exercerem os seus direitos, enquanto consumidores, através do recurso a este serviço gratuito, beneficiando de uma justiça de proximidade.

O Centro de Informação Autárquica ao Consumidor de Lousada no âmbito da assinatura do protocolo com a Direção Geral do Consumidor assegura a descentralização da informação e a identificação de problemas de consumo encaminhando, quando necessário, para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa.

Assim, solicito o pagamento de 1000€, relativo ao ano de 2023, ao

abrigo do protocolo de financiamento celebrado a 3 de janeiro de 2022 entre o Município Lousada e o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa para que os munícipes possam continuar a usufruir deste serviço de proximidade.

À consideração superior.

A Chefe de Divisão
15-12-2023

(981) Carla Dias

município de lousada

Proposta

Em consonância com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 25.271,58€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lousada para que esta possa conceder a cada bombeiro do quadro ativo um seguro de saúde. Este seguro contemplará no mínimo 8 consultas de especialidade em regime ambulatório (consultas, exames ou tratamentos) e o capital mínimo de 50.000€ de cobertura em internamento hospitalar.

Este apoio aos Bombeiros Voluntários de Lousada é um reconhecimento pelo importante trabalho realizado ao longo dos anos, em prol da comunidade e um incentivo à prática do voluntariado.

Lousada e Paços do Município, 18 de dezembro de 2023

O Vereador Proponente

António Augusto dos Reis Silva, Dr.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP 2/000982701

AVISO Nº 0025289494

LANÇADO

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00179072

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-02-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2022-12-17 **Data do Aviso:** 2022-12-19

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-02-01 a 2023-02-28 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

SCmU:PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: 0

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

X001 19/12/2022 05:20:48 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-02-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP 2/000277808

AVISO Nº 0025115825

LANÇADO

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-01-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS
Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946
Data de Emissão: 2022-11-26 **Data do Aviso:** 2022-11-28
Cliente: 0000662422
Período do Recibo: 2023-01-01 a 2023-01-31 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

VoBU: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: 0

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

00138734

X001 28/11/2022 05:05:28 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-01-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FATURA/RECIBO Nº FR KFS0323/000140457

AVISO Nº 0025115825

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00070751

Ramo/Produto:

SAÚDE MULTICARE GRUPO

INEM	49,56

PRÉMIO

PRÊMIO COMERCIAL:

1.982,37

TOTAL

2.031,93

MOEDA: EUR

Data de Cobrança: 2023-01-02

IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
Período do Recibo: 2023-01-01 a 2023-01-31

DADOS DO CLIENTE

NIF: 501262946
Nº Cliente: 0000662422

Nº DE CERTIFICAÇÃO DO AVISO: RP 2/000277808
Nº DE CERTIFICAÇÃO DA FATURA: FR KFS0323/000140457

Pelo Segurador,

Lisboa, 04 de janeiro de 2023

W8nl: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT

ATCUD: JFZ9G3VP-140457

X080 04/01/2023 05:13:32 YAP0004
0000662422-0001 1317 S-GR

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

LANÇA200

AVISO RECIBO RP KFS0123/006786327

AVISO Nº 0026564307

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-07-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-05-31 **Data do Aviso:** 2023-06-01

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-07-01 a 2023-07-31 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

M9U3: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-6786327

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

00040686

X001 01/06/2023 04:58:12 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-07-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

LOUÇA 20

AVISO RECIBO RP KFS0123/004654142

AVISO Nº 0026351557

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-06-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-04-15 **Data do Aviso:** 2023-04-17

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-06-01 a 2023-06-30 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

Fg03: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-4654142

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

00131834

X001 17/04/2023 05:32:52 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-06-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FATURA/RECIBO Nº FR KFS0323/006777988

AVISO Nº 0026351557

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00172875

Ramo/Produto:

SAÚDE MULTICARE GRUPO

INEM	49,56	
PRÉMIO		**TOTAL**
PRÉMIO COMERCIAL:		**2.031,93**
1.982,37		**MOEDA: EUR**

Data de Cobrança: 2023-06-01

IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
Periodo do Recibo: 2023-06-01 a 2023-06-30

DADOS DO CLIENTE

NIF: 501262946
Nº Cliente: 0000662422

Nº DE CERTIFICAÇÃO DO AVISO: RP KFS0123/004654142
Nº DE CERTIFICAÇÃO DA FATURA: FR KFS0323/006777988

Pelo Segurador,

Lisboa, 05 de junho de 2023

A0qz: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT

ATCUD: JFZ9G3VP-6777988

X080 05/06/2023 05:01:48 YAP0004
0000662422-0001 1317 S-GR

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/003285743

AVISO Nº 0026039480

Lorenzo

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00017107

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-05-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-03-18 **Data do Aviso:** 2023-03-20

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-05-01 a 2023-05-31 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

+9Bi: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-3285743

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

X001 20/03/2023 05:12:49 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-05-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FATURA/RECIBO Nº FR KFS0323/005431451

AVISO Nº 0026039480

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00075121

Ramo/Produto:

SAÚDE MULTICARE GRUPO

INEM	49,56	
PRÉMIO		TOTAL
PRÉMIO COMERCIAL:		2.031,93
1.982,37		MOEDA: EUR

Data de Cobrança: 2023-05-02

IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
Período do Recibo: 2023-05-01 a 2023-05-31

DADOS DO CLIENTE

NIF: 501262946
Nº Cliente: 0000662422

Nº DE CERTIFICAÇÃO DO AVISO: RP KFS0123/003285743
Nº DE CERTIFICAÇÃO DA FATURA: FR KFS0323/005431451

Pelo Segurador,

Lisboa, 04 de maio de 2023

R9AS: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT

ATCUD: JFZ9G3VP-5431451

X080 04/05/2023 04:49:08 YAP0004
0000662422-0001 1317 S-GR

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

LANÇADO

AVISO RECIBO RP KFS0123/000613850

AVISO Nº 0025719271

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

00111218

Data Vencimento do Prémio: 2023-03-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-01-21 **Data do Aviso:** 2023-01-23

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-03-01 a 2023-03-31 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

xfkQ: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-613850

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-03-01

X001 23/01/2023 05:36:34 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FATURA/RECIBO Nº FR KFS0323/002846838

AVISO Nº 0025719271

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00194792

Ramo/Produto:

SAÚDE MULTICARE GRUPO

INEM	49,56	
PRÉMIO		TOTAL
PRÉMIO COMERCIAL:		2.031,93
1.982,37		MOEDA: EUR

Data de Cobrança: 2023-03-02

IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
Período do Recibo: 2023-03-01 a 2023-03-31

DADOS DO CLIENTE

NIF: 501262946
Nº Cliente: 0000662422

Nº DE CERTIFICAÇÃO DO AVISO: RP KFS0123/000613850
Nº DE CERTIFICAÇÃO DA FATURA: FR KFS0323/002846838

Pelo Segurador,

Lisboa, 06 de março de 2023

DKxw: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT

ATCUD: JFZ9G3VP-2846838

X080 06/03/2023 05:08:44 YAP0004
0000662422-0001 1317 S-GR

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/011751023

AVISO Nº 0027573992

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

00151351

Data Vencimento do Prémio: 2023-11-01

A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-09-23 **Data do Aviso:** 2023-09-25

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-11-01 a 2023-11-30 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

sFvJ: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-11751023

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. - NIPC e Matrícula 500 918 880, na CRC Lisboa - Sede: Largo do Calhariz, 30 1249-001 Lisboa - Portugal - Capital Social EUR 509.263.524 - www.fidelidade.pt
Apoio ao Cliente: Dias úteis das 9h às 20h. T. 217 94 87 01 Chamada para a rede fixa nacional. E. apoiocliente@fidelidade.pt

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

X001 25/09/2023 05:15:22 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-11-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MYFIDELIDADE MYFIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/010305547

AVISO Nº 0027304889

LANÇADO

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-10-01

A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053

NIF: 501262946

Data de Emissão: 2023-08-19

Data do Aviso: 2023-08-21

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-10-01 a 2023-10-31

Tipo: Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

XhDy: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 831 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-10305547

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-10-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MYFIDELIDADE

MYFIDELIDADE EMPRESAS

X001 21/08/2023 05:16:17 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR
00079082

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/008980473

AVISO Nº 0027222193

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-09-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-07-22 **Data do Aviso:** 2023-07-24

Cliente: 0000662422

Período do Recibo: 2023-09-01 a 2023-09-30 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

ECDq: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-8980473

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA

00051408

X001 24/07/2023 05:14:16 VAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-09-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MYFIDELIDADE MYFIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/002005083

AVISO Nº 0025874206

LANÇADO

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-04-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-02-18 **Data do Aviso:** 2023-02-20

Cliente: 0000662422

Periodo do Recibo: 2023-04-01 a 2023-04-30 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	1.982,37
INEM	49,56
VALOR A PAGAR	**2.031,93**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

H4hI: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-2005083

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

00109000

X001 20/02/2023 05:09:33 YAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-04-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sítio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MY FIDELIDADE MY FIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FATURA/RECIBO Nº FR KFS0323/004241049

AVISO Nº 0025874206

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

00193894

Ramo/Produto:

SAÚDE MULTICARE GRUPO

INEM	49,56	
PRÉMIO		**TOTAL**
PRÉMIO COMERCIAL:		**2.031,93**
1.982,37		**MOEDA: EUR**

Data de Cobrança: 2023-04-03

IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
Período do Recibo: 2023-04-01 a 2023-04-30

DADOS DO CLIENTE

NIF: 501262946
Nº Cliente: 0000662422

Nº DE CERTIFICAÇÃO DO AVISO: RP KFS0123/002005083
Nº DE CERTIFICAÇÃO DA FATURA: FR KFS0323/004241049

Pelo Segurador,

Lisboa, 05 de abril de 2023

Ue+Q: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT

ATCUD: JFZ9G3VP-4241049

X080 05/04/2023 04:59:09 YAP0004
0000662422-0001 1317 S-GR

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/007862636

AVISO Nº 0026960483

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

00167161

Data Vencimento do Prémio: 2023-08-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053 **NIF:** 501262946

Data de Emissão: 2023-06-24 **Data do Aviso:** 2023-06-26

Cliente: 0000662422

Periodo do Recibo: 2023-08-01 a 2023-08-31 **Tipo:** Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

Y+4n: PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-7862636

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-08-01

X001 26/06/2023 05:49:14 VAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MYFIDELIDADE MYFIDELIDADE EMPRESAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

AVISO RECIBO RP KFS0123/013062675

AVISO Nº 0027879112

LANÇADO

FM

ASSOC HUMANITARIA BOMB V LOUSADA
R BOMBEIROS 52
4620-652 LOUSADA

Estimado Cliente,

Informamos que, de acordo com as suas instruções, apresentaremos ao Banco para pagamento, na data de vencimento, o prémio da apólice em epígrafe.

Data Vencimento do Prémio: 2023-12-01
A falta de pagamento do prémio, nos termos da legislação em vigor, determina a cessação do contrato na data acima mencionada.

00149945

Ramo / Produto: SAÚDE MULTICARE GRUPO
RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS

Conforme Condições Particulares

Apólice: 1036053
NIF: 501262946
Data de Emissão: 2023-10-21
Data do Aviso: 2023-10-23

Cliente: 0000662422
Período do Recibo: 2023-12-01 a 2023-12-31
Tipo: Continuado

PRÉMIO COMERCIAL	2.126,83
INEM	53,17
VALOR A PAGAR	**2.180,00**
IVA Isento (n.º 28 do Artº 9º do CIVA)	MOEDA: EUR

BANCO: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA
IBAN PT50003504110000210343020
BIC SWIFT CGDIPTPL

Pelo Segurador,

uCMQ:PROCESSADO POR PROGRAMA CERTIFICADO Nº 631 / AT
ATCUD: JFZ9G35D-13062675

ESTE DOCUMENTO NÃO SERVE DE FATURA.

X001 23/10/2023 05:21:14 VAP0004
0000662422-0001 1114 S-GR

FIDELIDADE

TALÃO DE DÉBITO DIRETO

Nº Cliente: 0000662422
Ramo: SAFMG
Apólice: 1036053

Referências relativas ao sistema de cobrança por **"Débito Direto"**

Entidade Credora: PT93ZZZ102532
Autorização: 20000056753

Débito na conta bancária a partir de:
2023-12-01

FIDELIDADE

ÁREA DE CLIENTE MYFIDELIDADE

Conheça algumas das vantagens:

- **Consultar a documentação** relativa aos seguros, a partir de qualquer lugar e organizada num único sitio;
- **Atualizar os contactos** porque são indispensáveis para podermos prestar um bom serviço;
- **Entrar em contacto com o seu Agente ou Fidelidade.**

MYFIDELIDADE MYFIDELIDADE EMPRESAS

Municipio de Lousada
CONTRIBUINTE N.°505279460
Praça Doutor Francisco Sá Carneiro
4620-695-Lousada

IMPRESSO	PAGINA
2023/12/18	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
B06	olmag	2023/12/18	2824	2023

DESCRIÇÃO DA DESPESA

Subsídio à A.H.B.V.L - exames médicos (reunião de câmara de 22/12/2023)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: 4201-Transferências Correntes - Instituições Particulares
ORGÂNICA : 0501 DIVISÃO COMUN., PATR., CULT., EDUCAÇÃO E DESPORTO
ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO :

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
160.289,55
A CABIMENTAR
25.271,58
SALDO APÓS CABIMENTO
135.017,97

EXTENSO

VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E SETENTA E UM EUROS E CINQUENTA E OITO CÊNTIMOS

PROPOSTA CABIMENTADA EM

Olga Magalhães

()

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __
A Chefe Divisão,
em, 18-12-2023

PROCESSADO POR COMPUTADOR